

RAFAEL HENRIQUE ANTUNES

**PRA NÃO DIZER QUE NÃO SE FALOU DE FLORES: a repercussão da
Revolução dos Cravos na grande imprensa do Brasil, 1974 – 1976**

ASSIS
2013

RAFAEL HENRIQUE ANTUNES

**PRA NÃO DIZER QUE NÃO SE FALOU DE FLORES: a repercussão da
Revolução dos Cravos na grande imprensa do Brasil, 1974 – 1976**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. Áureo Busetto.

ASSIS
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

A636p Antunes, Rafael Henrique, 1985-
Pra não dizer que não se falou de flores : a repercussão da Revolução dos cravos na grande imprensa do Brasil - 1974-1976 / Rafael Henrique Antunes. -- Assis, SP : 2013.
233f.; 30 cm

Orientador: Áureo Busetto.
Dissertação (mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista.

1. Imprensa. 2. Editoria Internacional. 3. Revolução dos Cravos. 4. Regime Militar. I. Busetto, Áureo. II. Título.

CDD 070

Dedico este trabalho a meus avôs, Álvaro Antunes e Paulo Francisco, homens que souberam trilhar o caminho do bem e que foram fundamentais em minha predileção pela história.

Agradecimentos

Registrar os agradecimentos necessários a aqueles envolvidos na execução deste trabalho é tarefa ingrata. Sobretudo em razão de, por culpa de devaneios de uma mente preocupada com a consecução final deste trabalho, correr o risco de se esquecer de pessoas importantes. Deixo aqui, antes de tudo, registrado meu pedido de desculpas para os amigos que, eventualmente, possam ter sido olvidados neste breve agradecimento.

Em primeiro lugar, agradeço profundamente ao professor Áureo Busetto, por toda a paciência, dedicação e empenho dedicados durante a elaboração desta dissertação. Tenho plena consciência de que sem suas preciosas orientações teóricas e metodológicas, este trabalho não apresentaria a mesma consistência que agora carrega. A este que buscou me ensinar como trilhar os caminhos tortuosos da pesquisa histórica, deixo registrada minha admiração integral e o desejo de nele espelhar-se cada vez mais.

Agradeço a todos os professores do Departamento de História da FCL-UNESP/Assis, que de maneira plena contribuíram com minha formação ao longo da graduação e da pós-graduação. Ao professor Milton Carlos Costa, agradeço pelas preciosas considerações teóricas e historiográficas formuladas durante o Exame de Qualificação. Pelo mesmo motivo agradeço a Edvaldo Correa Sotana, a quem agradeço ainda pela amizade e por todas as considerações, diretas e indiretas, que contribuíram definitivamente para a realização desta pesquisa.

A minha família, agradeço por toda a paciência, apoio e compreensão. Sou especialmente grato à minha mãe e ao meu pai, a quem dedico, em primeiro lugar, toda e qualquer realização. O amor e o apoio incondicional em minhas escolhas, demonstrados por eles ao longo de toda minha vida, foi fundamental também durante a realização deste mestrado. Agradeço também a meu irmão Luiz Ricardo, por ser meu herói e meu espelho, e por me presentear com a irmã que mais amo, Danielle.

Aos funcionários da Biblioteca e do Programa de Pós-graduação da FCL-UNESP/Assis, em especial a Auro Sakuraba e Zélia Maria de Souza Barros, pela prontidão em colaborar com todas as dúvidas e deveres acadêmicos. Estendo estes agradecimentos aos funcionários da Biblioteca Nacional, pelo auxílio fundamental na realização da pesquisa.

A todos os meus grandes amigos de Botucatu e Assis, agradeço por todos os momentos de diversão, reflexão intelectual e boemia. Sendo verdadeira a afirmativa de Oscar Wilde, publicada ainda no século XIX, de que a vida é muito importante para ser levada a sério, vocês tornam-se ainda mais fundamentais, fazendo com que a felicidade seja

diária e constante. Agradecimentos mais que especiais são dedicados a todos da República LURDE, uma verdadeira família. E por último, mas não menos importante, agradeço a Cássia. Sobretudo, por ter compreendido momentos de negligência, incentivado o resultado final deste trabalho e por todo amor e companheirismo que me demonstra diariamente.

RESUMO

ANTUNES, Rafael Henrique. **Pra não dizer que não se falou de flores:** a repercussão da Revolução dos Cravos na imprensa brasileira, 1974-1976. 2013. 233f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

O presente trabalho tem como objetivo central analisar historicamente o noticiário da grande imprensa brasileira ocupado com a divulgação da Revolução dos Cravos. Objetiva-se destacar e fornecer elementos à compreensão histórica dos afazeres empregados na composição do noticiário das editorias internacionais dos órgãos desta imprensa, compreendendo quais as fontes, formas e significados impressos ao se noticiar os fatos advindos de outras partes do mundo entre 1974 e 1976. Para tanto, tem-se como fonte documental e objeto de estudo o material jornalístico produzido pelos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*, além do produzido e veiculado pela revista *Veja*. Desta forma, buscamos primeiramente vislumbrar as particularidades históricas de cada um dos órgãos noticiosos selecionados para a pesquisa, tal qual dos demais agentes do campo jornalístico cujo trabalho influi na composição deste noticiar, quais sejam: as agências internacionais de notícias, enviados especiais e correspondentes estrangeiros. A partir destes dados, analisamos as publicações ocupadas com a divulgação da Revolução Portuguesa e seus desdobramentos políticos, compreendendo e ilustrando de quais formas esta imprensa se utilizou deste noticiário, encetando representações e sentidos de leitura próprios para o movimento militar português. Nesta direção, esta pesquisa ocupou-se em compreender como o noticiário da Revolução dos Cravos foi utilizado, direta ou indiretamente, para tecer e emitir críticas ao regime militar brasileiro e ainda para criar representações que pudessem levar seus leitores a apropriarem-se das críticas indiretas em relação ao ambiente político nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa; Editoria Internacional; Revolução dos Cravos; Regime Militar.

ABSTRACT

ANTUNES, Rafael Henrique. **Do not say that there was no talk about flowers:** the impact of the Carnation Revolution in the Brazilian press, 1974-1976. 2013. 233f. Dissertation (History Master's degree) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 2013.

The present study aims at examining, historically, the news from the Brazilian press with the propagation of the Carnation Revolution. It aims to highlight and provide evidence to the historical understanding of the tasks implemented in the composition of the editorial news of this international press release, including which sources, forms, and meanings printed when reporting the facts coming from other parts of the world between 1974 and 1976. Therefore, it has been as source and object of study the material produced by journalism newspapers *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* and *O Globo*, in addition the produced and published by *Veja* magazine. Thus, we seek first to show the historical particularities of each news media selected for the research, like the other agents of the journalistic field whose work influences the composition of this reporting, which are: the international news press, special envoys, and foreign correspondents . From this data, we analyze the posts occupied with the release of the Portuguese Revolution and political developments, understanding and illustrating ways in which this press release was used this newscast, engaging representations and meanings of reading themselves for the Portuguese military movement. In this sense, this research minded in understanding how the news of the Carnation Revolution was used, directly or indirectly, to weave and issue critical to the Brazilian military regime and even to create representations that could lead your readers to take ownership of indirect criticism compared to the national political environment.

KEYWORDS: Press; International Editors; Carnation Revolution; Military Regime.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – NOTÍCIAS DO ESTRANGEIRO: A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO EDITORIAL PARA O NOTICIÁRIO INTERNACIONAL NA IMPRENSA BRASILEIRA	22
1.1 A GRANDE IMPRENSA NACIONAL: HISTÓRIA E RELAÇÕES COM O CAMPO POLÍTICO	23
1.2 EDITORIA INTERNACIONAL: AGENTES E PRÁTICAS	41
1.3 ESPAÇOS IMPRESSOS E INTERPRETAÇÕES SOBRE O NOTICIÁRIO INTERNACIONAL	63
CAPÍTULO II – AS PRIMEIRAS REPRESENTAÇÕES DA REVOLUÇÃO PORTUGUESA	88
2.1 A ECLOSÃO DOS CRAVOS: FONTES E FORMAS DA IMPRENSA BRASILEIRA PARA NOTICIAR O 25 DE ABRIL PORTUGUÊS	89
2.2 VÁRIOS TONS DE VERMELHO – PRIMEIROS DESDOBRAMENTOS DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS NO NOTICIÁRIO BRASILEIRO	113
2.3 EU QUERIA ESTAR NA FESTA, PÁ – AS RECEPÇÕES OFICIAIS E OFICIOSAS DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS NO BRASIL	134
CAPÍTULO 3 – EXEMPLOS PORTUGUESES: REPRESENTAÇÕES DA EFERVESCÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS NA IMPRENSA BRASILEIRA	157
3.1 A ÁFRICA INVADE A PAUTA: O NOTICIÁRIO DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS NA ÁFRICA	158
3.2. PRIMEIRAS TENSÕES POLÍTICAS – APREENSÕES E AVALIAÇÕES DA IMPRENSA BRASILEIRA DURANTE O SEGUNDO E O TERCEIRO GOVERNO PROVISÓRIO	174
3.3 QUANDO QUEIMAM-SE OS CRAVOS: RADICALIZAÇÃO POLÍTICA E CONSECUÇÃO FINAL DA REVOLUÇÃO PORTUGUESA EM FOCO NA IMPRENSA	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS	220
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	227

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é pautada pelo objetivo central de analisar historicamente o noticiário internacional produzido pela grande imprensa brasileira no curso da Revolução dos Cravos – golpe militar ocorrido em 1974, o qual findou um regime ditatorial em Portugal. Ela firma-se com vistas à compreensão histórica de um aspecto ainda pouco explorado pela historiografia: a atuação e a relevância dos discursos produzidos pela editoria internacional em termos de divulgação de movimentos políticos estrangeiros durante o regime militar no Brasil. Com o acontecimento político extraordinário em solo português, os jornais brasileiros de maior circulação, assim como semanários, passariam a dedicar mais páginas para a cobertura da Revolução Portuguesa e seus primeiros desdobramentos políticos do que geralmente destinava-se às coberturas desta editoria.

Com base na consulta ao material jornalístico produzido pela editoria internacional da grande imprensa brasileira de abril de 1974 a julho de 1976, e ainda com base no confronto deste material com a bibliografia especializada sobre o regime militar brasileiro, buscou-se responder duas questões. A primeira trata de averiguar se o noticiar dos fatos portugueses pela imprensa nacional serviu para a grande imprensa brasileira encetar representações que, de uma maneira ou outra, pudessem fornecer sentidos singulares aos leitores brasileiros, visto que o movimento militar português findara um regime ditatorial e extinguiu os aparatos de censura, perseguição política e torturas, cujos similares se encontravam em atuação no Brasil. A segunda, trata de conhecer e compreender historicamente quais as formas e os expedientes jornalísticos que pudessem garantir, ao mesmo tempo, conexões entre o noticiário ocupado com os rumos da política lusitana e a realidade política brasileira, burlando, assim, a censura vigente e procurando manter o seu poder de influir no debate político nacional.

Neste sentido, foi buscado conhecer e compreender, ao mesmo tempo, o tratamento jornalístico dispensado pelas editorias internacionais da grande imprensa brasileira à situação política portuguesa daquele período e os expedientes, diretos ou indiretos, investidos no material jornalístico ocupado com a movimentação política lusitana para emitirem críticas ao regime militar brasileiro ou à condução e aos resultados do processo de abertura política iniciado pelo governo Geisel. Expedientes que procuravam formar ou reforçar opiniões junto à sociedade civil brasileira quanto à

necessidade de ações para o fim da ditadura militar então vigente no Brasil e sobre os rumos a serem tomados para tanto.

Ao objetivo central desta pesquisa se somaram os seguintes objetivos pontuais: compreender e analisar sócio-historicamente a estrutura e dinâmica do campo jornalístico brasileiro durante o regime militar, pontuando as dinâmicas criadas pela imprensa no decorrer do início do processo de abertura política de Geisel, segundo dados e informações obtidas na historiografia e bibliografia ocupada com a história da imprensa no Brasil; analisar a história dos periódicos selecionados, quer suas trajetórias em períodos anteriores ao período militar, quer suas atuações durante o regime militar, destacando a relação destes com o poder político, mediante leitura sistemática da bibliografia ocupada com a história particular de cada um dos periódicos focalizados e pela consulta às fontes; conhecer e compreender sócio-historicamente o desenvolvimento e o papel desempenhado pela editoria internacional em cada órgão da imprensa nacional focalizados nesta pesquisa, com vistas ao entendimento das relações entre os periódicos brasileiros e as agências internacionais de notícias, quer de forma geral, quer por periódico focalizado, tendo como base tanto a bibliografia especializada quanto a análise das fontes.

As fontes primárias utilizadas nesta pesquisa são procedentes do material jornalístico produzido pelos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* e também do veiculado pela revista *Veja*. Foram tomadas como fontes as matérias produzidas pela editoria internacional destes veículos midiáticos e ainda editoriais, artigos, colunas e charges relevantes produzidos pelos mesmos. A escolha destes órgãos pautou-se pelo fato destes serem considerados como integrantes da denominada grande imprensa nacional, posto constarem entre os mais vendidos e circularem em boa parte do território nacional no recorte temporal elegido nesta dissertação. Tomando os órgãos supracitados como fonte e ainda como objeto de pesquisa, a documentação coletada foi utilizada para, em confronto com a bibliografia proposta, buscar o entendimento da editoria internacional e da própria história da imprensa nacional, onde esta editoria ainda encontra pouca repercussão nos estudos históricos, quer referente a períodos anteriores ao abordado, quer sobre o regime militar.

É notável e necessário destacar que a imprensa nacional vem sendo pensada e estudada no meio acadêmico com maior intensidade nos últimos anos, figurando como objeto de estudo em inúmeras pesquisas, tanto no campo da historiografia como no da comunicação social. Entretanto, em grande parte destas pesquisas, encontram-se apenas

amplas justificativas ao fato de os produtos da mídia terem sido utilizados como fontes documentais para estes trabalhos. Assim, a busca por caminhos que tomem a mídia como fonte destas pesquisas e imprimam novo rumo ao estudo das diferentes mídias, embora ainda seja incipiente, é cada vez mais premente (BUSETTO, 2008. p. 09). Ao nos debruçar sobre a literatura especializada em historicizar a mídia nacional, nos deparamos com pouquíssimos trabalhos onde a editoria internacional ou o jornalismo internacional figurem como objeto. Em grande parte dos raros trabalhos onde este setor do jornalismo é mencionado, o mesmo tem sido visto dentro de “contextos históricos”, portanto ainda distante de serem pensados enquanto agentes atuantes em um campo que busca sua afirmação no curso do século XX. Mesmo enquanto fonte, a editoria internacional e seus produtos imediatos ainda são relegados ao segundo plano nos trabalhos que levam em conta os expedientes jornalísticos da mídia impressa nacional.

Um dos poucos trabalhos ocupados com a editoria internacional da imprensa brasileira é o de Natali (2004), um pequeno, porém fértil manual acerca da história do jornalismo internacional no país. Esta obra pode auxiliar à compreensão e análise geral da estrutura e dinâmica do campo jornalístico brasileiro ocupado com o noticiário internacional, por oferecer os fundamentos desta atividade no Brasil, além do complexo panorama do surgimento desta atividade no mundo através da emergência das agências de notícias internacionais entre fins do século XIX e principio do XX. A compreensão da atuação destas agências no panorama da circulação mundial de informação através dos grandes periódicos de circulação mundial e também da grande imprensa nacional torna-se fundamental para a correta apreensão das fontes primárias escolhidas para esta pesquisa de mestrado. Apesar de estas agências prestarem serviço de suma importância há bem mais de um século, parece não ter sido suficiente para despertar atenção dos teóricos e, sobretudo, dos pesquisadores do campo jornalístico (AGUIAR, 2009). O mesmo vale para a editoria internacional da imprensa nacional que, embora fortalecida desde meados do século XX, ainda não encontra ressonância na seara de Clio.

Podemos ainda nos deparar com alguns indícios acerca da gênese ou da evolução e afirmação do jornalismo internacional em alguns trabalhos acadêmicos na área da comunicação social e em poucos anais de encontros organizados por entidades preocupadas com a história do jornalismo, como a União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC) e a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). No entanto, a maior parte

destes trabalhos publicados em anais de encontros é formada apenas por fragmentos de projetos de pesquisa.

Embora raros alguns trabalhos da área da comunicação tem demonstrado maior apreço pelo jornalismo de viés internacional do que a historiografia atual. Exemplo disto é uma coletânea de textos produzida pelo curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro que ajuda a preencher este espaço lacunar na bibliografia. O trabalho organizado pelo professor Mohamed ElHajji (2005), composto por vários textos de jornalistas e cientistas sociais, aborda esta temática de maneira bastante ampla, com textos voltados para análise do trabalho dos correspondentes e enviados especiais, acerca da origem e da importância das agências internacionais de notícias e ainda alguns versando sobre os grandes desafios da profissão. Embora também seja um manual para os estudantes do campo da comunicação social, este material é importante na medida em que esclarece muitos setores do campo do jornalismo internacional no país.

Para o entendimento geral da imprensa brasileira, notadamente a impressa, há os fundamentais trabalhos de Juarez Bahia (1972) e Nelson Werneck Sodré (1999), os quais centram sua análise no desenvolvimento da imprensa nacional a partir do século XIX. O primeiro tem como marco cronológico final os meados do século XX, e o segundo incorpora, por meio de atualização, uma análise sobre novos meios da imprensa, como rádio e TV, porém sem adentrar no período propriamente focado nesta proposta de pesquisa. Bahia nos apresenta um subtema em um dos capítulos de sua obra no qual aborda as agências de notícias internacionais, entendendo-as dentro do peculiar conceito de informação gerado pelo fluxo ininterrupto de informações que transformaram o mundo em que vivemos (BAHIA, 1990). O mesmo faz Sodré, porém apenas pinçando informações ao longo de seu texto, o qual não conta com capítulo específico sobre a temática que nos é cara. Ainda assim ambas as obras fornecem muitos elementos empíricos e analíticos sobre o desenvolvimento da imprensa brasileira, permitindo que o pesquisador possa conhecer, via leitura comparativa com o que é apresentado na literatura sobre o tema imprensa e regime militar, o que realmente foi alterado no jornalismo nacional durante o período da ditadura militar.

Na tentativa de abrangência igual aos dos dois textos anteriormente citados, há o trabalho de Marialva Barbosa (2007), o qual, entretanto, acaba por centrar suas análises nos jornais cariocas *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*, além de alguns jornais que compunham os Diários Associados, colaborando para o entendimento de

duas das cinco principais fontes desta pesquisa. Contudo, a autora não faz análises generalizantes sobre a imprensa nacional a partir dos jornais focalizados em sua pesquisa. A perspectiva de análise de Barbosa, calcada na história cultural, rompe com certas periodizações consagradas pela memória de jornalistas e englobadas por certa bibliografia ocupada com o tema imprensa. Ademais, joga luzes para se pensar a formação e ação dos grandes conglomerados jornalísticos e suas relações com o poder político no Brasil pós-64, o que é de grande valia para estudos históricos que tem a imprensa ou algum órgão jornalístico atuante no regime militar como foco de análise.

A modernização ocorrida na década de 1950 e a posterior concentração e reconfiguração da imprensa carioca nas mãos de poucos grupos dirigentes é o foco do trabalho de Ana Paula Goulart Ribeiro (2007). Partindo das mudanças gráficas e estruturais iniciadas pelo *Jornal do Brasil* em meados dos anos 1950, a autora demonstra que este período de grande modernização viria a ser fator de grande peso para o desaparecimento de parte desta imprensa, notadamente os jornais *Correio da Manhã* e *Última Hora*, abrindo espaço para que o então vespertino *O Globo* viesse a tornar-se um dos grandes matutinos nacionais, concorrendo nesta fatia de mercado com o *Jornal do Brasil*. Notadamente, há nesta obra a primazia de não circunscrever estas mudanças apenas no panorama da evolução editorial, atentando-se para o recrudescimento do campo político no pós-64, que cercearia a atuação de parte desta imprensa, causando-lhe incontáveis prejuízos em suas tiragens. Os fatores macroestruturais e conjunturais do campo econômico, que geralmente figuram como o fator de maior importância na concentração da imprensa impressa no Rio de Janeiro, são também bastante explorados nesta obra, mas ainda assim figurando enquanto condicionantes secundários neste processo, em detrimento dos fatos políticos.

Algumas outras obras também podem fornecer elementos para o entendimento dos órgãos midiáticos que figuram como fonte e objeto desta pesquisa. O livro dos historiadores Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato (1981) sobre a *Folha de S. Paulo* busca recompor a trajetória da Agência Folhas, tratando da mensagem que o jornal veiculou ao longo de sua história e precisando suas orientações políticas, dedicando inclusive a sua última parte à análise da atuação do grupo Frical durante a ditadura militar, sem, contudo, deixar de apresentar pontualmente as inovações editoriais, gráficas e tecnológicas incorporadas pelo jornal naquele período. Sobre a *Folha de S. Paulo* há ainda o livro de Gisella Taschner (1992), o qual, ao contrário da obra encomendada de Mota e Capelato, resultou de sua pesquisa de doutoramento, logo

se mostra muito mais crítica com a atuação do jornal com relação ao poder político, inclusive durante o período militar. A autora tem como preocupação central a análise da formação e consolidação de um complexo da indústria cultural no ramo da imprensa (Agências Folhas), enfatizando as relações estabelecidas entre os jornais e a empresa que os edita, bem como as da empresa com o mercado e a política. Defende a tese de que a posição política do grupo jornalístico historicamente sempre oscilou segundo os “ventos” da realidade nacional.

O instigante livro de Beatriz Kushnir (2004) nos oferece um completo panorama acerca dos aparatos repressivos, sobretudo a censura, dos quais se valeram os governos militares no Brasil pós-1964. Kushnir trouxe à tona uma face do jornalismo que, na maioria das vezes, costuma ser mascarada: sua colaboração com o Estado nos anos de repressão. Mais do que optarem pela presença da autocensura em suas páginas — aceitando assim os conteúdos definidos pelos censores — alguns jornais fizeram parte de uma rede de relações, na qual tínhamos jornalistas de formação que atuavam como censores e policiais de carreira que passaram a trabalhar como jornalistas. A autora salienta que se trata de uma parcela pequena dos jornalistas e que não pretendeu estender este perfil a todos. Não só jornalistas, mas dirigentes de jornal também, compunham essa parceria. Situação essa que nos é apresentada através de parte do percurso da *Folha da Tarde*, pertencente ao Grupo Folhas, entre 1969 e 1984.

A história da relação de *O Estado de S. Paulo* e o regime militar, notadamente os expedientes da censura, foi analisada no livro de Maria Aparecida Aquino. Ao lado da análise do alternativo *Movimento*, a autora demonstra que *O Estado de S. Paulo*, assim como a grande imprensa, não pode ser considerado sob um único foco no que tange à resistência aos ataques à liberdade de expressão. A resistência do jornal da família Mesquita ao negar-se a fazer a autocensura, como imposto pela ditadura militar, ganhou contornos mais claros e contundentes nas diversas e criativas formas de substituição dos espaços deixados pela tesoura da censura, tendo estas estratégias de denúncia transcendidas à mera dimensão temporal, e, atualmente, integra parte da memória coletiva do país.

A ação dos aparatos de censura a uma revista surgida em meio à ditadura militar é o foco de análise do livro de Fernanda Lopes Almeida (2008). Baseando-se em depoimentos de profissionais do veículo na época e documentação interna da revista, a autora procura retratar os oito anos de repressão sofridos pela revista *Veja*. Assim, aborda desde o nascimento do semanário até o embate com o governo em meio ao AI-5.

Os esforços do semanário da Editora Abril para burlar a censura vigente são de particular interesse em tal obra. Matérias censuradas e 138 reportagens que nunca foram publicadas complementam e enriquecem o livro. Enfim, o livro de Almeida vale mais amplamente pelos documentos revelados do que pelas suas análises, por vezes mais assemelhadas a uma perspectiva meramente factual.

A história da imprensa nacional no curso do século XX tem sido mais recentemente abordada em muitas dissertações de mestrado ou teses de doutoramento. Silva (2008), demonstrando os posicionamentos da grande imprensa brasileira sobre a cassação do PCB após o fim do Estado Novo, esclarece o papel desta enquanto agente político, além de precisar historicamente a transição da imprensa nacional do modelo opinativo para o modelo jornalístico-empresarial. Sotana (2010), ao analisar as representações sobre a paz mundial no período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra da Coreia, esclarece os quais os agentes e práticas jornalísticas envolvidos na produção e divulgação do noticiário internacional da grande imprensa brasileira em meados do século XX. Ao denotar as principais características e práticas jornalísticas presentes no jornalismo internacional no período inicial da Guerra Fria, a obra de Sotana torna-se fundamental para a nossa análise, ainda que aborde um período anterior. Assim, estas duas obras têm grande utilidade para os historiadores preocupados com o desenvolvimento e a atuação incisiva da imprensa brasileira e de suas intrínsecas relações com o campo político, fornecendo elementos e análises pontuais sobre dois momentos distintos, porém complementares.

No tocante à Revolução dos Cravos existe um enorme conjunto de obras, muitas das quais produzidas durante os acontecimentos revolucionários que abalaram Portugal no decorrer dos anos de 1974 a 1976. Segundo Ronald Chilcote (*apud* SECCO, 2004, p.267), em seu levantamento bibliográfico acerca da Revolução dos Cravos, 1.047 livros foram editados sobre aquele acontecimento, além de 1.792 artigos publicados em periódicos, inclusas neste levantamento desde obras historiográficas como também livros didáticos e para-didáticos lusitanos.

O livro de autoria de Lincoln Secco (2004) torna-se fundamental para a compreensão deste movimento na medida em que sua análise privilegia a grande duração do acontecimento histórico, oferecendo, assim, um panorama das bases históricas que convergiram no movimento político-militar português de 1974. Para melhor compreender a Revolução dos Cravos, Secco trata desde o apogeu e queda do denominado Terceiro Império Português. Segundo o autor, quando os colonizadores

lusitanos “perderam” a América Portuguesa, passaram a procurar “novos Brasis”, reavivando os laços que os uniam ao continente africano, fortalecendo a dominação nos territórios que já possuíam em África, formando, assim, o denominado Terceiro Império. No desenrolar do século XX, fatores ideológicos, mas também políticos e econômicos tornavam insustentável a possessão de colônias. Secco afirma que a Revolução dos Cravos não começou em Lisboa, mas na África. Segundo o autor, é notório que os soldados que se organizaram no Movimento das Forças Armadas (MFA) para derrubar o regime Salazarista – que após a morte de Salazar, em 1970, era regido por Marcello Caetano – estavam descontentes com a situação política, social e econômica em vigência no país. Mas, sobretudo, eles não concordavam com a guerra colonial que estendia por longos anos, ceifando vidas de jovens soldados e consumindo parte considerável do parco orçamento português. Foram aqueles soldados que se rebelaram derrubaram uma das mais reacionárias ditaduras do século XX e mudaram os rumos da política lusitana. Assim, a análise proposta pelo autor torna-se fundamental a este estudo, na medida em que esclarece que a Revolução dos Cravos exemplificou como um dos sustentáculos do fascismo, o exército, pôde encontrar suas demandas específicas para a resolução do problema colonial e também da questão democrática.

Acerca da repercussão da Revolução dos Cravos na imprensa mundial foi possível tomar contato com apenas uma obra, organizada pelo jornalista Mário Mesquita e o professor de Ciência da Informação José Rebelo. A publicação aborda fundamentalmente a cobertura do movimento militar português por parte dos jornais francófonos, baseando-se em textos publicados nos jornais franceses, *Le Monde* e *Le Figaro*, os belgas *Le Soire* *La Libre Belgique*, e ainda o suíço *Journal de Genève*. A obra ainda contém as atas do colóquio “O 25 de abril revisitado pelos media internacionais”, resultante do encontro homônimo de jornalistas ocorrido em Lisboa em abril de 1990, o qual objetivava um reexame dos eventos políticos portugueses de 1974-75 por parte dos profissionais que os haviam efetuado coberturas jornalísticas, posição que, na definição dos autores do livro, os transformavam, provisoriamente, em historiadores (MESQUITA; REBELO. 1994, p.6).

Sob a ótica das perspectivas teórico-metodológicas, a realização deste trabalho foi pautada nas orientações teóricas formuladas por Renée Zicman (1981, p.89), as quais consideram que no estudo das relações entre história e imprensa devam ressaltar-se as duas seguintes interpretações: a “história da imprensa” e a “história através da imprensa”. Na primeira o pesquisador deve buscar reconstruir a evolução histórica dos

órgãos de imprensa, cuidando em destacar as suas principais características dentro de um determinado período. Já na segunda perspectiva, o pesquisador tomará os materiais publicados pela imprensa como fonte primária para a realização de sua pesquisa. Dado que esta dissertação se ocupou com o estudo histórico das concepções e práticas dos principais jornais do eixo Rio - São Paulo, além da maior revista de circulação nacional do período, sobre a sua forma de noticiar e analisar os acontecimentos internacionais, portanto de um determinado tema, durante contextos político e jornalístico determinados, e sem perder de vista as dimensões políticas e históricas destes órgãos de imprensa, pautamos nossa pesquisa pela seguinte afirmação de Zicman (1981, p.90): “toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de imprensa consultados. Mesmo quando não se faz História da Imprensa propriamente dita – mas antes o que chamamos História Através da Imprensa – está-se sempre ‘esbarrando’ nela, pela necessidade de historicizar os jornais”. Zicman ainda nos alerta sobre a importância das particulares relações entre método, teoria e objeto de estudo, fonte primordial para a elaboração de um bom trabalho acadêmico.

Indicações metodológicas elaboradas por Pierre Albert, citadas por Zicman (1981, p.91), serviram também para o desenvolvimento desta dissertação. Albert assevera que o pesquisador no estudo da imprensa deve considerar as três seguintes dimensões: “atrás do jornal”, “dentro do jornal” e, por fim, “em frente ao jornal”. A primeira dimensão é caracterizada por tudo aquilo que concorre para a realização do jornal e que intervém no seu controle, como a sociedade proprietária, empresa editorial e corpo de redatores e jornalistas. A dimensão “dentro do jornal” compreende as características formais da publicação, o estilo de apresentação das matérias e notícias, o quadro redacional – distribuição dos artigos e pelas diferentes colunas e seções que compõem uma edição –, a parte redacional – colunas e seções mais importantes –, a publicidade e as principais tendências da publicação. A dimensão “em frente ao jornal” está relacionada com o consumo do jornal e o seu público-leitor alvo. Ademais, Zicman considera que estas três dimensões definem dois amplos tipos de análise, que são: a caracterização geral dos jornais consultados e a análise de conteúdos do discurso da imprensa. Portanto, esses dois tipos de análise se ocupam com a forma e o conteúdo da imprensa, os quais são os dois elementos constitutivos da natureza propriamente da imprensa e que seguem em relações de interdependência e de interdeterminação.

Em termos teóricos, buscou-se ainda o entendimento e aplicação dos férteis conceitos de ‘representação’ e ‘apropriação’, ambos elaborados por Roger Chartier para o desenvolvimento de sua história social da cultura e em franco diálogo com a sociologia da prática de Pierre Bourdieu.

O conceito de ‘representação’ é definido pelo historiador francês como um tipo de classificação que possa organizar a apreensão do mundo social enquanto categoria de percepção do real. Uma representação é variável, posto que decorrente da disposição do grupo e/ou classe social que a engendra. Contudo, ela aspira à universalidade, ainda que encetada por interesses grupais, os quais são atravessados por relações de poder e dominação, quer no interior do grupo e/ou classe social, quer no contato com os demais grupos sociais que compõem a sociedade. Logo, uma representação não é um discurso neutro, posto aspirar impor uma visão social particular de mundo como geral, sempre dentro de um campo de luta e de concorrência. Daí, tal luta ser considerada pelo historiador tão válida e crucial como a luta econômica, sendo seus conflitos tão mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1990, p. 17).

Chartier estabelece que o conceito de ‘apropriação’ deve ser compreendido como uma prática de produção de sentidos, dependente das relações entre texto, impressão de texto e modalidades de leitura, as quais são diferenciadas por relações sociais distintas. Nesta direção, o historiador ressalta que o pesquisador deve ter atenção especial aos sentidos das formas materiais organizadoras da leitura, uma vez que as formas, os dispositivos técnicos – visuais e físicos – podem comandar, se não a imposição do sentido do texto, os usos que podem ser investidos e as apropriações das quais podem suscitar (CHARTIER, 1990, p.8).

Pode-se apreender no noticiário internacional da grande imprensa brasileira acerca da Revolução dos Cravos o intento, por parte dos órgãos produtores daquele noticiar, de uma tentativa de apreender uma representação, visto que este noticiário pode ter sido utilizado com viés demonstrativo e enquanto possibilidade de combate no campo político brasileiro, notadamente cerceado neste período. Ademais, o conceito de apropriação é imprescindível para o entendimento deste noticiário, atentando-se às formas utilizadas na composição e divulgação destas notícias, com amplas possibilidades de suscitar visões de mundo no público leitor.

Com base nestas considerações, o texto desta dissertação se encontra dividido em três capítulos. No primeiro destes, buscamos historicizar a imprensa brasileira, com

vistas ao entendimento da editoria internacional, delimitando a atuação desta editoria em termos de sua influência no noticiário diário dos órgãos selecionados, bem como de suas inter-relações com o campo político, buscando entender como o noticiário internacional fortalece-se a partir do século XX, e qual fora sua atuação no decorrer do regime militar brasileiro implantado em 1964. No segundo tópico deste capítulo, buscou-se o entendimento da atuação e acuidade dos agentes envolvidos no processo do noticiar desta editoria, analisando assim a importância das agências internacionais de notícias na composição do noticiário, tal qual o trabalho desempenhado pelos enviados especiais e correspondentes internacionais dos órgãos midiáticos selecionados. No terceiro tópico, procurou-se demonstrar quais os espaços impressos e as práticas com as quais estavam ocupados os agentes e os produtos jornalísticos da editoria internacional nos periódicos que tomamos como fonte e objeto. Para a confecção deste capítulo, nos pautamos, principalmente, nas contribuições da historiografia existente, que embora, em sua maioria, não aborde especificamente a editoria internacional dos periódicos, nos forneceu elementos para pensar esta editoria e, sobretudo, para remontar historicamente as possibilidades de desenvolvimento desta imprensa dentro de um quadro mais geral.

No segundo capítulo foram tratadas as práticas jornalísticas empregadas na divulgação dos primeiros passos do movimento revolucionário português. Assim, no primeiro tópico deste capítulo, buscou-se demonstrar as fontes primordiais utilizadas na composição deste noticiário – quer as já então mais frequentes, como os despachos das grandes agências noticiosas, quer as mais específicas, como os pronunciamentos emitidos por lideranças revolucionárias lusitanas, despachos de agências de menor expressão ou ainda relatos oriundos do corpo diplomático brasileiro – com as quais os periódicos buscaram suprir as dificuldades procedentes das informações imprecisas advindas de Portugal nos primeiros momentos da Revolução. Ainda neste tópico, procurou-se demonstrar o trabalho empregado na composição gráfica das primeiras páginas dos órgãos analisados, em termos de utilização de imagens e ainda na maneira como foram destacados os conteúdos deste noticiário nas manchetes dos periódicos enfocados nesta dissertação. No segundo tópico, buscou-se demonstrar como a composição do noticiário sobre os primeiros atos imediatos à eclosão da Revolução dos Cravos fora investido de representações preche de sentido singular ao leitor brasileiro, sobretudo em relação ao fim dos aparatos arbitrários aqui aplicados pelo regime militar, que então eram extintos em Portugal. O terceiro tópico desta dissertação, complementando e ampliando a análise proposta no tópico anterior, busca demonstrar

como a utilização dos discursos de representantes das entidades portuguesas no Brasil e, sobretudo, de agentes do campo político nacional, ligados à oposição ao regime militar, foram utilizados por parte desta imprensa para demonstrar ao público leitor, via comparações com o fim da ditadura salazarista, a necessidade de efetivação da abertura política proposta naquele ano pelo governo Geisel.

Por fim, no último capítulo, a análise é centrada na busca por, em consonância com o capítulo anterior, demonstrar como esta imprensa utilizou o noticiário relativo aos desdobramentos políticos compreendidos entre o florescer dos cravos portugueses e a consecução final do levante revolucionário representada por tal flor, para criar representações em relação ao campo político nacional. Neste período, compreendem-se as independências das colônias africanas sob o domínio português e diversos processos de radicalizações vivenciados no ambiente político português, tanto por parte de grupos alinhados às esquerdas comunistas, como também por meio dos grupos da direita salazarista. Desta forma, buscou-se a interpretação do noticiário ocupado com estes momentos, com vistas a demonstrar quais as representações, gerais e particulares em cada órgão, expressadas de forma direta ou implícita, com vistas a comentar e analisar os passos então dados pelo governo Geisel em seu processo de abertura política.

Enfim, esta dissertação visa trazer à lume e suscitar compreensão histórica dos expedientes da grande imprensa brasileira, atuando sob censura, valer-se da editoria internacional para manter-se o seu papel de emissor de opinião e tentar influir no debate político nacional, cujo noticiário sobre a Revolução dos Cravos e o processo revolucionário em curso lusitano é, como poderá ser visto ao longo dos capítulos que seguem, um exemplo bastante significativo e lapidar daquele expediente.

CAPÍTULO 1

NOTÍCIAS DO ESTRANGEIRO: A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO EDITORIAL PARA O NOTICIÁRIO INTERNACIONAL NA IMPRENSA BRASILEIRA.

1.1 A grande imprensa nacional: história e relações com o campo político.

No decorrer do século XX, a imprensa brasileira passa por uma série de transformações gráficas e estruturais que mudariam drasticamente a estrutura dos órgãos midiáticos. Estas reformas têm início no decorrer da Primeira Guerra Mundial, no principiar do século, quando os jornalistas brasileiros começam a pautar-se pelo jornalismo informativo e pelo relato político menos engajado (BAHIA, 1990. p 131). Além desta mudança na abordagem dos textos jornalísticos, há que se salientar as evoluções técnicas que, lentamente, foram incorporadas à grande imprensa nacional. No princípio do século, a invenção do teletipo¹ fará com que o noticiário estrangeiro seja publicado simultaneamente aqui e no exterior, representando uma grande evolução e um passo largo para o fortalecimento das agências internacionais de notícias, dos periódicos nacionais e, igualmente, das agências de propaganda. Para a ainda incipiente editoria internacional, a Primeira Guerra Mundial também marcará o início de mudanças, trazendo o noticiário internacional para as primeiras páginas dos jornais ². No entanto, esta configuração da primeira página dos jornais brasileiros, enquanto espaço para a publicação de noticiário internacional, irá consolidar-se somente no decorrer da década de 1930 e 1940, assim como o modelo de jornalismo mais informativo.

A partir do final de 1937, com o país já sob a insígnia do discricionário Estado Novo, conduzido por Getúlio Vargas, os órgãos da imprensa nacional ficam submetidos à censura política. Assim, a adoção da primeira página como espaço para publicação do noticiário internacional propicia a possibilidade de os jornais publicarem matérias que fossem vetadas pela censura oficial (COSTA, 2010). Pode-se afirmar, também, que este formato de publicação foi produzido com o intuito de despertar interesse no público leitor. Neste sentido, o fator principal do estabelecimento da primeira página como espaço reservado à editoria internacional será a deflagração da Segunda Guerra Mundial e, principalmente, a participação de soldados brasileiros naquele conflito bélico.

¹ Espécie de máquina de escrever eletromecânica, utilizada para a transmissão de mensagens mecanografadas, de funcionamento simples. Torna-se obsoleta somente com a utilização da comunicação via satélite e, sobretudo, com o advento da internet.

² Apesar de o Brasil entrar efetivamente na Primeira Guerra Mundial em abril de 1917 os sinais desta mudança são notados em período anterior, e por outro prisma. A evolução técnica trás mudanças que são perceptíveis no princípio da década. É neste período que serão substituídos os linotipos a gás pelos movidos a motor elétrico, que novas rotativas promovem a possibilidade de se imprimir várias edições diárias e os clichês, para informações de última hora. Também é notável a instalação e ampliação de escritórios para os correspondentes internacionais nas principais cidades do mundo. Ver: BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. 1972. P 51-2.

Em 1945, com o fim da Segunda Guerra e a queda de Getúlio Vargas, os órgãos de imprensa voltariam a noticiar, ainda que timidamente, acontecimentos do campo político nacional. No decorrer da década de 1950, o jornalismo, inicial e principalmente o carioca, sofre uma série de profundas mudanças que irão marcar a história da imprensa do Brasil. É neste período que ocorrem as reformas redacionais, editoriais e visuais, introduzidas pelos periódicos *Jornal do Brasil* e *Última Hora* e que irão influenciar a mídia impressa nacional no decorrer de sua história. Segundo Ribeiro (2006, p. 427-9), esta mudança gráfica ocorrida nos anos 1950 está relacionada com a influência do modelo norte-americano de se fazer jornalismo, o qual investia em novos padrões de produção discursiva, estabelecendo a pretendida objetividade da atividade jornalística em detrimento do jornalismo literário e politizado que até então dominara a imprensa. Tese corroborada pelas análises de Abreu (1996, p. 58) e Weltman (1996, p. 158). No entanto, em obra de intenso embasamento empírico, Silva (2008, p. 49) assevera que a utilização de alguns elementos do padrão norte-americano de se fazer jornalismo é verificada de forma perceptível já em princípios da década de 1940, sendo esta mudança parte de um intenso processo de transformações sociais e intercâmbios jornalísticos verificados no período. Todavia, o que marcará esta mudança para a imprensa nacional está além do modelo que leva em conta a objetividade no relato jornalístico. A adoção gradual de uma série de procedimentos técnicos como o lide, copidesque e pirâmide invertida, por exemplo, galgaram mudanças gráficas que influenciaram a imprensa nacional a desenvolver um estilo que é perceptível até os dias de hoje, embora com certas diferenças nas aplicações deles ao longo do tempo. Estas alterações proporcionaram aos periódicos brasileiros a suposta objetividade que substituiria o estilo literário de jornalismo, segundo o modelo francês.

No curto período democrático que se segue até 1964, torna-se perceptível que a imprensa nacional, apesar da adoção e consolidação do modelo norte-americano de se fazer jornalismo, supostamente mais imparcial, trabalha com vistas a adequar este modelo aos projetos políticos nacionais por ela encampados. Assim, os maiores periódicos nacionais, em sua quase totalidade, participam ativamente do campo político nacional, opinando, criticando e impondo sua visão de mundo a seus leitores. Este atuar da imprensa no campo político é perceptível e foi explorado pela historiografia ocupada com a mídia nacional no século XX, sobretudo no momento em que é deflagrada por esta uma série de críticas ao governo do então presidente João Goulart, que culminariam no golpe civil-militar de 1964. Esta série de acontecimentos, aliadas ao crescente

fortalecimento e a profissionalização da categoria, fará com que os órgãos de imprensa nacionais, bem como seus proprietários e funcionários, tenham cada vez mais envolvimento com o campo político. Ainda que de forma indireta, este interesse renovado pelos rumos políticos do país, fará com que o espaço destinado ao noticiário estrangeiro deixe de freqüentar a primeira página dos grandes jornais do país, cedendo lugar para as matérias acerca do, muitas vezes, conturbado ambiente político brasileiro.

O apoio da grande imprensa ao golpe civil-militar de 1964 em seus primeiros anos foi massivo, com exceção notória do *Última Hora*, de Samuel Wainer. O matutino carioca *Correio da Manhã*, da família Bittencourt, apoiara inicialmente o golpe em editorial, mas viria a utilizar do mesmo recurso para tecer críticas diretas ao governo militar ainda no mês de abril de 1964. A oposição ao regime, que ia tornando-se cada vez mais discricionário, resultou em perseguições aos órgãos e seus proprietários. Samuel Wainer viu-se obrigado a exilar-se e acabaria por ter seu império jornalístico dilapidado, como resultado final dos sucessivos atos de censura e cortes na publicidade oficial em seus jornais. O mesmo ocorrera com o *Correio da Manhã*, também asfixiado pelo corte de verbas publicitárias oficiais e privadas e ainda pela perseguição a seus proprietários e principais redatores, culminando com a venda do jornal. Este processo de perseguição, aliada à crescente modernização de grandes periódicos nacionais – como JB, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* – culminaria com a concentração de órgãos jornalísticos no campo da imprensa nacional, isto já nos anos de 1970 (RIBEIRO, 2006, p.428).

Com o findar dos órgãos opositores ao regime da grande imprensa, a chamada imprensa alternativa galgaria seu espaço no mercado editorial brasileiro. Órgãos como *Versus*, *Opinião*, *Movimento* e, sobretudo, *O Pasquim*, seriam expoentes da resistência política ao regime militar, atuando com tenacidade e criatividade até então inéditos na imprensa nacional. Alguns deles obtendo representativas cifras em vendagens, seguiam criticando e ironizando, sob a criatividade da pena e dos traços de humor, o regime militar. Por conta disto, sofreram uma sorte imensa de expedientes de censura e teriam, diversas vezes, seus jornalistas e redatores presos. Ainda assim, marcariam a história da imprensa nacional com inventividade e coragem para opor-se abertamente ao regime militar (AGUIAR, 2008).

Após a promulgação do Ato Institucional nº. 5, a imprensa nacional, mesmo aquela ligada às oligarquias e que havia apoiado o golpe, fora cerceada e buscaria alternativas para o incômodo recurso de controle governista. Assim, no decorrer da

década de 1970, algumas das características mais marcantes na grande imprensa nacional serão a luta pelo fim da censura e o conseqüente embate pela redemocratização do país, impulsionada em 1974 pelo projeto de abertura política, então alicerçado pelo presidente Ernesto Geisel. O fim da censura prévia ocorreria de maneira paulatina, sendo alguns órgãos dispensados da presença do censor em suas redações entre o fim de 1974 e princípio de 1975, caso de *O Estado de S. Paulo*, enquanto outros órgãos conviveriam com a prática até o final daquela década. Apesar do fim da censura prévia à grande imprensa, os jornalistas destes órgãos teriam que conviver com outra prática igualmente controladora: a autocensura. É importante salientar que cada órgão da grande imprensa nacional conviveu de maneira diversa com a prática da censura e da autocensura, bem como mantiveram distintas relações com o poder instaurado em 1964 pelos militares. Assim, faz-se necessário a historização de cada um dos cinco órgãos que figuram como fonte nesta dissertação, com vistas a perceber suas especificidades editoriais e suas afinidades, não menos específicas, com o campo político nacional.

Fundado em 1875, sob o nome de *Província de São Paulo*, o jornal diário e matutino *O Estado de S. Paulo* (OESP) passaria, dez anos após a fundação, para o controle da família Mesquita, que o detém e o dirige até os dias presentes. De clara orientação liberal, o periódico marcou a história da imprensa com atuação incisiva no campo político. No período da Ditadura Militar, o periódico passaria a sofrer com as constantes intervenções por parte dos órgãos de censura governistas, tendo por longos períodos sua liberdade informativa cerceada, vendo-se obrigado a recorrer a alternativas para publicação de material jornalístico. No entanto, isto não seria novidade para o periódico, já que, no curso do Estado Novo, de Vargas, sofrera censuras e ainda passaria por um período de intervenção direta do governo. Em 1945, ao findar o Estado Novo, OESP passaria a publicar em sua primeira página apenas notícias do exterior, já que, embora os desmandos da censura houvessem findado no jornal, o mesmo ressentia-se e preferia “não publicar o nome de certos políticos em suas páginas” (RIBEIRO, 1998. p. 28). Fato que corroboraria para o fortalecimento da editoria internacional do jornal. Neste período, a oposição política do periódico não se restringiu à esfera do poder federal, tendo sido feroz combatente do governo de Ademar de Barros no governo paulista, e encampando bandeira de diversos candidatos no Estado ao longo dos anos, além de criticar políticos provenientes de outros estados da Federação, como Miguel Arrais, por exemplo.

Durante o governo de Jânio Quadros e, posteriormente no de João Goulart, o periódico se enfileirou entre os setores oposicionistas, marcando sua atuação com críticas ao modelo político de aproximação com as esquerdas, adotado pelos dois presidentes que se sucederam no principiar da década de 1960. As reformas de base propostas por João Goulart foram combatidas e tachadas de demagógicas pelo jornal, denotando sua identificação conservadora e liberal e ampliando o cisma que se instalara nas páginas do periódico contra o governo federal. Em agosto de 1963, o matutino da família Mesquita iniciou uma série de editoriais de caráter incisivo contra o presidente, intitulados “A subversão em marcha”, nos quais era denunciado o que o jornal supostamente entendia como avanço esquerdista passível de ameaçar as liberdades democráticas e a soberania nacional. Um dos mais ativos periódicos nacionais no movimento que culminaria com o golpe civil-militar, OESP teve ainda atuação de suma importância nos rumos tomados pelos militares no principiar do movimento, visto que, tendo a diretoria do jornal tomado parte no conluio civil-militar, seu diretor, Júlio de Mesquita Filho, redigiria documento intitulado “Roteiro da Revolução”, o qual pode ter servido de inspiração para algumas das primeiras medidas dos governos militares³.

Com a deposição de João Goulart e o início do ciclo militar, o OESP inicia uma fase de exaltação praticamente ausente de objeções ao regime imposto. Tal situação perduraria, aproximadamente, por dois anos, sendo o órgão neste período amplo incentivador da adoção dos primeiros Atos Institucionais, sancionados pelo governo do general Castelo Branco, bem como das medidas econômicas tomadas pelo presidente. A mudança de posição em relação ao governo militar é lenta e gradual, tendo o jornal depositado grandes esperanças na gestão presidencial de Castelo Branco e no início da dirigida por Costa e Silva, apoiando a cassação do governador do Estado de São Paulo, Ademar de Barros, dentre outras inúmeras participações no campo político nacional no decorrer dos primeiros anos do governo militar. Em 1966, quando principiavam as mudanças de posicionamento político em OESP, o grupo lançaria seu jornal vespertino, o *Jornal da Tarde*. Embora este estivesse sob o comando do combativo jornalista Mino Carta, ele seguiria a mesma linha editorial de OESP, portanto, sendo ainda bastante favorável aos rumos dos governos militares. As ressalvas ao governo começariam a surgir em OESP por meio de editoriais críticos quanto aos rumos da evolução política

³ Benevides (1981) e Biroli (2004) enfatizam o envolvimento de Júlio de Mesquita Filho, desde 1962, com o movimento que culminaria com o golpe civil-militar de 1964. Ademais, afirmam que o proprietário de OESP, além de ter redigido o roteiro da revolução, participou de reuniões com militares na sede do jornal.

nacional, ainda que fossem exaltados os “êxitos da revolução no campo econômico-financeiro”. (DHBB-FGV, 2001, p. 2232).

Em fins de 1968, com editoriais incisivos, o matutino da família Mesquita marca definitivamente sua condição de contestação e indignação para com os governos militares e, assim, assume a bandeira da oposição possível. O célebre editorial “Instituições em Frangalhos”, publicado pelo OESP na edição de 13 de dezembro daquele ano, a qual fora apreendida nos pontos de venda pelo regime, seria o ponto culminante no desgaste entre a linha editorial do jornal e os governos militares. Em consonância com a apreensão desta edição, surge a presença da censura na redação, fato que se tornaria parte da rotina dos profissionais de OESP por longos anos. Com o acréscimo da reprimenda governamental, após a adoção do Ato Institucional nº. 5, o matutino busca estratégias para o cerceamento em vigor. A mais notória das utilizadas pelos redatores e editores de OESP era a substituição de trechos censurados por receitas culinárias ou trechos de poemas de Luis de Camões. No entanto, a editoria internacional do periódico toma parte em importante modificação estrutural posta em prática na estrutura gráfica do jornal, quando da supressão do primeiro editorial, substituído por duas colunas em corpo oito, com uma nota diária dos acontecimentos internacionais (DHBB-FGV, 2001, p. 2032), reeditando estratégia já utilizada no findar do Estado Novo, porém com a utilização de recurso gráfico distinto.

Ao longo do Governo Médici, o matutino da família Mesquita manteria uma posição de certa ambiguidade, ora enaltecendo políticas econômico-financeiras do governo federal, ora criticando as medidas arbitrárias no campo político. Esta atuação ambígua explica-se pelo simples fato de que, durante todo o governo do general Emílio Garrastazu Médici, a censura prévia continuaria instaurada no jornal, cerceando seu campo de atividade. Em 30 de março de 1973, OESP seria censurado ao noticiar a celebração da missa de sétimo dia do estudante Alexandre Vannucchi Leme. Segundo organizações de direitos humanos e demais grupos de oposição ao regime, Leme teria sido preso, torturado e encontrado morto em sua cela. Na versão oficial do regime, o estudante teria sido atropelado por um caminhão enquanto tentava fugir do local em que se encontrava encarcerado. A notícia impressa nas páginas de OESP não questionava esta versão, apenas retratava parte do sermão do bispo Dom José Melhado Campos, no qual fora reiterada a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, sobretudo no tocante ao direito de presunção de inocência, até que se prove o contrário. Ainda nesta notícia, seriam publicados trechos das declarações do ministro da Educação, Jarbas Passarinho,

afirmando que as relações do governo com a área estudantil não seriam prejudicadas por este trágico acontecimento.

Em substituição a aquela matéria, o jornal não apresentaria os célebres trechos de Camões, substituindo desta vez o material censurado por uma curiosa carta de um suposto leitor, comentando a política nacional dispensada para o campo da agropecuária⁴. Esta estratégia tornar-se-ia frequente ainda em 1973. No dia 04 de abril um discurso de Júlio de Mesquita Neto, proferido na reunião da Associação Internacional de Imprensa, incisivamente afirmaria que não havia liberdade de imprensa no país. No lugar deste conteúdo, obviamente censurado, algumas cartas de leitores, com destaque para um que afirmava que o Brasil deveria investir mais em jardinagem e outro reclamando dos incessantes barulhos do tradicional reduto de boêmios paulistas, a Rua Augusta⁵. Assim, podemos perceber que, com a manutenção da censura prévia, a utilização do astuto recurso substitutivo teve de ser aprimorado, abrindo espaço para a inventividade de seus jornalistas e redatores, além de ampliar o espaço em que, com a proibição da publicação de conteúdos previamente selecionados, seriam publicados materiais de outras editorias, como a internacional, por exemplo.

A censura prévia deixará o diário em abril de 1975, já durante o governo Geisel, quando o matutino da família Mesquita, que então completava seu centenário, viu-se livre deste impedimento governamental e pode reassumir sua linha editorial, estando, de certa forma, livre para expressar sua opinião, não sem descuidar da autocensura. Diferentemente de muitos órgãos da imprensa nacional que continuariam cerceados até o findar dos anos 1970, OESP pode acompanhar com certa autonomia os passos trilhados rumo à democratização (DHBB-FGV, 2001. p. 2033). Juntamente com a autonomia editorial, o grupo jornalístico alcançaria grande sucesso empresarial, o que possibilitaria a mudança de suas oficinas e redações para um conjunto de prédios mais bem localizados e com amplo espaço físico.

Deste modo, o material jornalístico produzido pelo OESP, e utilizado nesta dissertação, deve ser compreendido dentro de dois momentos distintos, quais sejam: do início do governo Geisel, em 1974, quando este sinalizava como processo de abertura política, até o fim da incomoda presença dos responsáveis pela censura nas suas

⁴ *O Estado de S. Paulo*, 30/03/1973. Acerca das matérias originais, assim como as substitutivas, encontram-se disponíveis em <http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contra-a-censura,20408.htm>

⁵ *O Estado de S. Paulo*, 04/04/1973.

redações, ocorrido em 1975, e desta data em diante, já sem a ação da censura prévia, mas ainda com possibilidades de ser cerceado, visto que o periódico, assim como boa parte da imprensa nacional não gozava de plena liberdade, ao menos até a supressão total dos aparatos repressivos dos militares no país. Mesmo com o fim da censura prévia, há para o OESP, assim como para todos os outros órgãos jornalísticos nacionais, a possibilidade de ser censurado, o que impunha a este órgão jornalístico uma espécie de código de autocensura.

Fundado em 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco, o jornal diário e matutino carioca *Jornal do Brasil* (JB) tem no curso de sua história uma série de fatos que são basilares ao estudo da história da imprensa no Brasil, sobretudo a partir de meados da década de 1950. Constituído inicialmente como uma folha monarquista, o jornal passaria pelas mãos de Rui Barbosa, atuando como defensor dos interesses republicanos; ainda em fins do século XIX, nova mudança, assumindo uma feição mais popular, com destaque para a problemática suburbana e da população menos favorecida. Em 1919, decorrente de uma hipoteca não paga, o controle do periódico passa às mãos do conde Ernesto Pereira Carneiro, cuja família seria detentora do grupo até o recente ano de 2001. Entre as décadas de 1930 e de 1940, compreendendo em parte o Estado Novo, o periódico manteve uma atuação política discreta, apoiando algumas medidas e criticando, serenamente, outras medidas governamentais. O aspecto gráfico deste período é marcado pela primeira página do jornal ter-se transformado em um boletim de anúncios.

A reforma gráfica e editorial pela qual o JB passará nos anos 1950 será definidora de novos aspectos gráficos, que não ficariam restritos ao jornal, influenciando toda a imprensa nacional. Iniciada em 1953 com a aquisição de novos equipamentos gráficos, a reforma tem seu primeiro marco em 1956, com a criação do suplemento dominical e a entrada de Odílio Costa Filho no grupo que coordenaria a reformulação. Ao lado deste, ingressariam jovens jornalistas egressos do *Diário Carioca* e da *Tribuna da Imprensa*, que dariam novo aspecto aos textos publicados no JB. As modificações substanciais nos aspectos gráficos do jornal ocorrem entre 1957 e 1961, quando houve a introdução paulatina de fotografias e outros formatos de imagens na primeira página. Merece destaque ainda a criação do caderno de esportes, verdadeiro laboratório do jornal, onde diversas modificações gráficas foram testadas para posteriormente servirem de base para todo o periódico. Em 1959, a reestruturação da primeira página, composta agora somente por notícias em detrimento dos classificados,

daria o impulso que faltara até então ao intuito reformista dos que administravam o periódico.

A criação de novos cadernos e a entrada de Alberto Dines como editor-chefe do JB, em 1961, consolidaria as profundas transformações ocorridas ao longo dos anos, posicionando o jornal dentre os maiores do país. Mesmo demonstrando claramente em suas páginas sua orientação católica e liberal, o JB não encampara grandes campanhas ou embates políticos no decorrer de sua história, exceção aos primeiros anos de sua existência. Consolidado após suas reformas, o jornal passaria a abarcar mais claramente campanhas e movimentações políticas. Após a renúncia de Jânio Quadros, o jornal afirma sua posição a favor da legalidade, posicionando-se em prol da posse de seu vice, João Goulart. Este posicionamento acarretaria conseqüências, como a censura imposta por Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, com a qual chegou a proibir 90% do conteúdo que seria publicado pelo jornal.

As posições progressistas do periódico no campo político, em princípios dos anos 1960, contrastam com suas opiniões austeras no plano econômico. E será justamente este o fator que motivará inicialmente a ruptura do jornal com o governo Goulart, após a falência do Plano Trienal. A motivação de aparente ordem política, quando da inclinação do governo à esquerda, pode ser vista como outro fator determinante, embora o jornal não tivesse encampado em suas páginas grandes críticas ao modelo político como fez o OESP, por exemplo. Entretanto, as justificativas do JB no apoio ao movimento civil-militar de 1964 não se baseiam exclusivamente nestes pressupostos, sendo a defesa da liberdade de imprensa e a continuidade democrática as bandeiras que o jornal assume ter hasteado, não somente no conturbado período do pré-1964, mas em toda sua história.⁶

Assim, no curso dos governos militares, o JB manteve apoio à grande parte das medidas econômicas e sociais tomadas pelos militares, sem deixar de trilhar os caminhos da oposição possível. Neste sentido, a oposição ao regime dava-se mais explicitamente em colunas como as de Alceu do Amoroso Lima, sob o pseudônimo de Tristão de Ataíde, e de Carlos Castelo Branco, nas quais críticas substanciais foram impressas, em detrimento à linha editorial de apoio ao regime, adotada pelo jornal. À exceção destas críticas de seus colunistas, o JB imprimira notável apoio ao governo de Castelo Branco, tendo apoiado sua escolha como presidente, no intento de formar no

⁶ Afirmções do editorial *Um Século de Brasil*, publicado pelo JB em 09 de Abril de 1991, na edição comemorativa do centenário do periódico.

país um poder executivo fortalecido. Esta brusca alteração de valores – de uma opção amplamente liberal para um apoio incondicional a um executivo forte – era decorrente da visão do jornal sobre o que ele entendia como falência do governo João Goulart, assim como da consequente visão de que o ideário da concentração dos poderes e a limitação da atuação do Congresso Nacional representariam um fator de modernização do país. O JB encamparia estas teses, abandonando os valores liberais em nome de uma opção tecnocrática (DHBB-FVG, 2001, p. 2871).

Embora a linha editorial do periódico tivesse se mostrado favorável ao regime em seus primeiros anos, a indicação do general Artur da Costa e Silva não fora bem recebida pelo JB. Costa e Silva era denotado em editoriais como incapaz de conduzir e manipular as lutas entre as diversas vertentes dos militares, impedindo o endurecimento do regime. Após a institucionalização do AI-5, o JB veria estas críticas confirmadas. As críticas ao governo, que diminuiriam por motivo evidente e de maneira constante, cessariam após a morte de Costa e Silva e a ascensão de Médici, sobretudo no campo econômico, onde o projeto desenvolvimentista e de grandeza nacional do ministro Antonio Delfim Neto encontraram ressonância nos resquícios liberais ainda presentes no JB. Na esfera política, ainda que o apoio ao regime fosse constante, o matutino carioca teria que conviver com a censura, a qual recaía, notadamente, sob o trabalho de chargistas e colunistas do jornal. Apesar da censura, as críticas aos arbítrios continuariam a ser impressas, como já foi salientado, no espaço reservado aos seus colunistas.

No início do Governo Geisel, talvez em função do clima de abertura sinalizada pelo governo, o JB passaria a imprimir mais claramente suas críticas às medidas governamentais, sobretudo ao estilo centralizador do presidente. Ademais, Geisel denotara-se por ser favorável à estatização e ao fortalecimento das estatais já existentes, o que contrariava princípios liberais do jornal. Em defesa da iniciativa privada, o matutino carioca moveria campanhas contínuas contra as medidas estatizantes do governo, dentre as quais há destaque para a relativa ao acordo nuclear firmado com a Alemanha e as em defesa da prospecção de petróleo por empresas estrangeiras, a despeito do então crescente prestígio da Petrobrás nos meios governamentais. Este posicionamento crítico seria prejudicial aos interesses dos proprietários do JB, os quais sofreram boicote da publicidade governista, tendo sido negadas ainda concessões de rádio e dificultado o processo para a concessão de um canal televisivo, porém, obtida, mas que, depois, acabaria sendo repassada ao Estado. Deste modo, ainda que tenha

apoiado o regime quando do despontar deste, o matutino figuraria entre um dos órgãos de maior oposição ao autoritarismo, justamente no momento em que o governo sinalizara com a possibilidade de findar ele mesmo as medidas arbitrárias.

Fundado em 1921 por Olival Costa e Pedro Cunha, com o título *Folha da Noite*, o jornal *Folha de S. Paulo* (FSP) ostenta este título desde 1960, tendo sido precedido por mais três órgãos, todos pertencentes ao grupo Folha da Manhã S.A.⁷ Foi um dos periódicos com atuação mais incomum e contundente durante o regime militar. Antes de pertencer à família Frias de Oliveira, o periódico passara pelo controle de outros dois grupos. Dentre os antigos proprietários, destaca-se Nabantino Ramos que, em 1945, assume o controle acionário do grupo e realiza uma série de mudanças gráficas e estruturais. Dentre as realizações executadas por Ramos, destacam-se a instalação de uma rotativa *Goss*, de fabricação norte-americana, já em 1946; o lançamento do vespertino do grupo, a *Folha da Tarde*; a concentração de todo o maquinário produtivo do grupo em um só prédio, que posteriormente abrigaria toda a produção do grupo Folhas e, principalmente, a unificação dos três periódicos em uma só folha, que passaria a ser matutina⁸. Em 1962, o grupo FRICAL, representado pelos empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, assume o controle da empresa, alçando-a no decorrer de um ano a novos patamares e margens de lucro, chegando a alcançar em dezembro de 1963 uma carteira de 70 mil assinantes e vendendo cerca de 100 mil exemplares diários em bancas⁹. A revolução tecnológica, pautada, sobretudo, em novos aspectos logísticos, fez com que o jornal alcançasse relativa tranquilidade financeira, influenciando a atuação do grupo durante o regime militar, ao preservar em partes sua autonomia política. Os rumos empresariais do grupo *Folhas* seriam alterados com esta comutação, como seria da mesma forma a linha editorial. Com José Reis como diretor de redação, a FSP notabilizou-se por ser notadamente anti-janguista e amplamente favorável ao movimento que culminou com o golpe de 1964, apoiando-o editorialmente.

⁷ São eles: *Folha da Noite*, de 1921, impresso inicialmente nas oficinas gráficas do jornal OESP; *Folha da Manhã*, o primeiro matutino do grupo Folhas, criado em 1925, e *Folha da Tarde*, o vespertino do grupo que estreou em 1945. Cada um dos órgãos, além de horário próprio à sua circulação, contava com linha editorial impar, sendo bastante distintos em termos editoriais e gráficos.

⁸ Segundo cronologia apresentada no site da própria *Folha de S. Paulo*, em decorrência do aniversário de 80 anos do grupo. Segundo a historiografia recente, a *Folha da Tarde*, lançada em 1945, circulou até 1999, quando foi substituído pelo *Agora São Paulo*. A cronologia oficial encontra-se no endereço eletrônico: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/cronologia.shtml>, acesso em 02/12/2011. Para outras informações, Capelato e Mota (1981) e Kushnir (2004).

⁹ Extraído de: http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02.shtml. Especial de 80 anos do Grupo Folha, op. Cit.

O apoio empregado, inicialmente por meio de editoriais notoriamente críticos ao governo João Goulart e, posteriormente, favoráveis ao governo militar, tornar-se-ia mais evidente, embora velado no decorrer do regime. Segundo aponta pesquisa de Beatriz Kushnir (2004, p. 272, 273 e 287), o grupo *Folhas* colaboraria com o esquema de repressão da ditadura militar, sendo que o grupo se integrará ao regime como órgão de propaganda e, ainda, como colaborador direto de ações repressivas dos governos militares pós-AI-5. A *Folha da Tarde*, um dos jornais do grupo Folhas, denota particular alinhamento com os governos militares no período de intensa repressão, tendo sido acusada de ceder veículos de sua frota para o transporte de presos políticos, além de utilizar seu espaço editorial para imprimir releituras da realidade nacional vivida, sem qualquer isenção. O posicionamento ambíguo deste órgão é mais claramente perceptível quando nota-se que, além das críticas advindas da esquerda por sua presumível participação em atos repressivos, fora também bastante criticado por membros do regime e, por não poder expressar totalmente sua opinião, chegou a interromper a publicação de editoriais. Assim, no período que é conhecido como o de maior dificuldade do periódico, o mesmo via-se entre dois fogos (CAPELATO, MOTA, 1981).

A partir de 1974, com os novos rumos da política nacional, a FSP promove gradualmente o ingresso de intelectuais, políticos e personalidades opositoras ao regime militar entre seus articulistas. Este recurso, aliado à criação do conselho editorial, em 1978, contribuiu para que o jornal passasse a ser visto como um tipo de porta-voz da sociedade civil nos momentos finais do regime militar (ARBEX JR., 2001. p. 142-143).

O ano de 1977 marca um dos maiores atritos entre a FSP e o regime militar. Em decorrência de uma crônica de autoria de Lourenço Diaféria, considerada ofensiva às forças armadas, o regime decreta a prisão do escritor e jornalista. Em resposta à reprimenda governista, o periódico publicaria colunas em branco, com explicações aos leitores do intento de tal ausência. O desagrado é grande nos meios militares e, devido a ameaças de empastelamento e suspensão temporária do periódico, os diretores optam pela substituição do editor-chefe Cláudio Abramo por Boris Casóy, jornalista que já trabalhara no curso dos governos militares para o governo federal e para o estadual paulista e que tinha grande trânsito nos meios militares. Tal substituição levaria o periódico a mais um período de tranquilidade em seu relacionamento com o governo.

Embora tivesse ficado publicamente conhecido como o mais governistas dos jornais brasileiros no decorrer do regime militar, *O Globo* (OG), inicialmente, não fora

fundado com tais propósitos. Em sua primeira edição, datada de 29 de Julho de 1925, o jornal de Irineu Marinho se autodenominava como defensor das causas populares e isento de afinidades com governos. No entanto, a simpatia demonstrada pela Coluna Prestes e a oposição à candidatura de Washington Luís à presidência demonstrariam que o estreito relacionamento do jornal com o campo político seria possível ao longo de sua trajetória. Durante o período de vigência do Estado Novo, o jornal adota uma postura de não enfrentamento para com o governo Vargas e com o Departamento de Imprensa e Propaganda. Neste sentido, as páginas do periódico passam a dar maior destaque aos esportes, divulgando também com maior destaque o noticiário internacional, omitindo muitas notícias nacionais, ao invés de noticiá-las sob a forma recomendada pelas autoridades.

No curso da segunda guerra mundial, OG posicionar-se-ia em favor dos aliados, antes mesmo do ingresso do Brasil, publicando farto material sobre o conflito e, conseqüentemente, fortalecendo sua editoria internacional. Em 1945, o fim da guerra coincidia com o fim do Estado Novo e, novamente, o periódico não seguiria sua orientação inicial de não participação política, opinando nos rumos políticos do país, sobretudo em relação à, segundo o periódico, inevitável deposição do presidente (DHBB-FVG, ano 2001. p. 2542). No curto período democrático que antecede o golpe militar de 1964, OG manifesta-se no campo político, apoiando teses da UDN, opondo-se ao governo de Juscelino Kubitschek e, posteriormente, apoiando o governo Jânio Quadros. Com a suposta guinada à esquerda promovida por Jânio, sobretudo no campo da política externa, o apoio do periódico de Roberto Marinho transforma-se em oposição declarada. O mesmo tratamento será dispensado a João Goulart, dado o interesse do periódico na defesa do capital estrangeiro e a total repúdio em relação às reformas de base idealizadas e postas em práticas pelo então presidente da República. Assim sendo, o desacordo em termos econômicos e a guinada à esquerda do governo Goulart são as justificativas do grupo para a defesa e apoio dispensados ao movimento militar de março de 1964.

Ao longo dos governos militares, o periódico demonstra apoio às decisões no campo econômico, social e político. O jornal apoiou incondicionalmente o governo do marechal Castelo Branco, embora na esfera estadual, tendo rompido com Carlos Lacerda em 1963, tivesse apoiado o candidato oposicionista, Negrão de Lima, para o cargo de governador da Guanabara. Possivelmente em decorrência desta discordância política, Carlos Lacerda irá, em 1965, denunciar a infiltração de capital estrangeiro na

televisão nacional, referindo-se ao acordo financeiro firmado entre o grupo televisivo comandado por Roberto Marinho e o grupo americano Time-Life. A representação de Lacerda contra o órgão midiático das organizações de Marinho repercutiu na imprensa nacional, obtendo apoio dos Diários Associados e, posteriormente, de OESP. O JB, em editorial, definiria a campanha como “jacobinismo provinciano”.

Transformando-se gradualmente no mais governista dos jornais brasileiros, OG irá modificar posicionamentos que eram caros ao jornal em detrimento do apoio às políticas governamentais adotadas pelos militares. Exemplo claro deste posicionamento é evidenciado no apoio que o jornal dispensa à política de estatização, sobretudo no governo Geisel, contrariando os próprios ideais liberais que o jornal sempre alardeara, e indo contra grande parte da imprensa que, enquanto órgãos da iniciativa privada, contrariariam e criticariam medidas deste caráter. Ademais, o jornal caracterizou-se pelo apoio incondicional ao combate à subversão, evidenciado nas campanhas movidas pelo jornal e em editorial quando da celebração de 50 anos do órgão impresso de Roberto Marinho. Apesar do claro apoio dispensado pelo jornal de Marinho aos governos militares, outras mídias do grupo coordenado por esta família seriam prejudicadas pela censura. O telejornal *Jornal Nacional*, líder em audiência no país desde seu lançamento e um dos principais produtos midiáticos da Rede Globo de Televisão, teria logo na estréia que conviver com a censura. A notícia relativa ao grave problema de saúde do então presidente Marechal Artur da Costa e Silva foi proibida, sendo divulgada apenas uma nota oficial. Diversas outras chamadas jornalísticas seriam proibidas no telejornal, através de variados métodos de censura, sendo os principais o envio de memorandos ou ligações telefônicas (MEMÓRIA GLOBO, p. 35-36). Cabe ressaltar que a informação acerca destas práticas de censura é, sobretudo, presente em obra produzida pelas Organizações Globo, sendo esta informação passível de maiores análises, haja vista que é a voz oficial do grupo.

Em 1984 o apoio ao movimento militar de 1964 seria assumido publicamente através de editorial assinado por Roberto Marinho, então diretor-redator-chefe do jornal e proprietário do conglomerado midiático. Marinho justificaria a participação no golpe civil-militar afirmando que: “participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das liberdades democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica” e ainda afirmaria, já em fins do regime militar, que os órgãos midiáticos do grupo por ele presidido teriam “permanecidos fiéis aos seus objetivos, embora conflitando em várias oportunidades com aqueles que pretenderam assumir a

autoria do processo revolucionário”. Ao tratar da adoção do Ato Institucional Nº5, há para este a justificativa pautada na “intensificação dos atos de terrorismo” destacando o fim deste recurso discricionário, já sob o governo Geisel, onde, segundo o editorial, findou-se “o período discricionário, significando que os anseios de liberalização que Castelo Branco e Costa e Silva manifestaram em diversas ocasiões e que Médici vislumbrou em seu primeiro pronunciamento finalmente se concretizavam”. Neste editorial revelador, Marinho ainda apresenta dados relativos ao decréscimo da inflação e ao crescimento econômico do país sob o comando militar, sem ao menos citar os diversos momentos de repressão dos governos militares.¹⁰

Considerada a maior e mais polêmica revista brasileira (MIRA, 2001, p. 75.), *Veja* foi lançada em 1968, transformando-se num dos veículos de imprensa mais atuantes do país, sobretudo no que se refere às críticas possíveis ao regime militar. Lançada em meio ao período mais conturbado do regime, os planos para seu lançamento datavam de, ao menos, 10 anos antes, quando Roberto Civita estudara nos EUA e fora *treinee* na empresa Time Inc., editora da maior revista semanal de informação daquele país, de onde sairia claramente a inspiração para a criação de *Veja*. Ainda antes do lançamento de seu projeto editorial mais ousado, Roberto Civita, acompanhado de Mino Carta, iria conhecer as redações das principais revistas semanais de informações. Estas viagens seriam definidoras para o futuro da revista, dado o contato com semelhantes já estabelecidas em diversas partes do mundo e, sobretudo, para a editoria internacional de *Veja*, visto que foram firmados contratos para aproveitamento de material editorial da revista norte-americana *Newsweek*, da francesa *Paris-Match*, da italiana *Epoca* e igualmente com a alemã *Der Spiegel*.

Quando a revista é lançada, em 11 de setembro de 1968, a Editora Abril já havia consolidado o maior parque gráfico da América Latina (BAHIA, 1990, 401). Este fortalecimento editorial, que de certa maneira possibilitou que o ousado projeto de *Veja* fosse lançado, é decorrente do sucesso editorial de revistas que a precederam na editora. *Quatro Rodas*, por exemplo, pensada para ser uma publicação técnica sobre automóveis e turismo, acaba tornando-se um laboratório de texto, de onde sairão equipes que irão produzir dois dos maiores produtos jornalísticos nacionais da década de 1960, o *Jornal da Tarde* e a revista *Realidade* (RIBEIRO, 1998). O sucesso de *Quatro Rodas* é devido, em boa parte, à forte influência de seu diretor, Mino Carta, jornalista natural de Gênova,

¹⁰ “O Globo, 07/10/1984. “Julgamento da Revolução”, de Roberto Marinho.

Itália, radicado no Brasil desde 1945. Além de ter sido responsável pelo lançamento da revista *Quatro Rodas*, sucesso de editorial da Abril, trabalhou no jornal *O Estado de S. Paulo* e retornou à Abril com a incumbência de lançar *Veja*, da qual seria diretor de redação até 1975. Além de *Quatro Rodas*, outro produto midiático da Editora Abril, possibilitando que a editora alcançasse a liderança de revistas, foi *Realidade*. Lançada em 1966, rapidamente chegou à cifra de 500 mil exemplares vendidos por edição, sucesso obtido em vista das grandes reportagens, do grandioso investimento publicitário recebido e das inovações gráficas e editoriais que representava em relação às principais concorrentes – *Manchete*, *O Cruzeiro* e *Visão*¹¹. Sucesso de público e crítica, a revista mensal chegou a circular por dez anos, mas pouco menos de três em condições ideais: de seu lançamento, em 1966 à promulgação do AI-5, em dezembro de 1968 (MIRA, 2001, p. 69).

Com estrondosa campanha publicitária, o lançamento da revista *Veja* seria recebido com bastante entusiasmo por parte do público leitor, que esgotou os 700 mil exemplares distribuídos em bancas de todo o país (MARTINS e LUCA, 2008, p. 218). Nesta campanha de lançamento *Veja* ocuparia 12 minutos do horário nobre da TV brasileira, transmitindo imagens da produção da revista e do trabalho de seus jornalistas, em rede antes só utilizada para graves declarações de chefes de Estado do país¹². Este sucesso inicial de vendas explica-se ainda através da enorme evolução logística colocada em prática com o intuito de que a revista chegasse a todos os pontos de venda do país, no mais tardar, às segundas-feiras. No entanto, o sucesso inicial não foi sustentado pelo semanário nos números seguintes, chegando à alarmante cifra de 100 mil exemplares vendidos semanalmente, já na quinta edição (ALMEIDA, 2008, p. 39). Esta cifra tendia a cair com o passar dos meses, podendo ter chegado a apenas 23 mil exemplares impressos semanalmente, segundo dados apresentados por Carmo Chagas, à época editor-assistente de *Veja* (ALMEIDA, 2008, p.42.).

Embora a crise financeira da revista fosse perceptível, um de seus maiores entusiastas e idealizador do projeto, Roberto Civita, bancou a permanência da publicação na editora Abril. As demissões recorrentes de funcionários, devido à crise,

¹¹ Embora a revista *O Cruzeiro*, integrante dos Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand, alcançasse a impressionante cifra de 720 mil exemplares vendidos semanalmente entre 1954 e 1955 – recorde que viria a ser batido por *Veja* somente em meados dos anos 1980 – e tivesse lançado edições internacionais posteriormente a este recorde, à época do lançamento de *Realidade*, da Editora Abril, ela já se encontrava em decadência, sobretudo após os acontecimentos de 1964. Fator que auxilia na compreensão da tomada da liderança deste mercado por *Realidade* e, posteriormente, por *Veja*.

¹² *Veja*, Edição Especial, setembro de 1972.

seriam causadoras de uma nova maneira de se fazer jornalismo semanal, com a extinção das reportagens especiais e a divisão dos jornalistas que antes faziam estas matérias em editoriais específicas, das quais seriam editores-assistentes ou redatores. Os repórteres, em número diminuto, foram alocados sob uma única chefia de reportagem, donde deveriam ser designados para a editoria específica, o que gerou grande contenção de gastos e aprimoramento dos afazeres jornalísticos de seus funcionários.

Veja demoraria a encontrar sua fórmula ideal, mas o fazia justamente ao abandonar o que tinha de mais inventivo: a pauta circular. Quando um fato de grande relevância ocorria em determinada parte do país, uma pauta sobre o assunto era enviada às sucursais, solicitando material semelhante. Com um emaranhado de fatos semelhantes, os editores teriam a incumbência de montar a estrutura da matéria, dando-lhe caráter nacional. Mino Carta diria que, quando o primeiro número saiu das oficinas gráficas da editora Abril, já era perceptível que não seria aquele o modelo ideal e que, por um longo período, navegou na escuridão, até encontrar a fórmula¹³. Uma série de mudanças, além da extinção da pauta circular, seria posta em prática no periódico para tentar alçá-lo à condição de uma revista semelhante ao modelo semanal informativo já existente em outras partes do mundo. Dentre elas, destaca-se a adoção das “páginas amarelas”, trazendo assuntos relevantes através de entrevistas com personalidades do país e do mundo. Ironicamente, este que é um dos pontos marcantes de *Veja*, ganhou esta cor por haver um estoque de papel de gramatura diferente nos depósitos da Editora Abril, em um tom pouco utilizado na imprensa impressa do período. Em consonância com esta mudança, houve a introdução de um caderno de investimentos, localizado na parte final da revista, que também representou mudança significativa¹⁴. Aliado a estas mudanças gráficas, acrescentou-se a introdução da venda de assinaturas, que com um sistema logístico diferenciado ajudou a reverter os prejuízos iniciais da revista.

Outro fator que daria novo ímpeto às vendas do semanário seria a criação dos fascículos, sendo a série sobre a conquista da lua, lançado em 1969, o que mais serviu como expediente para manter circulação da revista elevada¹⁵. Outro diferencial da revista foi encontrar seu espaço editorial nas grandes coberturas da política nacional, sobretudo na crise sucessória provocada pela doença do presidente Costa e Silva e pela

¹³ *Veja*, Edição Especial, setembro de 1972.

¹⁴ *Idem*.

¹⁵ *Idem*.

demorada escolha de seu sucessor pelo Alto Comando das Forças Armadas¹⁶. Assim, com linha editorial mais bem definida, vendas crescentes e com prestígio recuperado, *Veja* alcançaria a sonhada estabilidade, necessária para tornar-se a maior revista semanal de informações do país. Mas este caminho ainda sofreria percalços.

Além dos problemas financeiros e de padrões gráficos, a revista teve de aprender a conviver, desde seu lançamento, com as pressões do regime militar, principalmente em relação a um de seus criadores e diretores, Mino Carta¹⁷. Os problemas da revista com os órgãos da censura federal já se dariam a partir de sua primeira edição, cuja capa destacava, num fundo vermelho, uma foice e um martelo, e com chamada de matéria que trataria da crise do mundo comunista. Porém, aos olhos dos censores, tratava-se de propaganda comunista indireta. O número 15 da *Veja*, ocupado com matéria sobre o Ato Institucional nº 5, embora tendo passado pelo crivo do censor, foi retirado de circulação pela polícia federal. A partir daí, os aparatos de censura inferem a suposta periculosidade do periódico e intensificam a vigilância às edições por meio de bilhetes ou telefonemas à redação.

A presença de um censor na redação da revista – fato de considerável ocorrência na imprensa brasileira do período – se inicia a partir da edição nº. 68, em decorrência de duas capas nas edições anteriores abordando o tema “Tortura”, das quais a edição nº. 66, de 10/12/1968, fora retirada de circulação. As idas e vindas dos censores à redação da revista tornam-se constantes durante a década de 1970, em alguns períodos com maior regularidade e acuidade, e em outros com uma repressão, em termos, mais branda. Outras matérias, como a da edição nº. 91, de 03/06/1970, versando sobre Carlos Lamarca, seria amplamente censurada e, mesmo assim, ameaçada de ter, *à posteriori*, sua circulação suspensa.

No ano de 1974, a censura prévia volta a instalar-se na *Veja*, após a publicação de uma nota sobre a indicação de Dom Helder Câmara ao Nobel da Paz. A revista passa a denunciar a censura em suas páginas por meio de gravuras de anjos e diabretes, além de personagens criados para analisar a própria censura e, também, de páginas deixadas em branco. Enquanto a *Veja* denunciava a censura, a revista se viu livre daquele expediente por um curto período, contudo, na sua forma prévia, pois os bilhetes e telefonemas com censura continuaram (ALMEIDA, 2008, p. 23-29; DHBB/FGV, 2001,

¹⁶ Idem, p. 14, 20.

¹⁷ Em 1975, um ano antes do fim da censura prévia em *Veja*, Mino Carta é demitido da revista. Em solidariedade a ele, muitos outros jornalistas se demitem. Para muitos dos colaboradores, *Veja* não seria mais a mesma revista após a saída de Mino Carta (MIRA, 2001, p.78-79).

p. 2003). Neste período onde a censura federal ocupou, direta ou indiretamente, a redação de *Veja* dezenas de matérias foram censuradas, total ou parcialmente, em diversas editorias, sobretudo nas ocupadas com o ambiente político nacional e internacional¹⁸. A censura prévia em *Veja* duraria de maio de 1974 a junho de 1976 praticamente ininterruptamente, e, mesmo a escolha deste período para nossa pesquisa não sendo intencional, é necessário atentar-se a este fator enquanto condicionante principal para na confecção e diagramação dos conteúdos abordados pela revista, sobretudo em sua editoria internacional.

Então, percebe-se que os órgãos da grande imprensa denotavam no curso dos anos 1970 particular participação no campo político, enquanto agentes diretos, influenciando e impondo sua visão de mundo aos seus leitores, ou ainda com participação indireta, porém incisiva, quando de suas críticas e denúncias ao regime militar brasileiro. Nestes termos, a editoria internacional e o espaço destinado para publicações internacionais nestes órgãos midiáticos fortaleceram-se ao longo do século XX. Muitas vezes, a utilização do conteúdo desta editoria ocorreria através de práticas empregadas mais pela necessidade do que pelo cuidado com o noticiar estrangeiro, sobretudo em tempos de cerceamento político. Para compreender e analisar os espaços destinados ao noticiário internacional nestes órgãos e de que maneira este tornou-se possível, cabe ainda entender quais foram os agentes, as práticas e as técnicas empregados no noticiar de acontecimentos de grande relevância internacional, como a Revolução dos Cravos.

1.2 Editoria internacional: agentes e práticas

O espaço dedicado ao noticiário internacional na grande imprensa brasileira atualmente, com raras exceções, não faz jus às suas origens. (AGUIAR, 2008, p.01). Tanto a *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficial da corte portuguesa aqui instalada, quanto o *Correio Braziliense*, folha produzida por Hipólito da Costa em Londres, ocupavam-se essencialmente com o noticiário estrangeiro, embora as folhas fossem bastante distintas entre si. O primeiro pode ser visto como um periódico ocupado “do

¹⁸ Para levantamento detalhado de conteúdos não publicados ou retalhados da revista, ver ALMEIDA, 2009, p.179.

estado de saúde de todos os príncipes da Europa”, cuja fonte primordial para produção de seus textos jornalísticos era a *Gazeta de Lisboa* ou outros periódicos advindos da Inglaterra, não ocupando outro papel, senão o de “agradar à Coroa de que tão estreitamente dependia” (SODRÉ, 1999, p.20). Expediente que de certa forma, pode ser visto como uma forma rudimentar de noticiar fatos estrangeiros (NATALI, P 39). Já a folha de Hipólito da Costa, ocupada com diversos seguimentos, ostentando 100 páginas em média, abordara temática mais variada, dedicando grande parte de suas páginas com a temática política, sobremaneira em defesa dos ideais liberais. No entanto, o noticiário estrangeiro abarcava maior parte do periódico, partindo dos acontecimentos europeus para desenhar um paradigma aplicável ao projeto nacional encampado por seu proprietário (AGUIAR, 2008, p.02).

Esta ideia, segundo a qual o jornalismo nasceu com forte vocação internacional, pode ser aplicada a este campo como um todo. Natali (2004, p. 22-24) afirma que o próprio jornalismo “nasceu internacional”, na medida em que os primeiros órgãos jornalísticos da modernidade eram os *newsletters*, boletins noticiosos da burguesia holandesa, produzidos a partir do século XVI. Estes órgãos permitiriam a criação de uma rede de informações mercantis paralela às redes diplomáticas e eclesiásticas, que orientavam os monarcas e os dirigentes da burocracia da Igreja, respectivamente. Contrapondo-se à tese de Natali, Los Monteros (2005, p. 49) atesta que o noticiário em seu primórdio tinha interesse pelos acontecimentos locais e sobre o que era de interesse das elites sociais. Para este autor, o foco no noticiário internacional surgiria somente no século XIX, quando da organização das agências de notícias internacionais. Acreditamos que a visão proposta por Natali é mais bem embasada, haja vista a falta de exemplos no pensamento exposto por Los Monteros. O que foi definidor para a imprensa internacional no século XIX são as inovações técnicas, como a invenção do telégrafo, por exemplo, que dariam impulso à imprensa que já se encontrava consolidada em solo europeu e nos EUA.

Como assevera Sodré (1999, p. 22), a história da imprensa confunde-se com a história do desenvolvimento da sociedade capitalista. Tal sociedade encontra-se em ampla ascensão no século XIX, assim como os meios técnicos necessários para o desenvolvimento da imprensa. Foi no decorrer deste século que a impressão dos jornais passou, das antigas impressoras de uma só folha, confeccionadas em madeira, para as impressoras a vapor, utilizada pela primeira vez no periódico britânico *The Times* em 1814, e que eram capazes de rodar mais de mil folhas por hora. Em 1865, a invenção

das impressoras rotativas e, posteriormente, a impressão baseada em máquinas de composição, também conhecidas por linotipo, tornou possível a impressão de milhares de páginas, representando outra revolução para a imprensa impressa. Natali (2004, p.30), também destaca o século XIX, quando em meados deste, “o trem e cabos de telégrafo foram instalados em toda direção (...), o impacto da rapidez na transmissão de informações e na distribuição de jornais e revistas foi proporcionalmente bem maior que o da computação e o da Internet no final do século XXI”.

Há, ainda no século XIX, uma data considerada de fundamental importância para o jornalismo internacional exercido no Brasil: 22 de junho de 1874. Instalado com um grupo de técnicos na cidade do Rio de Janeiro, o imperador D. Pedro II troca mensagens por telégrafo com monarcas europeus, com o presidente francês e com o Papa Pio IX. O cabo estendido no leito do oceano atlântico conectando por telégrafo o Brasil à Europa, findaria a longa espera de ao menos 28 dias, necessária para que os navios provenientes dos portos britânicos atracassem em nossos portos com notícias da Europa (NATALI, 2004, p. 40). Antes da invenção do telégrafo, as notícias internacionais chegavam ao Brasil, e conseqüentemente a todo o mundo não europeu, por meio de navios. A revolução ocorrida pela invenção e propagação do uso do telégrafo marcou a história da imprensa mundial, posto ter sido basilar para a constituição de agentes que se posicionariam entre os mais atuantes deste campo: as agências internacionais de notícias. Três anos após a troca de mensagens entre o monarca brasileiro e seus pares europeus, a agência *Reuter-Havas* instalaria sua sucursal na então capital do Brasil, Rio de Janeiro, fornecendo material jornalístico que abasteceria o noticiário internacional da incipiente imprensa nacional, que, pela primeira vez, publicaria seu noticiário em consonância com o que se publicava em outras partes do mundo. Apesar da fundação do primeiro escritório de uma agência de notícias no Brasil datarem de 1877, consequência do início das transmissões telegráficas no território brasileiro, as precursoras neste tipo de transmissão de informações datam de ao menos 50 anos antes em outras partes do mundo.

Em 1825, surgiria na França a agência *Reuter-Havas*, pioneira neste campo, posteriormente denominada *Havas*, e que seria a precursora da atual *Agence France-Presse* (AFP). O trabalho inicial desta resumia-se a tradução de informações publicadas no continente europeu para uso dos periódicos franceses, as quais eram majoritariamente de cunho econômico. Em 1851, Paul Julius Reuter, alemão associado à *Havas*, centralizou em Londres a captação e transmissão das informações produzidas

em solo europeu e, posteriormente, nos Estados Unidos, criando a agência que levaria seu nome, a *Reuters*. Em território americano, a iniciativa de criar um *pool* entre jornais de Nova York para coberturas internacionais dá origem, em 1846, a *Associated Press* (AP) que, transcorridos dez anos de sua criação, faria a primeira transmissão transatlântica através de cabo telegráfico¹⁹. Outra grande agência noticiosa norte-americana, até os dias presentes enviando informações ao mundo, é a *United Press Internacional* (UPI), fundada em 1958, quando da junção entre *United Press* e *International News Service*, criadas, respectivamente, em 1907 e 1909. A agência UPI rapidamente angariou seu espaço no mercado de informações mundial. Segundo a análise proposta por Aguiar (2009) – e por nós amplamente aceita – atribuir o surgimento das primeiras agências noticiosas à iniciativa individual de Charles-Louis Havas ou ainda ao empreendedorismo de Paul Julius Reuter é um descaso com o ambiente político, o contexto social e a influência econômica presente no período do surgimento destas agências. Assim, enfatiza Aguiar:

Um simples reexame da conjuntura histórica na Europa do período entre 1832 (início do serviço de Havas) e 1851 (criação da Reuters) traz à tona os aspectos de ruptura paradigmática vividos pela sociedade do capitalismo então incipiente, como o ápice da primeira revolução industrial, o ocaso definitivo do absolutismo (que, entre inúmeras outras restrições, praticava censura à imprensa), a invenção e rapidíssima instalação de malhas internacionais de telecomunicações e transporte (telégrafo e ferrovia) e a demanda por informação transcontinental derivada da integração das nações emancipadas das Américas na economia mundial (sem os monopólios das metrópoles)²⁰.

A ascensão e acuidade de tais agências internacionais de notícias têm também para Natali ligação com seus países de origem, haja vista que no século XIX os países de origem destes órgãos ascendiam neste momento de industrialização e expansionismo. Como detalha Natali (2004, p.32):

¹⁹ Embora usualmente haja a aceitação de que a criação da AP date de 1848, documentos recentemente encontrados podem corroborar que a criação desta agência ocorreu efetivamente dois anos antes. Ver: PYLE, Richard. 19th-century papers shed new light on origin of The Associated Press AP. http://www.ap.org/pages/about/whatsnew/wn_013106a.html. Acesso em 30 de junho de 2011

²⁰ AGUIAR, Pedro. Notas para uma história do jornalismo de Agências. Trabalho apresentado no VII Encontro Nacional de História da Mídia – GT História do Jornalismo. Fortaleza, 2009

Na história do jornalismo, a ascensão da bandeira de determinada agência esteve estreitamente atrelada à bandeira do país em que ela instalou sua sede e no qual fincou seus interesses. A França, o Reino Unido e os Estados Unidos foram países em ascensão no momento em que a industrialização os projetava por suas ambições expansionistas e por seu poderio industrial e mercantil. E, também, pelo poderio de sua imprensa. Em outras palavras, a história do jornalismo internacional é de algum modo a história dos vencedores.

Rossi (2000, p. 13.) circunscreveu o panorama da circulação mundial de informações no mesmo âmbito abarcado por Natali, ressaltando a expressiva participação das agências internacionais de notícias no mercado mundial, apontando a predominância da produção de notícias e de bens culturais vindos dos países desenvolvidos:

Os países desenvolvidos controlam praticamente o circuito mundial de notícias, através de cinco agências, editam 83% dos livros publicados no mundo, controlam as maiores agências de publicidade do mundo (sete são norte-americanas e três têm participação majoritária de capital norte-americano), produzem e exportam 77% de filmes para cinema – e assim por diante.

Para Los Monteros (2005, p. 50.), o jornalismo e as agências internacionais, como atividades econômicas do capitalismo, satisfizeram no início a necessidade de comunicação dos comerciantes e dos banqueiros que necessitavam se informar sobre preços de mercadorias. Nesse sentido podem ser consideradas com instrumento de viabilização econômica de determinadas classes sociais. A discussão acerca do papel das agências também é enfatizada por Somavia (1979). Para o autor, os sistemas de comunicação estariam a favor de uma estrutura transnacional de poder que favorecia os países desenvolvidos. No sistema transnacional de comunicações, segundo denominação de Somavia, estariam englobadas não só as agências noticiosas internacionais, como também empresas de publicidade, empresas radiofônicas e televisivas, indústria cinematográficas, dentre outras. A função primordial de tais empresas seria o controle da informação. Outra consideração do autor é sobre a nomenclatura utilizada para se referir a tais agências, uma vez que as considera transnacionais e não internacionais, haja vista que “operam cada uma a partir de sua matriz, situada em um país capitalista industrializado” (SOMAVIA, 1979, p. 13).

Uma peculiaridade das agências internacionais noticiosas, recorrente para alguns autores, é presente no caso dos países de regime dito socialista, onde essas agências

funcionaram ainda como órgãos de propaganda, pois frequentemente alteram as notícias a fim de adaptá-las aos objetivos nacionais e chegam a omitir informações quando conveniente. A crítica ao trabalho das agências noticiosas tem em Hohenberg uma abordagem diferente da proposta no texto de Somavia, visto que o primeiro enaltece que o controle pelas agências noticiosas sobre possíveis informações não apuradas é rígido, e se a grande imprensa mundial se municia somente com os despachos destas agências é de sua responsabilidade, uma vez que se trata de escolha visando diminuir os custos, porém gerando informação de qualidade inferior à produzida por um enviado especial (HOHENBERG, 2005, p. 48).

A historização e as críticas acerca dos serviços prestados pelas agências de notícias internacionais têm sido circunscritas na historiografia, ao panorama de atuação das fundadoras e detentoras de maior parte do mercado mundial de notícias – AFP, AP e UPI. No entanto, diversas outras agências contribuíram para o jornalismo brasileiro – sobretudo a partir dos anos 1970 com considerável acréscimo da utilização das comunicações via satélite – fornecendo material jornalístico aos periódicos e demais órgãos da grande mídia. A *Deutsche Presse-Agentur* (DPA), fundada em 1949 na cidade de Goslar, é lançada em substituição a então recentemente extinta *Deutsches NachrichtenBüro*, a DNB, agência esta que fora a principal responsável pelo noticiário propagandista do regime nazista e, como todos os órgãos de imprensa alemã do pós-guerra, ressurgiu com intenso controle dos escritórios de imprensa dos aliados.

Nas edições dos periódicos pesquisados para esta dissertação, nos deparamos com rara utilização dos despachos da DPA por parte dos órgãos jornalísticos brasileiros, sendo notável a utilização do material informativo desta, sobretudo, em OESP. A ausência dos despachos desta agência pode ser facilmente explicada pelos acordos de captação e distribuição de material jornalístico que existiam entre a DPA e a *Reuters*, desde a fundação da agência alemã até 1970-71. A partir de então, a DPA manterá acordo semelhante com outra agência noticiosa internacional, a norte-americana UPI, o qual perdurará até 1988. Possivelmente, tais acordos previam os mercados abrangidos por cada agência. E a menor expressão da DPA pode ter contribuído para que o material jornalístico produzido tenha ficado circunscrito ao território alemão ou ainda a locais cujas abrangências das maiores agências não fossem pertinentes ²¹.

²¹ Dados históricos da criação da agência e dos acordos firmados com outras agências estão disponíveis no site da agência em alemão e inglês:
http://www.dpa.com/fileadmin/media/dpa_downloads_en_es/dpa_history.pdf Acesso em 01/2012.

Outra empresa noticiosa presente nas edições jornalísticas analisadas nesta dissertação foi a Agência Noticiosa de Informação (ANI), de Portugal. A história das agências internacionais de notícias em Portugal passa necessariamente pelo desenrolar da política nacional portuguesa ao longo do século XX. A primeira agência criada naquele país foi a Agência Noticiosa Lusitânia, ou simplesmente Lusitânia, cuja criação data de 1944. Com Antonio de Oliveira Salazar no poder, e em pleno desenrolar da Segunda Guerra Mundial, a Lusitânia teria a mesma função do restante da mídia portuguesa, qual seja: exaltar o governo centralizador/discricionário e suas realizações. A ANI será criada em 1947, contando com capital privado, mas com considerável parcela de financiamento público, o que a colocava no mesmo patamar governista alçado pela Lusitânia. Ambas as agências serão extintas pelo novo governo português, saído da Revolução de 25 de Abril de 1974. No entanto, a extinção das mesmas ocorre somente em novembro daquele ano, com a nacionalização da ANI e a liquidação da Lusitânia, proporcionando a estas, tempo hábil para que produzissem noticiário acerca da Revolução dos Cravos para seus clientes, sem que a censura determinasse o que haveria de ser publicado.

A utilização dos despachos das agências internacionais de notícias pela mídia brasileira tem início ainda no século XIX, quando da utilização de notas da *Reuter-Havas* pelo matutino carioca *Jornal do Comércio*, em 1877. Esta prática tornou-se usual no decorrer do século XX, com uma pequena, mas notável alteração: a entrada no mercado nacional de notícias de outras agências, como a *United Press Internacional*, com material pautado nos moldes do jornalismo norte-americano, supostamente mais preocupado com a transmissão do que com a interpretação da notícia (SOTANA, 2010, p.83). Ainda no início do século XX, a UPI também passa a distribuir notícias internacionais para grandes periódicos do eixo Rio - São Paulo, como OESP e JB.

Embora as notícias estrangeiras tivessem feito parte do noticiário dos órgãos brasileiros de imprensa desde seu surgimento, a adoção de editoria específica nas redações surge somente nos anos 1950, com a modernização desta imprensa. Nos anos de 1960, com as editorias internacionais já estabelecidas, o mercado editorial brasileiro de notícias estrangeiras tem mais uma significativa modificação: a introdução de equipes especializadas de redatores para as editorias internacionais, sobretudo nas revistas semanais, as quais inaugurariam no país o gênero consagrado pelos periódicos norte-americanos *Newsweek* e *Time*. Neste sentido, estas revistas dariam mais um

impulso à utilização do noticiário internacional e à especialização dos profissionais ocupados com os afazeres das editorias internacionais.

Outros profissionais cuja função é primordial para a elaboração do noticiário das editorias internacionais, são os correspondentes situados em países estrangeiros. Os primeiros jornalistas remetidos pela imprensa como correspondentes internacionais – dentre os quais William Howard Russell e John Reed podem ser considerados os precursores da profissão – atuando, principalmente, em momentos de conflitos, marcaram caminhos para esta categoria, que chegaria a ser uma família peculiar do jornalismo, identificada por um afã migratório (LOS MONTEROS, 2005, p. 50). Em seu afazer profissional, o correspondente tem a missão particularmente difícil de traduzir a realidade do país no qual se encontra, buscando o máximo possível de comparações para que os leitores identifiquem o que esta acontecendo em referência ao que estão acostumados a observar em seus países. (UTZERI, 2005, p.55). Denise Fernandes Britto, em obra que denota preocupação com o papel dos correspondentes e enviados especiais para o desenvolvimento de um jornalismo competente, define o papel de tais funções dentro da mídia. Valendo-se de aportes teóricos provenientes de estudiosos do campo da Comunicação, em contraponto a memórias de jornalistas que exerceram a profissão de correspondente ou enviado especial, a autora assevera que, no desenvolvimento recente deste campo profissional, muitas vezes preterido em função dos custos reduzidos que são proporcionados às empresas ao se contar com os despachos de uma agência noticiosa internacional há a possibilidade dos profissionais produzirem seu diferencial justamente na distinção e combate à homogeneização das notícias, enriquecendo as reportagens com fontes variadas e assuntos inusitados e atrativos, bem como afastando-se dos conteúdos dos noticiários das grandes agências (BRITTO, 2004, p 11-12).

Se entre fins do século XIX e início do XX, não havia tradição na imprensa brasileira quanto à utilização destes profissionais, com a evolução financeira dos órgãos de imprensa, tal panorama fora alterado. No decorrer da Primeira Guerra Mundial, a imprensa nacional ainda ficaria alheia a tal preocupação profissional, utilizando majoritariamente despachos das agências internacionais para noticiar o desenrolar do conflito, enriquecendo seus textos com interpretações, que poderia ser simpáticas ou antipáticas, dependendo do veículo em questão e do posicionamento deste em relação às partes beligerantes (NATALI, 2004, p. 43). Sotana (2010, p.68-9) demonstra que, durante a Segunda Guerra Mundial, os jornais brasileiros enviaram correspondentes ao

campo de combate tendo, no entanto, aumento do contingente de repórteres somente após o ingresso efetivo do país na batalha. Acerca da cobertura neste período, o autor destaca um processo que, geralmente, nutre particular interesse nos estudos históricos sobre a mídia: a relação com a censura. O autor nos demonstra perceptivelmente que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão responsável pelo controle da informação no Estado Novo, censurou algumas matérias enviadas pelos correspondentes no decorrer do conflito, como as que versaram sobre o número de soldados brasileiros feridos, por exemplo.

A utilização dos correspondentes será também escassa nas décadas de 1940 e 1950 e, ainda que com a pretensa organização dos jornais em bases empresariais na década de 1960, contando com a divisão de seus setores em editorias e maior profissionalização dos jornalistas, a quantia de correspondentes mantinha-se insignificante, devido à dificuldade financeira de se manter estes profissionais e também a disparidade na abrangência da cobertura dos correspondentes em comparação à das agências noticiosas. Além disso, pode-se destacar como fatores que contribuíram para que os jornais brasileiros adotassem maciçamente os despachos das agências internacionais em detrimento do uso de correspondentes a falta de tradição dos periódicos nacionais em manter este tipo de profissional atuando e, de maneira particular neste período, a complexidade da conjuntura internacional do pós-guerra (SOTANA, 2010, p.77-8). A estabilização desta atuação profissional dar-se-á, sobretudo, a partir dos anos 1970, tendo como condicionantes para este processo o agitado ambiente político nacional, a crescente concorrência com as redes televisivas e a estabilidade econômica alçada por boa parte da imprensa nacional.

Em geral, a abordagem dispensada na historiografia e nas obras ocupadas com a história da comunicação, não há destaque para a função do correspondente internacional e do enviado especial, exceto no período da Segunda Guerra Mundial. No curso do conflito, dois jornalistas brasileiros destacam-se na cobertura efetuada diretamente em solo europeu, os jornalistas Joel Silveira e Rubem Braga, correspondentes de *Diários Associados* e *Diário Carioca*, respectivamente. Outro conflito de grande repercussão mundial, e que contou com a presença ávida da mídia, foi a Guerra do Vietnã, na qual a imprensa brasileira teve, ao menos, um participante direto: José Hamilton Ribeiro. Jornalista natural do interior de São Paulo, Ribeiro iniciou sua carreira na Rádio Bandeirantes, de onde migraria para a mídia impressa, trabalhando na *Folha de S. Paulo*, nas revistas *Quatro Rodas* e *Realidade*. É justamente atuando na revista mensal

do Grupo Abril que o premiado jornalista irá marcar seu nome no jornalismo impresso nacional, atuando como correspondente na guerra do Vietnã. No curso do conflito, Ribeiro sofreria um acidente no qual “perdeu a parte inferior da perna esquerda na explosão de uma mina vietcong”²².

Embora seja um caso marcante para a imprensa nacional, a trajetória deste correspondente é praticamente esquecida quando a atividade é historiada. A única exceção a cargo do próprio jornalista, com seu livro-reportagem, intitulado *O Gosto da Guerra* (2005), de teor autobiográfico e concernente ao que usualmente passou a ser denominado Novo Jornalismo. Tal obra remonta ao período da Guerra do Vietnã, sendo que o autor nele relembra os desafios da profissão e descreve, de maneira fascinante, o ambiente de trabalho dos correspondentes em solo vietnamita. Fato curioso está presente em outro livro de autoria de Ribeiro, sob o título *Jornalistas 1937-1997* (1998), obra que reflete sobre a história da imprensa ao longo dos 60 anos de existência do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. Dentre as poucas menções ao trabalho dos enviados especiais pela mídia brasileira, Ribeiro destaca um “furo” internacional: a cobertura da morte de Che Guevara na Bolívia, por uma equipe de jornalistas dos Diários Associados. Contudo, não havendo qualquer menção ao trabalho do autor em solo vietnamita, como também não há sobre outros jornalistas brasileiros que possam ter participado da cobertura daquele conflito bélico.

A utilização de correspondentes teria destaque na revista *Veja*, a qual contaria com uma boa gama de escritórios de jornalismo no exterior já em 1974, apenas cinco anos após ser lançada e contando com grandes nomes de jornalistas entre seus correspondentes. Naquele ano já dispunha de cinco escritórios no exterior: em Bonn, na Alemanha, a cargo do jornalista Carlos Struwe; o mais importante da Europa, localizado em Paris, sob a chefia de Pedro Cavalcanti, o qual viria a ser correspondente em Lisboa no período da Revolução dos Cravos; em Londres, onde Jader de Oliveira, um dos expoentes do jornalismo brasileiro e apaixonado pelo jornalismo esportivo era o responsável; em Washington, a cargo de Roberto Garcia; e Jerusalém, de onde o conturbado ambiente político do Oriente Médio era noticiado por Michel Salomon. Este grupo de correspondentes seria alterado ainda no ano de 1974, quando, por motivos não divulgados, o escritório de Jerusalém é fechado. Em compensação, mais três *bureaux* seriam inaugurados simultaneamente. Fortalecendo a cobertura na América Latina, sob

²²Folha de S. Paulo, 25/03/1968.

a incumbência de Augusto Montesinos, havia o escritório em Buenos Aires. A partir de Genebra, Claudius Ceccon, cartunista, na condição de exilado político e que enviou algumas caricaturas ao semanário, além de algumas entrevistas. Fortalecendo a cobertura de *Veja* e da Editora Abril nos Estados Unidos, Hugo Stensoro responderia pelo escritório em Nova York, abrangendo, a partir de então, a costa leste do país²³.

A revista contou ainda, no período abordado nesta dissertação, com os serviços informativos internacionais fornecidos pela revista americana *Newsweek*, assim como com os despachos da agência *Associated Press*. O aspecto editorial do qual se denota maior singularidade em *Veja* é o fato de, em suas matérias, haver somente o crédito às agências noticiosas internacionais quando há publicação de fotos enviadas por estas. O crédito aos serviços informativos em geral – no caso as já citadas AP e *Newsweek* – está na página reservada aos editoriais da revista, donde se destaca o corpo editorial responsável por cada edição. Curioso é o fato de a revista publicar neste espaço, não só os créditos aos serviços de informação adquiridos como, também, das empresas aéreas responsáveis pelo envio do material produzido por seus repórteres. Na edição 290, de 27/03/1974, por exemplo, divulga-se que foram recebidas matérias internacionais via Varig, Air France, Aerolineas Argentinas e British Caledonian Airlines. Não há nas obras historiográficas e na bibliografia especializada que consultamos referências a esta prática para podermos afirmar se trata de propaganda ou divulgação. O que se pode aventar é a possibilidade de agradecimento pelo fato das empresas aéreas citadas desenvolverem serviços de cortesia no transporte do material jornalístico de seus correspondentes ou das agências das quais a revista era assinante.

Desde os anos 1960, as notícias internacionais passariam a ter destaque semelhante aos fatos relativos à política interna na primeira página do JB, fato que fortaleceria sua editoria internacional e corroboraria para a manutenção de correspondentes. Nos anos 1970, o jornal carioca contou com grandes jornalistas exercendo esta função. O potiguar Jayme Dantas, que havia sido um dos primeiros jornalistas brasileiros a trabalhar para órgãos de imprensa estrangeiros, atuando como correspondente da revista *Time*, seria correspondente do JB, atuando em diversas cidades dos EUA e também na capital argentina Buenos Aires. Além disso, foi um dos

²³*Veja*, 02/01/1974. As motivações do fechamento de escritórios no exterior não são especificados pela revista, quiçá em editoriais. A análise do fortalecimento da cobertura em determinadas regiões é de nossa autoria, com base nos dados editoriais fornecidos pela revista a cada edição. Para tal, não tomamos por base apenas a indicação das localidades e nomes de pessoas envolvidas nos novos e antigos territórios, baseando-se também na quantia de material publicado por cada um destes correspondentes.

grandes nomes da mídia televisiva brasileira, sendo chefe de redação dos primeiros telejornais da Rede Globo de Televisão. Francisco Pedro de Araújo Neto, ou simplesmente Araújo Neto, como gostava de assinar seus textos, foi um dos correspondentes que por mais tempo atuou no matutino carioca. Tendo iniciado a carreira como repórter da rádio fluminense Tupi, trabalhou no JB de 1958 a 2001 atuando como correspondente em Roma, mas também foi deslocado para efetuar grandes coberturas, como na Revolução Cubana e a Revolução dos Cravos. Além disso, por conta da afinidade com o tema e o contato profissional inicial firmado com o jornalismo esportivo, participou ativamente da cobertura de seis copas do mundo de futebol. Outros jornalistas que também trabalharam como correspondentes e enviados especiais do JB foram José Silveira, que cobriu a Revolução dos Cravos e o processo de descolonização das colônias portuguesas na África; Aluizio Machado, que em 1976 atuaria no continente americano, despachando a partir de Lima e Santiago, e Jânio de Freitas, que efetuaria coberturas na condição de enviado especial ao continente europeu e ainda no Oriente Médio.

Para a manutenção de seus correspondentes, o JB contaria com escritórios fixos em diversas partes do mundo, alguns dos quais mantiveram-se ativos durante todo o período compreendido por esta pesquisa, e outros, por motivos não divulgados, operariam poucos meses. Dentre os mais perenes encontram-se os de Buenos Aires, Washington, Nova York, Paris, Roma e Londres. Os que funcionariam intermitentemente seriam os de Tel-aviv, Bogotá, Lisboa e Beirute. Ao se analisar esta divisão em contraste com as coberturas efetuadas por meio dos correspondentes do jornal, percebe-se que, a partir dos grandes centros europeus, havia o deslocamento dos jornalistas para coberturas em demais partes do território europeu e ainda para outras partes do mundo. Os dispendiosos recursos financeiros utilizados para manutenção de escritórios em todos os continentes atestam que a manutenção de alguns escritórios fixos e bem localizados pode ter sido a alternativa possível para a elaboração de um noticiário diário mais independente das agências internacionais de notícias. Ademais, os escritórios rotativos foram criados em territórios onde a instabilidade política verificava-se em determinados períodos, fortalecendo a cobertura em momentos de crise.

Aliado ao trabalho de seus correspondentes, o JB contaria, em meados de 1970, com despachos de várias agências noticiosas internacionais. As de maior ocorrência na primeira página do matutino foram as norte-americanas UPI e AP, a francesa AFP e ainda a agência italiana ANSA. Outros órgãos noticiosos internacionais a fornecerem

material para publicação no JB, embora com menor frequência, foram as agências ANI, de Portugal, e DPA, da Alemanha. Ademais, o jornal contava, desde 1966, com a Agência JB (AJB), produtora de conteúdo no país e no mundo. Curiosamente, nas matérias produzidas pela editoria internacional do JB entre 1974 e 1976, mesmo quando há créditos a uma ou mais agências noticiosas, consta referências à agência do jornal. Eventualmente este recurso pode ter sido posto em prática como meio de promover a agência que prestava serviços editoriais a outras mídias, visto que o serviço editorial prestado por esta seria comercializado com outros órgãos midiáticos, como seria informado nas páginas do matutino.

Em julho de 1976, o JB daria destaque em sua primeira página a um contrato firmado entre a *Associated Press* e a AJB, evidenciando que a agência seria, a partir de então, a “primeira agência noticiosa brasileira a distribuir serviços jornalísticos nacionais e internacionais”²⁴. Ao descrever a história da própria agência, o JB ressaltaria que, nos últimos dez anos, a AJB havia ampliado e modernizado seus serviços noticiosos básicos, evoluindo das transmissões em código Morse para uma rede nacional de serviços exclusivos, que contaria com uma equipe própria, acrescida das sete sucursais do grupo espalhadas pelo Brasil. A AJB, que já deteria os direitos exclusivos de distribuição de publicações de *The Economist*, *London Times* e *Foreign Police*, passaria a deter os direitos de distribuição da agência norte-americana, ampliando a gama de produtos informativos que seriam disponibilizados à sua clientela, então composta por “44 jornais, 22 emissoras de rádio, 18 de televisão e outras empresas, num total de 97 clientes”²⁵.

Em termos de editoria internacional, dentre os periódicos da grande imprensa brasileira na década de 1970, há que se destacar o trabalho efetuado pelo matutino paulista OESP. Podemos afirmar, com base nas fontes consultadas, que este foi o que mais disponibilizou capital humano para a elaboração do noticiário internacional. Contando com uma ampla rede de correspondentes internacionais – por vezes deslocados na condição de enviados especiais – o jornal paulistano desenvolveu um jornalismo bastante completo neste sentido. Dentre os muitos colaboradores do jornal situados no exterior, podemos destacar alguns nomes marcantes na imprensa brasileira e internacional.

²⁴ *Jornal do Brasil*, 31/07/76.

²⁵ *Idem*.

O português José Santana Mota escreveu para o OESP de 1954 a 1977, ano de sua morte. Do ingresso até 1965, ele exerceu a função de redator e editorialista, versando, sobretudo, acerca dos problemas literários e políticos portugueses, sem nunca esconder sua orientação anti-totalitarista e suas convicções democráticas. Neste período, manteve estreito contato com o capitão Henrique Galvão, notório opositor do regime salazarista e organizador de atuante grupo de portugueses asilados no país. Apesar de todas as críticas ao regime totalitário português, regressaria para Portugal em 1965, e nos 12 anos seguintes remeteria textos já na condição de correspondente do periódico, sendo um dos jornalistas que mais comentou a eclosão do movimento revolucionário de abril de 1974²⁶.

Outro jornalista de destaque a exercer a função de correspondente para o “Estadão” foi Hermano de Deus Nobre Alves, ou simplesmente Hermano Alves. Jornalista combativo, ele trabalharia também na *Tribuna da Imprensa*, no JB, no *Correio da Manhã* e na FSP, onde seria uma das vozes dissonantes a criticar o golpe de 1964, estando “sempre as turras com os mandonismos militares”²⁷. Em 1966, elegeu-se deputado federal pelo MDB, tendo o mandato cassado após dois anos, com a decretação do Ato Institucional nº5; o ato arbitrário também lhe imporia o exílio. E seria após o forçado afastamento do território nacional que exerceria a função de correspondente em OESP, inicialmente a partir do México, passando a enviado especial em Portugal em 1974 e, a partir de 1977, como correspondente em Londres, onde também trabalharia para a emissora inglesa BBC. Hermano Alves também teve seu trabalho reconhecido em Portugal, tanto pela cobertura da Revolução dos Cravos para a imprensa brasileira, como por ter sido correspondente do jornal lisboeta *Expresso*.

Também colaborou com a atuação da editoria internacional do periódico nos anos 1970 o jornalista espanhol José Antonio Novais, feroz combatente do regime franquista e que atuou como correspondente do periódico a partir de Madri, na década de 1970. Por seus textos críticos ao regime de Franco – publicados principalmente em OESP e no jornal francês *Le Monde* – sofreu intensa perseguição do governo espanhol do período, tendo sido detido por diversas vezes.

A partir da Itália, OESP contaria com as publicações de Rocco Morabito, jornalista italiano, cujo nome é um homônimo do também jornalista e fotógrafo de guerra norte-americano. Em solo europeu, pode-se destacar ainda o jornalista francês

²⁶O Estado de S. Paulo, 15/07/1977.

²⁷O Estado de S. Paulo, 03/07/2010.

Gilles Lapouge, que desde 1953 até os dias atuais publica periodicamente em OESP seus comentários econômicos e políticos que versam, principalmente, sobre a parte ocidental do continente europeu. Em 1974, Lapouge era correspondente de OESP em Paris, mas efetuou também diversas matérias sobre os conturbados panoramas políticos de Portugal e Espanha.

Outro longevo profissional que colaborou com o matutino paulista foi Issa Goraieb, tendo publicado no jornal de 1973 até, ao menos, o ano de 2006. Considerado por muitos um dos maiores analistas do panorama político do Oriente Médio, Goraieb seria correspondente de OESP em Beirute, onde também foi diretor e redator do jornal libanês de expressão francesa *L'Orient le Jour*. Também no Oriente Médio, o experiente jornalista Mário Chimanovitch seria, em 1976, correspondente a partir de Tel-aviv. Chimanovitch teve destaque na imprensa brasileira por, dentre outras célebres coberturas, quando da que resultou na prisão do criminoso de guerra nazista Gustav Wagner.

A editoria internacional do matutino da família Mesquita também seria bem representada no continente americano. A partir de Nova York, despacharia o jornalista norte-americano John Macvane, cujas matérias sobre a ONU merecem destaque. Por sua vez, a partir de Washington, o jornalista Dan Griffin analisaria os bastidores da política norte-americana, tendo grande repercussão suas análises acerca do caso Watergate. Na porção sul do continente, cabe destacar o trabalho do jornalista Enrique Jara, correspondente em Buenos Aires, cujo trabalho não agradaria setores do regime militar argentino, ocasionando sua reclusão em um período no ano de 1977. Também exerceu a função de correspondente na capital argentina o jornalista José Quiroga, sendo igualmente enviado especial em diversos outros países da América Latina ao longo da década de 1970. Outros nomes conhecidos do público leitor de jornais exerceriam a função no matutino, dentre os quais é possível destacar os dos jornalistas Clóvis Rossi, Hamilton de Souza e Ewaldo Dantas Ferreira.

Além da utilização dos correspondentes e enviados especiais, a composição do noticiário internacional de OESP utilizou, assim como em outros órgãos midiáticos nacionais, despachos das agências noticiosas internacionais. Neste aspecto, o diferencial do matutino da família Mesquita em relação a seus pares foi a utilização de despachos provenientes de agências cujo material não foi reproduzido em nenhum outro matutino dentre os elegidos para esta pesquisa.

Tradicionalmente, OESP imprimia em sua primeira página um quadro informativo, onde informava a seus leitores que o serviço noticioso internacional era de responsabilidade das grandes agências internacionais, a saber: AFP, ANSA, AP, DPA, UPI e Latin, esta uma subsidiária da agência londrina *Reuters*, que também oferecia seus serviços noticiosos ao matutino paulista. No entanto, ao longo da pesquisa para esta dissertação, podemos perceber que na elaboração do jornalismo diário, os jornalistas redatores e editores do periódico se utilizaram de despachos provenientes de diversas outras agências.

Ainda que poucas vezes, o OESP se utilizava da Agência Nova China; o tratamento dispensado aquela agência pelo jornal era o mesmo dos demais órgãos da grande imprensa, sendo quase sempre entendida como fonte secundária de informações e muitas vezes na qualidade órgão propagandista do governo do seu país de origem. O mesmo pode-se afirmar a respeito dos usos dos despachos da agência soviética TASS. Em tempos de guerra fria, a utilização de despachos de agências dos países soviéticos ou sob sua esfera de influência eram raros na imprensa nacional. No entanto, em OESP foi possível perceber a utilização de considerável material remetido por estas e outras agências do bloco soviético, dentre as quais destacamos a norte-vietnamita VNA, a cubana *Prensa Latina*, a romena AGERPRESS, a agência polonesa PAP e a agência ATA, da Albânia.

O espaço dedicado ao Oriente Médio nas páginas de OESP é também considerável. Para a publicação deste, além do material jornalístico produzido por seus enviados e pelas grandes agências, utilizou-se em OESP material produzido pela Agência Árabe de Notícias e pela agência WAFSA, até então a única agência noticiosa palestina. Do norte africano, remeteu material para o jornal a agência TAP, proveniente da Tunísia. Também foram utilizados textos remetidos pelas agências euro-asiáticas ANATÓLIA e ANKA, ambas procedentes da Turquia.

A América do Sul, grande fonte de interesse jornalístico do período, também foi noticiada nas páginas de OESP através de despachos de agências cuja atuação não era habitual nos demais órgãos da imprensa nacional. Por diversas vezes, a fonte de material jornalístico acerca da vizinha Argentina partiu da agência oficial TELAM, sobretudo em momentos de acirrada tensão política que marcaram o país nos anos 1970; como contraponto, a editoria internacional do matutino utilizou ainda material de uma das poucas agências particulares do continente, também situada em Buenos Aires, a *Notícias Argentinas*.

Ao se analisar a utilização em OESP de material proveniente de agências internacionais de menor relevância, não se pode deixar de atentar para um ponto: É significativo que o jornal, notadamente anticomunista, tenha utilizado material proveniente de agências de países do bloco soviético. Neste caso, pode-se aventar a possibilidade de tal fato ter sido uma consequência direta da censura imposta ao matutino pelo regime militar, que ao condicionar o que seria publicado no noticiário político do jornal, pode ter fortalecido a editoria internacional deste. Consequentemente, esta editoria utilizaria material informativo proveniente de diversas agências noticiosas, inclusive as comunistas.

No noticiário internacional da FSP pode-se destacar o trabalho de alguns dos correspondentes de maior renome do campo jornalístico nacional. É o caso do correspondente do matutino em Colônia, na Alemanha, nos anos de 1970, Altair Carlos Pimpão. Mesmo não sendo jornalista de formação, transitou por diversos órgãos e veículos midiáticos, tendo iniciado sua carreira como locutor de rádio, função que desempenharia também na emissora alemã *DeutschWelle* a partir de 1964. Enquanto correspondente da *Folha*, remeteu textos sobre variados temas, desde questões energéticas até as sociais e políticas do território alemão ocidental. Pimpão ainda aventurar-se-ia na televisão, ao ser diretor da RBS TV Blumenau e, já nos anos 1990, fundar um canal de TV comunitária, a TV Galega (PIMPÃO, 1982).

Em continente europeu, pode-se destacar o trabalho de outro correspondente do órgão, João Batista Natali. Jornalista formado pela Universidade de São Paulo, também cursou filosofia, defendendo mestrado e doutorado em universidades francesas, de onde exerceria o papel de correspondente a partir de Paris. O jornalista, ainda atuante na própria FSP e como comentarista de assuntos internacionais do canal televisivo da Rede Gazeta, é um dos poucos a escrever sobre a profissão, tendo produzido o bom manual *Jornalismo Internacional* (2004), ainda uma das poucas referências sobre o tema. No curso dos anos 1970, dissertou sobre uma ampla variedade de temas, sendo o principal correspondente do matutino em solo europeu.

Outra figura renomada a exercer a função de correspondente na FSP foi o jornalista e diplomata português Victor da Cunha Rego. Por conta da implacável censura do regime salazarista, exila-se no Brasil em 1956. Aqui, exerceria a função de editor em OESP e também seria editor-chefe de internacional no jornal *Última Hora*. Com o golpe militar de 1964, partiria para o exílio na Argélia, Iugoslávia e Itália, regressando já na condição de colaborador da FSP, onde foi diretor de redação entre

1968 e 1973. Após a eclosão da Revolução dos Cravos e consequente fim dos aparatos repressivos do Estado Novo, retornaria a Portugal, de onde exerceria a função de correspondente para o matutino paulista durante todo o período revolucionário português.

Na cobertura do continente asiático, a FSP contava com o experiente repórter Oswaldo Peralva, a partir de escritório sediado em Tóquio. Peralva teve atuação notória na imprensa brasileira ainda nos anos 1950, ao efetuar a cobertura da antiga União Soviética e relatar boa parte do que presenciou no território comunista no livro *O Retrato*, de 1962, no qual o jornalista, antigo entusiasta do regime bolchevista, denuncia abusos nos porões da KGB (MOTTA E ALBUQUERQUE, 2010, p.01).

Em abril de 1974, o matutino do Grupo Frical faria intensa campanha publicitária envolvendo sua editoria internacional. Durante todo o mês anunciaria a estreia da publicação da coluna de “um dos mais renomados especialistas em política européia”. Em anúncio na primeira página, o jornal destacaria que passaria a contar com: “Victor Zorza, o grande especialista em política européia”²⁸. O jornalista polonês que, segundo o informe publicitário, publicaria suas análises simultaneamente nos jornais *The Washington Post* e *The Guardian*, é considerado um dos grandes especialistas acerca da extinta União Soviética, e publicaria colunas acerca deste e de outros temas importantes da sociedade europeia, com periodicidade não estabelecida, tendo sido publicadas ao menos uma coluna semanalmente, entre 1974 e 1976.

Em fins de 1975, também em conformidade com o seu projeto reformista, a FSP ampliaria o rol de correspondentes, passando a contar com os textos de Paulo Francis, escrevendo a partir de Nova York. Francis, jornalista combativo que por diversas ocasiões sofreu perseguições dos órgãos repressivos do regime militar, atuara anteriormente em *Última Hora*, de Samuel Wainer, colaborou com *O Pasquim* e com a *Tribuna da Imprensa*, órgãos nos quais também exerceu a função de correspondente, a partir de 1971. Afixado em Nova York, contribuiu com o noticiário da FSP antes mesmo de 1975, de maneira esparsa e escrevendo sobre assuntos variados, de temas políticos ao futebol. Entre o fim de 1975 e o princípio de 1976 passa a publicar textos com maior frequência, mantendo a variedade de temáticas. Completava o rol de correspondentes do periódico, o jornalista Antonio Marcos Pimenta Neves, correspondente em Washington. O analista econômico, que anteriormente já havia

²⁸ *Folha de S. Paulo*, 28/04/1974.

colaborado com OESP, contribuiu com textos para as duas editorias, a Internacional e a de Economia.

A utilização dos enviados especiais também é destaque no matutino, tendo até mesmo um ex-editor-chefe efetuado coberturas nesta condição. Ruy Lopes, que entre 1972 e 1973 foi o principal homem da redação do jornal – sendo sucedido na função por Boris Casoy – ocupava o cargo de chefe da sucursal de Brasília quando da eclosão da Revolução dos Cravos. Deslocado para Lisboa, remeteu grande quantidade de textos, com análises sóbrias e pertinentes acerca do movimento revolucionário português.

Ainda que raramente, a FSP também fez uso de textos de jornalistas de outros periódicos e do mesmo modo de entrevistas com diplomatas e representantes de embaixadas ao redor do globo, utilizando-os enquanto fonte para a composição do noticiário internacional. Em 1974, um caso particular destacou-se neste sentido. O diplomata equatoriano Horácio Sevilla Borja, adido de seu país junto a ONU, e que havia presidido uma comissão deste órgão, encarregada de visitar a Guiné-Bissau em 1972, publica, a convite do jornal, um longo texto sobre o panorama das guerras de descolonização africanas em territórios portugueses.

Quanto aos usos do material fornecido pelas agências internacionais de notícias, não há na FSP grandes diferenças em relação a seus pares, como é o caso do já analisado OESP. Além do material produzido por correspondentes e enviados especiais, o matutino da família Frias publicou seu noticiário internacional, fundamentalmente, com a utilização de material remetidos pelas agências AFP, AP, ANSA e UPI, sempre creditando esta informação em Box específico, ao final das páginas utilizadas para a publicação do noticiário internacional.

No que se refere à sua editoria internacional, o jornal de Roberto Marinho, OG, guarda particularidades que não são encontradas nos demais órgãos da grande imprensa. A principal delas talvez seja o fato de que sua editoria internacional, mais do que noticiar, carrega a particularidade de comentar os fatos, demonstrando simpatia ou aversão por determinado tema ao longo do desenvolvimento deste no noticiário, em espaços específicos para este fim. Talvez pelo apoio declarado ao regime militar – posicionamento bastante claro ao se analisar o noticiário político e os editoriais do matutino ao longo da década de 1970 – a orientação editorial de OG acabara por delinear este tipo de atuação. Estes comentários são perceptíveis tanto na construção do noticiário, seja nas matérias de seus correspondentes ou nas construídas por esta editoria

com o auxílio do material das agências, quanto em diferentes espaços, como no reservado aos seus colunistas.

Quanto ao noticiário internacional, pode-se afirmar, comparativamente, que OG não publicou, no período pesquisado, a mesma massa de material jornalístico produzida por correspondentes e enviados quanto o fizeram seus concorrentes imediatos. Fato explicado, em grande parte, devido a não utilização maciça no jornal do trabalho de correspondentes internacionais. Entre 1974 e 1976, desempenhando esta função de maneira constante, nota-se somente o trabalho do correspondente do periódico em Buenos Aires, o jornalista argentino Horácio Nieto Moreno. Neste período, o matutino também contava com escritórios fixos em Nova York, Londres e Paris, mas com grande inconstância em relação aos correspondentes, constantemente remanejados.

Um dos correspondentes que se destacava em OG, dentre os poucos empregados pelo do matutino, foi o jornalista húngaro János Lengyel. Naturalizado brasileiro, viveria durante muitos anos no país exercendo a função de repórter, inicialmente no *Correio da Manhã*. Foi correspondente de OG a partir de seu escritório na sede suíça das Nações Unidas. Exerceu a função de enviado especial quando de momentos de intenso noticiar em solo europeu, como durante a Revolução dos Cravos e a morte do general Francisco Franco, por exemplo. Também colaborou com outras mídias das Organizações Globo, sobretudo no jornalismo esportivo, tendo desde 1950 efetuado coberturas de copas do mundo, olimpíadas e de campeonatos automobilísticos para a Rádio Globo e, posteriormente, para a TV Globo.

Dentre o trabalho dos enviados especiais do matutino de Roberto Marinho, merece destaque também a utilização de repórteres de outras mídias do grupo, principalmente os ligados ao noticiário televisivo. Em 1976, quando Portugal buscava definições políticas e realizava eleições presidenciais, após longo período revolucionário, a emissora destaca o jornalista Geraldo Costa Manso para o território lusitano. O jornalista, a partir de Lisboa, produziria amplo material para o OG sobre o contexto eleitoral português. Trabalhando para a emissora desde 1973, o repórter rapidamente seria considerado como um dos mais importantes da emissora, mas viria a falecer precocemente em 1977.

Outro repórter da emissora que colaboraria com o noticiário do jornalismo impresso do grupo Globo foi Luís Edgar de Andrade. Formado em Filosofia e Direito pela Universidade Federal do Ceará, Andrade adquiriu experiência na imprensa ao trabalhar ao lado de nomes consagrados do jornalismo na revista *O Cruzeiro*, ainda nos

anos 1950. Correspondente em Paris na década de 1960, retornaria ao país para chefiar a editoria internacional do JB. Ao sair do jornal, em 1967, embarca para o Vietnã, onde cobriu os dois lados do conflito, remetendo material para o *Correio da Manhã* e a *Folha da Tarde*. Em 1969, enquanto já trabalhava na recém fundada revista *Realidade*, seria preso e torturado pela polícia política do regime militar. Ingressou na emissora em 1973, como produtor do recém-criado *Fantástico*. Para este programa, produziria uma série sobre a independência de nações africanas de colonização portuguesa, entre 1974 e 1975. Ao mesmo tempo, exerceria a função de enviado especial do matutino, remetendo textos a partir de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Publicaram na editoria internacional de OG, na condição de enviados especiais, os jornalistas Marcelo Pontes, enviado à Angola, Christina Gurjão, a partir de Lisboa. Também era rotineiro o expediente de utilização de textos produzidos por jornalistas estrangeiros, como Philippe Alexandre, por exemplo. Colaborador dos periódicos franceses *Combat* e *Le Fígaro*, dentre outros, Alexandre publicou diversos textos no matutino carioca ao longo da década de 1970, sempre sob a insígnia de autor convidado.

Outras mídias, que não as impressas, também fizeram uso das agências internacionais de notícias e de enviados especiais ou correspondentes internacionais. No entanto, também há um espaço lacunar na bibliografia acerca da atuação destes profissionais em outras mídias do país ao longo do século XX.

A Rede Globo de Televisão, maior órgão da TV brasileira, através de programa interno de resgate da memória do grupo, produziu obra versando sobre o telejornal líder de audiência de sua programação, o *Jornal Nacional*. Um breve capítulo é dedicado aos usos do jornalismo internacional, deixando claro desde o título do mesmo que o jornalismo internacional assumira importância na grade do telejornal global após o cerceamento do regime, tornando-se “*A Alternativa Possível*”. De maneira concisa, demonstra-se a evolução da atuação dos correspondentes do telejornalismo do canal da família Marinho, onde o improvisado e a incorporação de profissionais de outras áreas do próprio grupo dominaram. A profissão seria debutada por Cidinha Campos, enviada ocasionalmente aos Estados Unidos e Europa. Hélio Costa, que no principiar dos anos 1970 trabalhara em Washington como repórter radiofônico, seria o primeiro correspondente efetivamente contratado pela emissora, exclusivamente para a função, em 1973. Depois dele, János Lengyel, então correspondente do jornal OG em Genebra, também passou a produzir matérias para a TV Globo. Os improvisos técnicos – utilização de profissionais de outros órgãos do grupo, transmissão de imagens

adquiridas em *pool*, que nem sempre agradavam – foram drasticamente reduzidos, em 1973, após assinatura de um contrato de oferta de imagens via satélite com a agência de notícias UPI. O sucesso decorrente da utilização das imagens da UPI fez com que o grupo inaugurasse, em novembro do mesmo ano, seu primeiro escritório no exterior, sediado em New York, sob a chefia de Hélio Costa. O segundo escritório seria criado em Londres, em 1974, pela repórter Sandra Passarinho e o cinegrafista Orlando Moreira, deslocados ao continente europeu de última hora para a cobertura da Revolução dos Cravos em Portugal, de onde, por 15 dias, fizeram gerações diárias acerca do contexto revolucionário português. (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.42-6).

Quanto à atuação de correspondentes no rádio, outra mídia que ainda mantinha prestígio e boa gama de ouvintes, embora enfraquecida com a concorrência cada vez mais desigual com a televisão, é raro os mesmos serem mencionados em obras preocupadas com a evolução e a história dos meios de comunicação do país. As poucas menções existentes ao nome de algum correspondente radiofônico brasileiro dão-se através de biografias, autobiografias e pequenas citações em obras mais gerais. Um dos maiores correspondentes internacionais do universo do rádio nacional, o bauruense Reali Jr., em depoimento à Gianni Carta, compõe boa parte da história desta profissão no rádio através de suas memórias dos áureos tempos de coberturas do cenário europeu, enquanto correspondente e enviado especial da Rádio Pan-Americana e ainda como correspondente do jornal OESP, onde o depoente retrata as grandes coberturas de que participou, bem como das estratégias para burlar assuntos proibidos. (REALI JÚNIOR, 2007, p. 87-95, 203-7). Ademais, em nossas pesquisas, não encontramos obras preocupadas com o exercício desta profissão no universo do rádio no Brasil, sendo este mais um espaço carente de preenchimento pela historiografia.

Ao abordar as práticas e estratégias profissionais de cada setor ocupado com o fazer das editorias internacionais, percebemos que há particularidades em cada etapa do processo jornalístico empregue nesta tarefa. Particularidades que julgamos serem passíveis de entendimento desde que haja olhar preocupado em desvendar o que há por trás das notícias e dos processos produtivos das notícias. Assim, faz-se necessário o entendimento dos espaços jornalísticos ocupados pelas editorias internacionais em nossas fontes/objetos de estudo, o que corroborará para o entendimento e correta apreensão do material que coletamos no intuito de historicizar a cobertura jornalística da Revolução dos Cravos, sendo a editoria internacional da grande imprensa brasileira ocupada com a sua produção.

1.3 Espaços impressos e interpretações sobre o noticiário internacional.

O produto jornalístico da editoria internacional tem ocupado – diariamente e há quase um século – as páginas dos jornais e revistas da imprensa impressa brasileira, com uma regularidade que poderia indicar a importância do noticiário internacional no país. No entanto, ao se analisar as matérias destacadas na capa da revista semanal informativa de maior circulação do país, *Veja*, nota-se que esta estampou em sua capa apenas cinco matérias relativas à editoria internacional no ano de 2011. Os assuntos variaram entre a morte do terrorista Osama Bin Laden, os avanços chineses nos campo educacional e militar, tendo ainda uma capa dedicada ao então ainda ditador líbio Muammar Kadhafi, morto em outubro daquele ano. Em nenhuma destas coberturas foram utilizados enviados especiais ou matérias produzidas por seus correspondentes.

Embora o noticiário internacional da revista não possa ser analisado somente pelas matérias destacadas em suas capas, tal fato é um bom indicativo para analisar como a produção da editoria internacional ganha ou perde importância no curso dos anos. E ao apreender a ausência de conteúdos internacionais sendo destacados recentemente em *Veja*, com o agravante de nas raras vezes em que este expediente foi empregado não contara com a contribuição de correspondentes do semanário, nota-se que estas coberturas não tem sido tratadas com o mesmo fervor que outrora receberam por parte do semanário.

A situação do passado recente da revista aqui lembrada difere bastante da presente nos primeiros anos do semanário de Victor e Roberto Civita, onde a editoria internacional, juntamente com a promoção de fascículos, ajudou a fomentar as vendas do periódico, fazendo com que o semanário informativo firmasse seu espaço no mercado editorial brasileiro como o órgão de maior circulação nesta fatia de mercado. De 1974 a 1976, recorte temporal abrangido por nossa pesquisa, a editoria internacional obteve grande destaque editorial na revista *Veja*.

Seguindo estreitamente o padrão dos *newsweeks* norte-americanos, *Veja* teria já em seu primeiro número traz uma grande reportagem em sua primeira página, sob a responsabilidade da editoria internacional ²⁹. Entre o seu lançamento, em setembro de 1968, até a sua última edição do ano de 1969, das 69 edições semanais de *Veja* que

²⁹*Veja*, 11/09/1968; capa com a manchete: “O Grande duelo no mundo comunista”

chegaram aos leitores através das bancas – salientando que o sistema de vendas de assinaturas ainda era incipiente em *Veja* – 19 delas ostentavam capas com destaque para assuntos próprios à editoria internacional. O tema mais abordado fora a corrida espacial, com grandes reportagens, farto material gráfico e fotográfico das agências internacionais noticiosas e ainda de repórteres especialmente destacados para pesquisar o assunto. Além da corrida espacial, a antiga União Soviética mereceu grande destaque nas capas de *Veja* naquele período, sobretudo em tempos de conflitos nacionais nos quais aquela nação socialista participara.

Já em 1974 a quantidade de capas ocupadas com temas específicos da editoria internacional era ainda considerável, posto perfazer o total de 16 edições. O crescimento financeiro da revista faria com que houvesse fortalecimento de sua editoria internacional, grande fonte de interesse jornalístico em tempos de guerra fria. O primeiro editorial do ano de 1974 alardeava o crescimento da revista, anunciando que:

“[...] para VEJA, 1973 foi dádioso em todos os sentidos. Ela firmou-se como um importante órgão formador de opinião, penetrou em todos os setores da vida política e cultural do país, aumentou em mais de 30% o volume dos seus anúncios e em 40% a sua tiragem, atingindo nos últimos três meses do ano uma venda média de 140 000 exemplares por edição”³⁰.

A par do sucesso econômico e publicitário, a editoria internacional do periódico acompanharia o restante da imprensa impressa – aí inclusos os órgãos da imprensa diária – e demais mídias, dando grande destaque aos acontecimentos internacionais em capas e no espaço editorial reservado para a editoria internacional. No decorrer dos anos 1970 outro aspecto gráfico empregado pela revista ajudou a destacar a editoria internacional do periódico. No canto superior esquerdo da revista havia tarjas, impressas transversalmente, com destaque geralmente relegado a outras matérias que não as destacadas no restante da capa, denominadas no jargão jornalístico de “cantoneiras”. Raras vezes, este espaço não foi preenchido. Também houve algumas poucas edições em que este recurso foi empregado para enaltecer o assunto da capa. Em 1974, a “cantoneiras” das capas das edições de *Veja* foram empregadas 17 vezes para anunciar

³⁰*Veja*, 02/01/1974. Assinado por Mino Carta na “*Carta ao Leitor*”, nome dado por muitos anos ao editorial da revista.

diversos assuntos da editoria internacional, da crise militar no Chipre ao endurecimento do regime militar chileno.

Ao se observar o espaço editorial reservado para a publicação do conteúdo proveniente da editoria internacional em *Veja*, nota-se que este contou com muitas variações relativas à quantidade de páginas ocupadas e também relativas à localização destinada para este noticiar no projeto gráfico da revista. Em momentos de considerável tranquilidade do cenário internacional, o noticiário estrangeiro ocupou de seis a dez páginas publicadas, em média. Variações ocorrem quando, por algum acontecimento extraordinário de ordem externa, há destaque maior para algum acontecimento pertencente à editoria internacional. Na edição nº. 295, de maio de 1974, que noticiou os acontecimentos da Revolução dos Cravos são dedicadas pela revista cinco páginas ao conteúdo editorial internacional variado, acrescidas de mais oito páginas totalmente dedicadas ao movimento militar português. Além disto, a edição destaca em mais dezesseis páginas as memórias que haviam sido recém-publicadas do ex-secretário-geral do partido comunista da União Soviética, Nikita Kruschev, fato que podemos considerar, ainda que transversalmente, como parte da editoria internacional e que, não fosse a deposição do governo ditatorial português pelos capitães das forças armadas, certamente teria mais destaque editorial em *Veja*.

Os espaços destinados para as práticas do jornalismo internacional também tem bastante destaque no JB em meados da década de 1970. O caminho percorrido para que os profissionais da editoria internacional do matutino carioca pudessem ocupar seu espaço no periódico data, como já foi frisado, do desenrolar da Segunda Guerra Mundial e do período compreendido entre fins da década de 1950 e começo da de 1960, quando das reformas editoriais iniciadas pelo matutino. Assim, em meados da década de 1970, em uma edição semanal do JB, a editoria internacional já havia angariado seu espaço na primeira página do periódico, na qual contava-se, geralmente, com uma divisão equitativa entre as chamadas para as matérias desta editoria e para as de assuntos nacionais. Levando-se em conta que as demais matérias relacionadas ao contexto nacional poderiam ser de diferentes editorias, como as de política ou esporte, por exemplo, pode-se afirmar que o destaque para os acontecimentos internacionais é bastante considerável naquele jornal carioca. Se considerarmos ainda o fato de que, na maior parte das edições diárias, as imagens reproduzidas na primeira página estão

relacionadas com conteúdos da editoria internacional, esta passa a ter destaque ainda maior³¹.

Após destacar parte de seu conteúdo na primeira página, formando para o público leitor uma “vitrine” do que fora impresso no jornal (RIBEIRO, 2007), o JB dedica alguns outros espaços para a publicação do noticiário internacional. A segunda página do periódico é, no curso da década de 1970, ocupada por notícias do exterior, na maioria das vezes com mais do que duas matérias, longas, ilustradas por poucas imagens e sendo esta página, geralmente, pouco guarnecida de anúncios publicitários. O conteúdo deste espaço da editoria internacional é bastante variado, mas grande parte das matérias está em geral relacionado com o noticiário oriundo das Américas. Este espaço constituía notadamente um espaço nobre no noticiário do JB, sendo ocupado por matérias que, quase sempre, ocupavam destaque na primeira página do primeiro caderno, além de estar localizado logo na abertura do periódico. No curso do regime civil-militar o conteúdo editorial desta segunda página teria igual importância quando comparada com mais duas do periódico. A quarta página, denominada Política e Governo, que tradicionalmente imprimia sutilmente críticas ao governo militar e a seus desmandos autoritários, era onde seria também impressa a já então considerada clássica *Coluna do Castello*. Seria através deste espaço que o articulista Carlos Castello Branco irritaria inúmeras vezes as autoridades militares, com críticas sagazes, cujas palavras ecoavam e golpeavam o governo, e cuja importância sempre foi assegurada pelo público leitor, que referendava os comentários de Castello através de cartas. O colunista também aproveitara usualmente seu espaço diário para comentar os acontecimentos internacionais, quase sempre com viés comparativo em relação ao governo nacional.

Outra página na qual o destaque editorial pode-se comparar com os materiais produzidos pela editoria internacional na segunda página do JB, era a ocupada com os tradicionais editoriais, localizada impreterivelmente na sexta página do jornal. Além dos editoriais, que no decorrer do governo Geisel estiveram comumente permeados por críticas suaves ao governo, esta página contava tradicionalmente com mais um texto de seus articulistas. O grupo de colunistas que ocupavam este espaço era composto, em meados da década de 1970, por nomes célebres como o então cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio de Araújo Sales; o crítico literário, professor e escritor Alceu

³¹ Em geral, eram impressas na primeira página no JB duas imagens relacionadas com alguma chamada de matéria e compostas em geral por radiofotos das agências internacionais de notícias, sobretudo da AP e da UPI. Tal prática foi comum à grande imprensa nacional do período.

Amoroso Lima, que assinaria suas colunas sob o pseudônimo de Tristão de Athayde; o grande jornalista e historiador Barbosa Lima Sobrinho; o economista Octávio Gouvêa de Bulhões, além de outras personalidades que assinariam colunas neste espaço, porém com menor frequência, como Carlos A. Dunshee de Abranches e o jurista Arnold Wald. Este espaço foi utilizado por estes articulistas correntemente como maneira de expressar suas opiniões acerca do campo político nacional, mas temas noticiados pela editoria internacional mereceram comentários por parte deles, os quais por muitas vezes, utilizando-se do recurso comparativo, teceram críticas indiretas ao governo e as atitudes arbitrárias dos militares de maneira bastante clara, assim como o fizera muitas vezes o colunista “Castelinho”.

Ainda acerca deste espaço gráfico delimitado na sexta página de o JB, há de se destacar o espaço reservado para as charges, que neste período foram produzidas pelos irmãos Zélio e Zivaldo Alves Pinto e eventualmente com a contribuição de algum outro cartunista. Estes ‘cartuns’ muitas vezes abordaram temáticas propostas no noticiário internacional do JB, como no caso do período inicial da Revolução dos Cravos, onde foram produzidas diversas caricaturas enaltecendo a liberdade obtida pelo povo português dentre outras representações caricaturais do momento revolucionário, e muitas outras versando sobre demais assuntos do noticiário estrangeiro, dentre as quais, destacam-se algumas, produzidas por Zivaldo, com claras alusões e comparações entre o exterior e o regime militar brasileiro ³². Assim, denota-se que o conteúdo produzido através dos editores e jornalistas ocupados com a temática internacional neste matutino ultrapassavam uma delimitação de espaço gráfico, mesmo em momentos em que o contexto internacional não fosse de exceção, como no caso da revolução portuguesa ou nos curso dos muitos golpes militares que sacudiram o continente americano e boa parte do mundo nos anos 1960-70.

Mais do que o que seria publicado pelo matutino na primeira, segunda ou sexta páginas, o conteúdo da editoria internacional do JB nos anos 1970, de modo geral, foi publicado a partir da oitava página, ocupando quantia de páginas variadas, entre três e seis páginas geralmente, tal cifra definida de acordo com a ocorrência e relevância dos temas abordados em cada edição diária.

O noticiário internacional da FSP, ao longo dos anos 1970, ganha destaque na linha editorial do periódico, sobretudo, por dois motivos fundamentais. Primeiro, a

³²Algumas destas charges que referem a Revolução dos Cravos serão tratadas ao longo do capítulo seguinte.

reforma editorial posta em prática por Cláudio Abramo, iniciada em meados de 1970, e que irá, ao longo dos anos, definir a maneira pela qual a direção do matutino definiu como correta para a prática do jornalismo diário. A definição que seria expressa alguns anos depois no denominado *Projeto Folha*, com um jornalismo supostamente mais crítico, apartidário e pluralista, afetou a cobertura internacional do matutino, dando a esta maior destaque em detrimento da cobertura política esvaziada. Tal destaque tornou-se perceptível logo nos primeiros anos deste projeto de reformulação, tendo a ampla cobertura de eventos do exterior, como a Revolução dos Cravos, definidora destes novos rumos. Ademais, pode-se destacar a peculiar ligação do órgão com o regime militar e a influência desta no já citado projeto de reforma editorial. Almejando afastar-se do estigma de órgão oficial do regime militar, buscou-se a modernização de editorias que pudessem cativar um público até então não atingido pelo órgão, sobretudo do meio acadêmico e científico. Com a reformulação, dá-se maior destaque para as seções de Educação, Economia e Internacional (PINTO, 2012, p. 63-65), suplantando a ausência dos editoriais, que deixaram de ser publicados em 1972 e foram retomados somente em 1976.

Com esta nova orientação, a FSP passaria a dedicar amplo espaço em suas páginas para o noticiário internacional. A começar pela primeira página do matutino, também já definida em um formato bastante semelhante ao do JB, formando a denominada vitrine do conteúdo interno do jornal, onde os conteúdos relativos à editoria internacional foram intensamente destacados. Da mesma forma, a ampla utilização de radiofotos oriundas das agências noticiosas internacionais na primeira página do matutino contribuiria com para a configuração deste espaço nobre como um amplo espaço de divulgação do material noticioso relativo à editoria internacional.

Além do que seria impresso em sua primeira página, o matutino paulista de Frias dedicava mais três páginas exclusivamente para este noticiário, com a exceção da edição dominical, cujo noticiário internacional ocupava maior número de páginas. Tradicionalmente, ao menos a partir da década de 1970, a segunda página do periódico era dedicada aos conteúdos de sua editoria internacional, denotando importância na divulgação do material produzido na editoria internacional do matutino. Após três páginas totalmente dedicadas ao noticiário nacional, mais duas seriam impressas sob o título de seção *Exterior*, denominação dispensada pela FSP à sua editoria internacional.

Neste espaço, além do noticiário diário produzido por correspondentes, enviados especiais e com o material remetido pelas agências internacionais de notícias, a FSP

imprimia os poucos comentários presentes em seu jornal, sobremaneira no longo período onde não se publicariam editoriais, entre 1972 e 1976. A utilização de colunas de grandes jornais norte-americanos, europeus ou de colunistas das agências internacionais noticiosas foi prática comum neste período, suprimindo em partes a ausência de opiniões expressas dos dirigentes do periódico. Além disso, há que se destacarem outros dois espaços utilizados neste mesmo sentido, a coluna de Newton Carlos e a célebre coluna *Jornal dos Jornais*, de Alberto Dines. Newton Carlos, jornalista carioca que havia trabalhado no *Correio da Manhã* e na *Tribuna da Imprensa*, teve suas primeiras experiências como repórter internacional quando, convidado pelo governo espanhol no exílio³³, passa a exercer a função de enviado deste na Organização Internacional dos Sindicatos Livres, em Bruxelas. A partir de então, dedicar-se-ia totalmente ao noticiário internacional. Na FSP, onde foi colunista por mais de vinte anos, escreveu, sobretudo, acerca do panorama político europeu, tecendo comentários e críticas às ações políticas estrangeiras em geral. Assim, tornou-se um dos raros espaços onde foi possível perceber um caráter opinativo no matutino ao longo do período encampado por esta pesquisa.

Por sua vez, o espaço editorial de Alberto Dines, foi um espaço editorial ímpar na imprensa brasileira. Como o próprio nome asseverava, a coluna *Jornal dos Jornais* propunha-se a examinar e noticiar o que se havia publicado ao longo de uma semana na grande imprensa nacional. Em diversos momentos, Dines analisou as publicações da editoria internacional dos periódicos brasileiros, ampliando o espaço para a aproximação do público leitor para com este noticiário. Para mais, foi um dos raros espaços da mídia nacional onde se imprimiram críticas ao regime militar e talvez o único que criticou abertamente a censura e não sofreu os efeitos desta.

Em OESP, conforme já salientado, a editoria internacional pode ter representado uma alternativa possível para lidar com o cerceamento do regime militar, ainda em vigor até meados dos anos 1970. Desta forma, este noticiário ocuparia grande espaço entre o que seria publicado pelo matutino diariamente, crescendo em importância durante os anos de chumbo do regime militar; o destaque deste noticiário na primeira página do matutino, até o fim da censura em janeiro de 1975, é notoriamente maior que

³³ Conhecido também por Segunda República Espanhola, trata-se de órgão representativo da Espanha Republicana, bem como da constituição espanhola de 1931, ambas extintas com o findar da Guerra Civil Espanhola. Perdurou até o fim do regime franquista, em 1977.

em períodos anteriores e também posteriormente a esta data, reafirmando a hipótese dos usos políticos deste noticiário.

Deste modo, além do espaço inicial destacado na primeira página do matutino, o noticiário internacional permearia o primeiro caderno de OESP, com uma distribuição bastante semelhante à utilizada em seu maior concorrente paulista, a FSP. Na segunda página do matutino imprimia-se, usualmente, o noticiário nobre deste setor do jornal, com as principais notícias da editoria internacional. Também foi neste espaço que se estabeleceu a publicação de algumas das charges do matutino, com uma diferença em relação ao uso destas em outros órgãos da grande imprensa. Neste espaço editorial, publicaram-se charges e caricaturas especialmente relacionadas com o noticiário internacional, produzidas, principalmente, pelo artista plástico italiano Edmondo Biganti. Aquela página seria utilizada também para a publicação de colunas de reconhecidos jornalistas da imprensa estrangeira, sobretudo de colunistas do *The NY Times*, que com uma periodicidade bastante intensa tiveram reproduzidas nas páginas de OESP seus comentários sobre o panorama político internacional.

Além desta, ao menos mais duas páginas do primeiro caderno do matutino seriam diariamente dedicadas ao noticiário internacional. Geralmente localizadas após o noticiário nacional, que ocupava de três a seis páginas do primeiro caderno, esta segunda parte do noticiário internacional de OESP complementar, através de análises e diferentes abordagens jornalísticas, o que fora noticiado nas páginas iniciais. Ademais, serviu como espaço para a publicação de notícias que não houvessem sido inclusas na primeira parte do noticiário internacional. Outro espaço diversas vezes utilizado para comentar o noticiário internacional foi a seção *Notas e Informações*, onde eram impressos os editoriais do *Estadão*. O espaço editorial que irritou os militares a ponto de implicar na censura prévia ao periódico, foi um amplo espaço para o debate do noticiário internacional, muitas vezes habilmente associado ao panorama político nacional e aos abusos cometidos pelo regime militar.

O espaço editorial reservado em OG para a publicação do noticiário internacional estende-se ao longo do seu primeiro caderno, dedicando em média três páginas para este conteúdo informativo. A primeira página do matutino não se distancia do molde utilizado pelos demais periódicos analisados, destacando parte do noticiário internacional e publicando radiofotos ilustrativas do noticiário estrangeiro, fornecidas pelas agências internacionais de notícias. Uma particularidade da primeira página de OG é o fato de boa parte dos editoriais do matutino ter sido publicado nesta. Alguns

destes editoriais comentariam o noticiário internacional, sobretudo em momentos em que aquele pudesse despertar maior interesse jornalístico em seu público. Não raramente, estes editoriais seriam assinados pelo diretor e redator-chefe do matutino, Roberto Marinho. Assim, muitas vezes, os leitores deste periódico teriam contato com as opiniões do proprietário do conglomerado midiático acerca do panorama político internacional.

Outra particularidade presente em OG é o fato de que suas colunas sociais constituir-se-iam como importante espaço editorial, tendo entre seus colaboradores neste setor alguns dos jornalistas mais conhecidos desta área do jornalismo. Carlos Leonan, colunista social que havia trabalhado em diversos órgãos da imprensa nacional, publicaria, entre 1974 e 1984, a Coluna de Carlos Swann, que apesar de se tratar de uma coluna social, comentaria fatos políticos da cidade do Rio de Janeiro e do país. Em momentos de maior interesse sobre o noticiário internacional, também comentou diversos fatos próprios daquela editoria.

Do mesmo modo, teceram-se comentários acerca do noticiário internacional de OG na coluna “Portugal de Hoje”. Assinada pelo jornalista Alves Pinheiro, a coluna social aparenta ser publicada com o intuito de atingir a colônia portuguesa do Rio de Janeiro, bastante numerosa. Jornalista de OG desde a década de 1930, Alves Pinheiro desenvolveu uma peculiar ligação com Portugal. Tendo embarcado para terras lusitanas em 1960, de lá escreveria diversas crônicas para o matutino da família Marinho, reunidas posteriormente no livro *Corpo e Alma de Portugal*, em 1961. Também escreveu para OG a partir de Angola, ainda então uma colônia portuguesa. Em suas viagens, acabou por tornar-se amigo de António de Oliveira Salazar e elogiou, em sua coluna, inúmeras vezes o ditador português, bem como a sua política colonial. Durante a repercussão da Revolução dos Cravos, o jornalista criticaria o que ele definira como excessos da eclosão revolucionária; acompanharia de perto a vinda dos líderes depostos pela Revolução e que se asilaram no Brasil; e ainda viria a afirmar que a comunidade portuguesa no Brasil estaria apoiando figuras de oposição ao novo regime, ainda que esta mesma comunidade fosse composta, em sua grande maioria, por exilados políticos do antigo regime ditatorial.

Cabe lembrar que tanto os espaços destinados para a divulgação do noticiário internacional nestes cinco órgãos como esta distribuição de páginas para a publicação do noticiário não foi feita de maneira homogênea. Em todos os órgãos estudados há um padrão geralmente seguido, mas que por motivos diversos pode ter sido modificado.

Um acontecimento que cause grande comoção e desperte interesse jornalístico pode definir alterações na diagramação das páginas dedicadas à editoria internacional – tanto pelo fato de este acontecimento ser relativo a esta editoria, ampliando este espaço, quanto por estar relacionado com o noticiário nacional.

Assim, com aparato técnico e o capital humano estabelecido em diversificadas regiões do mundo, os órgãos de imprensa nacionais publicaram nestes espaços o conteúdo informativo da editoria internacional. No ano de 1974 o cenário europeu toma conta de boa parte das páginas que abordaram acontecimentos internacionais na imprensa brasileira, devido a uma série de fatores, tendo destaque o tumultuado ambiente político ocasionado pela revolução portuguesa de 25 de abril e a repercussão desta revolução no decadente, mas ainda discricionário regime franquista, na Espanha³⁴. No entanto, o desenrolar do movimento militar português não seria a única justificativa para o noticiário europeu suplantar notícias de outras partes do mundo nos periódicos. A influência das agências internacionais no conteúdo editorial publicado por nossa imprensa é perceptível ao se deter sobre o noticiário internacional destes órgãos. A revista *Veja*, por exemplo, ao produzir seu noticiário internacional selecionara substancialmente conteúdos relativos à Europa, aos Estados Unidos e países Sul-americanos, sobretudo acerca dos vizinhos Argentina, Uruguai, Paraguai e também ao Chile, país com regime politicamente bastante semelhante ao nosso, em detrimento de notícias de outras partes do mundo.

No ano em que o movimento militar português ocupara capas e abundante número de páginas na revista, seus leitores não seriam informados sobre o movimento revolucionário que, em janeiro deste ano, iniciaria o processo de deposição do imperador etíope Haile Selassie – processo finalizado somente em setembro daquele ano com o início de um governo militar de caráter marxista. Ainda no continente africano, militares tomariam o poder no extinto Alto Volva, atual Burquina Fasso, iniciando um período de grande repressão no país. Assim como no caso Etíope, nada seria publicado nas páginas de *Veja* sobre este movimento. Entre os escritórios internacionais da revista não havia nenhum deles localizado no continente africano, sendo o periódico totalmente dependente dos despachos das agências internacionais de notícias. Assim, a falta de informações acerca destes movimentos militares, pode ser

³⁴ Embora farto material jornalístico tivesse sido produzido durante a Revolução dos Cravos, ampliando os espaços para a publicação do conteúdo da editoria internacional nos periódicos que aqui figuram enquanto objetos/fontes de pesquisa, não iremos nos ater a este ponto neste momento, visto que as análises pontuais e a historicização destes conteúdos estão presentes no segundo capítulo deste trabalho.

circunscrita no panorama da atuação das agências noticiosas internacionais, as quais privilegiam determinados países em seu noticiário, produzindo informações que considerem relevantes para o noticiário internacional da imprensa em geral.

Do mesmo modo que a revista *Veja*, o JB, OESP e OG não noticiariam o princípio daquele movimento militar em Alto Volva. Por sua vez, a FSP, em conformidade com o projeto reformista que passaria a melhor explorar os conteúdos de sua editoria internacional, publicaria quantidade considerável de material acerca da tomada do poder pela junta militar marxista no país africano. Ao longo de meses seus leitores seriam informados sobre a movimentação esquerdista, sobretudo entre julho e setembro de 1974. Assim, desde a tomada do poder por grupos militares até a mudança constitucional que de fato depôs “o regime monarquista milenar, com traços feudais”, os leitores da FSP puderam acompanhar quase que diariamente a cobertura dos fatos mais marcantes da derrubada do poder no “mais antigo país africano”³⁵.

Em setembro de 1974, o processo de tomada do poder pelos militares etíopes chegava ao fim, com a deposição de Selassie e a divulgação do programa do novo governo. A FSP, que havia noticiado o fato de maneira plena, estamparia na primeira página a foto do imperador deposto e do filho convocado para ocupar seu posto ainda que sem os antigos poderes reais; noticiava-se assim a final deposição “de uma dinastia de três mil anos” e o findar de “um império anacrônico governado de modo absolutista por Selassie há 43 anos”³⁶. Além do destaque inicial, mais uma página seria totalmente dedicada à destituição do imperador; neste espaço, publicaram-se, além do noticiário, uma análise política com base nas declarações do exército etíope, produzida por Newton Carlos, um editorial do jornal francês *Le Monde*, analisando o longo processo de deposição e quadros informativos com a biografia do rei deposto e do sucessor.

No momento final deste processo, a FSP não foi a única a noticiar o acontecimento ímpar. No JB houve destaque na primeira página e publicação de noticiário ocupando a quase totalidade de uma página do primeiro caderno. Mesmo expediente atingiu as páginas de OG. Em OESP, além de pequeno destaque na primeira página, mais duas seriam utilizadas para a publicação da deposição. *Veja* publicaria o relato dos momentos finais do imperador à frente do governo etíope em duas páginas ilustradas por uma ampla fotografia de Selassie em seu suntuoso palácio. Além disto, todos estes órgãos publicariam quadros explicativos e cronologias do processo de

³⁵Folha de S. Paulo, 06/07/1974.

³⁶Folha de S. Paulo. 13/09/1974.

deposição do imperador, ilustrando aos seus leitores o que havia ocorrido nos últimos meses em solo etíope, já que não haviam noticiado o princípio do processo.

Um primeiro questionamento acerca deste noticiário está no fato de que, se a FSP utilizou-se dos despachos das mesmas agências noticiosas que se valiam os demais jornais, por qual motivo somente a primeira noticiou este fato desde seu princípio? Pode-se acreditar que, embora o material remetido pelas agências internacionais a seus clientes seja o mesmo, o interesse de publicar determinados conteúdos decorre substancialmente do interesse dos editores de cada periódico em utilizar a grande quantidade de material recebido de cada agência. E neste caso, o processo de reforma pelo qual passava a *Folha* pode ter sido decisivo para que este noticiário tomasse as páginas do matutino.

Por outro lado, mais do que o processo lento de tomada do poder, a deposição de fato do imperador foi um fato extraordinário, e por isso despertou maior interesse jornalístico. A quantidade de material noticioso enviado pelas agências internacionais foi provavelmente muito maior do que o que fora remetido anteriormente. Daí o fato destes conteúdos tomarem corpo no noticiário de todos os órgãos analisados. Neste sentido, entende-se a utilização de quadros explicativos e cronologias do fato para explicar à seus leitores o que se passava na distante Etiópia. Com relação ao noticiário proveniente do continente africano, nota-se que esta prática foi bastante comum ao longo dos anos 1970. Pouca atenção foi dedicada a este continente na imprensa brasileira, exceto em momentos de grandes tensões.

A alternativa possível para a cobertura de eventos, em territórios cujos acontecimentos não encontravam grande ressonância nos despachos das grandes agências internacionais de notícias, seria a utilização de enviados especiais. Embora fosse raro, tal expediente fora utilizado por *Veja* em alguns momentos, destacando-se na cobertura dos países lusófonos do continente africano. Na sua edição de número 308, a revista anunciava, em editorial, o primeiro resultado da expedição de 28 dias do editor Geraldo Mayrink às colônias africanas em processo de descolonização³⁷. Ocupando dez páginas e trazendo rico material fotográfico impresso a cores – recurso ainda caro e pouco utilizado por esta revista e pela imprensa brasileira nos anos 1970 – a matéria de Mayrink seria a primeira publicada por *Veja* neste contexto sem a utilização do material fornecido pelas agências noticiosas. Seria também a primeira a ser dividida em duas

³⁷*Veja*, 31/07/1974.

edições, totalizando mais de vinte páginas da publicação. OESP também destacaria o processo de descolonização com relatos de enviados especiais. Dois dos mais experientes repórteres do matutino – Clóvis Rossi, a partir de Lourenço Marques, em Moçambique, e Ewaldo Dantas Ferreira, enviado especial a Luanda – fariam a cobertura do processo de descolonização portuguesa na África após a Revolução dos Cravos, remetendo material jornalístico exclusivo e análises pontuais sobre o processo de descolonização. Assim, em determinados momentos, o dispendioso recurso dos enviados especiais, viria a ser o mais viável para a publicação de conteúdos cerceados, pouco noticiados ou até ignorados pelas grandes agências noticiosas.

Um dos poucos casos onde o noticiário sobre o continente africano não foi relegado ao segundo plano, tanto por parte das agências internacionais de notícias como dos periódicos brasileiros, deu-se no processo de descolonização dos territórios até então dominados por Portugal.³⁸ No entanto, é possível salientar que este noticiário sobre os países lusófonos da África foi, muitas vezes, elaborado com vistas a denotar os conflitos em solo africano enquanto condicionantes para a deflagração da Revolução dos Cravos, ou ainda sendo noticiada a liberdade almejada por estas antigas colônias, como resultado do processo revolucionário em curso em solo lusitano. Com o início das negociações entre Portugal e suas ex-colônias e o reconhecimento da independência destas, o noticiário diário do JB irá dedicar mais espaço em suas páginas para o continente. O pronto reconhecimento do “governo marxista” angolano que, dentre outras medidas imediatas anunciava a “separação entre Igreja e Estado”, renderam amplas laudas do JB, que neste momento contou, fundamentalmente, com as informações da *Associated Press*³⁹.

Entre 1974 e 1976 o continente europeu seria ainda bastante noticiado na imprensa brasileira devido, dentre outros fatores, ao também agitado panorama político francês, com a polarização em torno dos nomes de Giscard d’Estagne e François Mitterrand como candidatos à Presidência, após a morte do então presidente Georges Pompidou, em 1974. No JB, os leitores seriam informados, por meio do relato do jornalista Luiz Gonzaga Larqué, que a morte recente de Pompidou já acirraria os ânimos dos possíveis candidatos à sucessão, agravando a crise política pela qual o país passava nos últimos meses. O matutino também noticiaria o mistério em torno da morte do líder

³⁸ Os principais pontos do noticiário sobre o processo de descolonização portuguesa na África serão abortados no próximo capítulo.

³⁹ *Jornal do Brasil*, 11/11/1975.

francês, ampliado através do “lacônico boletim médico à que teve acesso a imprensa”, e corroborado pelos despachos das agências de notícias ⁴⁰. O mesmo processo foi noticiado na FSP, onde, ao mesmo tempo em que tomavam ciência da morte do presidente francês, os leitores seriam informados que naquele momento “os bastidores da política francesa se agitam com o aparecimento dos prováveis candidatos à sucessão”. Ademais, o jornal trazia o perfil dos mais prováveis candidatos à sucessão, com destaque para o dirigente do Partido Socialista, François Mitterrand ⁴¹. Por sua vez, OESP noticiaria com bastante destaque a morte do carismático líder francês, dedicando-lhe amplo espaço na primeira página, boa parte do espaço onde se publicava o noticiário internacional e mais uma página em seu primeiro caderno, utilizada exclusivamente para recompor a trajetória política e pessoal do presidente falecido⁴².

Com o falecimento do líder francês na noite de 02 de abril de 1974, não houve tempo hábil para que a edição 291 de *Veja*, de 03 de abril noticiasse o fato. Na edição seguinte, do dia 10 daquele mês, o fato mereceu destaque em pequena chamada na capa da revista, na cantoneira, já que a capa do periódico ostentaria matéria acerca dos crescentes índices inflacionários nacionais. Em três páginas, permeadas por radiofotos da AP, os leitores do semanário ficariam a par dos últimos dias de Pompidou, acometido desde 1972 com a incurável doença de Khaler ⁴³. Ainda nestas páginas, seriam informados que talvez nem mesmo o político sem ilusões que por quase doze anos comandara a França, seria perspicaz o suficiente para imaginar a “rapidez do circo eleitoral armado (...) à beira de seu túmulo”, quando sete candidatos, “todos eles, fundamentalmente diferentes de Pompidou”, já apresentavam sua candidatura para o posto ocupado provisoriamente pelo presidente do Senado francês, Alain Poher, também candidato à sucessão ⁴⁴.

Mais três páginas seriam dedicadas ao ex-líder francês, notadamente versando sobre sua célebre biografia, com uma dezena de fotografias impressas. Além das tradicionais radiofotos da AP – que em alguns momentos no curso dos anos 1970 foram substituídas ou complementadas pelas semelhantes da UPI – constavam também fotos da revista francesa *Paris Match*, fato raro em *Veja*, embora o contrato para aquisição de matérias da revista francesa houvesse sido firmado antes mesmo do lançamento da

⁴⁰ *Jornal do Brasil*, 03/04/1974.

⁴¹ *Folha de S. Paulo*, 04/04/1974.

⁴² *O Estado de S. Paulo*, 06/07/1974.

⁴³ *Veja*, 10/04/1974.

⁴⁴ *Idem*.

revista. Este expediente pode ser revelador para o entendimento dos afazeres da editoria internacional do periódico. Por ser uma publicação semanal, *Veja* tem de produzir seu diferencial jornalístico em relação aos periódicos diários. Assim, embora a revista também fosse dependente do noticiário fornecido pelas agências de notícias, ela procura marcar seu diferencial em relação aos jornais com a produção de matérias mais bem embasadas historicamente e na utilização de recursos que fossem raros à imprensa nacional, como, por exemplo, no caso em tela, a publicação de fotos de momentos particulares do ex-presidente francês.

O tratamento diferenciado dos conteúdos próprios à editoria internacional é mantido em *Veja* ao longo dos anos 1970, com matérias generosas em números de páginas e em qualidade de material gráfico publicado. Quinze páginas foram dedicadas às mudanças que se verificavam no cenário político europeu em maio de 1974, além de a vasta matéria ganhar manchete da capa do semanário justamente quando se completavam seis anos de sua existência. Naquele momento, a revista afirmaria que a sua criação devia-se ao objetivo de “frequentar a área até então indevassada pela imprensa brasileira das revistas semanais de informação, procurando adaptar à nossa realidade fórmulas consagradas internacionalmente”⁴⁵.

O retorno dos civis ao poder na Grécia também foi amplamente explorado pela editoria internacional de *Veja*, ocupando novamente a capa e muitas páginas da revista. Marco Antônio de Rezende, que acabara de assumir o cargo de correspondente da revista na Itália, seria deslocado à Atenas para informar aos leitores do rompimento com mais de sete anos de ditadura militar. Com um estilo de escrita bastante próximo do literário, Rezende produziria um grande relato do findar da ditadura dos coronéis, ressaltando temas transversais como a acolhida ao músico grego e opositor do regime militar de seu país Mikis Theodorakis, recebido no aeroporto com flores, que ainda que fossem vermelhas, não seriam cravos⁴⁶. Neste caso, o noticiário aparenta ampla possibilidade de críticas ao panorama político do governo militar brasileiro, recurso de grande valia em tempos de censura. Em OESP o fim do regime militar grego seria recebido com um tom festivo, atitude já usual para o matutino ainda sob censura. Informava a edição de 24 de julho de 1974 que, “milhares de pessoas saíram às ruas para festejar o acontecimento”, destacando o tom do evento, onde teriam sido brandidas palavras de ordem como “Viva a democracia” e “Esta noite, enterramos o fascismo”. O

⁴⁵ *Veja*, 15/05/1974.

⁴⁶ *Veja*, 31/07/1974.

evento que fora caracterizado em OG como “passeatas de apoio ao novo regime”, seria apresentado aos leitores de OESP como a “maior manifestação de júbilo em Atenas desde que os Aliados libertaram a Grécia, na Segunda Guerra”⁴⁷.

Na América Latina, o noticiário relativo à Argentina receberia bastante destaque, sobretudo após a morte de Juan Domingos Perón. O fim precoce do segundo governo de Perón no país vizinho, assim como a ascensão de sua esposa ao poder, foram destaques da edição 304 de *Veja*. Através do relato do correspondente Augusto Montesinos e dos despachos das Agências AP, da divisão latina da *Reuters* e da revista *Newsweek*, fora noticiado o marasmo aplacado na cidade que “deixara de viver” juntamente com seu líder, justamente quando o país mais necessitava de sua autoridade para “aplar as diferenças e disciplinar as tumultuadas expansões da dividida sociedade argentina”⁴⁸. O grande clima de comoção que tomara conta de Buenos Aires fora divulgado em treze páginas, das quais quatro foram ocupadas com fotografias coloridas, em uma matéria que não hesitaria em utilizar termos como “caudilho” ou aventar para o temor da “ascensão dos militares”. Assim, embora com utilização de termos que pudessem ser considerados subversivos, aquela edição de *Veja* chegaria às bancas sem qualquer corte. Situação diferente de outras edições que versaram sobre o país vizinho e que, como demonstrou Almeida (2008, p. 235 - 236), seriam censuradas por supostamente elaborarem analogias entre o regime militar brasileiro e o governo argentino, ainda sob comando civil.

O temor expresso nas páginas de *Veja* acerca da ascensão dos militares confirmar-se-ia menos de dois anos após a morte de Perón, quando, segundo o noticiário do JB, uma “Junta Militar assumiu o poder” político argentino, prendendo a “Presidenta da República”, estabelecendo a pena de morte e a censura à imprensa, além de ter fechado os partidos políticos, sindicatos e associações de trabalhadores⁴⁹. A partir deste noticiar, é possível apreender diversos aspectos da linha editorial do JB. Enquanto no noticiário produzido por correspondentes e através dos despachos das agências pretendia-se informar aos leitores, supostamente de maneira imparcial, os acontecimentos do golpe levado a cabo pelas forças armadas em 24 de março de 1976, em editorial seria demonstrada a posição dos proprietários do periódico.

⁴⁷ *O Estado de S. Paulo e O Globo*, 24/07/1974.

⁴⁸ *Veja*, 10/07/1974.

⁴⁹ *Jornal do Brasil*, 25/03/1976.

Enaltecendo o golpe, o editorial *Forças da Ordem* anunciaria que as Forças Armadas do país vizinho, adiantando-se “ao ponteiro da história”, realizaram aquilo que só a elas competia: “evitar a passagem da ordem política em decomposição ao caos econômico e social”. Justificariam esta intervenção o clima de desordem e a possibilidade do avanço de “forças terroristas” em um país onde “o clima de corrupção palaciana” promovera o caos social e econômico. A par deste posicionamento, suaves críticas ao golpe militar argentino seriam impressos através dos textos de seus colonistas. Barbosa Lima Sobrinho, ao comentar um livro de um ex-agente da CIA, então recém lançado no Brasil, aventaria a possibilidade de os desmandos da agência de inteligência norte-americana – que, segundo o livro de Philip Age, teria falsificado documentos e implantado bombas para desacreditar o comunismo – terem sido utilizado no desenrolar dos fatos argentinos, assim como teria ocorrido no Equador⁵⁰. Também em charges, o golpe argentino seria retratado de maneira jocosa, porém sem imprimir grandes críticas diretas. Assim, percebe-se que, ainda que a linha editorial do jornal seja bastante clara, continuava a existir espaço para posicionamentos diferentes desta.

Em *Veja*, que já havia tido problemas com a censura em noticiários relativos à Argentina, não é possível perceber críticas e comparações diretas entre o golpe argentino e o governo militar nacional. Apenas um comentário político fora impresso no noticiar do golpe, onde, além de anunciarem os posicionamentos imediatos do governo brasileiro – reconhecimento do novo governo argentino e fechamento temporário da fronteira para evitar a fuga em massa de opositores – seriam impressas as opiniões de líderes políticos nacionais. O senador Ernani do Amaral Peixoto, do MDB, demonstrava-se apreensivo pelo fato de os acontecimentos argentinos repercutirem negativamente, ao servir de pretexto e estímulo aos que se opunham à normalidade democrática no Brasil. Opinião compartilhada pelo deputado Célio Borja, da ARENA, então afirmando que o golpe argentino poderia aumentar as dificuldades para a distensão política em curso no Brasil⁵¹.

Ainda em 1974, outro tema da política internacional que viria a causar interesse extraordinário em nossa imprensa seria a renúncia de Richard Nixon, em 08 de agosto daquele ano. O JB, que dedicara amplas laudas para toda a cobertura do indecoroso caso *Wartegate*, destacaria o primeiro caso de renúncia de um presidente norte-americano em sua primeira página, com letras garrafais e duas radiofotos do momento do

⁵⁰ *Jornal do Brasil*, 28/03/1976.

⁵¹ *Veja*, 31/03/1976.

pronunciamento, fornecidas pela UPI. Fortalecendo a cobertura do evento, o matutino carioca lançaria mão de um recurso editorial recorrente, a utilização de colunas assinadas de jornais estrangeiros, neste caso, assinada por Anthony Lewis e publicada originalmente no *The New York Times* que, embora muito explicativa do contexto do caso, carregava anseios de um cidadão norte-americano, sendo bastante opinativa. Ainda mais opinativo e incisivo que Lewis, seria a coluna de Carlos Castelo Branco que, como em muitos outros momentos, utilizara-se do cenário e do noticiário internacional para comentar e tecer suas críticas à política brasileira. Salientando que a democracia americana “funcionou em sua plenitude” e ainda, que com a atuação eficaz do Congresso americano havia demonstrado “o vigor que ainda alimenta teoria da divisão, harmonia e equilíbrio dos poderes”, Castelo salientou que, no Brasil, tal situação não teria sido resolvida desta maneira, entendendo que “teriam seu desfecho numa intervenção das Forças Armadas, que se tornaram historicamente herdeiras do poder” resultado da “inexistência de uma opinião pública politicamente organizada”.⁵² O discurso de despedida do presidente renunciante também fora publicado na íntegra, ocupando metade da segunda página e fazendo com que, mais uma vez, um fato de suma importância ultrapasse os limites gráficos geralmente estabelecidos para a editoria internacional do periódico.

O destaque dado ao momento da renúncia em OESP e na FSP corrobora na demonstração de como este caso foi acompanhado com interesse ávido da imprensa brasileira. Na edição de 09 de agosto, a primeira página do matutino da família Mesquita, geralmente ocupada com destaques do noticiário diário, no formato vitrine, foi totalmente dedicada à renúncia do presidente norte-americano. Com três radiofotos das agências AP e UPI, o destaque em letras garrafais da renúncia do presidente Republicano viria acompanhado das chamadas das matérias principais, todas relacionadas ao caso. Chamou-nos particular atenção a utilização de recurso que não fora utilizado pelo matutino em nenhum outro momento entre 1974 e 1976. Um Box de relativo destaque anunciava em quais páginas estaria distribuído o noticiário internacional daquele dia, obviamente mais volumoso do que o habitual.

Assim como OESP, a FSP dedicaria toda sua primeira página para noticiar este fato incomum. Além do destaque na primeira página da edição de 09 de agosto de 1974, dia subsequente a data da renúncia, a FSP publicaria nesta mesma data um caderno

⁵² *Jornal do Brasil*, 09/08/1974.

especial, totalizando 16 páginas, onde se desnudavam os pormenores do caso de espionagem que culminou na primeira e única renúncia de um presidente norte-americano. No primeiro domingo posterior a esta data, mais uma vez o matutino utilizava-se do mesmo recurso editorial, produzindo desta vez um caderno especial com 25 páginas. Neste, além da análise pontual do caso Watergate, publicavam-se a cronologia do caso, transcrições de conversas grampeadas do então presidente e análises de jornalistas norte-americanos e brasileiros, entre eles Ruy Lopes e Aldo Pereira.

A renúncia de Nixon foi o principal destaque de duas capas de *Veja*. Na primeira, lançada apenas um dia antes da renúncia, publicava-se uma foto do presidente, com a legenda na cantoneira: “IMPEATCHMENT: ESPERANDO A DECISÃO”⁵³. Na edição 310, de 14 de agosto, novamente a foto de Nixon estamparia a capa do periódico, anunciando a matéria principal que seria composta em doze páginas, acrescida do editorial que também seria dedicado ao assunto. Deslocando para a cobertura destes fatos o editor-assistente Roberto Pompeu e a editora de Internacional, Dorrit Harazim, além do tradicional correspondente do periódico em Washington, Roberto Garcia, *Veja* faz uma cobertura pontual, bastante explicativa, embora os fatos do caso Watergate já tivessem sido noticiados no semanário “por mais de dezoito meses”⁵⁴. Ademais, a explicação de todos os aspectos e antecedentes da utilização do *Impeachment*, palavra que então ainda era desconhecida na política nacional e para o leitor brasileiro, apareciam no semanário com bastante destaque, em *boxes* e tabelas explicativas, em ambas as edições.

Uma explicação plausível para esta ampla cobertura da imprensa impressa nacional pode estar na concorrência representada por outras mídias, sobretudo pela televisão. O telejornal de maior audiência da *TV Globo*, o *Jornal Nacional*, também acompanhara o desenvolvimento da crise política norte-americana, utilizando material das agências internacionais e os produzidos pelo correspondente Lucas Mendes. Outro telejornal do grupo, o *Jornal Internacional*, transmitira imagens ao vivo da renúncia de Nixon, através de um convênio com a rede televisiva norte-americana ABC (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 45). Com o noticiar instantâneo proporcionado às redes televisivas através das transmissões via satélite, a alternativa aos órgãos midiáticos impressos seria produzir coberturas mais bem embasadas, com utilização de todos os recursos disponíveis, sobretudo no caso de *Veja*, que além da televisão, teria a

⁵³*Veja*, 07/08/1974.

⁵⁴*Veja*, 14/08/1974.

concorrência com os jornais diários, que noticiariam os fatos no dia seguinte a sua ocorrência.

Um ponto em que se encontra uma particular ligação entre o que foi publicado sobre o emblemático caso Watergate, pelos quatro jornais e a revista *Veja*, está na preocupação em noticiar amplamente a manutenção da política externa da Casa Branca, representada pela permanência de Henry Kissinger no cargo de Secretário de Estado.

Um assunto acompanhado expressivamente na grande imprensa nacional e que significaria grandes possibilidades de interesse jornalístico por parte do público leitor, fora o relativo a conflitos armados, sobretudo os de grandes proporções e, no tenso período da guerra fria, nos quais a União Soviética ou os Estados Unidos estivessem mantendo participação ativa. No decorrer de 1975, o assunto internacional com maior reprodução na grande imprensa nacional fora o desfecho da Guerra do Vietnã, em abril daquele ano, que viria acompanhado de outros conflitos semelhantes em toda a região da Indochina. Cabe ressaltar que o noticiário relativo a este que foi um dos conflitos mais longos e mais marcantes da Guerra Fria tomou as páginas da grande imprensa brasileira desde seu início, em 1955.

Ao longo de 1975, tornava-se perceptível para os leitores desta imprensa que o conflito findar-se-ia breve. Em OESP, durante todo o mês de abril daquele ano, diversos relatos de enviados especiais e correspondentes da imprensa estrangeira em Saigon retratavam o ambiente tenso que circundava a antiga capital sul-vietnamita, prestes a ser sitiada pelas forças do regime comunista do Vietnã do Norte. Drew Middleton, famoso repórter de guerra e colunista do *The New York Times* – e que por diversas vezes teve suas colunas publicada no jornal da família Mesquita – retratou este clima tenso que tomava conta de Saigon, mas também de Washington. Em dois de abril, o colunista declararia que “a desmoralização do Exército sul-vietnamita aumenta o pessimismo do Departamento da Defesa quanto à capacidade do Sul de defender Saigon contra uma ofensiva comunista”⁵⁵. No dia seguinte, manchete de OESP anunciaria o fim da guerra, que ao longo de vinte anos permeou o noticiário internacional do matutino e de toda imprensa brasileira. Em letras garrafais, que precediam uma foto de um jato sul-vietnamita em fuga, noticiava-se a rendição de Saigon e o fim da guerra, marcado pela fuga em massa de norte-americanos e sul-vietnamitas, onde, para o matutino, “encerrava-se um capítulo da História dos USA”⁵⁶.

⁵⁵ *O Estado de S. Paulo*, 02/04/1975.

⁵⁶ *O Estado de S. Paulo*, 30/04/1975.

O caos da fuga em massa da antiga capital também renderia amplas laudas na FSP e em OG. Na *Folha*, além do farto material produzido por sua editoria internacional, também merecem destaque os textos de Bernard Ullmann, repórter da *Agence France-Presse* e historiador. Em 30 de abril, ao fim do conflito, Ullmann publicaria um texto com a história das diversas intervenções militares norte-americanas, desde a entrada na Segunda Guerra Mundial, sob o governo Roosevelt, até a retirada das tropas do Vietnã, já sob o comando de Geraldo Ford.

O findar deste conflito e o eclodir de outros na região ocuparia as capas de *Veja*, estando desta vez presente em duas das quatro publicadas em abril, repetindo o índice no mês seguinte. Os longos conflitos também ocupariam boa parte do material internacional do JB, estando presente nas primeiras páginas deste periódico durante todo o mês de abril. Em diversos editoriais do matutino fora retratado o conturbado ambiente e a trágica maneira com que “os Estados Unidos e todo o mundo ocidental contemplam com pasmo a imediata ameaça de queda [...] de Saigon”⁵⁷. Em maio de 1975, o JB dedicaria amplas laudas à capitulação de Saigon que, a partir de então, passaria a ser denominada Ho Chi Minh.

Os processos de produção do noticiário internacional também podem ser apreendidos, ainda que superficialmente, através do noticiário impresso do JB sobre este conflito. Em uma das edições dedicada à capitulação de Saigon, jornalistas internacionais, principais responsáveis pela transmissão da informação que seria impressa no JB, anunciaram que puderam “trabalhar a vontade, transmitindo livremente as notícias [...] só não se autorizou o envio de radiofotos, nem a chegada de aviões para recolher filmes”. Teriam destaque no noticiário recebido das agências internacionais de notícia, fatos curiosos, como o do fotógrafo da AP, KyNhan, que subitamente após a queda do governo sul-vietnamita, declararia que teria sido revolucionário nos últimos 10 anos e que, seu trabalho para o “vietcong” teria sido “servir de ligação com a imprensa internacional”⁵⁸.

A “ameaça comunista”, ainda presente no cenário internacional do período seria retratado inúmeras vezes por editoriais do JB, assim como nos conteúdos publicados em *Veja*. No JB, os leitores seriam advertidos da possível estratégia comunista de

⁵⁷ *Jornal do Brasil*, 11/04/1975.

⁵⁸ *Jornal do Brasil*, 01/05/1975.

manutenção da *détente*⁵⁹ por meios não usuais, dentre os quais estariam a ampliação de sua área de influência em território asiático e mesmo no europeu, com a ascensão do Partido Comunista português e seus semelhantes em outros territórios do centro do continente⁶⁰. Em *Veja*, o destaque na cantoneira da edição 355 era sobre o avanço comunista na Itália, onde um curioso texto alertava que os “vermelhos” poderiam estar dispostos à subverter a ordem democrática, ainda que a matéria fosse originalmente composta para tratar da vitória, democrática, do Partido Comunista Italiano nas eleições municipais e regionais⁶¹. Esta postura de críticas ao avanço comunista também se faz presente nas matérias em que são retratados os avanços de governos comunistas no sudeste asiático, onde nota-se o caráter imparcial dos conteúdos produzidos pelas agências internacionais de notícias, fontes primordiais para a imprensa nacional nesta região. Portanto, mesmo no noticiário cotidiano dos assuntos internacionais, atenta-se para a distorção ou omissão de fatos, decorrentes, neste período, do enfraquecimento mais ainda relutante embate entre as duas forças da guerra fria, amplamente representados por suas agências de notícias.⁶²

Em sua edição de 28 de julho de 1976, o JB destacaria o estudo do professor norte-americano Walter Laqueur, no qual o estudioso acusaria a URSS e Cuba de financiar e treinar terroristas, frisando que tais atos de terrorismo inspirariam horror e repulsa⁶³. Não seria anormal esta notícia impressa e comentada no JB, não fosse outro acontecimento que abalou o mundo e passou despercebido nas páginas do matutino. Em 27 de julho de 1976, um terremoto de proporções até então nunca vistas abalaria o sudoeste chinês, deixando mais de 200 mil mortos na cidade de Tang Shan. A ausência desta notícia verifica-se no JB, em seus pares da imprensa escrita e também em *Veja*, denotando duas particularidades das agências internacionais de notícias e, conseqüentemente, do trabalho da imprensa nacional. Primeiro, o território chinês, de

⁵⁹ Termo francês equivalente à distensão, amplamente utilizado para se referir à gradual redução da tensão entre o bloco soviético e os EUA.

⁶⁰ *Jornal do Brasil*, 13/04/1975 e 18/04/1975.

⁶¹ *Veja*, 25/06/1975.

⁶² Ainda que o bloco soviético mantivesse uma agência noticiosa internacional, a TASS, o conteúdo divulgado por esta não encontra ressonância na imprensa impressa brasileira. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os jornais, nos poucos momentos em que citam despachos de agências oriundas de países alinhados à antiga União Soviética, há grande desconfiança com relação aos dados apresentados, quando não a total indicação de que se trata de propaganda comunista. Por outro lado, não há na utilização dos despachos das agências noticiosas de países capitalistas qualquer indicativo em nossa imprensa acerca da possível omissão de dados, denotando assim uma opção em creditar como objetiva e imparcial as agências de notícias ocidentais em detrimento do noticiário soviético ou de qualquer outro país sob o regime denominado socialista ou comunista.

⁶³ *Jornal do Brasil*, 28/07/1976.

regime socialista, não estava entre a área de abrangência destas empresas, passando despercebido o trágico tremor de terra entre dois dos maiores órgãos da imprensa brasileira. Por outro lado, os territórios soviéticos ou sob governo de caráter socialista, quando noticiados em nossa imprensa, apareciam notadamente em vieses depreciativos, caracterizados por relações com terroristas ou financiadores de guerras. Assim, muitas vezes, não havia espaço para as impressões acerca dos noticiários advindos de outras partes do mundo que não o ocidental e capitalista.

Apesar da ausência do noticiário acerca do terremoto chinês, assuntos de grande comoção, como grandes tragédias, foram destaques na imprensa nacional em diversos momentos. Em outubro de 1974, *Veja* imprimiria o trágico desastre causado pelo furacão *Fifi*, que havia destruído o território de Honduras ⁶⁴. No JB, uma onda de assassinios na Jamaica, onde crianças e idosos teriam sido mortos por traficantes de drogas, também mereceu destaque, em duas páginas ⁶⁵. Outros assuntos que poderiam ser considerados menos relevantes também foram abordados por esta editoria nos periódicos nacionais. Na tarefa de informar aos brasileiros o que ocorre nos mais longínquos cantos no mundo, os jornalistas e editores de internacional tem de ser capazes de construir seus textos versando sobre assuntos variados e bastante divergentes entre si. Da violência causada por protestos políticos em Lima ao exótico congresso de Bruxaria de Bogotá ⁶⁶, passando pelos grandes conflitos armados e por grandes campeonatos de futebol. Assim, não é uma editoria com qualquer facilidade em seu trabalho. Do mesmo modo, não é tarefa fácil historicizar os conteúdos produzidos por estas editorias. Daí a necessidade de se selecionar os conteúdos, dando destaque para o noticiar em que acreditamos ser denotadas as características principais dos órgãos noticiados.

Em todo o recorte temporal no qual exploramos as páginas dos periódicos nacionais, a publicidade já se encontra amplamente estabelecida e, embora aparentemente o destaque publicitário não demonstre relação direta com o noticiário internacional destes jornais e revistas, é possível apreender dados relevantes, que podem indicar que em momentos de maior destaque para o noticiário estrangeiro, os informes publicitários destacados no espaço editorial destinado à editoria internacional podem ter sofrido considerável acréscimo. Para tal, tomamos como exemplo edições da revista

⁶⁴ *Veja*, 02/10/1974.

⁶⁵ *Jornal do Brasil*, 10/06/1976.

⁶⁶ *Veja*, 12/02/1975 e 03/09/1975.

Veja, como a da edição de 29 de janeiro de 1975, que teria em sua capa ostentada uma denúncia de suborno contra o então Senador pelo Estado de Pernambuco, Wilson de Queiroz Campos. Nesta edição, os assuntos abordados pela editoria internacional ocupavam oito páginas, com temática bastante variada. No decorrer destas oito páginas, duas páginas inteiras e mais dois recortes, equivalentes a um terço de página cada, foram ocupadas por anúncios publicitários, impressos em preto e branco. Em outra edição, cuja temática da editoria internacional poderia despertar maior atenção do público leitor, este quadro é alterado: na edição 314, de 11/09/1974, sete páginas divulgavam que, dentre outras coisas, completava-se um ano do golpe militar ocorrido no vizinho Chile e que, no curso da semana que antecede a data, Portugal oficialmente findara seu domínio colonial em Moçambique. E nesta edição, em meio a informações de grande interesse jornalístico impressas no espaço destinado à editoria internacional da revista, quatro páginas divulgavam os anúncios publicitários do semanário, em páginas impressas a cores, corroborando a tese de que a quantidade de informes publicitários pode, em momentos distintos, estar presente de maneira mais intensa nas páginas dos periódicos nacionais.

Embora tenham sido analisados apenas alguns aspectos dos conteúdos editoriais internacionais, e ainda daqueles que figuraram com maior destaque nos periódicos – seja por aparecer na primeira página, ou ainda por ocupar grande número de edições ou de páginas em cada edição – não se pode relevar que o noticiário internacional se fez presente nos órgãos selecionados em todas as suas edições. Com maior ou menor destaque, o ambiente internacional figura com total assiduidade nos periódicos selecionados. Partindo desta premissa, entende-se que a Editoria Internacional já encontrava-se plenamente estabelecida nos anos 1970, mesmo que venha a perder espaço de destaque em alguns periódicos recentemente. A extrema supressão do conteúdo internacional atualmente nas capas de *Veja*, exemplificado no início deste tópico, pode se explicar por uma série de fatores, com destaque para o contexto internacional, mais fervilhante no curso da guerra fria do que no princípio do século XXI. O contexto político nacional do período também tem de ser levado em conta, visto que o noticiário estrangeiro pode ter sido a única alternativa possível em muitos momentos do regime militar brasileiro como, aliás, já afirmamos e demonstramos no decorrer desta parte da dissertação.

O noticiário internacional teve uma atuação de grande importância nos periódicos nacionais no início do processo de distensão política, fosse para demonstrar

ao público leitor o que ocorria em outras partes do mundo, informando-o e, muitas vezes, formando opiniões, fosse ao comentar o ambiente político internacional, com vistas a conotar, ou marcar indiretamente, particularidades daquele com o regime militar brasileiro. Nota-se ainda que o material noticioso internacional publicado pela imprensa brasileira deste período mantinha-se ainda bastante dependente das agências internacionais de notícias. Em decorrência desta dependência, muitas vezes foram perceptíveis a supressão ou a distorção de notícias do estrangeiro; neste sentido, o trabalho dos correspondentes e enviados especiais destaca-se ainda mais, pois é através do material remetido por estes profissionais que o diferencial deste noticiário fora produzido.

Não podemos afirmar que burlar a censura fora a única função do noticiário internacional da grande imprensa ao longo dos governos militares, tendo-se em vista que a censura prévia à mídia impressa não foi atividade aplicada de maneira constante, tendo tido momentos de maior ou menor intensidade e dependendo ainda do órgão midiático em questão. No entanto, cientes de que a atividade coercitiva e proibitiva da censura política só deixou de existir quando o regime militar já apresentava sinais de debilidade, pode afirmar que a burla à censura via editoria internacional era um recurso expresso nas páginas de diversos periódicos nacionais, notadamente em críticas indiretas por meio da utilização de similitudes e distanciamentos de fatos do noticiário estrangeiro com os ocorridos e vivenciados pelo Brasil naquele período. Expediente que não deixou de ser aplicado pelos órgãos da imprensa brasileira ao noticiar e analisar a Revolução dos Cravos e seus primeiros desdobramentos.

CAPÍTULO 2

AS PRIMEIRAS REPRESENTAÇÕES DA REVOLUÇÃO PORTUGUESA

2.1 – A eclosão dos cravos: fontes e formas da imprensa brasileira para noticiar o 25 de abril português.

Na década de 1970, Portugal passava por momentos de ampla complexidade, sobretudo sob o ponto de vista social e político. A guerra colonial iniciada ainda nos anos 1960 não demonstrava sinais de que chegaria ao fim brevemente e a manutenção do império colonial denotava ainda mais o caráter retrógrado da política portuguesa. A economia lusitana, uma das mais atrasadas do cenário europeu, abalou-se ainda mais com o as enormes despesas militares geradas em função do conflito. Além disto, a manutenção da guerra em além-mar, a qual ceifava vidas de grande número de jovens soldados, influenciou decisivamente na emigração massiva de jovens trabalhadores e estudantes. Contribuía ainda para o agravamento do momento de tensão o fato de a imprensa portuguesa continuar amordaçada, com forte perseguição a jornalistas e, sobretudo, ao grande número de opositores políticos que foram perseguidos, presos e torturados pela temida Polícia Interna de Defesa do Estado (PIDE).

Neste cenário, ainda que dentro dos limites de um regime totalitário, surgem forças de oposição almejando o fim do regime discricionário, sobretudo nos meios estudantis, mas com força também no próprio seio das forças armadas.⁶⁷ O mais notável destes movimentos constitui-se em 1973, quando sob a denominação de *Movimento dos Capitães*, surge uma organização militar constituída, em grande parte e como a própria nomenclatura esclareceria, por oficiais intermédios da hierarquia militar, acrescidos do apoio de alguns majores. A organização inicial deste movimento foi norteadada pelo descontentamento de setores do exército para com a alteração da legislação relativa ao sistema de promoções para o Quadro Permanente das armas lusitanas. Com as mudanças efetuadas pelo governo salazarista – já então conduzido por Marcello Caetano que assumirá o controle do país após adoecimento e posterior óbito de seu mentor, Antonio de Oliveira Salazar, em 1968 – oficiais do quadro especial poderiam alçar a condição de capitães, após curso intensivo de um ano; para os capitães que haviam cursado regularmente os quatro anos de academia militar a medida – adotada especialmente pela ineficiência das academias militares portuguesas em produzir

⁶⁷ Cabe ressaltar que a ditadura salazarista não foi estável e inquestionável. Correntes opositoras surgiram nos meios estudantis, no movimento democrático e nas Forças Armadas, sobretudo a partir dos anos 1960. O que nos interessa destacar é que este tipo de questionamento ganha ímpeto ao longo dos anos, chegando ao ponto da extinção do regime se dar pelas mãos daqueles que o sustentaram ao longo de quarenta anos: o exército. Ver CUNHAL, 1995, p. 139-142.

oficiais na mesma escala que as guerras incitavam (DÁVILA, 2011, p. 211) – apresentava-se como ultrajante, sobretudo do ponto de vista corporativista da hierarquia militar (AUGUSTO, 2011, p.71-78).

O movimento que surge inicialmente para o combate a estas medidas que desafiavam a estrutura hierárquica do Exército, tomaria novos rumos a partir de março de 1974, quando modifica sua denominação para Movimento das Forças Armadas (MFA) e transforma-se num claro movimento de contestação política. Para além do descontentamento com as medidas do governo, estava a guerra colonial, a qual certamente tornou-se o vetor principal da Revolução Portuguesa e o motivo maior do fortalecimento do MFA. Acrescentam-se também, neste sentido, a necessidade de por fim a um regime retrógrado e a retomada do prestígio das forças armadas, desgastadas por inúmeros escândalos e denúncias de abusos de poder em solo africano. Assim, em abril de 1974, este movimento militar leva a cabo um levante que, ao longo deste processo, “libertaria o país da carapaça política imperial” (SECCO, 2004a, p.115).

Esta insurreição despertaria interesse da mídia internacional, a qual acompanharia o desenrolar dos fatos do dia 25 de abril de 1974, noticiando de maneira rápida e ampla aquela que seria tida como a última revolução europeia no século XX. Assim, noticiou-se em Portugal e muito além de suas fronteiras que “naquela data, os oficiais do MFA despontaram de uma longa e friorenta madrugada para encarar o sol das multidões numa tarde de Lisboa” (SECCO, 2004b, p. 7). Eram transcorridos poucos minutos da madrugada de 25 de abril de 1974 em Lisboa, quando a rádio católica Renascença, transmitiu as primeiras estrofes da música *Grândola, Vila Morena*, de Zeca Afonso. A canção, então proibida pela censura salazarista, foi o sinal para que os oficiais do MFA iniciassem uma rebelião que, de maneira breve e sem muita violência, redefiniria os rumos políticos do país. O golpe levado a cabo naquela madrugada romperia com o longo período ditatorial que por mais de quarenta anos vigorou em Portugal. O MFA consumaria as articulações iniciadas no ano anterior e tomaria o poder político do país, mantendo-o por dois longos e tumultuados anos.

No período compreendido entre abril de 1974 a final de 1976, o noticiário internacional da grande imprensa brasileira divulgou de maneira plena as vicissitudes do movimento, desde a insurreição militar até a realização das eleições presidenciais, passando pelo mais tenso período do Processo Revolucionário em Curso (PREC), o qual ficaria conhecido como “verão quente de 1975”. Assim, ao longo de dois anos, os leitores dos quatro maiores jornais brasileiros à época, tal qual os do semanário de

maior circulação no país, seriam informados sobre os ímpares acontecimentos em solo lusitano.

Mas apenas um jornal brasileiro traria em sua edição de 25 de Abril de 1974 a notícia sobre a Revolução dos Cravos: o JB. Naquela edição, o periódico anunciava, na sua primeira página, o alerta meteorológico, com o qual se constatava que o tempo estaria nublado, prevendo possível instabilidade climática. A primeira página trazia em destaque uma série de medidas econômicas anunciadas por presidentes do continente, além de um breve panorama do que o jornal noticiaria acerca da política interna. Em uma pequena nota ao fim da página, cujas proporções não excediam em muito à nota climática, anunciava-se outra instabilidade, a qual, naquele momento, não aparentava, pelo menos para o jornal, tanta preocupação. Aquela nota informava que tropas rebeldes em Portugal haviam iniciado uma movimentação, ocupando a Rádio Clube de Lisboa e outros pontos estratégicos como o Ministério da Defesa. Na página 11 daquela edição, o periódico publicava matéria relativa ao movimento militar português que, ocupando duas colunas com pouco destaque, noticiava a movimentação de tropas e os primeiros comunicados do já então denominado Movimento das Forças Armadas.⁶⁸ Se os leitores dos demais jornais não foram por eles informados, emissoras de rádio e TV cumpriam tal tarefa, posto noticiarem a partir da manhã daquele dia os acontecimentos lusitanos.

No dia 26 de abril de 1974, com maior tempo hábil para a recepção, apuração e produção do noticiário acerca dos fatos em solo lusitano, a grande imprensa brasileira passaria a imprimir em suas páginas quantidade expressiva de material jornalístico, noticiando, analisando e comentando a repercussão do golpe militar que em pouco se caracterizaria como uma revolução de fato. Parece-nos válido percorrer, primeiramente, as fontes de informação para a composição do noticiário brasileiro sobre a eclosão do movimento revolucionário português e, depois, o processo de produção deste noticiário, visto que ambos os aspectos apresentaram, ao menos em seus momentos iniciais da ação revolucionária, características que aparentam ter sido únicas em termos de cobertura internacional.

Talvez a fonte primordial para a produção do noticiário brasileiro relativo aos primeiros atos da Revolução dos Cravos tivesse sido proveniente das agências internacionais de notícias. E a certeza sobre este fato só não é garantida por ser impossível ter acesso ao material remetido por essas agências, dado que somente pode-

⁶⁸ *Jornal do Brasil*, 25/04/1974.

se contar com o que foi publicado pelos órgãos midiáticos brasileiros. Neste sentido, pode-se perceber que as maiores agências internacionais – *Reuters*, AP, UPI, AFP, DPA e ANSA – forneceram abundante material aos periódicos brasileiros durante a fase inicial do processo revolucionário. Mas esta não seria uma característica única do noticiar da Revolução dos Cravos por parte da imprensa. A análise do noticiário internacional dos primeiros dias daquele movimento permite conhecer mais elementos específicos aplicados pela imprensa brasileira para aquele noticiar.

Nos primeiros momentos da Revolução dos Cravos, tropas de diversos regimentos iriam ocupar as rádios públicas e privadas, além da emissora estatal de televisão, emitindo, desde a madrugada do dia 25 de abril de 1974, diversos comunicados em nome do MFA. Para a produção do noticiário acerca dos primeiros acontecimentos da Revolução dos Cravos, parte da mídia nacional utilizou-se de despachos de duas agências internacionais das quais não costumava receber material informativo ou ao menos não utilizava com frequência na composição de suas matérias: a ANI e a Lusitânia. Fosse num primeiro momento, ainda de incertezas, fosse logo depois, quando forças revoltosas já haviam desempenhado ações em termos de comunicação dos fatos.

No primeiro momento, a FSP informa-se que “um jornalista insone que ouviu o primeiro comunicado” teria entrado em contato com a agência oficial de notícias do regime salazarista, a ANI, sendo ele informado por esta que havia ocorrido uma rebelião militar em Lisboa, mas cuja “natureza e importância eram ainda desconhecidas”.⁶⁹ A mesma informação seria fornecida aos leitores do JB, o qual complementaria seu noticiário ressaltando que, apesar da informação lacunar fornecida pela ANI, fora possível perceber a dimensão da movimentação golpista logo na madrugada do dia 25, já que as proclamações dos rebeldes divulgadas através da Rádio Clube Português esclareciam as motivações do movimento das Forças Armadas, que buscava, dentre outras coisas, “livrar o país do regime”⁷⁰.

Os pronunciamentos dos membros da Junta de Salvação Nacional pela TV portuguesa também foram utilizados na composição do noticiário do JB. As primeiras proclamações dos rebeldes portugueses na Rádio Clube e na televisão portuguesa foram transcritas no noticiário de OESP, o qual ainda publicaria integralmente diversos comunicados, com os quais informava seus leitores que as “Forças Armadas haviam

⁶⁹ *Folha de S. Paulo*, 26/04/1974.

⁷⁰ *Jornal do Brasil*, 26/04/1974.

iniciado uma série de ações destinadas a libertar o país do regime que há tanto tempo o dominava” e que, logo no início da manhã de 25 de abril, “o Movimento das Forças Armadas prosseguia com sua ação libertadora”⁷¹. Desta forma, percebe-se que os comunicados produzidos por agentes do movimento revolucionário também foram utilizados amplamente enquanto fonte de informação para a mídia brasileira, já que o controle da rádio e TV de Lisboa pelos rebeldes foi recurso essencial para o êxito do desenrolar da ação revolucionária, acabando por tornar-se a voz oficial do novo regime que então se erguia.

Além do material enviado por agências cuja utilização não se dava de maneira constante e dos comunicados oficiais das forças revoltosas, outra fonte de informação diferenciada foi utilizada para a composição do noticiário brasileiro sobre o principiar da Revolução dos Cravos: relatos de diplomatas brasileiros e estrangeiros.

Sotana (2010), ao historicizar as representações da grande imprensa brasileira sobre a paz mundial no período de 1945-1953, destacou que os jornais brasileiros de abrangência nacional utilizaram-se do corpo diplomático brasileiro como fonte de informação para a produção de material jornalístico, principalmente por não existir significativa rede de correspondentes e enviados especiais no período. Em 1974, estas redes já estavam mais bem estabelecidas e todos os órgãos analisados contavam com correspondentes em solo europeu. No entanto, acreditamos que a utilização dos relatos de diplomatas durante o noticiar da revolução lusitana deu-se em função da rápida movimentação por parte do MFA, que surpreenderia a imprensa mundial. Corrobora esta versão o fato de mesmo as agências de notícias terem recorrido a embaixadores enquanto fonte informativa. Conforme noticiou a FSP, “diplomatas da embaixada britânica em Londres” estariam mais bem informados a respeito da rebelião militar, constituindo-se, assim, em fontes para as primeiras notícias remetidas pelas agências internacionais de notícias.⁷²

As primeiras páginas dos matutinos brasileiros passariam a dedicar grande espaço para manchetes à Revolução dos Cravos no dia posterior a 25 de abril. A par de manchetes e chamadas de matérias sobre o assunto, pode-se notar a utilização abundante de imagens relacionadas ao evento lusitano nas primeiras páginas dos periódicos, o que nos parece ter sido outra característica ímpar da grande imprensa brasileira no noticiar a Revolução dos Cravos.

⁷¹ *O Estado de S. Paulo*, 26/04/1974.

⁷² *Folha de S. Paulo*, 26/04/1974.

Os leitores de OESP, na manhã de 26 de abril de 1974, se deparariam com a primeira página do periódico constituída de maneira bastante diversa do formato com o qual estavam habituados. O espaço nobre e principal chamariz para os leitores do matutino da família Mesquita fora, neste dia, totalmente dedicado ao movimento militar lusitano, fato bastante raro no período. Na edição de OESP daquele dia, duas radiofotos da agência de notícias UPI acompanhavam o noticiário relativo à Revolução dos Cravos. Em uma das quais, em destaque no centro da página, tornou-se possível observar a movimentação de soldados e seus blindados tomando as ruas de Lisboa. Na segunda, tratava-se da reprodução da imagem estampada na capa do jornal lusitano *A Capital*. A foto apresentava um leitor anônimo com um exemplar do jornal em suas mãos, indicando, como ressalta a legenda, que ele se deparava, assim como milhões de portugueses, com uma imprensa livre da censura “pela primeira vez em mais de quarenta anos”⁷³.

Naquela mesma data, a primeira página da FSP fora dedicada, de maneira bastante semelhante à de OESP, ao movimento militar lusitano, posto conceder quase a totalidade daquele espaço com o assunto, acrescentando um pequeno quadro que, publicado no canto inferior direito da página, com pouco destaque, anunciava a previsão do tempo, a instabilidade das bolsas de valores e um possível pronunciamento do presidente Geisel no dia do trabalhador. A mesma radiofoto da agência noticiosa norte-americana que fora destaque na edição de OESP, com imagem da movimentação militar nas ruas de Lisboa, ilustrava também a primeira página daquela edição da FSP. Ao lado desta radiofoto fora publicada outra que, também produzida pela UPI, destaca-se a movimentação de manifestantes lisboetas, ocorrida no dia anterior, em frente ao Quartel do Carmo, cenário da rendição de Marcelo Caetano e “um dos pontos da capital onde mais se festejou a queda do regime e o fim dos 48 anos de ditadura salazarista em Portugal”, conforme o texto impresso pelo matutino e que acompanhava a radiofoto. Além daquelas imagens, a primeira página da FSP publicava uma foto do general Spínola, cujo texto do jornal o definia como “líder do movimento rebelde e idealizador da nova doutrina militar portuguesa que busca uma solução política para os territórios africanos”⁷⁴.

A Revolução dos Cravos também recebeu amplo destaque na primeira página da edição do JB no dia subsequente a eclosão do movimento, com somente quatro

⁷³ *O Estado de S. Paulo*, 26/04/1974.

⁷⁴ *Folha de S. Paulo*, 26/04/1974.

chamadas, em tamanho reduzido e afixada na parte inferior da página, dedicadas a outros assuntos diversos da revolução portuguesa. Quatro radiofotos, remetidas pela agência UPI, ilustravam a primeira página do jornal; duas delas, com maior destaque, traziam, respectivamente, a imagem da ação das tropas de blindados cercando a sede do governo, com vistas a aprisionar o ex-premiê Marcelo Caetano, e a da fachada da Emissora Nacional, tomada por soldados desde a madrugada de 25 de abril. As outras duas estampavam imagens de populares e manifestantes de diversas vertentes políticas, tomando as ruas de Lisboa nas primeiras manifestações de apoio à Junta de Salvação Nacional.

O espaço dispensado pelo OG ao noticiário dos primeiros momentos da Revolução dos Cravos foi, sobretudo em termos de destaque na primeira página, o menor dentre os jornais e da revista enfocados nesta dissertação. Ainda assim, além da manchete daquele dia 26 de abril versando sobre a ascensão de Spínola ao poder, a primeira página publicava duas radiofotos da UPI, sendo uma com imagem daquele general, quando do seu primeiro pronunciamento feito à televisão portuguesa, e a outra com imagem da concentração de populares defronte ao quartel da Guarda Republicana, onde encontrava-se refugiado o primeiro ministro Marcelo Caetano.

Em *Veja* algumas capas foram utilizadas para dar destaque ao noticiário relativo ao período revolucionário lusitano, com destaque para a edição 295, de 01 de maio de 1974, a primeira da revista a noticiar a eclosão do movimento. A capa daquela edição seria totalmente dedicada às chamadas de matérias sobre o movimento militar lusitano, com grande destaque na composição gráfica. Acompanhando a manchete, a capa daquela edição da revista estampava uma radiofoto em que se viam soldados comemorando efusivamente a vitória nas ruas de Lisboa. Na seção Carta ao Leitor informava-se que a foto da agência UPI reproduzida na capa daquela edição era uma publicação exclusiva da revista – única referência à exclusividade de imagem fornecida por agências de notícias em *Veja* e mesmo nos demais órgãos pesquisados ⁷⁵.

Ao lado da ampla utilização das reproduções imagéticas, os periódicos nacionais destacariam a Revolução dos Cravos em suas manchetes, compondo-as com o destaque de seus maiores tipos. Ao se proceder com a análise das manchetes ocupadas com a divulgação da Revolução dos Cravos, se faz necessário compreender, primeiramente, que estas não se resumem a uma forma de noticiar o fato. Este recurso editorial pode ter,

⁷⁵*Veja*, 01/05/1974.

primeiramente, a função de instigar a leitura do conteúdo publicado em determinado periódico em detrimento do que se publica em seus concorrentes, assumindo assim uma função publicitária para o jornalismo. Também é possível desatacar que a manchete de um órgão de imprensa, de certa forma, sintetiza a visão do órgão midiático em relação ao noticiário destacado na primeira página e denota para seu leitor qual é o assunto mais importe a ser noticiado naquela edição.

Desta forma, os leitores da grande imprensa brasileira poderiam notar, ao se depararem com as manchetes dos jornais naquela manhã de 26 de abril, a singularidade com que se destacou a revolução portuguesa. Dentre os destaques das primeiras páginas dos jornais analisados, os dois matutinos cariocas abordariam o assunto de maneira bastante próxima. Assim, os leitores do JB seriam informados que uma junta militar controlava Portugal e que, mal assumia o poder, anunciava uma Assembleia Constituinte. Ao passo que os leitores de OG, ao serem, da mesma forma, informados do intuito da Junta de Salvação Nacional de instituir a Constituinte e convocar eleições, poderiam ainda notar que já se destacava a primeira liderança do movimento: o general Spínola. Sendo a assembléia constituinte uma primeira medida no sentido da redemocratização portuguesa, pode-se inferir que encetavam-se assim, sobretudo no JB, representações que se valiam do noticiário internacional para, comparativamente, analisar-se o cenário político brasileiro.⁷⁶

Aos leitores da FSP, a edição daquele dia 26 destacaria, da mesma forma que os matutinos cariocas, a ascensão do general Spínola, enquanto que, para o líder deposto Marcelo Caetano, reservava-se a prisão. Ademais, em subtítulo acompanhando o destaque da manchete, o matutino informaria aos seus leitores que o movimento militar que rapidamente tomara corpo em Portugal, fora uma rebelião capitaneada por jovens oficiais. Dentre os órgãos da imprensa diária, seria em OESP impresso a manchete com maior apelo aos leitores; desta forma, no trato para com os primeiros momentos do golpe militar, somente este órgão traria impresso neste espaço editorial a avaliação de que o movimento transcorrido em Lisboa fora um golpe militar. Ainda que o noticiário que acompanhara tal manchete – tanto o impresso nas primeiras páginas deste matutino quanto o que compunha o espaço gráfico destinado para a editoria internacional – possa denotar uma interpretação positiva da queda do regime salazarista, a chamada com o

⁷⁶ *Jornal do Brasil*, 26/04/1974 e *O Globo*, 26/04/1974.

incisivo termo golpe militar se destaca. E talvez, assim, tenha servido ao intento de chamar a atenção dos leitores para o que se publicava no matutino.⁷⁷

Mais incisivo que o material publicado na manchete de OESP, seria o divulgado por *Veja*. Com maior tempo para a recepção e apuração das notícias do que os órgãos da imprensa diária, o semanário teria, conseqüentemente, maior tempo hábil para se posicionar perante os fatos lusitanos; fatos que tomavam corpo naquele país de maneira bastante célere, dificultando o noticiar dos órgãos da imprensa diária. Assim, ao compor sua primeira página da edição do dia primeiro de maio de 1974 – a primeira ocupada com o golpe militar – a revista semanal de informações utilizaria, abaixo de foto que ocupava quase a totalidade da primeira página, a incisiva manchete: “Portugal – O fim de uma ditadura”. Para um órgão ainda às vistas com a censura prévia e que já tivera, conforme explicitado no primeiro capítulo desta dissertação, problemas com a censura, seria notório que a manchete se valesse do termo ditadura e, exaltando o fim desta, tivesse sido impressa em sua primeira página com considerável destaque. Este destaque ganha ainda mais cores quando, ao se observar a composição desta capa, notar-se que o espaço além da radiofoto dos militares portugueses fora ocupado pela incomum e nada pueril utilização de tom de vermelho vivo. Assim, buscava-se criar na revista, já desde a sua primeira capa tratando do movimento militar português, representações que poderiam significar o caráter denotado à aquele movimento por este órgão: enquanto um movimento positivo e que livrara um país de uma ditadura, algo que, para o órgão ainda sob censura, se ansiava ocorresse em breve também no Brasil⁷⁸.

A brevidade com que o movimento revolucionário tomou corpo em solo lusitano pode ter acarretado desencontro de informações, tanto no material remetido pelas agências internacionais de notícias quanto no fornecido por outras fontes noticiosas, sobretudo à relacionada ao número de mortos. Deste modo, algumas informações publicadas nos primeiros momentos do movimento revolucionário por determinado órgão da imprensa brasileira apresentaram diferenças em relação a alguns pontos das publicadas por seus pares.

Assim, OESP anunciava: “Tiros e explosões foram ouvidos no centro da capital, quando os rebeldes começaram a eliminar os bolsões de resistência das forças leais ao governo”, e que aquela movimentação teria resultado em um número não preciso de mortos e feridos, estimando que o conflito resultara na morte de “pelo menos seis

⁷⁷ *Folha de S. Paulo*, 26/04/1974 e *O Estado de S. Paulo*, 26/04/1974.

⁷⁸ *Veja*, 01/05/1974.

pessoas e ferindo mais de dez”, porém salientando que estas informações ainda não haviam sido confirmadas oficialmente ⁷⁹. Já para o matutino de Roberto Marinho havia a certeza destas baixas, que teriam ocorrido em diversos pontos da capital portuguesa. No noticiário de OG, os leitores se deparariam com o relato de atitudes extremadas e de intensos momentos de conflitos, como quando da tomada do edifício onde se encontrava Marcello Caetano, o Quartel da Guarda Republicana, “um dos últimos redutos a resistir ao golpe”, que teria sido “submetido a intenso ataque de tanques e metralhadoras antes de cair em poder dos rebeldes”. Durante estes momentos de tensão, a sede da DGS⁸⁰, fora tomada pelos militares e, no relato de OG, o fato teria ocorrido “após sangrenta luta”, já que, durante a resistência “que durou parte do dia e toda a noite”, os agentes da antiga polícia política teriam disparado contra uma multidão que cercava o quartel, “uma verdadeira fortaleza sobre uma colina, a cinco quilômetros da capital”, ferindo ao menos 16 pessoas. O jornal noticiava também batalhas durante a tomada da prisão de Caxias, onde se encontravam encarcerados os presos políticos do regime deposto. E concluía OG que após os oficiais do Exército lançarem um ultimato aos policiais aquartelados, eles teriam respondido com tiros, “travando-se então, violento tiroteio que culminou com a rendição da Polícia Política” ⁸¹.

No noticiário da FSP era relatado que a resistência ao golpe ultrapassaria os limites das ruas de Lisboa, havendo “indícios de focos de resistência nas guarnições da fronteira com a Espanha, para onde teriam seguido vários membros do governo deposto, entre eles o ministro da Guerra” ⁸². Portanto, contrário ao noticiário do JB, o qual anunciara a tomada do presídio de Caxias como o último foco de resistência do regime deposto, e ainda que tal resistência havia sido minada poucas horas após a eclosão da rebelião militar com “ação do exército se consumando sem maiores dificuldades”, mas que, no entanto, os casos de violência extrema poderiam ter ocorrido, já que “dados extraoficiais revelaram a morte de seis civis e um policial” ⁸³.

É certo que durante a tomada do poder pelos militares lusitanos revoltosos houve confrontos, contudo, a historiografia aponta para um número relativamente baixo de mortos e feridos com gravidade durante a alvorada revolucionária, não tendo ultrapassado a cifra de quatro baixas civis e duas dentre as forças militares que não

⁷⁹ *O Estado de S. Paulo*, 26/04/1974.

⁸⁰ Direção Geral de Segurança. Nomenclatura utilizada em substituição à PIDE, após a extinção desta em 1969, por decreto presidencial.

⁸¹ *O Globo*, 26/04/1974.

⁸² *Folha de S. Paulo*, 26/04/1974.

⁸³ *Jornal do Brasil*, 26/04/1974.

aderiram ao golpe. Certamente houve também resistência durante o cerco militar ao Quartel do Carmo, antes da rendição de Marcelo Caetano, mas não há relatos historiográficos que apontem para intensos ataques de tanques e metralhadoras, como assinalou o noticiário de OG ⁸⁴.

A publicação de informações imprecisas foi marcante em um noticiário elaborado de maneira urgente, mas tal desacerto também seria notado em momentos posteriores aos da eclosão revolucionária, onde a explicação pautada na apuração acelerada das informações não se justificaria mais. Um notável exemplo de imprecisão informativa em período posterior ao da eclosão revolucionária se deu quando, já em março de 1975, OG noticiaria que, de acordo com a agência ANI, a Rádio Clube Português havia anunciado a suspensão da transmissão de músicas brasileiras em sua programação, como forma de protesto ao asilo político concedido pelo governo brasileiro a oficiais portugueses que seriam contrários ao MFA e aos rumos políticos do país ⁸⁵. Além de anunciar a suspensão, o matutino emitiria críticas à medida em editorial, lembrando “aos autores dessa represália”, que a concessão de asilo político não era novidade no panorama das relações internacionais dos dois países, tendo em vista que “no passado demos asilo ao General Delgado e ao Coronel Galvão, inimigos ferrenhos do salazarismo”, sem que houvesse naquele país qualquer manifestação contrária ao governo brasileiro ⁸⁶. A informação a respeito do boicote às músicas brasileiras seria retratada por OG posteriormente, informando que “a Rádio Clube de Portugal, atualmente, Rádio Liberdade”, havia desmentido a informação relativa à não difusão de música brasileira, salientando que, como prova deste desencontro informativo, “transmitiu de imediato uma série de canções brasileiras de bossa nova”. Nesta publicação, OG ressaltava que a denúncia por parte do matutino fora publicada exclusivamente por que a agência portuguesa havia fornecido a informação que seria desmentida pela própria rádio. Assim, neste caso, o desencontro de informações foi provocado por uma notícia não apurada por parte da agência noticiosa, que no processo de produção de seus boletins informativos tem de colher grande material gráfico em territórios estrangeiros e remeter o mesmo com urgência, estando sujeito a falhas como esta.

⁸⁴ Ver: AUGUSTO, 2011, p. 87. APOLINÁRIO, 1974, p. 25.

⁸⁵ *O Globo*, 17/03/1975.

⁸⁶ *O Globo*, 18/03/1975.

Apesar das pequenas divergências quanto ao conteúdo do noticiário relativo aos primeiros momentos da Revolução dos Cravos, o material publicado pelos periódicos nacionais naquele dia foi bastante amplo. Além de apresentar diversas semelhanças, ele possibilitaria ao leitor que os fatos iniciais da Revolução fossem conhecidos e deixava registrados documentos das forças revolucionárias portuguesas ou excertos deles em suas páginas. Em boa parte destes documentos, notava-se que os manifestos emitidos pelos militares lusos versaram, diretamente, sobre temas que parte destes órgãos noticiosos nacionais desejava noticiar quando tratando do campo jornalístico nacional. Assim, documentos ou trechos destes que versassem sobre democracia, liberdade de imprensa e fim das práticas autoritárias em Portugal receberiam, nos órgãos noticiosos nacionais, considerável destaque.

Baseando-se no noticiário da grande imprensa brasileira, pode-se afirmar que as primeiras horas do movimento revolucionário lusitano apresentaram aparente confusão, sobretudo em termos da divulgação de informações por parte dos militares lusitanos, a qual era percebida e noticiada pela imprensa brasileira. As emissoras de rádio e televisão de Portugal, já em poder dos rebeldes, difundiam permanentemente mensagens afirmando a vitória da rebelião militar e a deposição e rendição das principais figuras do antigo Governo. Por sua vez, porta-vozes do regime deposto ainda falavam em nome deste regime. Fato ressaltado por *Veja* ao informar que um funcionário não identificado do Ministério do Exterior Português declarara “não ser verdade que o Governo tivesse se rendido”, mas admitira a existência de um golpe contra Caetano e a existência de uma situação confusa na capital portuguesa.⁸⁷

Havia também várias versões sobre o destino dos principais membros do governo salazarista, cujas informações mais precisas advinham da área diplomática, segundo o noticiário do matutino carioca JB. Enquanto algumas destas fontes falavam em fuga, outras sinalizavam para a possibilidade de organização da resistência numa base aérea ainda sob controle das “forças leais”, mas sem que houvesse confirmação oficial de qualquer uma das partes sobre a veracidade destas informações.⁸⁸

Há que se destacar que o controle da informação foi um dos objetivos centrais do cronograma de ações dos oficiais revoltosos portugueses. Ao lado do ataque às sedes das organizações militares e paramilitares do salazarismo, tal qual da tomada dos principais prédios da administração estatal portuguesa, estes militares obteriam, ainda

⁸⁷ *Veja*, 01/05/1974.

⁸⁸ *Jornal do Brasil*, 26/04/1974.

antes da alvorada daquele dia 25 de abril, domínio pleno das principais fontes de informação audiovisuais. Controlando as emissoras de rádio e televisão, os militares fariam seu primeiro pronunciamento ainda antes do amanhecer, ao qual seguiram-se diversos outros, imprecisos, ao longo de toda a manhã daquele dia 25. O ponto comum à estes comunicados fora a exortação à população portuguesa para que permanecesse em suas casas. Ao aproximar-se o final da tarde em Lisboa, os militares finalmente divulgariam um comunicado mais preciso, pautando os objetivos políticos do Movimento das Forças Armadas. Assim, a cautela e a imprecisão dos comunicados emitidos ao longo da alvorada daquela manhã podem ter sido consequência de um temor em relação à um possível fracasso do movimento revolucionário (SECCO, 2004, 116-119),

Assim, na medida em que, ao longo daquele dia, a consecução da rebelião militar começaria a definir-se e que aparentava triunfar no resto do país, os comunicados emitidos pelos rebeldes passariam, paulatinamente, a carregarem informações mais precisas. Desta forma, a imprensa denotava que, aparentemente sem nenhuma oposição militar, as tropas rebeldes ocuparam logo nos primeiros momentos da eclosão revolucionária, os principais alvos estratégicos da capital portuguesa: o aeroporto, a Rádio-Clube e a Emissora Nacional, e a Rádio Televisão Portuguesa, privando os homens do governo de qualquer possibilidade de comunicação com eventuais forças leais. Mais do que isso, passaram a fazer uso destes meios de informação para divulgar seus planos e ações. Assim, *Veja* noticiou que, às 4h20 da manhã, surgiam os primeiros comunicados e “os que estavam acordados entre o milhão de habitantes de Lisboa puderam ter uma primeira idéia do que estava acontecendo”.⁸⁹ OESP, apurando estes comunicados no dia posterior à sua divulgação afirmava que, desde os primeiros informes, o movimento militar anunciava a rebelião, mas também pedia ao povo que não saísse às ruas e intimava as forças para-militares e a polícia a não interferir no processo no qual, embora não tomassem parte, também não eram inimigos⁹⁰.

Através dos informes emitidos pelos militares, o JB informava que, perto das 11 horas da manhã, quase trinta guarnições já haviam aderido ao movimento e que os postos-chaves do Governo já se encontravam sob controle das unidades militares que ocupavam a capital portuguesa. Restavam apenas os poucos focos de resistência

⁸⁹ *Veja*, 01/05/1974.

⁹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 26/04/1974.

conhecidos: os quartéis da Guarda Republicana, localizado na Praça das Carmelitas, onde se refugiara o Primeiro-Ministro Marcelo Caetano com outros integrantes do seu Governo e o de Belém, onde procurou abrigo ao lado de forças militares ainda leais o Presidente Américo Tomás, além da sede da DGS. As 11h45m locais, os rebeldes teriam “iniciado seus esforços para liquidar o foco de resistência no quartel da Praça das Carmelitas e aprisionar o Primeiro-Ministro”. Antes disso, segundo informações fornecidas ao JB através da AFP, os rebeldes teriam aprisionado os Ministros do Governo, das Forças Armadas e da Defesa. Tal informação não se comprovaria e seria posteriormente desmentida nas páginas do matutino, contando para isso com informes da própria agência francesa. Valendo-se novamente dos informes da AFP, o JB noticiaria que, de fato, embora os ministros citados anteriormente estivessem realmente no prédio do Ministério da Defesa, que estes teriam alçado sucesso em uma fuga, “cavando um buraco na parede do edifício”; já no noticiário de *Veja*, que embora também contasse com material noticioso da agência francesa teria mais tempo para apurá-lo e confrontá-lo com outras fontes informativas, esta fuga tendo sido executada através de rotas subterrâneas já estabelecidas ⁹¹.

Já se marcavam 12h00 nos relógios de Lisboa quando ouviram-se os primeiros tiros nos arredores do Quartel onde se encontrava Marcelo Caetano. Neste horário, os rebeldes, sob o comando do Capitão Salgueiro Maia, já teriam instalado baterias de artilharia nas imediações do edifício, enquanto soldados de infantaria tomaram posição em lugares estratégicos do centro de Lisboa. Estes disparos teriam sido apenas tiros de advertência, antecedendo um ultimado enviado a Marcelo Caetano e a situação teria permanecido estável até as 15h, quando os militares iniciaram o assalto ao prédio. Para noticiar estes momentos de tensão na capital portuguesa o JB valeu-se do relato de testemunhas oculares do fato, noticiando que os rebeldes primeiro dispararam canhões leves e rajadas de metralhadoras, tendo em seguida enviado um tanque com o intuito de derrubar o portão. Após o blindado ter sido repelido “os rebeldes, com megafones, intimaram os militares a se render, sob pena de dinamitarem o quartel” ⁹². O noticiário da FSP, contando com os relatos do experiente repórter português Victor da Cunha Rego enquanto correspondente em Lisboa se afastaria da profusão de informes noticiosos descontraídos, provenientes tanto das agências internacionais como do próprio MFA. Assim, ao relatar que acompanhara de perto a rendição de Marcello Caetano, Rego não

⁹¹ *Jornal do Brasil*, 26/04/1974 e *Veja*, 01/05/1974.

⁹² *Jornal do Brasil*, 26/04/1974.

corroboraria a versão publicada pelo JB, de que se dispararam rajadas de metralhadoras no período imediatamente anterior à rendição do Primeiro-Ministro⁹³.

OESP e *Veja*, noticiariam que, justamente naquele momento em que os acontecimentos ameaçavam tomar um rumo trágico, entraria em cena a figura do general Antônio de Spínola. Para *Veja*, Spínola, “fiel ao papel de homem providencial que sempre lhe foi atribuído”, havia aceitado o poder que seus companheiros de armas lhe ofereciam desesperadamente desde a madrugada e que, à aquela altura, “Caetano estava mais do que disposto a entregar”⁹⁴.

Em OESP também seria ressaltado que a deposição de fato do primeiro-ministro se dera somente com a presença do General Spínola, “cuja presença no Quartel da Guarda Republicana apressou a rendição do Primeiro-Ministro e os colaboradores que com ele estavam no local”. Informaria ainda que, decorridos 19h20 daquele fatídico dia 25, chega ao fim, de maneira pacífica, o episódio mais tenso da eclosão revolucionária quando “um veículo blindado transportando Marcelo Caetano e seus colaboradores, saiu e levou-os para a prisão no Quartel da Engenharia II, na Pontinha.”⁹⁵

A não divulgação de informações errôneas e ou mal apuradas nestes dois órgãos se explica por fatores peculiares dos afazeres jornalísticos empregados no noticiário de cada um. Em *Veja*, mais facilmente, pelo simples fato de, sendo um órgão de circulação semanal, ter maior tempo hábil para apuração, confrontação e redação do material noticioso recebido das agências e ainda de seus enviados especiais e correspondentes internacionais. Em OESP, por uma característica peculiar e já demonstrada no primeiro capítulo desta dissertação: o matutino contaria neste período com os informes noticiosos de agências que nem sempre teriam seu material noticioso impresso nas páginas dos demais órgãos da imprensa diária brasileira, destacando-se, sobretudo, os provenientes da agência noticiosa alemã DPA e da italiana ANSA.

Desta forma, enquanto a FSP e OG fizeram uso de um comunicado oficial divulgado pelas Forças Armadas de Portugal, anunciando que o Presidente Américo Tomás e outros membros do Governo deposto ainda se encontravam refugiados no Quartel da Guarda Republicana, que ainda resistia, OESP se valeria de informações divulgadas por fontes ligadas ao próprio Presidente deposto, as quais afirmavam que este teria oferecido sua rendição aos rebeldes após ser informado da renúncia de

⁹³ *Folha de S. Paulo*, 26/04/1974.

⁹⁴ *Veja*, 01/05/1974.

⁹⁵ *O Estado de S. Paulo*, 26/04/1974.

Caetano. Informava este noticiar ainda que, através de fontes das Forças Armadas, os dirigentes políticos do regime derrubado, a começar por Américo Tomás e Marcelo Caetano, seriam confinados na Ilha da Madeira, fato que se confirmaria no dia seguinte⁹⁶.

Valendo-se dos últimos pronunciamentos emitidos pelo MFA através das rádios e da televisão portuguesa, os órgãos noticiosos brasileiros informariam que as Forças Armadas portuguesas haviam deposto, em poucas horas, o regime salazarista. Assim, em um dos poucos momentos do noticiário em que não houve disparidade entre o material publicado nos órgãos analisados, os leitores dos grandes jornais brasileiros seriam informados que, através da televisão, o General Spínola anunciara: a constituição da Junta de Salvação Nacional, o direito à plena expressão dos portugueses, a convocação da Assembléia Constituinte, a paz nos territórios africanos e, sobremaneira, a restauração dos direitos civis aos cidadãos portugueses.

Com o intuito de auxiliar a compreensão dos seus leitores a respeito dos acontecimentos revolucionários em solo lusitano, sobretudo dado o desencontro de informações sobre os primeiros momentos da Revolução dos Cravos, os periódicos brasileiros fariam uso de dois expedientes editoriais: informação de conhecimento histórico sobre Portugal e a biografia do general Spínola. Com tais expedientes procuraram elucidar aos seus leitores os antecedentes próximos e também mais remotos que teriam influenciado o levante.

Os leitores da FSP, ao ler a edição de 26 de abril de 1974, se deparariam com um *box* que, intitulado “Anatomia da Crise”, abordava as premissas do movimento militar em meio a uma cronologia de fatos políticos, contemplando desde a ascensão de Marcelo Caetano ao poder, em 1968, até a insurreição de 25 de abril, com destaque para os manifestos dos militares ao longo dos primeiros meses de 1974. Estes manifestos seriam também amplamente abordados pelo JB, que dedicaria uma página de seu noticiário para historiar os comunicados do movimento dos oficiais. Além da análise dos principais pontos do manifesto publicado pelos militares portugueses em 30 de janeiro e de dois outros subsequentes, lançados em março de 1974, a mesma página do JB transcrevia ainda trechos daqueles documentos.

Para além deste espaço editorial, o JB utilizaria um recurso habitual do matutino, mas cuja utilização não encontra paralelo, em termos quantitativos, em

⁹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 26/04/1974.

relação ao noticiário de outros temas abordados pela editoria internacional do jornal, sendo esta afirmação relativa a não mais que o período histórico compreendido por esta pesquisa. Com a utilização do *box* denominado “Pesquisa JB”, o jornal noticiava e enfocava sob a luz do conhecimento histórico disponível as diversas causas possíveis para a eclosão do movimento revolucionário lusitano, com destaque para a política colonialista portuguesa, um dos principais vetores do isolamento político de Portugal. Naquele espaço, o JB publicou, no curso da eclosão revolucionária, um amplo histórico do movimento dos capitães que, segundo o matutino, contribuiu, “através de panfletagens e ataque a política de Marcelo Caetano”, para o agravamento da crise em Portugal, sendo ela “a mais séria vivida pelo país nos últimos 40 anos”. Ressaltava ainda a influência da publicação do livro do General Spínola na delineação do golpe, tal qual a tentativa de golpe frustrada, em 16 de março de 1974, enquanto vetores históricos do movimento militar português.⁹⁷

Faria também uso deste recurso OG, incluindo em seu noticiário a cronologia imediata do golpe militar, com destaque para os acontecimentos da madrugada de 25 de abril de 1974, e trazia ainda outro quadro cronológico ressaltando alguns dos acontecimentos prévios que colaboraram com a deflagração do golpe, como o frustrado levante militar de 16 de março, quando tropas de um único regimento marcharam sobre Lisboa, numa tentativa de golpe de Estado que acabou servindo como “catalisador do oficialato em torno do MFA”.⁹⁸

Em OESP, o espaço destinado para proporcionar a seus leitores o entendimento das raízes históricas do movimento militar foi notadamente maior que o dedicado por seus pares nos primeiros momentos da revolução portuguesa. Em 26 de abril de 1974, os leitores do matutino encontrariam duas páginas cuja publicação voltava-se exclusivamente para este fim. Na primeira destas, eram focalizadas historicamente as motivações do golpe militar, retratando o conturbado ambiente político português, sobretudo após o levante frustrado de Caldas da Rainha, quando, segundo o matutino, ficaram mais evidentes “as tensões latentes entre os militares conservadores, ligados incondicionalmente ao regime, e os jovens oficiais”. Segundo a matéria, os interesses destes jovens oficiais seriam representados no livro do general Spínola, noticiado enquanto vetor do golpe, já que propunha “a liberalização e a democratização da política africana de Portugal”, ressaltando a impossibilidade de uma vitória militar no

⁹⁷ *Jornal do Brasil*, 26/04/1974.

⁹⁸ *O Globo*, 26/04/1974.

continente. O general lusitano receberia ainda maior destaque neste espaço, tendo sua obra esmiuçada ao passo que sua figura era apresentada aos leitores enquanto o general que precipitou o processo militar da Revolução. Simultaneamente, o matutino apresentaria ainda o perfil biográfico de Marcelo Caetano, “o professor que perpetuava o antigo regime”, e de Américo Thomáz, o almirante que venceu a duvidosa eleição de 1958, derrotando o notório opositor general Humberto Delgado, e que por 16 anos exerceria a função de presidente de Portugal. Neste ponto, OESP acaba por expor, em viés comparativo, as carreiras destes três importantes nomes da política lusitana no século XX, celebrando feitos do general e depreciando a carreira política dos governantes depostos.⁹⁹

Na segunda página de OESP dedicada em fornecer conhecimentos históricos sobre os fatos políticos lusitanos contemporâneos, ocupada com o viés elucidativo da editoria internacional, seriam publicados extensos enfoques históricos e geográficos de todas as colônias portuguesas – incluindo dados sobre índices populacionais, diversidade étnica, limites geográficos, economia e sistemas político-administrativos. O mesmo expediente fora aplicado a Portugal, estendendo aqueles enfoques às principais cidades lusitanas e analisando-se ampla e majoritariamente a crise econômica e social que assolava o pequeno país europeu. Também fora objeto do enfoque histórico os efetivos militares lusitanos, compondo representações comparativas com os números de oficiais das três armas lusitanas, com destaque para o número de soldados alocados desde 1961 nos territórios africanos sob o domínio português.

Por fim, as matérias de OESP com enfoque histórico compreenderiam ainda, de maneira ampla, o regime salazarista, denotando suas particularidades e expondo alguns dos principais pontos de seu programa político, desde sua origem, em 1928, com a ascensão de Salazar ao posto Ministro das Finanças do então recente regime militar, até a derrocada final deste sistema de governo, com a deposição de Caetano e Thomaz. Consequentemente, o salazarismo enquanto teoria política também era evidenciado pelo material de OESP:

Com retalhos rebuscados nas prateleiras da História, adaptações do fascismo italiano — então, na moda —, filosofia maurrassiana e corporativismo medieval foi forjado enquanto “teoria” e que, designada com expressões grandiloquentes, como “democracia orgânica” e “revolução nacional”, acabou sendo conhecido como “Salazarismo”. Ao contrário de

⁹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 26/04/1974.

Hitler e Mussolini, entretanto, Salazar primeiro tomou o poder e depois criou a doutrina.¹⁰⁰

Em *Veja* é possível perceber que a utilização do conhecimento histórico no relato jornalístico foi um recurso empregado de maneira constante nos textos de sua editoria internacional, talvez um reflexo da própria produção do noticiário do semanário, com maior tempo hábil para sua composição do que nas matérias do jornalismo diário. Com muitas de suas matérias remetendo ao estilo do *New Journalism*¹⁰¹, as matérias produzidas por *Veja* nos primeiros momentos da Revolução exploraram, sobretudo, a então história recente de Portugal. Para ilustrar os seus leitores o quão retrógrado era o regime recém-deposto, a revista delinearía o cenário político existente à época do surgimento dele:

(...) ainda havia tropas de ocupação francesas no território da Alemanha. Hitler era um agitador vulgar e aparentemente sem perspectivas, Lênin havia morrido quatro anos antes e Stálin começava a subir. O leste da Europa era uma sucessão de reinos de opereta e Chiang Kai-chek, na China, havia estabelecido seu primeiro governo no ano anterior. (...) Ainda não havia ocorrido o catastrófico craque da Bolsa de Nova York, em 1929, o Exército americano era pouco mais que uma sonolenta repartição pública, com efetivos inferiores aos de Portugal, e Hailé Selassié somente seria coroado em 1930.¹⁰²

Além deste panorama inicial abordando a ascensão de Salazar, o relato jornalístico de *Veja* abrangeu parte da outrora história recente de Portugal, sendo prodigioso em explicar os pormenores do governo salazarista ao longo dos seus quase cinquenta anos de vigência. Do milagre econômico alcançado por Salazar em sua gestão no Ministério das Finanças à formação de um Estado autoritário e corporativista, já enquanto Presidente do Conselho de Ministros, passando pelos momentos mais impactantes dos levantes de oposição ao regime político autoritário, a reportagem elucidativa de *Veja* explorou os diversos aspectos que levaram Portugal a constar entre os países mais atrasados, em relação aos aspectos políticos e sociais, dentre os integrados ao bloco capitalista europeu¹⁰³. Assim, a Revolução dos Cravos seria vista

¹⁰⁰ *O Estado de S. Paulo*, 26/04/1974.

¹⁰¹ Estilo de escrita que tem por base a aproximação do estilo da narrativa literária com a prática jornalística; tornou-se célebre por Tom Wolfe e Truman Capote, dentre outros jornalistas americanos na década de 1960.

¹⁰² *Veja*, 01/05/1974.

¹⁰³ Segundo dados apurados durante esta pesquisa nos próprios órgãos de imprensa. Segundo reportagem da revista *Veja*: “em agosto de 1968 (...) os portugueses tinham a menor renda per capita da Europa,

sob o prisma da história, entendida enquanto marco do “fim do período de sufocamento e estagnação mais longo já imposto a uma nação ocidental na história moderna”.¹⁰⁴

Como dito acima, outro expediente da editoria internacional da grande imprensa brasileira para sanar o desencontro de informações sobre as primeiras ações dos revoltosos portugueses fora a de fornecer dados e informações biográficas sobre o general Spínola, principal liderança do movimento e, então, rapidamente tornado chefe dele. Apesar de a Revolução ter sido levada a cabo por jovens oficiais da hierarquia militar, a inspiração para o golpe vem certamente dos ideais de oficiais com maior tempo de serviço militar, dentre os quais o nome com maior destaque era do general Spínola. Logo nos primeiros momentos da Revolução portuguesa, António de Spínola tomaria as rédeas do processo revolucionário e a imprensa brasileira buscaria maiores informações a respeito do general que havia precipitado o movimento com a publicação, em fevereiro de 1974, do seu livro *Portugal e o Futuro*.

A FSP afirmaria que, paradoxalmente, a primeira informação a respeito do General foi obtida através de despacho fornecido pela agência soviética *Tass*, por meio da qual era informado que os dirigentes da insurreição em Portugal haviam convidado o ex-chefe de Estado-Maior do Exército a “unir-se a eles” no propósito reformista do movimento. O informe da agência soviética informava ainda que o general Spínola fora demitido de suas funções cerca de um mês antes da eclosão da Revolução, após a publicação de seu livro, justamente por que neste se assinalava que o general, com grande experiência no conflito africano em curso desde a década de 1960, “reconhecia a impossibilidade de solução dos problemas das colônias africanas por meios militares”. Ademais, a FSP assinalaria os primeiros esforços dos jornalistas em buscar informações a respeito daquele que foi o primeiro líder político do movimento. Para tanto, utilizava-se do relato de seu correspondente em Lisboa, Victor da Cunha Rego:

Os jornalistas estrangeiros e portugueses em Lisboa tinham imediatamente procurado o general Spínola, desde as horas incertas da madrugada. Mas, em sua casa em Lisboa, encontraram apenas um grupo de soldados do 5º Regimento Caçadores montando guarda e as reticentes informações de sua esposa: "O general está em casa. O general nada tem a ver com este movimento. O general nada tem a declarar". Outras fontes

depois dos albaneses – 450 dólares –, o mais baixo consumo de carne, leite e eletricidade, o mais elevado índice de analfabetismo (42%), a mais alta taxa de mortalidade infantil (64,9 em 1 000). O processo inflacionário, que levaria a um aumento do custo de vida entre 18% e 21% em 1973, já havia entrado em espiral, derrubando o mito da estabilidade econômica e financeira que fora a própria base do poder de Salazar.” Também em CRUZ (1998) e MORAES e VIOLANTE (1986).

¹⁰⁴ *Veja*, 01/05/1974.

diziam, enquanto isso, que Spínola estava no próprio centro dos acontecimentos, o quartel da Cavalaria Motorizada em Santarém (a 60 km de Lisboa). A Cavalaria era a própria tropa de Spínola, leal a ele desde os tempos de África, a arma na qual o general havia feito sua carreira. Os observadores diziam que Santarém dirigia todo o movimento rebelde, inclusive as operações em Lisboa.¹⁰⁵

A figura da principal liderança do movimento também era ressaltada pelo OESP, cuja matéria procurava esclarecer seus leitores que, apesar da sua destituição do cargo de comando no exército português em março de 1974, o general Spínola ainda era uma figura de grande prestígio entre os militares e também entre a população civil, a qual, “após a vitória do movimento revolucionário”, demonstraria seu apreço a ele, posto ter sido “aclamado por uma multidão de 10 mil pessoas, congregadas em torno do Palácio do Carmo para observar o desenrolar dos acontecimentos”. Além disto, o jornal da família Mesquita publicaria ainda um extenso perfil biográfico do líder do movimento.

A matéria do JB ocupada com dados biográficos de Spínola informava que, mesmo antes da publicação de seu livro, “um verdadeiro desafio à política oficial e que provocou violento impacto político”, o general já era uma personalidade de prestígio nas Forças Armadas de seu país. O jornal apresentaria amplo perfil biográfico de Spínola, dentre outros dados, ressaltando “a carreira brilhante nas forças armadas portuguesas” do líder militar.¹⁰⁶ Com a publicação de uma biografia resumida de Spínola, OG exaltaria a carreira do militar, enfatizando que ele havia recebido “várias medalhas por heroísmo em combate”, bem como o definia como detentor de uma personalidade austera, com hábitos e procedimentos reservados, além de um defensor do liberalismo, sob o ponto de vista político. Além disto, exporia a seus leitores os ideais do general, denotados em seu livro *Portugal e o Futuro*, o livro que fora considerado como o maior representante das “ideias que derrubaram um Governo”¹⁰⁷.

Dado sua periodicidade semanal, *Veja* apresentou uma matéria biográfica do líder do movimento militar de maneira abrangente e detalhista. Nas páginas do semanário, o general Spínola também seria descrito como uma personalidade austera, traço destacado por meio do relato de um jornalista inglês que, havia conhecido o general nas colônias portuguesas, o definia como “um homem severo e ascético, capaz de mastigar biscoitos dietéticos e beber apenas água mineral num banquete”. Como militar, a matéria definia Spínola como um grande líder que teria sido capaz de

¹⁰⁵ *Folha de S. Paulo*, 26/04/1974.

¹⁰⁶ *Jornal do Brasil*, 26/04/1974.

¹⁰⁷ *O Globo*, 26/04/1974.

“palmilhar, com febre alta e dores nos rins, trilhas infestadas de minas e guerrilheiros na Guiné”. Sobre sua movimentada carreira militar acrescentava que ela “o levava a estagiar na Alemanha nazista, combater como voluntário na Espanha ao lado das tropas de Franco e participar, como observador, da campanha alemã na Rússia”, estágios sempre amplamente explorados pela matéria, além de ela ressaltar a longa experiência dele em território africano, onde, tendo servido entre 1961 e 1972, “formou a sua legenda de militar inquebrantável”. E, por fim, igualmente as matérias dos jornais analisados nesta dissertação, concluía que após a publicação do livro de Spínola se desencadeara, em velocidade impressionante e de maneira surpreendente, a “sua demissão, o levante de Caldas da Rainha – e, por sua larga popularidade junto aos jovens oficiais, o movimento que na tarde da última quinta-feira lhe entregaria o poder”

¹⁰⁸

No ano da eclosão do movimento libertador promovido pelos militares lusitanos, inclusive no mesmo mês, o Brasil completara uma década sob o arbítrio do regime militar. Com a posse do general Ernesto Geisel à Presidência da República, em 15 de março de 1974, dois meses depois de eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral, o cenário político vislumbrava um esboço de mudança de rumo na via política, quando comparado ao período anterior que havia intensificado expedientes autoritários com o AI-5. Esboço amparado pelo projeto de distensão política, conhecido pelo nome de Abertura Política, idealizado pelo general-presidente conjuntamente com o general Golbery do Couto e Silva. Ainda que tal projeto devesse se desenvolver, segundo os seus idealizadores, de maneira lenta, segura e gradual, ele tornaria possível o surgimento, nos meios oposicionistas e na imprensa cerceada, de esperanças para com o fim do autoritarismo ou pelo menos da sua atenuação.

Fora dentro do início da gestão presidencial de Geisel e a sinalização do processo de abertura que o noticiário relativo à Revolução dos Cravos tomara as páginas da imprensa brasileira. E apesar de os arbítrios do regime não terem sido extintos, a aplicação da censura oficial pode ter sido abrandada em relação ao noticiário e material jornalístico sobre as primeiras ações do movimento revolucionário lusitano. De qualquer forma, naquele momento os órgãos noticiosos nacionais conseguiram publicar grande quantidade de material sobre o fim do regime salazarista. Material que,

¹⁰⁸ *Veja*, 01/05/1974.

não raramente, se valia ampla e abertamente de enaltecer o fim da ditadura e da censura portuguesa, bem como a retomada da liberdade de expressão em Portugal.

Na edição de 26 de abril, a FSP publicaria logo em sua primeira página um artigo de autoria do repórter François Pelou, da AFP. Nele o jornalista versa sobre a conquista da liberdade em solo lusitano, afirmando, inclusive, que jamais se circulava “tão livremente em Portugal”, além de destacar que “um clima de liberdade eufórica” se estabelecia na capital portuguesa e que “a rádio rebelde difundia canções populares até então proibidas”. Para ilustrar o cume da liberdade alçada pelo povo português, o noticiário do jornal paulista destacava que os jornais lisboetas haviam sido produzidos, “pela primeira vez em 50 anos”, sem uma só página censurada. Dando prova do que destacara o material noticiário produzido pelo jornal *O Século* e pelo tablóide *A Capital*, ambos que, no eclodir do golpe militar, tinham lançado edições extras, com grandes manchetes exaltando aquele movimento e a liberdade já possível¹⁰⁹.

O noticiário do JB relativo ao fim da censura à imprensa em Portugal seria composto através da análise do material produzido pelo jornal liberal *República*, cuja manchete em cor vermelha destacaria a queda de Marcelo Caetano e o domínio do poder pelas forças armadas, além de anunciar ainda que o jornal “pela primeira vez em muito tempo, saía às ruas sem censura”¹¹⁰. Embora em OG, matutino com maior identificação para com o regime militar brasileiro, as primeiras impressões sobre o golpe militar português fossem positivas, ele não destacaria, de forma explícita, a reconquista da liberdade de imprensa alcançada já nas primeiras horas da eclosão do movimento. O jornal de Marinho se limitaria a ressaltar a reconquista “das liberdades civis de que foram privados por tanto tempo os portugueses”, bem como destacara que a Junta Militar que assumira o poder em Portugal o fizera com a promessa de “sanear as instituições, eliminando todos os atos ilegais que o abuso do poder autorizou”¹¹¹.

Mesmo que OESP e *Veja* contassem, naquele momento e posteriormente, com a presença de censores no ambiente das redações, como visto no primeiro capítulo, o material jornalístico veiculado em ambos os órgãos foi capaz de tratar e destacar à volta da liberdade de expressão, o fim da censura e a queda da ditadura em Portugal. Situação que corrobora com o entendimento de que a censura parecia não se aplicar, ou pelo menos não de forma intensa, na cobertura jornalística da Revolução dos Cravos.

¹⁰⁹ *Folha de S. Paulo*, 26/04/1974.

¹¹⁰ *Jornal do Brasil*, 26/04/1974.

¹¹¹ *O Globo*, 26/04/1974.

Naquela conjuntura, OESP destacaria categoricamente o apoio popular dispensado ao movimento revolucionário lusitano, noticiando que “uma multidão entusiasta tomou conta das ruas de Lisboa (...) tão logo foi confirmada a deposição do primeiro-ministro Marcelo Caetano e o fim da era salazarista”. E complementava salientando que “centenas de jovens conduziam cartazes, com os dizeres: ‘Abaixo o fascismo’ e ‘Abaixo a ditadura’. Em nenhum momento a polícia interveio para detê-los ou dispersá-los”. Salientava o entusiasmo que, “ao longo da Avenida com o sugestivo nome Liberdade, estudantes e soldados se cumprimentavam, fazendo com os dedos o ‘V’ da vitória”. Tudo isto sem deixar de informar de forma efusiva que todos os jornais portugueses imprimiram manchetes e material sobre o movimento revolucionário, enfatizando que os órgãos da imprensa estavam livres de censura e que as edições dos jornais daquele dia eram arduamente disputadas em todas as bancas da capital portuguesa.

As impressões do enviado especial de *Veja*, Pedro Cavalcanti, demonstram o espanto e a euforia de lusitanos e estrangeiros residentes em Portugal, os quais, até horas antes do desfecho do golpe, “viviam numa nação entorpecida pela censura”. Tal sobressalto seria justificado pelo fato de que “pela primeira vez, desde o início do velho regime, em 1928 (...) os portugueses ouviam falar em seus direitos de cidadãos”, e também pela brevidade com que o movimento tomou forma e prometeu liberdades impensáveis no Portugal salazarista. Em relação à imprensa portuguesa, o relato do enviado especial é o mais completo dentre os publicados na imprensa brasileira, abordando até mesmo o processo de produção do primeiro noticiário livre de censura em Portugal. Nele, Cavalcanti afirmava que “o reencontro dos jornalistas portugueses com a sua quase esquecida profissão foi dramático, em seu significado mais profundo”. Em contato com o redator do jornal *A República*, João Gomes, Cavalcanti ficara sabendo de detalhes sobre o fim melancólico da, até então, poderosa e vigilante censura portuguesa:

Ao meio-dia de quinta-feira, um funcionário do Serviço de Censura em Lisboa fez seu último telefonema às redações para reclamar o envio das provas tipográficas. "Mas vocês ainda estão aí?", respondeu surpreso João Gomes, 31 anos, redator do *A República*. A queda do regime estava praticamente consumada e já há algumas horas dezenove jornalistas, comandados pelo diretor de redação Raul Rego, haviam iniciado o que Gomes chamou de "uma aventura": escrever, pela primeira vez em mais de quarenta anos, notícias sobre o que realmente estava acontecendo no país.

O redator do jornal português também informara a Cavalcanti que as edições de 25 de abril seriam publicadas com o dobro da tiragem normal, contando ainda com edições extras publicadas ao longo do dia. O enviado especial de *Veja* também explicitaria o sobressalto daquele redator, “exausto pela noite em claro e pelas sucessivas edições extraordinárias”, com a publicação de seu próprio artigo que fora estampado em uma das edições extraordinárias, “repetindo atonitamente a ‘frase saiu o que escrevi’, como se se tratasse de algum fenômeno meteorológico inexplicável (sic)”. Ainda seriam noticiadas as impressões do diretor de redação de *A República*, Raul Rego. Este destacaria que era “a primeira vez” que os jornalistas portugueses podiam se sentir “realmente jornalistas” e prognosticava que eles teriam de se submeter a um ressurgimento profissional, já que estariam “completamente deformados pela censura e, sobretudo, pela autocensura”¹¹².

Se parecia à grande imprensa brasileira não restar dúvidas que a imprensa portuguesa seguiria o caminho da liberdade de expressão, ela não sabia até onde e quando a percepção da censura a impediria de valer-se do noticiar do evento português e de seus desdobramentos para investir de sentidos de leituras contra a ditadura militar.

2.2 - Vários tons de vermelho—primeiros desdobramentos da Revolução dos Cravos no noticiário brasileiro

Do final do mês de abril a meados de maio de 1974, raras vezes fatos ligados ao movimento revolucionário português não foram anunciados nas primeiras páginas dos órgãos da grande imprensa nacional. Ainda que a utilização da totalidade do espaço das primeiras páginas de OESP, FSP, JB e OG e da capa de *Veja* fosse dedicado à Revolução dos Cravos quando dos primeiros momentos da divulgação dos seus acontecimentos, a divulgação dos primeiros desdobramentos do movimento revolucionário lusitano, de suas transformações e conformações políticas e institucionais, ocupariam algum espaço nas primeiras páginas, além de ocupar longas laudas dentre as dedicadas ao noticiário internacional da imprensa brasileira. Assim, da apresentação oficial do programa do Movimento das Forças Armadas, em 27 de abril de

¹¹²*Veja*, 01/05/1974.

1974, passando pela comemoração do 1º de Maio, até a posse do primeiro governo provisório, em 16 de maio daquele ano, a temática lusitana não deixaria ser estampada nas primeiras páginas dos maiores jornais brasileiros, por meio de chamadas de matérias internas, e em capas de *Veja*, constantes, por vezes, em cantoneiras, bem como ocupariam significativo espaço nas páginas dos periódicos ocupadas pela editoria internacional, notadamente as daquela revista.

Nos dias e meses que se seguiram à eclosão revolucionária, o movimento militar português mudaria de patamar, ao sair de um levante militar na capital do país, para transformar-se em um movimento que, em sua longa duração, derrubaria um regime totalitário que oprimira Portugal por longos 48 anos, instituiria novos rumos para a política colonial portuguesa e, sobremaneira, alteraria drasticamente o panorama político lusitano, ao promover uma notável aproximação com a esquerda socialista europeia. Por conseguinte, a mídia brasileira passaria a noticiar com grande ênfase os primeiros desdobramentos da Revolução dos Cravos, cuja influência se fez sentir inclusive no panorama das relações internacionais do Brasil, sobretudo em relação ao continente africano, como será visto no terceiro capítulo desta dissertação.

A cobertura jornalística dos jornais brasileiros sobre os primeiros passos do movimento revolucionário lusitano guardava em comum o expediente de informar como aqueles eram divulgados pela imprensa de outras partes do mundo. Durante os primeiros dias após a eclosão revolucionária, o JB, por exemplo, publicara um panorama do que a imprensa mundial noticiou sobre os acontecimentos portugueses, notadamente destacando o que havia sido publicado pela imprensa espanhola, está sob a vigência da censura imposta pelo regime franquista. Assim, seus leitores seriam informados que o jornal madrileno *Informaciones* utilizara seus maiores tipos para publicar a seguinte manchete: “Eleições e Liberdade Política”. E que, surpreendentemente, o jornal *Arriba*, controlado pelo governo espanhol, também demonstrara entusiasmo para com o movimento militar português. O jornal carioca também não descuidava de destacar o material de jornais portugueses, os quais demonstraram-se esperançosos quanto aos novos rumos tomados pela Junta de Salvação Nacional. Ademais, em diversas edições do JB, como em outros jornais da grande imprensa brasileira, eram reproduzidas artigos e matérias publicadas em colunas de

jornais estrangeiros, como o inglês *The Guardian* e o francês *Lê Monde Diplomatique*, tratando dos primeiros desdobramentos do movimento revolucionário em Portugal.¹¹³

O material jornalístico sobre os desdobramentos do movimento revolucionário português transcendia o espaço da editoria internacional, porém, não sem que fosse, por vezes, investido sentidos singulares de leitura para os leitores brasileiros acerca dos acontecimentos políticos lusitanos.

O colunista Carlos Castelo Branco, um dos nomes mais renomados do JB e experiente cronista político, versaria, já no dia seguinte a eclosão da Revolução dos Cravos, sobre o tema, por meio de artigo, intitulado “A libertação de Portugal”, publicado em sua coluna. Castelo Branco faz breve análise de toda movimentação que encetou a revolução portuguesa, tomando por base a insatisfação popular através do “sentimento das novas gerações” ansiosas pelo fim de uma guerra que consumia “interminavelmente as energias nacionais” e, principalmente, dos soldados portugueses, fartos da luta inútil em solo português, a qual, “aproximou a tragédia externa do seu país da tragédia interna em que se transformara a opressão de um regime de força imposto há 48 anos”. O colunista do JB lembraria aos seus leitores que Marcello Caetano, líder do regime ditatorial português após falecimento de Salazar, anunciara o propósito de enfrentar o conservadorismo e delinear o caminho de uma lenta, mas segura transição democrática, mas que o seu não cumprimento se constituía em um dos fatores que acelerariam o processo de democratização forçada de Portugal, elaborando assim uma possível alusão ao plano de distensão política estabelecido pelo governo Geisel no início de sua gestão. Neste editorial, Castelo pontuaria ainda a necessidade de o governo brasileiro participar da consequência mais esperada ao fim do salazarismo: o iminente processo de descolonização africana. Para o colunista, esta participação brasileira deveria ser pautada na constituição de uma “comunidade multinacional fundada na igualdade e no voto livre”.

Outro colunista do JB que também se utilizou de seu espaço no matutino para dissertar sobre a revolução portuguesa e para, em nossa análise, tecer críticas indiretas ao regime militar brasileiro foi Barbosa Lima Sobrinho. Jornalista e presidente da ABI, ele havia concorrido, meses antes, a candidato para a Vice-Presidência da República na chapa de oposição encabeçada por Ulisses Guimarães, chamada de “anti-candidatura” em razão da impossibilidade de um candidato da oposição vencer no Colégio Eleitoral.

¹¹³ Segundo consulta às edições dos jornais abordados nesta dissertação, publicadas entre o período de 25/04/1974 e 05/05/1974.

Em artigo intitulado “Os últimos dias do salazarismo”, publicado em sua coluna, Barbosa Lima Sobrinho disserta sobre a situação eleitoral e sobre a liberdade de imprensa no governo salazarista, atestando que estes eram pautados em “um trabalho permanente de falsificação” e que, assim sendo, a reação da população portuguesa, no momento em que desabava o salazarismo, seriam de contentamento e desafio, “como quem sai de um longo túnel e começa a respirar e a dizer o que realmente sente.” Incisivamente, concluía afirmando que a liberdade de imprensa ou demais manifestações ainda seriam “sinal de que o caminho da sabedoria continua a ser o mesmo, inscrito, aliás, em todas as Constituições brasileiras. O poder emana do povo e só o povo pode legitimar os Governos”.¹¹⁴ De forma indireta, o artigo afirmava: toda nação que tivesse eleições falhas ou cerceadas, tinha um povo que não manifestava o real sentido destas e, assim, negava o princípio democrático de que o poder emana do povo e em seu nome é exercido, cujo cumprimento era sábio. Porém, não bastava apenas que aquele princípio constasse nas cartas magnas, como fazia o Brasil, era preciso que ele fosse efetivamente aplicado, tal como procuraria fazer o movimento português.

As edições dos quatro grandes diários brasileiros e da revista focalizados nesta dissertação não deixariam de dar destaque em suas primeiras páginas às medidas e aos propósitos emanados pela Junta de Salvação Nacional. Todos, sem exceção, informariam a seus leitores as medidas para a formação de um novo governo, as quais tinham sido anunciadas por Spínola, então já como presidente daquela Junta: formação de um governo provisório civil, o qual deveria ser constituído no prazo aproximado de três meses; realização de eleições gerais, no prazo máximo de doze meses. Noticiavam também: o propósito do governo provisório português vir a efetuar a libertação dos presos políticos, fato que, rapidamente, seria concretizado; a iminente destituição de todos os governadores civis da Metrópole e das províncias ultramarinas – denominação portuguesa para suas colônias – nomeados nos governos anteriores.¹¹⁵ Para além destas medidas, outras duas anunciadas pela Junta militar lusitana repercutiriam com maior ênfase nas páginas dos quatro periódicos nacionais enfocados neste trabalho.

Primeira, a extinção da policia política portuguesa, denominada Direção Geral de Segurança, nomenclatura que recebera após a extinção – nominal – da temida PIDE,

¹¹⁴ *Jornal do Brasil*, 28/04/1974. P. 06.

¹¹⁵ Segundo leitura das edições dos quatro jornais enfocados nessa dissertação, publicadas entre 25/04/1974 e 25/05/1974

ainda no governo salazarista. Matéria do JB esclareceria que o general Spínola havia anunciado a dissolução não só da temida polícia política, mas de todas as organizações políticas do regime salazarista, destacando que “a obra de reconstrução da Nação começa com a destruição do que já não nos serve mais.”¹¹⁶ O noticiário de OESP afirmaria que esta medida ia de encontro aos anseios da população portuguesa, dos democratas ao redor do mundo e ainda da própria proclamação da Junta de Salvação Nacional, a qual indicava que buscava a construção de um projeto nacional baseado na pacificação, no progresso e na justiça.¹¹⁷ Neste mesmo sentido, a FSP noticiaria em sua primeira página a afirmativa do general Spínola reiterando que Portugal acolheria de braços abertos seus cidadãos que, por motivos políticos, precisaram exilar-se.

A segunda medida era o fim da censura à imprensa, assunto já contemplado nas edições dos diários publicados no dia 26 de abril e, dias depois, na edição de *Veja*, como visto no tópico anterior desta dissertação. Em um momento em que se esperava que o governo Geisel abrandasse as medidas autoritárias do regime militar, mas ainda tendo a imprensa brasileira que lidar com a censura prévia, o fim dos aparatos censores em Portugal não deixaria de ser noticiado com destaque e com a finalidade de lançarem, ainda que indiretamente, críticas ao cerceamento oficial à produção jornalística no Brasil.

Assim, a revista *Veja*, destacando os acontecimentos extraordinários que há muito não se viam em terras lusitanas, evidenciaria que em Portugal via-se “jornais contando o que havia de fato ocorrido na véspera”, fato que se destacava tanto quanto a possibilidade de serem vistos, em Lisboa, grupos de pessoas discutindo política em público ou grupos de policiais “destituídos de poder sobre a liberdade dos cidadãos”.¹¹⁸ O enviado especial da FSP a Lisboa, Victor da Cunha Rego, chegaria a afirmar que soprava em Portugal “um vento democrático e socializante”.¹¹⁹ O noticiário do JB também destacaria que jornais lusitanos passaram a abordar assuntos outrora proibidos. E o diário carioca ainda publicaria a declaração do diretor de um jornal português – cujo nome não foi mencionado – que afirmava: “finalmente deixaram de comprar nossos jornais para usá-los como papel de embrulho pela primeira vez em quase cinquenta

¹¹⁶ *Jornal do Brasil*, 27/04/1974.

¹¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 27/04/74.

¹¹⁸ *Veja*, 01/05/1974.

¹¹⁹ *Folha de S. Paulo*, 27/04/1974.

anos”¹²⁰; referência ao fato de enfim os jornalistas portugueses poderem exercer a profissão de fato.

Da mesma forma que os primeiros atos do novo governo português visando o restabelecimento dos direitos civis repercutiriam intensamente nos meios de comunicação nacionais, as primeiras manifestações populares portuguesas, de apoio ou contrário ao governo recém-empossado, seriam divulgadas pela imprensa brasileira.

Os leitores do JB seriam informados sobre a primeira grande manifestação ocorrida em solo lusitano, a qual fora integrada por milhares de pessoas, “entre cravos e bandeiras vermelhas” aglomeradas nos arredores a Praça do Rossio, em Lisboa, realizando o que ficaria marcado como o primeiro comício político em quase 50 anos no país. Na mesma edição, noticiava que a organização daquela primeira manifestação coube à Comissão Democrática Eleitoral (CDE), a qual reunia, desde 1969, os partidos que se opunham ao regime salazarista. Detalhes da matéria e radiofotos que a ilustravam faziam referências ao fato de manifestantes empunharem bandeiras vermelhas, além de distribuírem “volantes ao povo convocando para um 1º de Maio vermelho” e, na esteira das comemorações pelo fim do regime opressor, presenteavam os transeuntes com a flor símbolo do movimento revolucionário: o cravo vermelho. No entanto, enfatizava que a manifestação organizada pela CDE, “que durou quase duas horas”, ocorrera sem qualquer incidente.¹²¹

O noticiário da FSP corroboraria aquelas informações por meio das impressões de seu enviado especial, Victor da Cunha Rego. Este relatava que as manifestações políticas haviam movimentado intensamente as ruas da capital portuguesa e que nas paredes das casas do centro de Lisboa “já começam a aparecer slogans políticos”. Afirmava, ainda, que as os comícios marcados para o primeiro dia do trabalho pós era salazarista causavam apreensão no governo, preocupado com a reunião da esquerda radical “na famosa Praça Terreiro do Paço”, justamente onde Salazar realizava seus comícios e se localizam agora os dirigentes do novo governo. Contudo, acrescentava que era notório o interesse do novo governo na manutenção da paz, ratificado pela ordem emitida às forças de segurança para que se mantivessem “afastadas das manifestações” e tratassem “o povo com toda a cortesia”. Para o correspondente do matutino paulista, Lisboa transmitia ares festivos, “com os soldados cobertos de flores e as rádios transmitindo músicas portuguesas muito belas, que não se sabe como

¹²⁰ *Jornal do Brasil*, 27/04/1974.

¹²¹ *Jornal do Brasil*, 27/04/1974.

apareceram nem onde apareceram”. No entanto, notava que, apesar do clima festivo, na capital portuguesa algumas paredes já apareciam cobertas de emblemas com a foice e o martelo, salientando, também, que “uma rádio leu os primeiros manifestos sindicais, com reivindicações radicais, tanto quanto a salários, como a posições políticas e ideológicas”. Em sua análise, a tendência dos grupos de esquerda parecia ser a de radicalizar um processo revolucionário em que não haviam tomado parte, prevendo que essa possível radicalização poderia levar o país ao caos ou ainda “levar a Junta presidida pelo general Spínola a tomar medidas repressivas”.¹²²

Na sua edição de três dias após a eclosão da Revolução dos Cravos, o JB também repercutiria o clima de euforia popular, parcialmente ofuscado pelo temor de possíveis radicalismos, sobretudo em razão das primeiras manifestações organizadas pelos partidos de esquerda. Desta maneira, noticiava que populares haviam entoado, nas ruas de Lisboa, a canção *Grândola, Vila Morena*, do compositor José Afonso, que fora proibida durante o regime de Marcelo Caetano e servira de senha para a deflagração da Revolução. Com base em despachos das agências AFP e ANSA, o matutino carioca também informaria que a Junta Militar portuguesa havia abolido as medidas restritivas impostas aos centros de ensino superior, reabrindo as cantinas universitárias, consideradas no salazarismo como foco de agitação, e cancelando os processos instaurados contra estudantes que se opuseram ao regime salazarista, o que gerou um clima de festa nos meios universitários, já contagiados pelo clima festivo da capital portuguesa. Mencionava ainda: a apreensão das autoridades lusitanas com as festividades do dia primeiro de maio; que apesar da Junta Militar ter autorizado as manifestações e os festejos, ela havia solicitado dos organizadores que controlassem “a disciplina da manifestação”; e que os apelos para o “1º de Maio Vermelho” eram advindos das organizações de esquerda, sobretudo do partido Movimento Revolucionário Popular Português (MRPP), de orientação maoísta. E concluía informando que o general Spínola, em entrevista reservada com os empresários portugueses, havia dissertado sobre o futuro dos rumos políticos no país, solicitando moderação e evolução, ao afirmar que aqueles que defendessem “uma ideologia de esquerda” poderiam defendê-la, mas com “serenidade e moderação”, enquanto que os de direita teriam “de evoluir a fim de colaborar com a Junta”.¹²³

¹²² *Folha de S. Paulo*, 28/04/1974.

¹²³ *Jornal do Brasil*, 28/04/1974.

Por meio de material elaborado por dois de seus enviados especiais, Clóvis Rossi e Ewaldo Dantas, OESP também noticiou e analisou as primeiras movimentações do campo político português, sobretudo em relação aos avanços políticos e manifestações, festivas ou de protesto, das esquerdas lusitanas. Nesta direção, o diário paulista publicou uma longa análise das movimentações esquerdistas, enfatizando que elas tomavam, naquele momento, “a iniciativa para preencher o vazio político surgido em Portugal após o 25 de abril”. E complementava relatando que aquela iniciativa não se restringiria às ruas, “onde representantes de todos os matizes esquerdistas fazem passeatas ou comícios”, pois, estendiam-se à imprensa, na qual “os comunicados do Partido Socialista, do Partido Comunista e do Movimento Democrático Português disputam espaço com os primeiros decretos da Junta de Salvação Nacional”, e também ao campo político, posto aqueles grupos já terem tomado a iniciativa de se oferecerem para conversações com os representantes da Junta, “mesmo quando o país ainda vivia um momento de perplexidade geral”. Por fim, destacaria que os partidos de esquerda portugueses pretendiam promover manifestações festivas, mas também combativas nas comemorações do 1º de Maio, já que para tais grupos não se tratava apenas de “regozijo pela vitória do movimento militar”, mas também de “apresentar reivindicações da classe trabalhadora”¹²⁴.

As festividades iniciadas pelos partidos e movimentos de esquerda em Portugal, já na alvorada da Revolução, seriam fomentadas ainda mais com a chegada do exílio dos dois principais líderes esquerdistas do país: Mário Soares e Álvaro Cunhal. A volta do líder socialista Mário Soares a Portugal foi um dos acontecimentos marcantes do principio do período revolucionário. Segundo o noticiário do JB, uma multidão superior a cinco mil pessoas aguardava, em frente à estação ferroviária lisboeta de Santa Apolónia, o desembarque do secretário-geral do Partido Socialista Português, vindo de Paris¹²⁵. A edição de OG ressaltaria, como outro dado numérico, que Soares já retornava ao país com atuação política, uma vez que havia feito breve discurso a oito mil pessoas “que o aclamaram entusiasticamente na estação ferroviária do Lisboa”¹²⁶. A FSP informava, com um terceiro número, que o líder socialista havia sido recebido por uma multidão festiva, calculada em seis mil pessoas¹²⁷.

¹²⁴ *O Estado de S. Paulo*, 30/04/1974.

¹²⁵ *Jornal do Brasil*, 29/04/1974.

¹²⁶ *O Globo*, 29/04/1974.

¹²⁷ *Folha de S. Paulo*, 29/04/1974.

Independente da exatidão numérica quando ao contingente que fora esperar o desembarque de Mário Soares, o jornais atestavam, de maneira geral, que o regresso do líder esquerdista mobilizara uma multidão “heterogênea, formada por velhos, jovens, mulheres e crianças, e pessoas das mais variadas filiações partidárias”, a qual ouvira atentamente o discurso do dirigente socialista que, ao improvisar seu primeiro comício em solo português ainda na estação ferroviária, “exortou o povo a unir-se pela democracia e completar o trabalho de libertação iniciado pelas Forças Armadas”¹²⁸.

Além de descreverem a chegada do líder socialista, analisarem a repercussão em Portugal deste fato e de publicarem trechos do discurso improvisado de Mário Soares, os periódicos da grande imprensa brasileira recorreriam à utilização de *boxes* e colunas explicativas, denotando, para o público brasileiro, quem era Mário Soares e o motivo daquela recepção festiva. O JB, por exemplo, descreveria a trajetória de militância do líder socialista, afirmando que desde jovem Soares havia se dedicado ao trabalho de oposição, indo para a cadeia pela primeira vez quando tinha 21 anos, ressaltando ainda que este haveria retornado às prisões portuguesas por mais doze vezes.¹²⁹ Este recurso já havia sido utilizado para o caso do general Spínola, como visto no tópico anterior, e o seu emprego pode ser entendido pela mesma razão do que o anterior: desconhecimento considerável por parte do público brasileiro da política contemporânea portuguesa, dada a pouca visibilidade dela na imprensa brasileira até então.

O desembarque em Portugal de Álvaro Cunhal seria igualmente comemorado por parte da população lusitana e receberia da imprensa brasileira tratamento semelhante ao dispensado ao retorno de Mário Soares. Os noticiários internacionais de OESP e o do JB informavam que o então secretário-geral do Partido Comunista fora recebido no aeroporto de Lisboa por cerca de cinco mil pessoas e por uma guarnição de soldados “que ostentavam cravos vermelhos no cano de seus fuzis”, cujo retorno se dava depois de 14 anos de exílio¹³⁰. Por sua vez, a FSP, ao tratar do retorno dos portugueses exilados, deportados e também dos desertores do exército luso, afirmaria que estes retornavam a Portugal para, principalmente, “engrossar as fileiras das organizações políticas”, já que, muitos deles eram “homens politizados, de todas as idades, alguns com militância no exílio, outros com aprendizado nos movimentos

¹²⁸ *O Estado de S. Paulo*, 30/04/1974 e *Jornal do Brasil*, 29/04/1974.

¹²⁹ *Jornal do Brasil*, 29/04/1974.

¹³⁰ *O Estado de S. Paulo*, 01/05/1974 e *Jornal do Brasil*, 01/05/1974.

sindicais”¹³¹. Fato que, segundo o diário paulista, fazia crescer, supostamente, as apreensões a respeito dos movimentos capitaneados pelos partidos de esquerda, o que podia ser representado, por exemplo, na ascensão vertiginosa do Partido Comunista de Portugal “que após quase 50 anos de ditadura salazarista apresenta seus quadros praticamente intactos”. E a FSP complementarista que tal ascensão representaria um fator de preocupação evidente para os “meios conservadores” como também para a “sólida estrutura burguesa de Portugal”; desta forma, para o jornal, o regresso de Álvaro Cunhal teria representado um grande acréscimo nas apreensões daqueles setores sociopolíticos. Além disso, ao noticiar que o líder comunista fizera o trajeto entre o aeroporto lisboeta e a capital do país num tanque do Exército, tendo ao seu lado o líder socialista Mário Soares, o matutino paulista comentava que aquela cena fora “um espetáculo que há apenas uma semana seria inimaginável”, destacando, dessa forma, a rapidez que as mudanças eram operadas em Portugal após o 25 de Abril.

Neste contexto, a movimentação dos partidos e organizações da esquerda portuguesa repercutiria nos órgãos de imprensa brasileira. Estes órgãos buscaram demonstrar, por meio de seu noticiário internacional, suas nítidas preocupações com os rumos da Revolução Portuguesa, centradas principalmente com os supostos possíveis excessos dos partidos socialista e comunista. De tal modo, a imprensa brasileira atribuiria ao 1º de Maio lusitano uma enorme significação política, encampando interpretações de setores civis mais moderados da sociedade portuguesa, os quais aparentavam temer que eventuais excessos durante os festejos levassem a um endurecimento do novo regime português.

OESP, por exemplo, reproduziria em seu noticiário a informação, proveniente das agências internacionais de notícias, de que a ameaça de protestos da extrema esquerda seria tão grande que até mesmo o Partido Comunista Português estaria organizando uma comissão de segurança visando impedir que grupos extremistas, em especial os ligados ao MRPP, pudessem transformar a manifestação numa contestação aberta e violenta à Junta de Salvação Nacional. Os membros daquela organização esquerdistas seriam responsabilizados pela Junta de Salvação Nacional por, já nos primeiros dias após a Revolução, provocar ou incentivar ações extremistas, tanto em organizações estudantis como em outros setores da sociedade civil. Ao noticiar que integrantes de grupo maoísta haviam efetuado a ocupação de “um grupo de casas do

¹³¹ *Folha de S. Paulo*, 01/05/1974.

tipo BNH”¹³², OG caracterizaria seus membros como um grupo limitado, o qual era, segundo o jornal, formado essencialmente por imberbes pré-universitários, porém, representando uma ameaça ao bom ordenamento político.¹³³

Para além das possíveis ameaças das forças de esquerda, os diários da grande imprensa brasileira noticiariam o risco de manifestações por parte de integrantes do regime deposto, principalmente os da antiga PIDE-DGS, estimados em aproximadamente mil agentes, os quais estariam possivelmente em liberdade e armados. Neste ponto, a análise presente no noticiário de OESP foi bastante precisa e esclarecedora, posto afirmar que os grupos da direita portuguesa estariam, evidentemente, amedrontados, mas que seria pouco provável que: “50 anos de um regime de extrema direita não tenha causado impressões profundas no povo e que essas impressões não acabem por se manifestar, de uma forma ou de outra”.¹³⁴

Apesar destas apreensões da imprensa brasileira – reflexos das preocupações presentes em Portugal e ainda do material enviado pelas grandes agências internacionais de notícias – as manifestações ocorridas nas comemorações do primeiro Dia do Trabalho pós-salazarismo em Portugal decorreriam de maneira plenamente pacífica.

Em OG, uma radiofoto da agência UPI reproduziria a massa de trabalhadores e estudantes que ocupou as ruas de Lisboa, acompanhada da afirmação de que o Dia do Trabalho havia sido comemorado em ordem. Através das impressões do enviado especial do matutino, o repórter János Lengyel, os leitores de OG seriam informados que Portugal havia passado de um clima tenso para um clima de intenso entusiasmo, com a presença de milhões de portugueses nas ruas para comemorar a data e a queda de Marcello Caetano. Ainda segundo aquele correspondente, a festa do Dia do Trabalho atraía cerca de quinhentas mil pessoas que, “numa alegria contagiante, cantando nas ruas e levando cravos vermelhos nas mãos e nas lapelas”, celebrariam a data na mais absoluta tranquilidade, “com todos preocupados em evitar incidentes ou provocações”. Mas não sem deixar de ressaltar que a preocupação da Junta Militar portuguesa com as comemorações se manifestara de duas formas. A primeira era a colocação de grandes faixas no centro da cidade, como a que fora afixada no quartel do Carmo, advertindo aos manifestantes: “Respeite os direitos dos outros, para que o seu seja respeitado”. E a segunda, de maneira ainda mais clara, era a ordem para que os tanques, efetivos do

¹³² Sigla referente às residências construídas através de financiamento do Banco Nacional da Habitação, órgão federal criado em 1964 pelo regime militar, e extinto em 1986.

¹³³ *O Globo*, 30/04/1974.

¹³⁴ *O Estado de S. Paulo*, 30/04/1974.

Exército, Polícia e Guarda Nacional “ocupassem os pontos estratégicos da capital e entrassem imediatamente em ação ante as possíveis provocações de grupos de esquerda e direita”. Tal expediente de fato, cumprido, fora tomado, segundo Lengyel, por conta de boatos que anunciavam que agentes da dissolvida PIDE e os Legionários Portugueses, outro grupo paramilitar do regime deposto, pretendiam atacar o Ministério da Defesa. Daí, um grande efetivo formado por “três blindados, quatro carros com metralhadoras e 12 jipes tomaram posição nas imediações” do prédio oficial, contudo, sem nenhuma ocorrência, eles voltariam “às suas unidades horas depois”¹³⁵.

O JB também noticiaria que mais de meio milhão de portugueses haviam comemorado o 1º de Maio “com um desfile pelas principais ruas da capital e uma concentração no estádio das Juventudes”, acatando aos apelos da JSN para se manifestarem em ordem. Detalhava, ainda, que os manifestantes seriam, em sua maioria, compostos por jovens, os quais empunhavam bandeiras portuguesas, mas, sobretudo, bandeiras vermelhas dos partidos de esquerda, acompanhadas de milhares de cartazes nos quais se podiam ler “saudações ao Exército (...), palavras de ordem, sindicais e, sobretudo, a palavra Liberdade”. Acrescentava que o cravo vermelho, símbolo da movimentação militar vitoriosa, daria cor à manifestação, cujas algumas imagens seriam reproduzidas na sua primeira página, por meio de radiofotos da agência AP. Contudo, o JB enfatizara que a organização do movimento não teria partido dos dois líderes esquerdistas, mas, sim, de dirigentes de 23 sindicatos que “se reorganizavam no país”, como também do Movimento Democrático Português. Aos líderes socialista e comunista, segundo o jornal, teria sido incumbida a proclamação de discursos no estádio de Lisboa, onde 50 mil pessoas se aglomeraram para ouvi-los. E concluía informando que um pequeno grupo maoísta, o mesmo que havia sido descrito nos dias anteriores pela imprensa brasileira enquanto capaz de provocar incidentes durante as manifestações, havia feito sua pequena manifestação separadamente dos outros grupos da esquerda¹³⁶.

No noticiário da FSP, com abordagem semelhante à dos matutinos cariocas, era informado que as manifestações haviam sido gigantescas, mas transcorreram calmamente, ressaltando Álvaro Cunhal e Mário Soares haviam encabeçados a marcha popular “que deixou as ruas de Lisboa forradas de cravos vermelhos”. Em OESP, o seu enviado especial a Lisboa, Ewaldo Dantas, afirmaria que as manifestações ocorridas no

¹³⁵ *O Globo*, 02/05/1974.

¹³⁶ *Jornal do Brasil*, 02/05/1974.

1º de Maio teriam sido: “O último golpe dado pelas Forças Armadas portuguesas”; relacionando o sucesso das manifestações realizadas de forma pacífica com a descompressão política buscada pela Junta de Salvação Nacional.

Na sua edição 296, *Veja* retrataria também toda a movimentação do 1º de Maio português. A capa daquela edição seria ilustrada por uma foto que, de autoria do repórter Fernando Baião, focalizava uma cena das manifestações pacíficas em Lisboa, composta pela seguinte manchete: “Portugal, o começo da democracia”. A matéria de capa, ocupando oito páginas centrais da edição e localizadas no espaço destinado à editoria internacional, destacou as esperanças do povo português para com a iminente democracia, além de ressaltar a impressionante velocidade com que os portugueses desmontaram o aparato de censura da ditadura e renomearam praças e monumentos anteriormente dedicados a Salazar. A recepção calorosa do povo português no retorno dos dissidentes políticos Mário Soares e Álvaro Cunhal, bem como os discursos proferidos por estes nas manifestações do primeiro de maio, também foram enfocados na longa matéria do semanário ¹³⁷.

Com manifestações pacíficas, mas de grande apoio popular, os líderes da esquerda saíam fortalecidos das manifestações no 1º de Maio. Assim, na conformação do primeiro governo provisório em Portugal, seria refletido o grande apoio popular dispensado às esquerdas portuguesas. Fato que credenciava o Partido Socialista e o Comunista a integrarem, com certo destaque, o pleiteado governo provisório. Ainda assim, antes da organização deste não faltariam apreensões no seio do governo lusitano, sobretudo em relação aos movimentos de esquerda e aos movimentos contestatórios como um todo (MAXWELL, 1999, p.55-60; SECCO, 2004, p.121).

Dentro deste quadro de apreensões, instalado nos primeiros dias após as manifestações do 1º de Maio, a imprensa brasileira noticiava que o governo português já havia estabelecido medidas punitivas para as ações ilegais que fossem fomentadas por quaisquer grupos de pressão. Assim, no noticiário do JB informava-se que o governo português, por meio de comunicado oficial de seus porta-vozes, já havia declarado que: “Toda oposição à autoridade da Junta será considerada insubordinação e crime, e qualquer interferência (...) nos assuntos políticos, mesmo bem intencionados, que não sigam as normas estabelecidas, será severamente punida”. Um dos enviados especiais do matutino a Lisboa, o repórter José Silveira, avaliava que, segundo sua análise, em

¹³⁷*Veja*, 08/05/1974.

Portugal era buscado, naquele momento, o equilíbrio entre liberdade e responsabilidade, mas que as manifestações transcorridas em paz já demonstravam que a situação estava normalizada no país.¹³⁸ Nesta mesma linha, OESP destacava que, naquele momento, a Junta de Salvação Nacional, tida pelo jornal como já consolidada estrategicamente através do apoio demonstrado pelo povo português, desenvolvia seu projeto nacional em três frentes distintas, mas complementares. Quais sejam: a segurança nacional, garantida naturalmente pelo próprio Exército; a política propriamente dita, tecendo relações com os partidos e as lideranças populares; e a diplomacia, a qual seria exercida, no período anterior à formação do primeiro governo, tanto por diplomatas portugueses como por Mário Soares, líder socialista com grande prestígio na comunidade europeia¹³⁹.

Em meados do mês de maio de 1974, a JSN anunciaria o primeiro governo provisório do país. Ainda que nos primeiros dias de maio de 1974 tivessem sido deflagradas algumas greves e a esquerda se movimentasse intensamente no campo político português, a transição para o primeiro governo pode ser considerada, em comparação com as demais transições que seriam verificadas em Portugal na sequência desta, pacífica. Assim, em 15 de maio daquele ano, o general Spínola assumiria a Presidência de Portugal, divulgando ao povo português, naquela mesma data, os nomes dos membros do seu governo. (ROSAS, 2006, p. 25-6.)

No dia seguinte à posse de Spínola, a edição de OG destacaria que o general, ao assumir a Presidência da República, “exaltou o regime democrático e prometeu entregar o poder aos civis após a realização de eleições livres”. A de OESP enfatizava a promessa do empossado em “restaurar as liberdades democráticas, estabelecer a paz nos territórios portugueses de ultramar, promover a liberdade sindical e convocar eleições livres e diretas dentro de um ano”. E a da FSP ressaltava, na sua primeira página, que Spínola renovara o apelo aos movimentos guerrilheiros africanos para que estes aceitassem negociações para o estabelecimento de tratados de paz nas colônias de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Seria noticiada também a afirmação de Spínola de que “uma vez concluídas as tarefas que lhe foram confiadas” passaria o comando da nação a um chefe de Estado eleito pelo povo português e que voltaria a

¹³⁸ *Jornal do Brasil*, 03/05/1974.

¹³⁹ *O Estado de S. Paulo*, 03/05/1974.

ocupar o seu posto nas Forças Armadas, “com a certeza de haver cumprido o meu dever”.¹⁴⁰

As edições daquele dia dos três diários brasileiros não deixariam de destacar a composição do novo governo português, o qual era formado por membros dos partidos socialista e comunista, além de figuras políticas independentes, mas também alinhadas à esquerda. Além de publicar a lista com os nomes dos escolhidos para compor o governo provisório português, a edição de OESP, ao denotar a predominância de ministros de tendências socialistas e liberais de centro-esquerda, enfatizava que tal situação não apresentara alterações substanciais em relação ao que o “havam divulgado [OESP e o *Jornal da Tarde*] há dois dias”, em uma notória propaganda da precisão do noticiário internacional de seus dois órgãos impressos¹⁴¹. OG também noticiaria que o Gabinete Português contaria com a participação de comunistas e socialistas, mas destacando que o político independente de centro-esquerda, Adelino Palma Carlos, é que ocuparia o importante cargo de Premier. Por sua vez, *Veja* retrataria Palma Carlos enquanto um adversário intransigente do regime salazarista durante os vinte anos em que foi presidente da Ordem dos Advogados de Portugal, mas também como um político de formação liberal tradicional¹⁴².

Para além do noticiário, alguns dos órgãos de imprensa nacionais comentariam o fato tanto em editoriais quanto em artigos de seus enviados especiais e correspondentes estrangeiros, sempre calcados em impressões ou avaliações destes. Araújo Netto, correspondente do JB em Lisboa, avaliava que a posse do general Spínola ao cargo de presidente da República representaria o segundo ato mais importante da história da redemocratização de Portugal, atrás somente da Revolução dos Cravos em si. Ao relatar a dificuldade enfrentada por jornalistas no acesso ao prédio escolhido para a cerimônia de posse, Araújo Netto afirmaria que não somente a exiguidade do espaço como, também, o “estilo austero que os comandantes militares decidiram adotar nesta nova etapa de vida republicana de Portugal” seria responsável por impor uma grande limitação ao número de testemunhas do ato histórico, que, no caso dos jornalistas, seriam decididos por sorteio¹⁴³.

Talvez a análise mais eloquente em termos de preocupação com o caminhar do governo provisório e o destino político de Portugal tenha sido registrada no editorial “O

¹⁴⁰ *O Globo*, 16/05/1974; *O Estado de S. Paulo*, 16/05/1974; *Folha de S. Paulo*, 16/05/1974.

¹⁴¹ *O Estado de S. Paulo*, 16/05/1974.

¹⁴² *O Globo*, 16/05/1974; *Veja*, 22/05/1974.

¹⁴³ *Jornal do Brasil*, 16/05/1974.

Novo Destino Português”, publicado pelo OG, na primeira página, e assinado editor-chefe e proprietário Roberto Marinho. Segundo este, a posse do general Spínola e a de seu Gabinete delineavam o novo quadro político português, o qual progredia “pelo menos no sentido formal”, posto que seria o novo governo que dirigiria o país até a eleição da Assembléia Nacional Constituinte e que, no prazo de um ano, “processando-se sob o controle a evolução dos problemas internos e externos, Portugal atingirá a etapa decisiva de normalização do seu destino pós-salazarista”, completada com a prevista eleição presidencial.

Assim, Marinho analisaria o que definiu como sendo os pressupostos do movimento lusitano, asseverando que não haveria motivos para desejar a frustração do programa político daquele. Contudo, acreditava que ao governo brasileiro, “por motivos não apenas sentimentais, mas, também, de franco pragmatismo”, interessaria seguir atentamente e torcer para que se concretizasse o seguro reordenamento da vida institucional portuguesa, justamente pelo interesse nacional na resolução da questão ultramarina através de soluções viáveis e pacíficas. Para o proprietário de OG, todavia, fazia-se necessário elaborar uma “análise realista” do que se passava em solo lusitano, buscando uma melhor compreensão dos próximos passos a serem tomados pelo governo brasileiro. O bem sucedido golpe militar e os acontecimentos subsequentes, segundo Marinho, haviam invertido a ordem de prioridades da questão portuguesa, levando a cabo uma descompressão política interna, de maneira mais rápida do que o próprio fim dos domínios coloniais portugueses, ainda que a questão colonial, enfatizava o editorialista, tivesse sido o motivador principal da queda do regime salazarista.

Nesta direção, Marinho faria uma análise que julgava ser passível de apreciação por parte do governo brasileiro, já que, segundo a visão do jornalista, havia um nítido domínio esquerdista em Portugal, denotado na seguinte forma:

a descompressão metropolitana ocorreu com tamanha rapidez que acabou tomando caminhos ingênuos e românticos, agora consubstanciados na composição de *'front populaire'* do primeiro gabinete. (...) Em nenhum lugar do mundo, quando se trata de praticar a rotina democrática, as frentes populares se mostraram operativas. Elas funcionam para agitar e até para eleger, nunca para governar. Contendo a presença de militantes comunistas e de radicais de esquerda, nascem com o germe de uma contradição essencial: o impossível convívio entre os que incorporaram os valores da democracia e os que se privilegiam da oportunidade de usá-los precisamente para destruir o regime das liberdades.¹⁴⁴

¹⁴⁴ *O Globo*, 16/05/1974

Ao contrário dos demais órgãos da grande imprensa brasileira, OG deixaria claro que seu posicionamento político não estaria em acordo com os avanços das esquerdas lusitanas, posição que não ficaria restrita ao editorial de Marinho, posto expressada em editoriais e notícias diversas, sempre em tom de oposição ao pensamento das esquerdas, fosse socialistas, fosse comunista. Posição do jornal que, além da convergência com o posicionamento ideológico de seu proprietário, revela a sua desconsideração ou apreensão com relação ao papel importante das esquerdas portuguesas na reconquista da vida democrática. De certa forma, é lícito pensar que o proprietário de OG, por vias transversas, deixava transparecer que o processo de abertura prometido pelo governo Geisel estaria no caminho certo, uma vez que seria orquestrado do centro do poder para a sociedade e não o contrário.

Em relação aos movimentos grevistas, a análise publicada na revista *Veja*, a cargo de seus enviados especiais, se destacaria como uma das mais completas dentre as publicadas na imprensa brasileira. O correspondente da revista em Lisboa, Paulo Sotero, exploraria, em artigo, o ambiente tenso criado em Lisboa, enquadrando-o como reflexo das liberdades conquistadas de maneira célere. Para ele, Portugal, após os primeiros tempos eufóricos das comemorações, começava a dar os primeiros passos em direção à normalidade, vendo-se, entretanto, “às voltas com uma vaga de greves e movimentos reivindicatórios”. Informava o correspondente que aquelas manifestações, responsáveis por ocasionar o primeiro confronto entre civis e as forças da ordem, ocorrera mais cedo do que se esperava, ou seja, ao completar um mês da vitória da Revolução.

E Sotero seguia detalhando que no dia 26 de maio, após anúncio do MFA de abrir as portas do exílio para Américo Thomaz e Marcello Caetano, grupos da extrema esquerda portuguesa que clamavam pela libertação do capitão cubano Pedro Rodrigues Peralta – capturado por tropas portuguesas na Guiné em 1969 e o único prisioneiro político não libertado após a Revolução – haviam promovido “um ruidoso comício de cerca de quinhentos manifestantes”. Este realizado por várias horas diante dos portões de um Hospital Militar, onde se encontrava detido o cubano, acabaria sendo encerrado pela dispersão dos manifestantes por meio de “jatos de água lançados pela Polícia de Segurança Pública”.

Ao versar sobre os movimentos grevistas que então tomavam corpo nas ruas de Lisboa, Sotero informava que as tensões se acirrariam nas ruas daquela cidade após proclamações de membros do MFA na televisão portuguesa. Notadamente, estas declarações foram dirigidas à extrema esquerda portuguesa, sendo as mesmas

interpretadas nos meios diplomáticos internacionais, segundo o relato do enviado de *Veja*, enquanto um primeiro sinal de endurecimento do governo provisório capitaneado por Spínola. E, salientaria o repórter, ainda que os movimentos por melhores salários e condições de trabalho tenham surgido quase espontaneamente após as mobilizações populares do primeiro de maio, seria na segunda quinzena daquele mês, após a formação do primeiro governo provisório, que as grandes greves assolariam a capital do país e “se reproduziriam (...) como cogumelos, às vezes com reivindicações tão mirabolantes quanto a de um salário mínimo de 6 000 escudos (1 500 cruzeiros), superior ao vigente na França”. Dentre as maiores greves, Sotero destacaria o impacto causado na vida lisboeta pelas paralisações dos transportes públicos, dos padeiros, funcionários dos Correios, Telégrafos e Telefonia. A hipótese levantada pelo jornalista era a de que as paralisações poderiam ter sido insufladas por movimentos de direita, ou ainda por muitos empresários contrários à Revolução, que incentivaram seus funcionários a solicitarem reivindicações absurdas em suas greves, como os salários inflacionados, por exemplo.

A movimentação grevista só seria encerrada após discurso enérgico do General Spínola, proferido na cidade do Porto para mais de cem mil pessoas e transmitido pela televisão portuguesa, com o qual garantia o presidente que as Forças Armadas portuguesas saberiam responder com força aos movimentos reacionários. Para o repórter de *Veja*, diferentemente do que se divulgava entre os analistas políticos e também entre as esquerdas portuguesas, não se poderia interpretar a declaração como uma possibilidade de endurecimento do governo lusitano. Ainda mais por que, após o discurso de Spínola, “os padeiros, motoristas e motorneiros haviam voltado ao trabalho”, corroborando o apelo do general presidente para que não se tumultuasse ainda mais o país ¹⁴⁵.

O destaque inicial da movimentação militar em solo lusitano e da tomada do poder por parte dos militares portugueses foi, em grande medida, expressas nas páginas da grande imprensa brasileira com notável ponderação e seriedade. Mas a Revolução dos Cravos e seus primeiros desdobramentos políticos não deixariam de servir como temas aos traços e humor das charges constantes nas páginas dos maiores diários brasileiros e de *Veja*, valendo-se do uso da ironia e do riso para destacar detalhes e considerações sobre os acontecimentos portugueses. Neste sentido, destacam-se as

¹⁴⁵ *Veja*, 05/06/1974.

charges produzidas pelo cartunista Ziraldo e publicadas com periodicidade quase diária no JB, dentre as quais destacamos algumas para a análise.

No dia 27 de abril de 1974, o segundo dia dedicado pela imprensa nacional para a cobertura da Revolução dos Cravos, Ziraldo publicaria uma charge bastante significativa do contexto histórico português. Ao ilustrar um cidadão português pichando uma parede com frase que pretendia saudar a liberdade, o cartunista expressava a dúvida do pichador de como grafar a palavra 'liberdade', aludindo, assim, que vigência de quase cinquenta anos da ditadura em Portugal tivesse suprimido o sentimento/direito que o termo expressa e, daí o seu desuso no vocabulário lusitano.



FONTE: *Jornal do Brasil*, 27/04/1974

No dia seguinte, o JB publicaria outra charge do desenhista mineiro enfocando novamente o panorama político português, sobretudo o relativo à conquista das

liberdades democráticas. Nela, Ziraldo ilustra uma figura, lembrando D. Pedro I, o responsável pela parte musical do Hino à Independência do Brasil, e que sentado ao piano, executando aquele hino, busca por rima com ‘AL’ para substituir o termo ‘Brasil’ por ‘Portugal’ na lírica daquela peça musical. Assim, Ziraldo ironizava que a liberdade tinha raiado no horizonte de Portugal, enquanto no Brasil, ela estava restrita à letra do Hino à Independência, composto havia mais de 150 anos.



FONTE: *Jornal do Brasil*, 27/04/1974

Outra charge produzida por Ziraldo focalizaria as manifestações políticas e movimentos grevistas pós 1º de Maio em Portugal. Desta feita, retratava um bebê que, no colo de sua mãe, reivindicava várias demandas. Ao que a mãe comentava com a mulher ao seu lado, ostentando uma vassoura, que o bebê havia acordado daquela maneira depois de ter ficado calado por cinquenta anos. Para Ziraldo o povo português era o bebê, recém-acordado para a liberdade e com fome direitos até então negados, a

mãe dele a mãe-pátria, embalando o filho/povo, e ambos ladeados pela Revolução/Junta de Salvação Nacional, desempenhando a tarefa de varrer a ditadura.



FONTE: *Jornal do Brasil*, 06/05/1974

A repercussão da revolução dos cravos em outras partes do mundo também foi apreendida por Ziraldo, que representaria, ainda em maio de 1974, a possível repercussão da Revolução no regime discricionário espanhol.



FONTE: *Jornal do Brasil*, 12/05/1974

Assim, também nos espaços dedicados ao humor, a Revolução dos Cravos encontraria repercussão, e seria, tal qual o noticiário ocupado com esta, utilizada para criar representações.

2.3 – Eu queria estar na festa, pá – as recepções oficiais e officosas da Revolução dos Cravos no Brasil.

A grande imprensa brasileira produziu, logo nos primeiros momentos da Revolução dos Cravos, diversas análises e amplo noticiário versando sobre a

repercussão deste movimento militar no Brasil, cujo intuito aparentava ser, sobretudo, o de divulgar a repercussão da Revolução Lusitana no meio diplomático e do governo brasileiros, bem como a recepção deste movimento entre a numerosa comunidade portuguesa residente no país. Boa parte desta produção jornalística refletia esperanças de novos tempos, seja para Portugal e suas colônias, seja para o panorama das relações internacionais brasileiras, havendo espaço para que se tecessem, analogamente, críticas ao modelo político brasileiro.

Nesta conjuntura, o meio diplomático brasileiro seria tomado pela grande imprensa brasileira como uma das principais fontes de informação, mas, também, enquanto objeto de análise para a elaboração do seu noticiário acerca da Revolução dos Cravos. Como fonte eram utilizados tanto comunicados oficiais provenientes do corpo diplomático brasileiro quanto informações extraoficiais passadas por membros dele, evidentemente sem mencionar nomes, porém ressaltando que elas não representavam as opiniões dos órgãos governamentais dos quais os informantes fizessem parte. Ainda que não seja possível afirmar quais os meios utilizados para obtenção das informações extraoficiais, pode-se entender que tal fato ocorresse, em muitos casos, devido a possível proximidade de jornalistas ou dos diários com membros do governo ou diplomatas, alguns sempre prontos, como até hoje acontece, a fazer vazar informações ventiladas nos corredores do poder oficial, não sem interesses ocasionais por parte deles.

As repercussões do dia 25 de abril de 1974 nos mais variados organismos internacionais e alguns países também seriam noticiadas pelos diários da grande imprensa brasileira, já nas edições do dia seguinte, sempre com base em relatos de diplomatas. A FSP, por exemplo, noticiaria que a rebelião militar em Lisboa havia causado satisfação entre muitos delegados da ONU, organismo que, até então, censurava constantemente Portugal por manter colônias na África. Destacaria que um diplomata da Europa Ocidental havia qualificado a revolta de "acontecimento transcendental", um do mundo árabe afirmara, esperançoso quanto aos rumos do movimento, que "finalmente chegaria ao fim o imperialismo português na África". E seguia informando que em Atlanta, sede da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), a ascensão ao poder do general Spínola não parecia ter causado surpresas. Em Londres e Madri, o corpo diplomático ainda aguardaria maiores

definições sobre o fato, todavia, na África do Sul – sob o regime segregacionista do *Apartheid* – a notícia tivera o efeito de uma bomba.¹⁴⁶

Mas a tônica das primeiras publicações da grande imprensa brasileira após a eclosão do golpe militar português era ilustrar aos seus leitores que o Brasil poderia encontrar-se em uma posição favorável no cenário internacional, sobretudo em relação ao reconhecimento das independências das nações africanas ainda sob o domínio português, e ainda mais sobre a possibilidade de o governo brasileiro mediar novas relações entre Portugal e suas ex-colônias.

Assim, o noticiário da FSP definiria que no meio diplomático brasileiro não se escondia o fato de que haveria, a partir de então, “maiores afinidades com as ideias defendidas pelo novo homem-chave português, general Antônio de Spínola, do que com as posições políticas antes adotadas pela administração lusa”. Na mesma matéria, analisava-se que, dentro desse enfoque e sob a perspectiva da diplomacia internacional, existiriam boas perspectivas para o início de uma ampla e profunda participação brasileira no trabalho diplomático de aproximação entre portugueses e africanos, cujo fim maior seria o de se buscar a independência do retrógrado império colonial lusitano¹⁴⁷. Esta análise positiva em relação à participação diplomática do Brasil pode ser notada, em geral, em todo o noticiário da grande imprensa nacional nos primeiros momentos da Revolução dos Cravos¹⁴⁸.

Assim, a FSP, ao noticiar a possibilidade de mediação do governo brasileiro nos territórios africanos e o possível reconhecimento do novo governo português, demonstrou que as fontes principais para seu noticiário seriam oriundas dos meios diplomáticos brasileiros e que estas, por sua vez, se baseariam em telegramas recebidos pelo Itamaraty, tanto da embaixada brasileira em Lisboa como das agências internacionais de notícias, sem que, no entanto, fossem especificadas quais agências forneciam o material informativo ao governo brasileiro¹⁴⁹.

A mesma prática pode ser percebida em OESP, cujo noticiário ao discorrer sobre o possível reconhecimento do novo governo português por parte das autoridades brasileiras, utilizou como fonte informativa “fontes da Presidência” para a sua elaboração. O JB citaria como fonte os diplomatas brasileiros, os quais, tidos pelo jornal

¹⁴⁶ *Folha de S. Paulo*, 26/04/1974.

¹⁴⁷ *Folha de S. Paulo*, 26/04/1974.

¹⁴⁸ Segundo consulta às edições dos jornais compreendidos nesta pesquisa, sobretudo entre 25/04/1974 e 30/04/1974.

¹⁴⁹ *Folha de S. Paulo*, 27/04/1974.

como “muito bem informados da real situação portuguesa”, repassariam informações aos mais altos círculos do poder nacional, por meio de relatórios secretos, “encaminhados ao Presidente Geisel ou aos seus auxiliares” e também a seus repórteres. No mesmo noticiário, era afirmado ainda que, embora o Itamaraty mantivesse a discrição em relação ao reconhecimento do novo governo português e a situação dos países africanos de língua portuguesa, “na intimidade”, as declarações demonstravam que haveria a tendência de rápido reconhecimento por parte do governo brasileiro ¹⁵⁰.

O noticiário de OG afirmaria que os diplomatas brasileiros consultados negaram-se a fazer qualquer comentário oficial sobre os acontecimentos, alegando que aguardavam informações mais definidas sobre a questão, mas que, ainda assim, suas fontes no Itamaraty informavam que embaixadores haviam acompanhado, “durante todo o dia e com grande atenção”, o noticiário procedente de Portugal sobre a “crise política” daquele país. Ainda na matéria, era noticiado que a embaixada brasileira em Lisboa manteve os meios políticos brasileiros informados por meio de informes reservados, enviando informações desde o início dos acontecimentos, e que esta comunicação fora mantida ininterruptamente durante a eclosão da Revolução Portuguesa. Apesar da ausência de informações oficiais, o matutino acrescentava que tinha consultado especialistas brasileiros em assuntos lusitanos que, segundo a matéria jornalística, deixavam claro que uma alteração no inflexível panorama político português estava dentro do quadro de expectativas da diplomacia brasileira ¹⁵¹; o que viria a se confirmar poucos dias depois, quando do reconhecimento do governo português pelo Brasil.

A utilização das representações de discursos não oficiais da diplomacia brasileira deu-se de maneira plena nos órgãos midiáticos analisados, durante os poucos dias que vão da eclosão revolucionária em Portugal ao reconhecimento do Movimento das Forças Armadas enquanto novo governo português, já que, a partir do reconhecimento do novo governo lusitano, os meios diplomáticos nacionais se manifestariam de maneira direta. Desta forma, o material jornalístico produzido entre a eclosão revolucionária em Portugal e o reconhecimento do novo governo português pelo Brasil, apresentou característica explicativa, elucidando seu leitor, quando possível, das razões e motivos do silêncio e da fala oficiosa dos diplomatas brasileiros.

Assim, em editorial, OESP esclareceria a seus leitores que as apreensões da diplomacia brasileira com relação aos rumos políticos portugueses não eram recentes, e

¹⁵⁰ *O Estado de S. Paulo*, 27/04/1974 e *Jornal do Brasil*, 27/04/1974.

¹⁵¹ *O Globo*, 27/04/1974.

que estariam sendo acompanhadas com atenção por aquela. De acordo com o editorial, para os meios diplomáticos brasileiros, o principal questionamento em relação ao iminente fim do regime salazarista seria: “quem estava a ponto de assumir o poder em Portugal? A linha liberalizante ou a linha dura?” O desconhecimento de pormenores a respeito do panorama político português teria sido o motivador principal do silêncio das fontes autorizadas no Itamaraty, “preocupadas com a preservação das ligações históricas e políticas com Lisboa, e seu reflexo nas relações do Brasil com os africanos”. Seriam explicitadas ainda as tentativas brasileiras – anteriores à queda de Marcello Caetano e do regime salazarista – de intermediar as relações entre portugueses e africanos, dificultadas pelos planos dos revolucionários africanos “que preferiam a libertação das colônias pela força”, e ainda pela intransigência de setores militares e políticos de Lisboa. Ademais, acrescentava que um diplomata teria dito a um jornalista de OESP que durante a gestão de Gibson Barboza, no Ministério das Relações Exteriores, entre 1969 a 1974, o Brasil se encontrava numa posição delicada, pois pretendia aproximar-se das nações árabes e africanas, porém, Portugal representava um empecilho, o qual agora poderia ser desfeito por conta do novo governo lusitano ¹⁵².

Ainda que o Brasil tivesse sido o primeiro país a reconhecer o novo governo português, durante os três dias que antecederam este reconhecimento, diversas impressões oficiosas dos diplomatas nacionais sobre este possível reconhecimento foram impressas nos matutinos nacionais. Nesta direção, a FSP informava que o governo brasileiro, mesmo com a eclosão da Revolução Portuguesa, resolvera adotar posição realista diante dos acontecimentos em Portugal: a tendência seria o rápido reconhecimento diplomático do novo governo instalado em Lisboa, mas com a condicionante de que ele se constituísse formalmente e exercesse de fato sua autoridade sobre todo país. Esta linha de atuação fora anunciada, informalmente, por pessoa ligada ao Palácio do Planalto e para o qual as autoridades brasileiras só iriam se manifestar oficialmente sobre o assunto “depois de perfeitamente definida a situação no território português” ¹⁵³.

O noticiário do JB também reproduziria a mesma informação, acrescentando que relatórios encaminhados ao presidente Ernesto Geisel pelo Itamaraty, no primeiro dia após o levante revolucionário, ainda não eram conclusivos, adiando-se, assim, as possibilidades de reconhecimento oficial. O noticiário do matutino carioca seria

¹⁵² *O Estado de S. Paulo*, 27/04/1974.

¹⁵³ *Folha de S. Paulo*, 26/04/1974.

esclarecedor também com relação aos meandros do processo de reconhecimento, explicitando aos seus leitores que tal processo limitar-se-ia a uma simples acusação de recebimento pela Embaixada do Brasil em Lisboa, ou pela Chancelaria em Brasília, de uma nota na qual as autoridades portuguesas pudessem confirmar o domínio de todo o território de Portugal e que ainda que se comprometessem a respeitar seus compromissos internacionais. Detalhava ainda que a divulgação de um manifesto de natureza liberal do governo português, no qual se comprometia a convocar eleições livres, havia dado ao Itamaraty garantias necessárias para um imediato reconhecimento da nova situação existente em Lisboa. Fato suficiente para desmentir as versões de que o governo brasileiro retardaria deliberadamente o reconhecimento do novo governo de Portugal, em razão de o primeiro esperar do segundo “uma definição ainda mais clara e precisa dos seus planos a respeito dos territórios na África e do futuro das relações com o Brasil”¹⁵⁴.

O jornal OG esclarecia que a comunicação oficial necessária para que se desse o reconhecimento poderia ser um simples memorando, desde que esse referisse a qualquer assunto de interesse dos dois países. O fato de o governo brasileiro acusar o recebimento deste já seria suficiente para que se prosseguissem normalmente as relações diplomáticas entre os dois países, esclarecia o matutino, complementando que, para o governo brasileiro, o importante seria “o novo governo [português] demonstrar qualquer sintoma amistoso, em termos oficiais, ao Brasil”¹⁵⁵.

Uma das poucas exceções ao uso de informações oficiosas para a construção deste noticiário se deu no caso do pronunciamento do embaixador de Portugal no Brasil, José Hermano Saraiva. Embora o noticiário da FSP e de OESP fossem categóricos ao afirmar que aquele embaixador também havia se esquivado de entrevistas e de tomar uma posição oficial com relação à sublevação militar que tomava cabo em Portugal, algumas de suas impressões foram registradas. Afirmavam os noticiários dos matutinos que Hermano Saraiva restringiu seus comentários à observação de que não havia vítimas fatais ocasionadas pelo movimento revolucionário. Ambos ainda noticiaram que o diplomata havia conclamado os portugueses a manterem-se unidos, embora as matérias jornalísticas não informassem por qual meio se deu a divulgação daquela declaração do embaixador¹⁵⁶.

¹⁵⁴ *Jornal do Brasil*, 27/04/1974.

¹⁵⁵ *O Globo*, 27/04/1974.

¹⁵⁶ *Folha de S. Paulo*, 26/04/1974 e *O Estado de S. Paulo*, 26/04/1974.

Por outro lado, os matutinos cariocas OG e JB publicaram declarações do embaixador de maneiras distintas das veiculadas pelos jornais paulistas. O JB detalhava que o diplomata encontrava-se “bastante emocionado pelos acontecimentos em Lisboa, dos quais tomou conhecimento através do sistema oficial de telex”, além de destacar alguns comentários que embaixador teria exprimido, segundo o matutino, em entrevista exclusiva. Nesta entrevista, Hermano Saraiva sustentava que nada iria “mudar com relação ao Brasil”, reiterando os votos de amizade entre os dois países, ademais, declarava aos portugueses residentes no Brasil que eles poderiam se manter tranquilos, pois os acontecimentos em Portugal teriam sido pacíficos e que a união se fazia, então, mais necessária do que nunca ¹⁵⁷.

Em OG a divulgação de parte das declarações do embaixador se deu num pequeno trecho do seu noticiário, expediente que denota uma grande particularidade na construção do noticiar daquele órgão. Informava o matutino que o embaixador Hermano Saraiva havia divulgado mensagem à colônia portuguesa e que esta teria sido veiculada pela TV Globo. Embora não tivesse sido confirmada se a mensagem veiculada fora parte de alguma entrevista ou participação especial em algum programa daquela mídia televisiva, destacava-se a exclusividade de OG na divulgação desta participação do embaixador na mídia televisiva do grupo midiático, o que conferia ao matutino da família Marinho uma vantagem em relação a seus concorrentes neste noticiário ¹⁵⁸.

No noticiário dos diários da grande imprensa focalizados nesta dissertação, a repercussão da Revolução dos Cravos entre a comunidade portuguesa residente no Brasil ocupou também considerável espaço. Desta maneira, foram divulgadas várias impressões sobre os acontecimentos políticos em Portugal, emitidas tanto por organizações associativas de imigrantes portugueses como por exilados políticos, então em número considerável por conta da perseguição salazarista, tendo ainda destaque editorial a opinião de anônimos portugueses residentes no país.

No noticiário dos matutinos paulistas OESP e FSP, no dia seguinte a eclosão do movimento revolucionário, mereceu destaque um comunicado emitido pela Unidade Democrática Portuguesa, uma das muitas entidades representativas dos portugueses exilados no Brasil, mas que se destacava como uma das maiores organizações dos opositores do salazarismo no país, ao congregar personalidades como Vitor Ramos, Ruy Gomes, José Morgado, Miguel Urbano Rodrigues e outros. Neste comunicado a

¹⁵⁷ *Jornal do Brasil*, 26/04/1974.

¹⁵⁸ *O Globo*, 26/04/1974.

Unidade Democrática expressava sua solidariedade para com o movimento militar lusitano, fato compreensível e bastante evidente por se tratar de uma organização de claro posicionamentopositor em relação à ditadura salazarista. O que chama a atenção no comunicado é o fato deste ser, diretamente, dirigido à opinião pública brasileira, em forma de esclarecimento e ainda de agradecimento, “pela solidariedade fraterna que sempre dispensou aos democratas portugueses na sua luta contra o regime fascista de Salazar e Marcelo Caetano”. Pela leitura deste comunicado, os leitores dos matutinos paulistas teriam contato com as principais ideias daquela organização de exilados lusos, a qual pregava o fim das guerras coloniais e a abertura política de Portugal, além de expressar anseios pelo fim da censura, da repressão política e do exílio forçado de portugueses ¹⁵⁹.

Mas os jornais abririam espaço também para outra organização lusíada, a Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, órgão que congregava mais de 80 associações de portugueses residentes no Brasil. Ao jornal FSP, o presidente da Federação, António Gomes da Costa, afirmara que o movimento militar surpreendeu ao menos a maioria “dos quase um milhão de portugueses que moram no Brasil” ¹⁶⁰. Por meio de uma nota oficial distribuída aos meios de comunicação brasileiros, a Federação afirmaria que os portugueses residentes no Brasil hipotecavam “integral solidariedade às aspirações do povo português”, mas que, no entanto, repudiariam “todas as tentativas que visam a destruir a unidade *pluricontinental* da Pátria”, assim como seriam contrários a qualquer medida que visasse “enfraquecer o seu esforço de desenvolvimento, romper a sua homogeneidade espiritual, ou impedir a consecução dos objetivos centradas no progresso e bem estar de todos” ¹⁶¹. Somente o leitor mais atento e informado sobre a vida política portuguesa poderia inferir a proximidade ou simpatia da Federação com o regime deposto, afinal, os jornais que publicaram a nota e as manifestações não teceram nenhum comentário ou fizeram nenhuma ilação acerca do posicionamento e finalidade daquela instituição.

Além das afirmações no sentido de unidade pluricontinental contida na nota da Federação, outra declaração expedida pelo seu presidente, em entrevista aos jornais OG e FSP, tornava mais visível a proximidade ou simpatia da direção daquela instituição com o regime deposto. Porém, mais perceptível somente ao leitor melhor informado e

¹⁵⁹ *Folha de S. Paulo*, 26/04/1974 e *O Estado de S. Paulo*, 26/04/1974.

¹⁶⁰ *Folha de S. Paulo*, 27/04/1974.

¹⁶¹ *Folha de S. Paulo*, 26/04/1974 e *O Estado de S. Paulo*, 26/04/1974.

mais atento ao quadro político contemporâneo de Portugal, posto nenhum dos dois diários publicar uma linha com histórico da Federação ou explicitar o seu posicionamento. Na entrevista, o presidente da Federação, em tom elogioso ao regime salazarista, afirmava que: “desde a revolução, em 1926, a situação da República era tranquila, com o governo dominante. Antes, entretanto, havia um golpe e rebelião em cada três dias e o país vivia sob a constante tensão”. Asseveraria, ademais, que os portugueses do Brasil, representados pela Federação, esperavam que “eventuais cisões, divergências e desencontros entre irmãos” fossem eliminados e que houvesse “compreensão, respeito recíproco e grandeza do lado dos vencedores e vencidos”. E que acreditava, não obstante o golpe dos jovens oficiais portugueses ter sido motivado, principalmente, pelas guerras coloniais, ser interessante que Portugal continuasse “coeso e corajosamente, a seguir seus caminhos históricos, a manter intacta sua soberania e garantir o desenvolvimento pleno de todos os povos que o integram”¹⁶².

Elementos da história e posicionamentos da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras permitem perceber que sua ligação com o governo salazarista foi bastante próxima desde a sua fundação em 1931. Proximidade já enfatizada quando do seu reconhecimento oficial pelo governo português em 1932, inclusive a condecorando com a Grã Cruz da Ordem Militar de Cristo – uma das muitas ordens honoríficas portuguesas, concedida por destacados serviços para a soberania portuguesa ou na administração pública, magistratura ou diplomacia lusitana. A partir de então, a Federação fora considerada pelo governo salazarista como a porta-voz das aspirações e anseios coletivos dos portugueses residentes no Brasil¹⁶³.

Além dos comunicados emitidos pelas federações e associações portuguesas, vários diários da grande imprensa brasileira divulgaram opiniões de cônsules portugueses, até por conta de que as representações consulares lusitanas já eram bastante numerosas no país. Em OESP foram divulgadas as recepções da Revolução em diversas representações consulares do país, entre elas a de São Paulo, cujo cônsul-geral, Francisco Antônio Borges, atestaria ter sido positiva a recepção do movimento revolucionário entre os portugueses residentes na capital paulista, a julgar pela grande quantidade de telefonemas que ele havia recebido de seus patrícios a fim de congratularem o movimento. Ademais, afirmou ter “inteira confiança no povo português

¹⁶² *O Globo*, 27/04/1974.

¹⁶³ Informações retiradas da página oficial da presidência portuguesa. Disponível em: <http://www.ordens.presidencia.pt> – Acesso em 02/2013.

e nas Forças Armadas de Portugal", confiança que se estenderia aos homens que então assumiam o governo português. Apesar de consultados pelos repórteres do matutino, alguns cônsules não emitiram abertamente sua opinião, caso do cônsul-geral de Salvador, Mario Lagoa, e da representação da cidade de Santos. O cônsul-geral no Rio de Janeiro, Manuel Pedro Ribeiro da Silva, que também evitou falar com a imprensa no primeiro momento da eclosão revolucionária em Portugal, informaria à imprensa, por meio de assessores, que a ausência de seu pronunciamento não se devia a descaso, mas, somente, por "não haver qualquer informação oficial de Lisboa", o que ocorrera devido às comunicações entre o Rio e a capital portuguesa terem sido cortadas ¹⁶⁴.

Segundo a reportagem da FSP, o vice-cônsul de Portugal no Recife, Alfredo Xavier Afonso, também nada declarou e, ainda, instruiu os funcionários do consulado para que não facilitassem o acesso da imprensa ao seu gabinete. Outra instituição procurada pela sucursal do matutino paulista em Recife foi o Gabinete Português de Leitura, cujo diretor limitou-se a dizer que não seria contra nem a favor de ninguém, porém afirmaria melancolicamente: "Sinto-me triste com o que esta acontecendo porque a Pátria não está bem e estou preocupado, pois as notícias que tivemos até o momento são contraditórias" ¹⁶⁵.

Ainda com o intuito de demonstrar a seu público leitor como a colônia portuguesa recebeu a notícia da Revolução Portuguesa, alguns diários da grande imprensa brasileira procuraram, para além dos posicionamentos dos órgãos representativos, colherem a opinião de cidadãos comuns da colônia portuguesa. Assim, nas páginas de OESP um cidadão português, residente em Santos, explicitaria categoricamente sua revolta com o movimento dos capitães. Este mal havia declarado suas intenções e o entrevistado já o via como "uma manobra de maus portugueses, que não amam sua pátria". Por sua vez, um comerciante português, igualmente anônimo, afirmaria que o movimento poderia e deveria ter eclodido há mais de dez anos. E asseverava que era claro, para os que acompanhavam de perto os problemas portugueses, que Portugal não poderia "continuar gastando a maior parte do seu orçamento na manutenção de suas colônias". E concluía que o fator que motivara a rebelião dos jovens oficiais foi o fato de a própria juventude portuguesa estar sendo sacrificada com as guerras nas colônias, sendo "praticamente forçados a ir à África para

¹⁶⁴ *O Estado de S. Paulo*, 26/04/1974.

¹⁶⁵ *Folha de S. Paulo*, 27/04/1974.

defender um território que logo será independente”, concluindo que, por conta deste interregno, Portugal seria “um país só de gente idosa”¹⁶⁶.

O noticiário da FSP também abriu espaço para que a comunidade portuguesa, sobretudo a residente na cidade de São Paulo, emitisse sua opinião sobre a Revolução dos Cravos. As opiniões publicadas eram em sua maioria de aprovação ao movimento militar. No Clube Português de São Paulo fora tomada a opinião de João Ferreira, conselheiro do Clube e que residia a vinte anos no Brasil. Para ele, a Revolução teria sido “inteiramente identificada com o povo português”, esclarecendo que o regime implantado por Salazar e depois continuado por Marcelo Caetano sempre manteve o povo sob forte pressão ideológica, o que certamente teria motivado o movimento. Além disso, atestava que a “política ultramarina de Portugal estava completamente obsoleta, fazendo de nossas colônias na África, verdadeiros sorvedouros de recursos”. Um frequentador anônimo do Clube afirmaria que aprovaria plenamente a Revolução chefiada pelo general Antônio de Spínola e, ainda, que “oitenta por cento de todos os portugueses pensam como eu”.

Mas não somente opiniões favoráveis ao movimento foram perceptíveis nas páginas da FSP – órgão que mais concedeu espaço gráfico para que os cidadãos portugueses emitissem suas opiniões nos primeiros momentos da Revolução. Através das páginas do matutino, os leitores do restante do país seriam informados que, dentre a numerosa colônia portuguesa residente em Pernambuco, poucos se manifestariam e a maioria ainda aguardava maiores definições dos acontecimentos. No entanto, um cidadão lusitano que preferiu o anonimato chegaria a afirmar que “pegaria em armas para defender o governo de Caetano”.

A par das defesas e das críticas ao movimento dos capitães lusitanos, uma parcela dos portugueses consultados pela reportagem da FSP mostrava-se indiferente aos rumos políticos e à Revolução, então em curso, ou como observara um comerciante português de Fortaleza: “não tenho nada com o peixe”; além de ressaltar que apesar de sua família residir em uma aldeia em terras lusitanas, não haveria motivos para preocupações, já que “a brincadeira do pessoal de Lisboa não chega até lá”. Para o anônimo proprietário de uma padaria do Recife, o que ocorria em Portugal não despertaria seu interesse, visto que: “não sou político e só me interessa viver bem”. Outros portugueses ouvidos pela reportagem da FSP tampouco se preocupavam com a

¹⁶⁶ *O Estado de S. Paulo*, 27/04/1974.

situação em solo lusitano, efetuando gracejos com a situação do país, como a afirmativa de que “o pessoal da terrinha” estaria “brincando com bodoque e bombas de São João”. Outros, como o jovem imigrante Fernando Albuquerque, emigrado para o Brasil havia cinco meses, afirmava que o movimento dos capitães causava irritação, mas que, segundo ele, a maioria dos portugueses não se interessava por política, finalizando: “É tudo a mesma coisa (...), durante o governo de Américo Thomaz, sentia-me muito bem, a vida era muito parecida com a daqui [a do Brasil]”.¹⁶⁷ Este, sem perceber, dava o tom exato para o fato da Revolução dos Cravos ganhar tanto espaço na mídia brasileira.

Dentre os membros da colônia portuguesa exilada no Brasil, encontravam-se alguns dos mais destacados opositores do regime salazarista, como, por exemplo, o oficial do Exército português, João Sarmento Pimentel e o professor universitário Rui Luiz Gomes. Descrito pelo OESP como “o decano dos exilados portugueses no Brasil”, Pimentel encontrava-se exilado em São Paulo desde 1927, quando, após uma tentativa de golpe militar contra o governo ditatorial português, fora expulso do Exército português e, concomitantemente, do país. Em matéria que tratava da possibilidade de Pimentel se candidatar às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em Portugal – algo previsto nos planos iniciais da Junta Militar portuguesa logo que esta assume o poder – seria esmiuçada a trajetória do líder opositor.

O capitão da cavalaria do Exército português e um dos fundadores da República Portuguesa teria seus feitos democráticos exaltados na matéria de OESP, sendo ele descrito como homem que fora capaz de abandonar o leito do hospital, onde estava internado com a gripe espanhola, para se colocar “à frente do seu esquadrão, proclamar novamente a República”, quando, em 1919, Portugal havia passado por uma tentativa de restauração monárquica. Assim, a imprensa nacional abria espaço para representações do discurso de um homem que, durante 47 anos havia dirigido um combate incansável contra o regime salazarista, mas que raramente teve publicadas suas críticas ao modelo ditatorial português nesta mesma imprensa. Possivelmente em função de dois novos fatores no contexto político do país que o acolhera – o aceno do governo à distensão política e a nova orientação da política externa do país – seria alçado da condição de mais um opositor ao regime salazarista, dentre os muitos residentes no Brasil, para a condição de homem lendário, “cujo prestígio seria inestimável para os defensores da democracia”, como o definiria OESP¹⁶⁸.

¹⁶⁷ *Folha de S. Paulo*, 27/04/1974.

¹⁶⁸ *O Estado de S. Paulo*, 27/04/1974.

Rui Luiz Gomes receberia o mesmo tratamento da imprensa nacional, sendo sua trajetória política esmiuçada pela FSP, apresentando-o aos seus leitores como intelectual português que residia e lecionava no Brasil, além de membro da Unidade Democrática, órgão oposicionista que combateu o regime salazarista desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A matéria do matutino paulista ilustraria ainda que Gomes fora candidato às eleições presidenciais portuguesas em 1951, defendendo em sua campanha a autodeterminação dos povos africanos e que, conseqüentemente, teria sido expulso do país por este motivo ¹⁶⁹.

Além de abrir espaço em suas páginas para impressões não oficiais dos meios diplomáticos nacionais, dos consulados, das organizações dos exilados portugueses ou ainda dos cidadãos comuns ou notórios que expressaram seus anseios e preocupações com a Revolução dos Cravos, a imprensa também reservaria linhas para as manifestações e declarações de agentes do campo político brasileiro. Ainda que fossem escassas nas edições da imprensa brasileira, tais manifestações permitem inferir que a repercussão da Revolução Portuguesa foi bastante positiva em termos de esperanças democráticas, sobretudo na oposição possível ao regime, representada pelo partido único de oposição ao regime, o MDB.

O noticiário político de OESP reproduziria os trechos de inflamado discurso do deputado estadual da Guanabara, Edson Khair, do MDB, com o qual saudava o povo português, que naquele momento, via-se livre “dos grilhões que o detinham há mais de 40 anos” ¹⁷⁰. Publicaria também trechos de discursos sobre a Revolução dos Cravos proferidos na Câmara dos Deputados Federais. O mesmo expediente foi adotado por OG, porém, com destaques para alguns discursos de parlamentares que não abordados pelo matutino paulista e mesmo interpretação diversa quando se trata de um mesmo discurso ressaltado pelo OESP.

Marcos Freire, deputado emedebista por Pernambuco, teve, por exemplo, o seu discurso destacado nas páginas de OESP, sobremaneira a parte em que relacionava o ocorrido em Portugal com uma possível defesa da convocação de uma assembleia constituinte no Brasil, com a qual se almejaria a realização de eleições gerais e livres. E teve destacada a sua afirmativa que, proferida da tribuna da Câmara Federal, a queda do regime português tinha “significação universal”, posto representar “a intervenção das Forças Armadas daquele país para restituir ao povo a sua soberania”, sendo, assim, “o

¹⁶⁹ *Folha de S. Paulo*, 27/04/1974.

¹⁷⁰ *O Estado de S. Paulo*, 27/04/1974.

que se via era o desenrolar de fatos históricos, mostrando que naquele país irmão a intervenção das Forças Armadas ocorreu para por fim a um regime de ditadura de meio século”¹⁷¹. Por sua vez, o OG ao reportar o discurso de Marcos Freire restringiu-se a informar que o deputado havia saudado a intervenção das Forças Armadas portuguesas, que haveriam atuado “para restituir ao povo a sua soberania”, bem como havia destacado que os primeiros sinais das reais boas intenções dos novos dirigentes de Portugal seriam a liberdade de imprensa anunciada nos próprios jornais portugueses¹⁷². Nenhuma informação ou transcrição do discurso do parlamentar em defesa da convocação de uma possível assembleia constituinte constaria no matutino carioca

As impressões do deputado Fernando Soares Lyra, igualmente representante do MDB e do estado de Pernambuco, também foram destacada por ambos os matutinos. OG destacou o fato de Lyra abordar e citar em seu discurso as manchetes de diversos jornais portugueses e brasileiros, todas alusivas ao desaparecimento da censura na imprensa lusitana, fato que dava conta das intenções dos novos dirigentes lusitanos, além da disposição deles em convocar uma assembleia constituinte, através de eleições diretas, “para que o povo seja governado pela fórmula tradicional da democracia”. Esta, a seu ver, se caracteriza pelo voto universal e secreto. Afirmaria ainda que os homens que assumiram o poder em Portugal demonstram “a vocação de servir ao povo com leis dele emanadas, o que é altamente significativo para a sociedade daquele país”¹⁷³. Em OESP, as declarações do deputado estariam centradas em outro aspecto: o da paz mundial e do avanço das democracias. Interpretação do jornal percebida pelo fato de a matéria destacar o seguinte trecho do discurso de Lyra:

“Num mundo com guerras e anúncios de derrotas de regimes democráticos, onde se sobrepõem as ditaduras, quando se fala em fim da ditadura portuguesa, os democratas, aqueles que nasceram com a vocação de servir ao povo, mas a ele obedecendo, ficam alegres e felizes quando veem ou leem manchetes como as de hoje”.¹⁷⁴

O combativo deputado Lysâneas Maciel, do partido da oposição, também expressaria sua satisfação com a queda do regime salazarista. Nas páginas de OESP, mereceu destaque a esperança do congressista em um mundo mais aberto à democracia, tal qual aos votos de esperança no fim do retrógrado colonialismo lusitano. O matutino

¹⁷¹ *O Estado de S. Paulo*, 27/04/1974.

¹⁷² *O Globo*, 27/04/1974.

¹⁷³ *O Globo*, 27/04/1974.

¹⁷⁴ *O Estado de S. Paulo*, 27/04/1974.

paulista salientaria do discurso do parlamentar do MDB a seguinte consideração dele: “ainda estão bem vivas no mundo todo, as palavras dos chefes da ditadura portuguesa, ora derrubada, proclamando que o povo estava em paz e a nação marchava firmemente na conquista dos objetivos nacionais permanentes”, lembrando assim que Portugal ainda caminhava lentamente para a consecução da democracia plena. Em OG, seria assinalado que o deputado mineiro apontou o fato de que os regimes de força, fossem de esquerda, fossem de direita, sentem naturalmente a necessidade de proclamar a ordem e a paz: “Ontem era Portugal; hoje é a União Soviética, onde os intelectuais não têm oportunidade de manifestar o seu descontentamento e suas críticas (...)”. Assim, embora o discurso do deputado tivesse centrado no caso português, OG ressaltaria a parte em que ele mencionara a supressão da liberdade na antiga União Soviética, talvez tentando reforçar a sua preocupação que com o fim do regime ditatorial lusitano pudesse aflorar em Portugal o modelo político socialista, uma vez que as forças políticas de esquerdas regressavam ao país e influíam nos rumos da política.

A utilização de fontes pouco usuais para tratar da repercussão da Revolução nos meios políticos e diplomáticos nacionais dar-se-ia por um curto período, já que o reconhecimento oficial do novo governo lusitano por parte do governo brasileiro se deu de maneira bastante rápida. Assim, os órgãos midiáticos nacionais passariam a divulgar as impressões oficiais à respeito deste reconhecimento, ilustrando aos seus leitores quais os procedimentos diplomáticos adotados e qual o impacto político deste reconhecimento.

O noticiário da FSP informava que o governo brasileiro havia decidido continuar normalmente suas relações diplomáticas com Portugal e que, com esta decisão, tornava-se o primeiro país a reconhecer a Junta de Salvação Nacional. Explicitava que o reconhecimento havia se dado de maneira tácita, no momento em que o governo brasileiro acusou o recebimento de uma nota da Embaixada de Portugal, a qual anunciava a constituição da Junta Militar que, dentro de três semanas, procederia com a escolha de um governo provisório. E acrescentava que, menos de uma hora depois da apresentação da nota, o embaixador interino do Brasil em Lisboa dirigiu-se à sede da Chancelaria portuguesa e entregou a nota-resposta brasileira, concluindo, desta forma, o reconhecimento oficial do novo governo instituído em Lisboa. A rapidez da resposta indicou, segundo os meios diplomáticos consultados pelo matutino, que o governo brasileiro já estava decidido a reconhecer a Junta de Salvação Nacional, “não apenas

porque o novo governo de Lisboa se implantara em bases consistentes como também em função das relações especiais que existem entre os dois países”¹⁷⁵.

Ao tratar do reconhecimento da Junta Militar portuguesa pelo governo brasileiro, o JB noticiaria que o Brasil tornava-se o primeiro país a reconhecer o “inspirador movimento que pôs fim aos 42 anos de ditadura salazarista em Portugal.”¹⁷⁶. No noticiário de OG divulgava-se que a nota portuguesa havia sido enviada simultaneamente, via telex, à Embaixada brasileira em Lisboa e ao Itamaraty. Também afirmava que a nota-resposta do governo brasileiro fora entregue à chancelaria portuguesa pelo encarregado de Negócios Brasileiros, ministro Antonio Frantinato Neto, e que, ao recebê-la, o próprio chefe do Departamento Político da Chancelaria portuguesa, embaixador Freitas Cruz, afirmou estar “muito contente pelo fato de o Brasil ter sido o primeiro país em todo o mundo a reconhecer o novo Governo de Portugal”¹⁷⁷.

A edição de OESP ressaltaria que o reconhecimento fora o mais rápido na história das relações internacionais no Brasil e que o fato deste se dar através do encarregado de Negócios brasileiros em Portugal, justificava-se pelo fato do ministro Antonio Frantinato Neto estar temporariamente à frente da representação diplomática do Brasil, uma vez que o novo embaixador, general Carlos Alberto Fontoura, ainda não havia assumido suas funções¹⁷⁸. Além disso, o matutino da família Mesquita seria o único dentre os órgãos da imprensa nacional a publicar a íntegra as notas trocadas entre as representações diplomáticas dos dois países.

Complementando o noticiário relativo ao reconhecimento do governo português por parte do governo brasileiro, os periódicos nacionais também abordariam o tema em editoriais e colunas, recorrendo ainda à opinião de especialistas para ajudar a ilustrar aos seus leitores os antecedentes do processo diplomático. Desta forma, seria publicado pelo JB um extenso artigo assinado por Afonso Arinos de Melo Franco, no qual era relacionado o posicionamento do governo brasileiro no momento do reconhecimento com as posições históricas do país, além de uma extensa abordagem histórica do colonialismo lusitano. Neste artigo, dentre outros esclarecimentos, Afonso Arinos salienta que já em 1961 havia previsto a queda do Estado Novo salazarista como consequência dos erros portugueses no Ultramar e que o posicionamento do governo

¹⁷⁵ *Folha de S. Paulo*, 28/04/1974.

¹⁷⁶ *Jornal do Brasil*, 28/04/1974.

¹⁷⁷ *O Globo*, 28/04/1974.

¹⁷⁸ *O Estado de S. Paulo*, 28/04/1974.

brasileiro no rápido reconhecimento do novo governo português estaria bastante relacionado com este fato ¹⁷⁹.

Percebe-se que, em decorrência da rapidez com que tomou corpo a eclosão revolucionária e que, conseqüentemente, findou-se o regime salazarista, processaram-se uma confusão de informes advindos do território português em relação aos primeiros fatos ocorridos naquele país nos momentos iniciais da Revolução dos Cravos. Neste sentido, para além da celeridade com que tomou corpo a Revolução Lusitana, acrescenta-se o fato de o controle da informação ter sido um dos pilares do movimento revolucionário português, que, ao controlar os meios de comunicação portugueses e emitir através destes seus primeiros comunicados, contribuiria com a profusão e o desencontro de informações. Tendo a confusão informativa proveniente do território português atingido até mesmo as grandes agências noticiosas internacionais, foi possível verificar nas editorias internacionais dos órgãos da imprensa brasileira, além da imprecisão em alguns momentos dos primeiros noticiários por esta elaborados, a busca por fontes alternativas para noticiar os fatos relativos aquele dia 25 e dos seguintes. A grande imprensa brasileira recorreria, assim, à informes das agências noticiosas portuguesas, à informações proferidas por diplomatas, além das informações oficiais emitidas pelo MFA através do rádio e da televisão portuguesa para a composição destes primeiros noticiários. Não por acaso, a maioria dos periódicos transcreviam documentos e manifestos dos revolucionários portugueses ou excertos destes. Recurso que servia para que se reforçassem nas páginas desta imprensa o sentido implícito que se esperava que o leitor viesse a se apropriar ao se informar sobre o fato, isto é: os objetivos e princípios erguidos em Portugal naquele momento eram os mesmos que estes alguns destes órgãos almejavam e que ambicionavam ver apropriados pela população brasileira com sentido de oposição ao regime militar.

O mesmo sentido pode ser notado no expediente, amplamente utilizado por todos os órgãos analisados nesta dissertação, pautado em fornecer em suas páginas elementos de conhecimento histórico acerca de Portugal, e acerca das raízes históricas da revolução portuguesa. Expediente este que fez-se válido e necessário dado que fatos contemporâneos portugueses há muito não recebiam destaque nas páginas dos órgãos noticiosos brasileiros. Com igual intenção estes órgãos ampliaram o noticiário com viés explicativo ao traçar esboços biográficos das principais lideranças do MFA, dos líderes

¹⁷⁹ *Jornal do Brasil*, 28/04/1974.

da esquerda portuguesa que regressavam do exílio e até mesmo das lideranças do regime deposto.

Com a utilização destas informações foram compostas as primeiras páginas dos matutinos e da revista *Veja* ocupadas com o noticiário da Revolução Lusa, onde destaca-se a ampla utilização de imagens e termos reveladores nas manchetes que as acompanhavam. Analisando este destaque gráfico à luz da dupla conceituação proposta por Chartier, é possível notar que as impressões destas páginas encetavam diversas representações; representações estas que buscavam, ao mesmo tempo, legitimar o movimento revolucionário português e esquadrihar similitudes para com o ambiente político brasileiro, fazendo com que os leitores se apropriassem destas representações e compreendessem que, parte dos órgãos desta imprensa, ansiava por mudanças políticas semelhantes no território brasileiro.

Comparativamente, o destaque dado ao fim da ditadura salazarista, da retomada do caminho democrático em Portugal e ao retorno dos direitos civis naquele país, expressavam anseios liberalizantes de parte desta imprensa, sobretudo nos órgãos que ainda conviviam com a censura prévia e que ambicionavam, há muito, que se extinguissem as práticas de censura e demais práticas do autoritarismo, aplicadas no Brasil a partir de 1964.¹⁸⁰ Buscando legitimar estes anseios, o noticiário de alguns destes órgãos – com destaque para o publicado em OESP, ainda sob censura prévia – daria destaque para o discurso de parlamentares da oposição brasileira, demonstrando à seus leitores que, ainda que indiretamente, o regime militar poderia ser contestado.

Ao divulgar que em Portugal extinguíam-se os aparatos de censura do regime salazarista, os periódicos brasileiros analisados, sem exceção, reproduziram em suas páginas este dado, destacando-o e encetando representações particulares ao fato. Ao tratar deste ponto noticiário, cada um dos periódicos analisados, com aproximações e distanciamentos, denotariam particularidades no fato; particularidades devidas, sobretudo, ao fato de cada um destes periódicos conviver naquele período com a censura em escalas diversas. Sendo o órgão com maior proximidade com o regime, OG ressaltaria que, dentre os primeiros propósitos da Junta de Salvação Nacional portuguesa, destacava-se a restituição das liberdades aos portugueses, sem adentrar, ao menos nos primeiros momentos da eclosão revolucionária, na seara da censura.

¹⁸⁰ Ainda que o fechamento do regime militar brasileiro tenha se dado, sobretudo, a partir de 1968 com a decretação do quinto Ato Institucional, desde o primeiro Ato proclamado em 1964, as liberdades civis foram, paulatinamente, sendo cerceadas.

A mesma postura de apoio ao regime militar pode ser denotada nas páginas da FSP, chegando o matutino a colaborar diretamente com práticas repressivas do regime, conforme evidenciado por Kushnir (2004) e já salientado no primeiro capítulo desta dissertação. Apesar do apoio dispensado aos militares brasileiros, as reformulações estruturais por que passaria o matutino na década de 1970, com o ingresso de intelectuais de variadas vertentes entre seus colaboradores, aliados ao clima de abertura política encetada naquele ano de 1974 possibilitariam que o matutino trouxesse à suas páginas ocupadas com o noticiário lusitano, notícias acerca do fim da prática censória em Portugal. Desta forma, seria impresso em suas páginas editorial elaborado pela agência francesa AFP, no qual se destacava uma imagem então surpreendente: grupos de operários se reunindo livremente nas ruas de Lisboa para ler um jornal que, “pela primeira vez em 50 anos”, circulava sem que uma só página fosse censurada.

No JB, ainda às voltas com a censura, aplacada sobremaneira sobre o trabalho de seus colunistas e chargistas, o destaque à respeito do fim da censura prévia em Portugal fora denotada logo na primeira página, destacando trecho do primeiro pronunciamento de Spínola, onde o general prometera promover a plena liberdade de expressão à seus compatriotas. Ademais, destacava que os matutinos e vespertinos lisboetas saíam às ruas sem censura, o que surpreendia até mesmo aos produtores do noticiário lusitano, já desacostumados com a função jornalística.

No noticiário de OESP e de *Veja*, órgãos midiáticos brasileiros que ainda conviviam com a censura prévia em suas redações e que, não obstante o principiar do projeto de abertura política iniciado naquele ano, ainda veriam diversas de suas edições podadas pela tesoura da censura, publicações a respeito do fim da censura em Portugal receberiam maior amplitude no destaque gráfico de suas páginas. Desta forma, OESP destacaria em suas páginas as primeiras proclamações da JSN no sentido da abertura política portuguesa e do fim dos arbítrios da censura naquele país. O matutino reforçava tal fato ao publicar em sua primeira página ocupada com o noticiar da Revolução uma radiofoto da agência UPI, na qual via-se um leitor português folheando um exemplar do jornal lisboeta *A Capital*, destacando que, naquele momento, este circulava livre de qualquer forma de censura.

A revista *Veja* também repercutiria com grande ênfase a retomada da liberdade de expressão nos órgãos midiáticos portugueses, demonstrando aos seus leitores o que definira como dramático reencontro dos profissionais da imprensa lusitana com sua “quase esquecida profissão”. Ao entrevistar João Gomes, então redator do matutino

República, o semanário destacaria as peculiaridades e curiosidades dos afazeres dispensados para a composição dos primeiros noticiários livres da imprensa portuguesa: relatou o redator que, quando já marcavam-se meio-dia do dia 25 de abril em Lisboa e a movimentação dos soldados já demonstrava a vitória do movimento revolucionário, surpreendentemente, este recebera uma ligação do Serviço de Censura em Lisboa, reclamando o envio das provas tipográficas, ao que este teria questionado abertamente, “vocês ainda estão aí?”. Neste momento, a queda do regime já estava praticamente consumada, e, destacaria *Veja*, já não haveria mais espaço para censura, posto já terem os jornalistas lusitanos embarcado na aventura de escrever, pela primeira vez em mais de quarenta anos, notícias sobre o que realmente se passava no país. A par das demonstrações de perplexidade e do clima festivo que se encerrava nos afazeres dos jornalistas portugueses, *Veja* noticiaria ainda as manifestações populares de apoio ao MFA e, conseqüentemente, de repúdio ao regime deposto. Assim, destacava que, dentre os muitos prédios de organizações do governo deposto que foram assaltadas durante a onda de euforia popular, o Departamento de Censura era um dos que não fora considerado digno de qualquer proteção militar. Assim, os arquivos desta instituição teriam sido “alegremente saqueados” pela população portuguesa. Neste sentido, fora notório que um órgão noticioso ainda às vistas com a censura prévia destacasse o rápido findar da censura em Portugal, inclusive com as manifestações de repúdio da sociedade portuguesa para com o órgão responsável por tal prática, denotando assim que esta população, ou ao menos parte desta, estava ciente de que a prática recorrente a impedia de conhecer a realidade política do país em sua totalidade; a revista criaria assim, sentidos de leitura próprios à seus leitores, demonstrando que nem toda a realidade nacional poderia ser criticada nas páginas do semanário.

Ainda que os órgãos midiáticos demonstrassem abertamente o findar da censura em Portugal, este material seria publicado em suas páginas sem que passassem pelo crivo da censura. No entanto, ao menos uma referência bibliográfica, ainda que pautada pelo tom memorialístico, aponta que a divulgação da Revolução Portuguesa na imprensa brasileira foi objeto da censura. Neste sentido, é ilustrativo o depoimento de Ewaldo Dantas Ferreira, concedido em entrevista a Letícia Nunes para o Observatório da Imprensa. Como Dantas Ferreira havia trabalhado para o *Jornal da Tarde*, pertencente ao mesmo grupo detentor de OESP, com a incumbência de fazer a cobertura jornalística dos primeiros desdobramentos da Revolução dos Cravos, ele pode vivenciar

a interferência da censura do regime militar em relação a pontual informe sobre aquele quadro político português:

[...] Portugal recebeu a notícia da chegada do novo embaixador brasileiro, o general Carlos Alberto Fontoura, que deixara no Brasil a função de responsável pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). O povo português não sabia o que era o SNI e foi informado que era a PIDE do Brasil. O primeiro despacho que mandei, registrando o movimento de indignação provocado até nas ruas de Lisboa e outras cidades, foi recolhido pessoalmente pelo censor de plantão no *Jornal da Tarde*. Todos sabem que, naquele tempo dos Cravos, o Estadão e o *Jornal da Tarde* eram os dois jornais brasileiros que tinham censores dentro da redação. Mas ao receber a minha nota sobre a reação à chegada do novo embaixador brasileiro, o censor pegou o despacho e foi embora com ele no bolso. Ruy Mesquita notou, telefonou para Lisboa contando o fato e me instruiu: ‘O jornal não vai publicar nada mas você continue cobrindo tudo sobre o assunto. O governo precisa saber’. A coisa continuou assim. A informação essencial ao interesse da sociedade civil deste país que chegava à redação era censurada. O censor a seqüestrava e a levava ao conhecimento do poder censor, que precisava dela. Um raro flagrante da irracionalidade e da ignomínia que a censura é.¹⁸¹

Com base em tal depoimento, fica evidenciada, além da existência de censura no noticiário da revolução portuguesa, a preocupação dos órgãos censores em informar-se dos ocorridos em solo português. Denotavam-se assim, mais do que as nuances da censura aqui praticada, as estratégias utilizadas por órgãos noticiosos cerceados. As afirmações de Ruy Mesquita, então diretor do *Jornal da Tarde*, e que foram lembradas por Ferreira atestavam que, ainda que o vespertino não fosse publicar o noticiário remetido por este repórter, o jornal continuaria a buscar as informações, não assumindo os desmandos da censura então praticada.

Corroborando o fato de a censura ter agido sobre os órgãos do grupo, outras matérias produzidas pela editoria internacional de OESP sobre o contexto da Revolução lusitana apresentaram-se como tendo sido censuradas. Em 04 de junho de 1974, os leitores do matutino se deparariam, em meio ao noticiário internacional, com versos do poeta brasileiro Vicente de Carvalho, os quais abordavam uma reflexão sobre os olhos verdes da mulher amada. Complementavam os versos de Carvalho a publicação de outros produzidos por Camões, também relacionados ao olhar feminino. Tal publicação poderia passar despercebida aos olhares não habituados para com o procedimento astuto do matutino, que num gesto de provocação aos arbítrios do regime militar substituíra o

¹⁸¹ Memórias de um repórter em Portugal. Entrevista com Ewaldo Dantas Ferreira. Disponível em:

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=274MCH002>. Acesso em 10/2010.

conteúdo impedido de ser publicado pelas odes românticas, mas muitos de seus leitores, habituados com a prática, perceberiam a utilização do recurso, ou seja, da mão da censura naquele noticiário. Para o pesquisador, além do conhecimento da prática substitutiva, ampliam-se as possibilidades de entendimento daquele expediente o fato de o acervo digital disponibilizado recentemente pelo matutino permitir comparar a parte com os versos com a que seria publicada, não fosse o trabalho do censor.

Assim, fica-se sabendo que no caso da edição acima mencionada o noticiário internacional de OESP teria publicado matéria sobre as recepções negativas em Lisboa para com a indicação do general Carlos Alberto da Fontoura para a embaixada brasileira em Portugal. Recepção negativa que se dava pelo fato de se tornar conhecido do público português que o general brasileiro indicado para o cargo havia sido diretor do Serviço Nacional de Informações (SNI). Situação que não era apreciada em Portugal, posto que por lá prosseguia a perseguição aos antigos membros dos órgãos do regime deposto que se assemelhavam ao brasileiro. Assim, a publicação buscava explicar aos leitores que para os portugueses:

“Não se compreende a manutenção da escolha do embaixador do Brasil em Portugal, o general Fontoura. Por mais que isto custe a um forte setor dos meios oficiais brasileiros, as coisas mudaram em Portugal”. É o que afirma o jornal *Expresso*, associando-se à campanha lançada contra o diplomata brasileiro, que deverá entregar suas credenciais ao governo português na sexta-feira. “Vivemos agora – prossegue o jornal – em democracia e a maioria dos portugueses está disposta a não consentir na instauração de qualquer regime totalitário, por mais disfarçado que seja. O governo brasileiro deveria ter levado em consideração a irreversível aceleração histórica de que Portugal se beneficiou nos últimos 40 dias, designando para servir em Lisboa alguém que entendesse a situação portuguesa”.¹⁸²

Além desta publicação, foi possível perceber mais duas semelhantes no noticiário internacional de OESP. No dia 01 de dezembro de 1974, ao tratar da visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil a Lisboa, o jornal teve o intento de publicar que buscando evitar manifestações populares hostis, “como as ocorridas em maio, na chegada do embaixador brasileiro”, as autoridades locais teriam tomado uma série de rigorosas medidas de segurança visando a proteção do chanceler brasileiro durante sua permanência em Portugal.¹⁸³ Por fim, em julho do mesmo ano, no noticiário nacional

¹⁸² *O Estado de S. Paulo*, 04/06/1974, p. 08. Para consulta ao material censurado e seus correspondentes não publicados ver o acervo digital de OESP, disponível em www.acervo.estadao.com.br

¹⁸³ *O Estado de S. Paulo*, 01/12/1974.

do periódico, a censura aplacou-se pelo fato de, no relato jornalístico de uma entrevista, o matutino ter afirmado que o partido de sustentação do regime militar, a ARENA, não admitiria comparações com Portugal ou com a Grécia, e ainda que “muitos deputados” acreditassem ser igualmente necessário que o Governo Geisel assegurasse o respeito às liberdades fundamentais do homem e a garantia da liberdade de imprensa.¹⁸⁴

É possível afirmar, assim, que as notícias relacionadas à Revolução dos Cravos e seus desdobramentos políticos que foram cerceadas foram as que, versando sobre a indicação do novo embaixador brasileiro em Lisboa e acerca da repercussão negativa de tal indicação, estariam relacionadas mais ao panorama político interno do país do que aos fatos ocorridos em Lisboa. Assim, cremos que a divulgação plena da Revolução dos Cravos e de suas vicissitudes no noticiário internacional da imprensa brasileira deu-se, sobretudo, por interesse dos próprios militares que conduziam o processo de abertura política no Brasil, evitando censurar o material jornalístico produzido neste contexto, mesmo quando prenhe de sentidos singulares e que denotavam similitudes para com o campo político nacional. Neste sentido, os militares que então conduziam o processo de distensão buscavam acautelar e demonstrar aos seus pares que a distensão lenta, segura e gradual poderia ser a alternativa possível para que deixassem o poder de maneira incruenta, evitando que a população civil o fizesse pelo signo do revanchismo.

¹⁸⁴ *O Estado de S. Paulo*, 30/07/1974.

CAPÍTULO 3

**EXEMPLOS PORTUGUESES: REPRESENTAÇÕES DA
EBULIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS
NA IMPRENSA BRASILEIRA**

3.1 – A África invade a pauta - o processo de independência das colônias portuguesas

Em meados da década de 1970, a editoria internacional da grande imprensa brasileira passou a ocupar suas páginas com quantidade considerável de material jornalístico versando sobre o continente africano, sobremaneira material jornalístico relacionado aos países africanos de língua portuguesa. É fato que, desde meados dos anos de 1960, o assunto ‘África’ já figurava no noticiário internacional da imprensa brasileira, sobretudo em razão da eclosão das guerras pela independência de alguns países africanos que, até então, se encontravam sob o jugo colonial português. Mas fora no ano de 1974 que países africanos de língua portuguesa passam a ser destaque de maneira ímpar no noticiário internacional da grande imprensa no Brasil.

Em abril de 1974, com a eclosão da Revolução dos Cravos vislumbra-se, tanto em Portugal quanto na África, a perspectiva de independência imediata das colônias portuguesas naquele continente, posto que as guerras coloniais, se não o único, eram um dos principais motivos do movimento militar lusitano contra o regime salazarista. E a imprensa brasileira, já então concatenada aos acontecimentos portugueses, passa a dedicar em seu noticiário as vicissitudes da descolonização com maior ênfase, relacionando este processo com a Revolução portuguesa. Ademais, passava a tratar e emitir análises às medidas da política externa brasileira, não sem perder de vista o panorama da política interna do Brasil.

Em editorial, publicado ainda nos primeiros dias da Revolução Portuguesa, o JB, por exemplo, aventava a possibilidade de o Brasil tornar-se o mediador nas novas relações entre Portugal e seus “territórios ultramarinos”, utilizando ainda a denominação portuguesa para suas colônias africanas. Apesar de, neste primeiro momento, não haver uma confirmação oficial dos meios diplomáticos nacionais, aquele editorial comentava que embaixadores e diplomatas brasileiros estariam satisfeitos com os novos rumos da política portuguesa, agora conduzida por militares com maiores afinidades com a política externa brasileira do que se notava no governo salazarista. Dentro desse enfoque, aparentavam, para estes setores da diplomacia consultados pelo matutino, serem favoráveis as perspectivas para o início de uma ampla e profunda participação brasileira no trabalho diplomático de aproximação entre portugueses e africanos, cujo

fim maior seria o de buscar a independência das cinco nações africanas de língua portuguesa¹⁸⁵.

De uma maneira geral, este posicionamento favorável à participação do governo brasileiro, pelas vias da diplomacia, no principiar do processo de independência das colônias africanas, foi perceptível em todos os órgãos da grande imprensa brasileira.¹⁸⁶ E esta posição pode ser compreendida dentro de dois pontos de vistas distintos, porém complementares. Em primeiro lugar, sob o ponto de vista da reprovação da prática do colonialismo, pois, compreendida como uma prática retrógrada, sendo adotada pela imprensa brasileira pelo menos desde o princípio da década de 1970. Ademais, aquele posicionamento era retroalimentado pela nova orientação da política externa do regime militar, definida sob as bases do pragmatismo responsável e ecumênico, objetivando, por exemplo, uma maior aproximação do Brasil com os países do Oriente Médio e da África, além de países do bloco socialista europeu e da China.

Desta maneira, os grandes órgãos de jornalismo no Brasil passariam a noticiar, com bastante ênfase, o processo de independência das colônias portuguesas na África, não somente noticiando, mas, também, comentando todo o longo processo que findou o império colonial lusitano. Neste sentido, ao avaliar os processos reconhecimento destas independências por parte da diplomacia brasileira, os órgãos midiáticos analisados ponderariam acerca da nova política externa brasileira, tecendo e emitindo críticas à esta, de maneira direta e indireta. A partir de abril de 1974, com a mudança dos rumos na política colonial portuguesa, até novembro de 1975, data da proclamação e do reconhecimento da independência de Angola pelo governo brasileiro, a discussão sobre o fim do colonialismo passa a contar com amplo espaço na editoria internacional dos órgãos da grande imprensa brasileira. Temáticas que serão abordadas amplamente naquele período, muitas vezes extrapolando os espaços usualmente utilizados pela editoria internacional destes órgãos.

No período entre o levante revolucionário português e a primeira proclamação de independência, os maiores órgãos noticiosos brasileiros buscaram informar, seus leitores, de variadas formas sobre as bases do colonialismo lusitano e como ele havia influenciado na tomada do poder pelos militares lusitanos. Assim, o jornal OG publicaria longa entrevista com Gilberto Freyre, na qual o intelectual discorre sobre os

¹⁸⁵ *Jornal do Brasil*, 28/04/1974.

¹⁸⁶ Segundo leituras das edições dos cinco órgãos enfocados na pesquisa, compreendidas no período de 04/1974 a 06/1975.

problemas da colonização lusitana e da possível formação de uma comunidade multinacional de língua portuguesa, ideia defendida pelo intelectual ainda nos anos 1960¹⁸⁷. E o matutino de Roberto Marinho já havia destacado, na primeira página de edição publicada dias antes da divulgação de entrevista com Freyre, que o general Spínola havia anunciado, em seus primeiros pronunciamentos, a busca de solução política em detrimento da ação militar na resolução da guerra colonial. Embora ressaltasse que o chefe da Junta Militar não pretendesse, inicialmente, efetivar conversações com os líderes guerrilheiros¹⁸⁸. Com igual expediente, a FSP divulgava o mesmo anúncio do chefe da Junta de Salvação Nacional, porém, diferentemente de OG, afirmava que Spínola comentara “estar disposto a abrir o diálogo com os movimentos de libertação dos territórios africanos”, embora a matéria fosse concluída com a afirmação do general de que o problema colonial português somente pudesse ser resolvido “pelo consenso do país”.¹⁸⁹

A revista *Veja* também procurou situar o seu leitor para que entendesse o histórico das movimentações pela independência das colônias portuguesas na África, sem deixar de focar o vigente cenário político dos países que buscavam a autonomia. Desta maneira, seria publicada pelo periódico uma longa reportagem elaborada por Geraldo Mayrink, um dos editores do periódico e atuando, na ocasião, como enviado especial à primeira colônia lusitana que aparentava alcançar a independência, a Guiné-Bissau.

Mayrink iniciava seu relato com uma passagem de um discurso proferido por Salazar ainda em 1968, no qual o antigo líder português afirmava não ser contra a independência dos povos africanos, mas que acreditava que esta deveria ocorrer quando estes estivessem preparados para recebê-la, ou seja, “provavelmente dentro de uns trezentos ou quinhentos anos”. E detalhava que seis anos depois do discurso do ditador e com o retorno à democracia, o governo português investia esforços para a emancipação do território da Guiné-Bissau, por meio de uma reunião pacífica ocorrida, em luxuoso hotel de Londres, entre representantes do governo lusitano e do Partido pela Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). E ressaltava que tal fato apresentava um forte indício de que “os centênios de espera imaginados por Salazar” poderiam ser drasticamente reduzidos há poucas semanas. Além disto, acrescentava que no pequeno território português, onde os acontecimentos aparentavam se precipitar com

¹⁸⁷ *O Globo*, 05/05/1974.

¹⁸⁸ *O Globo*, 27/04/1974.

¹⁸⁹ *Folha de S. Paulo*, 27/04/1974.

desconcertante rapidez, em um ritmo mais frenético até do que era vivenciado em Lisboa, dado que “em apenas quatro semanas, a população local viu a libertação de seus presos políticos, fez alegremente suas primeiras greves, ganhou três novos partidos”, consolidando, dessa forma, a “posição de colônia que mais perto chegou da independência”¹⁹⁰.

Desta forma, seria noticiado na imprensa brasileira que a primeira colônia portuguesa a obter a independência seria a Guiné-Bissau, apesar de que o jugo colonial já tivesse sido declarado extinto, em 1973 e de maneira unilateral pelos movimentos guerrilheiros locais. A imprensa brasileira historiava aos seus leitores que naquela ocasião, o país africano teria sua independência política reconhecida por mais de 80 nações do continente africano, de diversos países do bloco socialista e demais países contrários ao colonialismo. Também não deixava de enfatizar que, ainda assim, Portugal manteve seus retrógrados vínculos colonialistas sobre o país africano, vindo a reconhecer a Guiné-Bissau enquanto nação independente somente após a Revolução dos Cravos, mais precisamente em setembro de 1974¹⁹¹.

A mídia brasileira, apesar de divulgar o processo de reconhecimento e de independência da Guiné-Bissau, não proporcionaria ao fato grande destaque em suas páginas. Isto se deveu em razão da ocorrência de acontecimento envolvendo outra colônia lusitana. No dia 07 de setembro de 1974, quando o chanceler português Mário Soares e o líder da Frente de libertação de Moçambique (FRELIMO), Samora Machel, assinaram em Lusaka, na Zâmbia, um acordo estabelecendo que Moçambique se tornaria independente a partir de junho de 1975, colonos brancos do país se revoltariam. Estes invadiram a prisão central moçambicana, libertando cerca de duzentos antigos agentes da PIDE, além de ocuparem também a emissora de radiodifusão local, através da qual passariam a divulgar proclamações contrárias a FRELIMO¹⁹². Na FSP, o relato do cronista e jornalista Rubem Braga, enviado especial do jornal à capital de Moçambique, trazia informações sobre os tensos momentos iniciais daquela revolta, como o assalto a dois jornais, os quais, explicava o enviado, não tinham sido empastelados por conta da ação policial, e a tomada da Rádio Clube de Moçambique¹⁹³.

¹⁹⁰ *Veja*, 05/06/1974.

¹⁹¹ Segundo leituras das edições dos cinco órgãos enfocados na pesquisa, publicadas no mês de setembro de 1974.

¹⁹² *O Estado de S. Paulo*, 08/09/1974.

¹⁹³ *Folha de S. Paulo*, 08/09/1974.

Assim, o anúncio da independência da Guiné-Bissau, em 10 de setembro, se dará ainda em meio aos protestos dos colonos brancos de Moçambique, os quais seriam controlados apenas naquela data. Ainda assim, a imprensa brasileira divulgou que o presidente Spínola havia iniciado com sucesso e de maneira breve o processo de desarticulação do império colonial português na África, ao assinar a declaração que concedia plena e total independência à República da Guiné-Bissau. No noticiário de OESP era destacado que a breve cerimônia daquele ato se realizara “no salão azul do Palácio de Belém”, tendo ela durado apenas dez minutos, sem que discursos fossem feitos, ademais: “Com expressão suave, Spínola ouviu a leitura do breve documento, assinou em três vias e, em seguida, cumprimentou os representantes da Guiné”¹⁹⁴. A FSP, igualmente ao OESP, destacaria a sobriedade e brevidade do evento que determinou o fim do domínio colonial português na Guiné. Contudo, informava que o ministro das Relações Exteriores de Portugal, Mário Soares, coerente com sua trajetória de lutas em favor da autodeterminação dos povos africanos, afirmara que se vivia “um momento histórico”, sem deixar de acrescentar: “Todos nós estamos muito comovidos. A luta acabou”. Este noticiário ainda detalhava que no território da Guiné-Bissau não houvera festas, pois o dia da independência estava estabelecido como 24 de setembro, data que no ano de 1973 os líderes rebeldes haviam unilateralmente proclamado, numa aldeia situada em plena selva, a autonomia política do país¹⁹⁵.

Nas páginas de *Veja* era afirmado que uma semana antes da assinatura do termo de independência, quando desembarcavam em Portugal cerca de dois mil soldados provenientes da Guiné-Bissau, já era possível declarar o fim do domínio colonial e da guerra “tanto para os soldados desembarcados como para outros milhares de companheiros seus que ainda aguardam o dia da partida na Guiné, com redobrada impaciência”. A matéria publicada pelo semanário, antes mesmo que se desse a proclamação oficial da independência daquele território africano, justificava que a autonomia dele já estava definida alguns dias antes, dado que o PAIGC e membros da Junta de Salvação Nacional haviam selado um acordo pela independência, realizado discretamente em Argel¹⁹⁶. Com a assinatura do acordo diplomático marcava-se o fim de treze anos de guerrilhas, durante os quais morreram milhares de soldados portugueses e guerrilheiros negros, bem como o início do desaparecimento do império

¹⁹⁴ *O Estado de S. Paulo*, 11/09/1974.

¹⁹⁵ *Folha de S. Paulo*, 11/09/1974.

¹⁹⁶ *Veja*, 04/09/1974.

colonial português. Este, no entanto, demoraria mais algum tempo para findar-se completamente.

Alguns dias após a independência da Guiné, o Brasil reconhecia o novo governo da Guiné-Bissau, ato concretizado por meio de um simples comunicado do governo brasileiro externando o seu apoio ao ingresso da nova república na ONU. Em tom explicativo, o noticiário do JB discorria para os seus leitores que naquele caso de reconhecimento, segundo as normas de convivência internacionais, bastava que a Chancelaria brasileira fizesse, em comunicado oficial, uma simples referência ao nome da República de Guiné-Bissau e apoiasse ao pedido desta para ingresso nas Nações Unidas, posto tal documento ter o valor correspondente ao de uma declaração de reconhecimento de Independência. E a matéria do matutino carioca não deixaria de destacar que o Itamaraty, de maneira bastante hábil, não havia, naquele documento divulgado, feito qualquer referência à Ilha de Cabo Verde, evitando, assim, a definição do Brasil quanto ao problema da inclusão ou não daquele território no processo de independência negociado pelo chanceler português Mário Soares com os representantes do PAIGC ¹⁹⁷.

Transcorridos nove meses da proclamação da independência da Guiné-Bissau, já em junho de 1975, Moçambique tornar-se-ia a segunda colônia portuguesa a obter a independência política. A guerra findou-se, de fato, com a assinatura dos chamados “Acordos de Lusaka”, em setembro de 1974. Nesse período foi estabelecido um governo provisório composto por representantes da FRELIMO e do governo português, até que no dia 25 de junho de 1975, seria proclamada oficialmente a independência do país.

A par da divulgação da proclamação da independência do território, órgãos da grande imprensa brasileira informavam quem eram os novos líderes de Moçambique, assim como era apresentado um histórico da nação africana. Assim, OESP, publicaria dois textos produzidos por seu “serviço especial”, em um dos quais denotava as características geográficas da nação africana, com destaque para suas riquezas naturais. No outro, de cunho biográfico, denotava a personalidade austera de Samora Machel, tido como um grande líder africano, ressaltando sua devoção ao marxismo. Na FSP, por meio de um *box*, eram apresentados dados históricos, geográficos, climáticos e populacionais do país, acrescidos de uma análise do panorama econômico da nova

¹⁹⁷ *Jornal do Brasil*, 15/09/1974.

nação, além de ter publicado um mapa da África com a localização de Moçambique para efeito de ilustração ao seu leitor. O JB utilizaria o mesmo recurso em seu noticiário, como já era habitual nas páginas do noticiário internacional do matutino¹⁹⁸. Tal expediente era utilizado, de forma ampla, em razão das colônias portuguesas africanas não serem, assim como Portugal, usualmente enfocadas no noticiário internacional dos periódicos nacionais antes da Revolução dos Cravos.

A partir do dia 25 de junho de 1975, Moçambique, então independente, passava a ser um dos assuntos mais abordados no noticiário internacional brasileiro. O noticiário de OESP informaria a seus leitores que quando os relógios mal passavam da zero horas de 25 de junho na Costa Oriental da África, nascia oficialmente a República Popular de Moçambique, delimitada como mais um Estado socialista de partido único, a FRELIMO. Noticiava-se também que sessenta mil moçambicanos e mil representantes de países estrangeiros lotavam o Estádio Machava – que ironicamente já havia sido chamado de Estádio Oliveira Salazar – para assistir a cerimônia em que a bandeira portuguesa seria arriada e substituída pela bandeira da República Popular de Moçambique, “amarela, negra, branca, vermelha e verde, tendo num canto uma roda dentada, em cujo interior há um livro, um fuzil, uma enxada e uma estrela de cinco pontas”. Estavam assim, encerrados 477 anos de domínio colonial português, que haviam começado no longínquo 10 de janeiro de 1498¹⁹⁹.

O noticiário da FSP ressaltaria que, após quase cinco séculos de dominação portuguesa, a independência moçambicana encetava um clima de festa no país. Destacou também a presença nas comemorações do primeiro-ministro português, Vasco Gonçalves, acompanhado somente por “delegações de 60 países”. Para mais, os enviados especiais do matutino informavam que havia sido decretado feriado nacional para que toda a população tomasse parte nas festividades previstas em Lourenço Marques, a capital do país que, assim que se concretizasse a independência política, passaria a ser denominada por seu nome africano: Can Phumo²⁰⁰.

O JB anunciaria, com grande destaque e em chamada de matéria em sua primeira página, que Moçambique, além de independente, tornava-se um país socialista. No corpo da matéria, assim como haviam feito os matutinos paulistas, informava aos seus leitores que aproximadamente cinquenta mil pessoas, reunidas no Estádio de Lourenço

¹⁹⁸ *Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Jornal do Brasil, 25/06/1975*

¹⁹⁹ *O Estado de S. Paulo, 25/06/1975.*

²⁰⁰ *Folha de S. Paulo, 25/06/1975.*

Marques, veriam a cerimônia pela qual a antiga colônia tornava-se então a mais nova República africana, de orientação socialista e partido único, a ser presidida por Samora Machel, o líder do movimento de libertação que por mais de 10 anos lutou contra Portugal. O noticiário do matutino carioca também ressaltava aos seus leitores que a cerimônia de proclamação do novo Estado, acompanhada por milhares de moçambicanos, não contaria com a presença de representantes de diversos países, que não foram convidados para a solenidade. Dentre os países não convidados, o matutino destacava os Estados Unidos, a França, a Alemanha Ocidental e o Brasil ²⁰¹.

A não participação brasileira nas comemorações da independência de Moçambique fora explicada aos leitores pelo JB em editorial, intitulado “Revés Diplomático”. Nele, salientava-se que, no dia em que nascia mais uma nação africana – com a particularidade de também ser falado o português nessa nação – tornava-se claro que seria aquele o momento ideal para reflexões acerca da política externa do país. E ainda que o regime adotado por Moçambique fosse o comunismo, o conceito de ecumenismo, verdadeiramente pragmático e diplomático, da política externa brasileira não veria problemas na identificação daquele país como um verdadeiro parceiro comercial. O editorial trazia também a consideração de que a diplomacia nacional, “por força das relações especiais com o Portugal salazarista”, não havia sido pragmática em relação aos territórios africanos. E explicava que a ausência de convite para o governo brasileiro participar dos eventos em Moçambique, deveria ser visto como “frutos do nosso grande equívoco histórico diplomático na África Portuguesa” ²⁰².

Igualmente em editorial, o jornal OESP analisaria o mesmo fato, porém com um viés bastante diverso de o JB. Afirmaria o matutino paulista que “em lugar de convidar o governo brasileiro”, o novo governo moçambicano “preferiu convidar uma delegação do Partido Comunista Brasileiro, ilegal”, o que, para OESP, era considerado uma afronta à soberania nacional. E, ponderava o matutino, se a nossa diplomacia fosse realmente pragmática, “chegaria à conclusão de que Moçambique, independente, não se orienta para o Brasil, mas para o bloco comunista e para o Portugal em via de comunização (sic)”. Além disso, teceria críticas diretas à indiferença demonstrada pela diplomacia brasileira em relação a Portugal, à socialização paulatina de Moçambique e Angola, declarando que o governo brasileiro deveria compreender “que esta política de ‘pragmatismo responsável’ é bem mais perigosa para o país do que a infiltração

²⁰¹ *Jornal do Brasil*, 25/06/1975.

²⁰² *Idem*.

comunista na imprensa [do Brasil]”²⁰³. Tema que, ao lado da ideia do ‘entrismo comunista’, ou seja, da agregação de políticos comunistas no MDB com o fim dos focos guerrilheiros da esquerda armada brasileira, ganharia vulto na comunidade de informação e repressão do regime militar. Direcionamento da repressão que levaria inclusive à morte, em outubro de 1975, do jornalista e militante comunista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI de São Paulo.²⁰⁴ Com tal editorial, OESP, já sem a vigência da censura prévia em sua redação, conseguira aliar diretamente tema do cenário internacional e da política externa brasileira a assunto preocupante da política interna brasileira, sobremaneira por ele existir em momento que o processo de Abertura do governo Geisel já se encontrava em aplicação.

Além das críticas encetadas pelo matutino em seu editorial, ele abria espaço para divulgar críticas e apoios que Machel destacara em seu discurso de posse. Ao focar este, OESP destacaria que o presidente empossado havia condenado as igrejas cristãs, consideradas por ele como “sanguessugas do colonialismo”, criticando especialmente a Igreja Católica, sobremaneira por ter dado “respaldo a colonialistas e imperialistas na opressão popular”. O noticiário exporia ainda que, no mesmo dia, havia chegado à capital Lourenço Marques uma mensagem em português enviada por Paulo VI a Samora Machel, na qual o papa desejava “prosperidade e paz à nova nação”, conclamando os católicos de Moçambique a “colaborarem com lealdade e generosidade na construção de um novo Estado”²⁰⁵.

Curiosamente, o noticiário da FSP, ao abordar o mesmo tema, ressaltaria que Machel, em discurso, reiterara que em Moçambique continuaria a existir liberdade de culto, deixando claro somente que o Estado estaria totalmente separado das igrejas²⁰⁶. De certa maneira, é lícito pensar que o destaque destas informações por ambos diários paulistas talvez tivesse o propósito de deixar claro ao leitor que o novo governo apesar de comunista não tinha a intenção de seguir o modelo soviético em tudo, além de denotar características próprias da sua luta. E pode-se pensar também que no caso da matéria de OESP servia para alertar como poderiam ser considerados num momento de democratização brasileira os membros da Igreja que se calavam ou se omitiam diante do

²⁰³ *O Estado de S. Paulo*. 26/06/1975.

²⁰⁴ Para mais informações ver: FICO, C. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão.in: Delgado, L.; Ferreira, J. (orgs.) *O Brasil republicano - o tempo da ditadura*.Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004; SILVA, Francisco Carlos T. Crise da ditadura militar e o processo de aberturas políticas no Brasil, 1974-1985. in: Delgado, L.; Ferreira, J. (orgs.) *O Brasil republicano - o tempo da ditadura*. vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

²⁰⁵ *O Estado de S. Paulo*. 26/06/1975

²⁰⁶ *Folha de S. Paulo*. 26/06/1975.

arbítrio e repressão do regime militar, apesar de alguns setores daquela já engrossarem a resistência à ditadura vigente no Brasil.

Em longa análise da formação do quadragésimo terceiro país africano, *Veja* destacaria trechos do discurso de posse de Machel que seria apresentado como “ex-enfermeiro preterido em concurso público por ser negro”. Destacava as particularidades da luta a qual o presidente eleito colocaria o seu governo, uma vez que ele anunciara o caráter antirracista e anticolonialista do novo governo, além do apoio aos “movimentos da maioria negra na África do Sul, Namíbia e da Rodésia”²⁰⁷.

Em decorrência de ter dedicado grande espaço em seu noticiário internacional para o considerava como o avanço do comunismo em Portugal, o jornal OG pouco enfocaria o eventos relacionados à independência de Moçambique. Todavia, em editorial, o matutino de Roberto Marinho alertava para os possíveis perigos das estratégias da diplomacia brasileira, pautadas na aproximação do governo com os países comunistas, enquanto que no plano interno, com o propósito da distensão, se possibilitariam aos simpatizantes da ideologia de esquerda uma notável gama de possibilidades de ação política²⁰⁸.

O editorial de OG, assim como o de OESP, aliava, de forma direta, tema internacional e da política externa brasileira a assunto da política interna, porém, enquanto o diário paulista não endossava a preocupação de setores do regime militar com a propalada infiltração de membros do ilegal PCB na imprensa e no MDB, o carioca parecia endossar aquela preocupação, apesar dos primeiros passos rumo ao processo de Abertura de Geisel.

Já a independência de outra nação africana sob o domínio português ficaria em segundo plano na imprensa brasileira como um todo. Assim, quando o pequeno arquipélago de Cabo Verde tornava-se independente, pouco se noticiaria sobre o fato, isto em decorrência de graves atritos entre o governo argentino e trabalhadores em greve e por conta do agravamento de crise política em Portugal. Assim, o terceiro processo de independência concedido por Portugal a território africano seria tratado de maneira esparsa e limitada pelos periódicos brasileiros.

O noticiário de OESP salientaria que, apesar de o novo Estado africano ter uma pequena superfície de quatro mil quilômetros quadrados, esta era considerada de grande importância estratégica, por estar situada no centro de rotas aéreas e marítimas entre a

²⁰⁷ *Veja*, 02/07/1975.

²⁰⁸ *O Globo*, 26/06/1975.

África e a América. Assim, os dois fatos mais destacados pelo periódico seriam o de o secretário-geral do Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), o militante Aristides Pereira, ter sido naquela data eleito presidente da República, tal qual o presidente da Comissão Nacional do PAIGC para as ilhas de Cabo Verde, Pedro Pires, ter sido o escolhido para o cargo de primeiro-ministro. Esclarecia o noticiário que a escolha dos dois dera-se por meio de uma Assembleia Nacional Popular, convocada no país um mês antes das cerimônias de independência. Além disso, destacava que o presidente Geisel havia congratulado a independência do país, enviando nota ao presidente eleito do novo país africano. Nela, Geisel manifestava a esperança de que, “com base nas afinidades existentes”, se estabelecesse imediatamente “uma amistosa e frutífera colaboração entre os dois países”. Além disto, o Itamaraty aproveitava a menção de felicitação para designar o embaixador brasileiro em Guiné-Bissau, Joayrton Martins Cahu, para representar o Brasil nas solenidades de independência do país²⁰⁹.

Também foram publicados noticiários semelhantes nas páginas de OG e da FSP, salientando que apesar de independente Cabo Verde ainda não havia decidido a respeito da integração com a também recém-independente Guiné-Bissau, já que haviam se unido na luta contra o domínio colonial português²¹⁰.

O processo que findaria o domínio colonial português na quarta colônia portuguesa na África seria igualmente pouco noticiado pela imprensa brasileira, fato também devido a outros acontecimentos que ocupariam grande espaço nas editoriais internacionais dos periódicos. Assim, em meados de julho de 1975, em meio ao período que ficaria conhecido como Verão Quente, em Portugal, com a radicalização política e em data próxima a do abandono do Partido Socialista Português do governo lusitano, seria anunciada, de maneira breve, a independência do arquipélago de São Tomé e Príncipe. Além da crise portuguesa, outro tema ligado diretamente a Portugal tomaria as páginas da imprensa nacional, relegando a independência do arquipélago ao segundo plano. A crescente onda de violência que se espalhava por Angola, território então ainda dividido entre três grupos guerrilheiros que buscavam a independência do país e o domínio político do país.

Desta forma, em pequeno quadro, os leitores de OESP seriam informados da independência de São Tomé e Príncipe, marcada por festejos em praça pública acompanhados por milhares de pessoas, aos mesmos moldes do que fora visto nos

²⁰⁹ *O Estado de S. Paulo*, 05/07/1975e 06/07/1975.

²¹⁰ *Folha de S. Paulo*, 06/07/1975.

demais países africanos que alçaram a independência naquele período. Nesta solenidade, a administração do país seria entregue a Manuel Pinto da Costa, político que seria presidente do estado insular até 1991, retornando ao cargo em agosto de 2011. Em relação à cerimônia de posse, destaca-se naquele noticiário que Portugal seria representado por seu primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, mas que este decidira, em consequência do agravamento da crise política no seu país, permanecer em Lisboa ²¹¹.

Destaca-se o fato de que em todos esses países, imediatamente após o término das relações coloniais, formarem-se governos de orientação socialista, alinhados à União Soviética e ao bloco socialista. Para os órgãos da grande imprensa nacional, neste primeiro momento, com a exceção das críticas ao posicionamento brasileiro em relação à independência de Moçambique, não aparentava haver contradição no fato de o governo brasileiro reconhecer a independência e buscar certo o estabelecimento de relações comerciais com países que demonstravam mais que simples simpatia pelos ideais comunistas, enquanto que no campo político interno as atividades dos partidos e organizações de tendência socialista e comunista se encontravam proibidas ²¹².

Assim, de uma maneira geral, demonstrando apoio a política externa nacional, órgãos de imprensa, cuja tendência política já era sabidamente liberal e anticomunista, publicaram mais análises positivas em relação ao reconhecimento destes países africanos e a aproximação do Brasil para com estes, e mesmo aos países da OPEP, do que apreciações negativas. No entanto, a supremacia de análises positivas emitidas pela grande imprensa brasileira não tardaria a ser abalada. Com o reconhecimento do governo independente de Angola, alguns órgãos daquela imprensa passaram a tecer e emitir críticas diretas aos rumos da política externa do governo brasileiro, atacando do mesmo modo a figura do principal mentor desta nova orientação política, o então ministro das relações exteriores Antonio Francisco Azeredo da Silveira.

O processo de independência angolano carrega uma série de particularidades, quando comparado com os demais países africanos de língua portuguesa que naquele momento se viam livres do jugo colonial. Diferentemente dos demais, o território angolano encontrava-se, ainda em 1975, dividido entre três grupos guerrilheiros – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e o Movimento Popular de Libertação de

²¹¹ *O Estado de S. Paulo*, 13/07/1975.

²¹² Segundo leituras das edições dos cinco órgãos enfocados na pesquisa, publicadas entre setembro de 1974 e junho de 1975.

Angola (MPLA) –, os quais travavam embates constantes contra o exército português e também entre si. A independência do território fora proclamada pelo Alto Comissário e Governador-Geral de Angola, representado pelo almirante português Leonel Cardoso, o qual, em nome do Governo Português, transferira a soberania do país para o povo angolano, de forma efetiva a partir de 11 de Novembro de 1975. Com o território dividido entre as forças dos três movimentos guerrilheiros, a declaração unilateral de independência de Angola fora acompanhada pelos três grupos guerrilheiros. Como o MPLA detinha o controle da capital Luanda, este, aos olhos dos observadores internacionais, poderia vir a deter o poder no país.

O governo brasileiro, talvez ainda refletindo o episódio da exclusão do país nos festejos de independência de Moçambique e certamente baseado na política do pragmatismo responsável, estabeleceu relações rapidamente com o novo país africano, antes mesmo que os países do bloco socialista o fizessem e independente de o mesmo estar ainda fragmentado. O pronto reconhecimento da independência política de Angola pelo governo brasileiro pode e deve ser entendido dentro da lógica do pragmatismo responsável, que almejava a aproximação do país com o maior número possível de mercados consumidores e de produtores de petróleo, independente de sistemas políticos. Mas este reconhecimento pode ser entendido também sob mais um aspecto, bastante particular.

Anteriormente à declaração de independência, formou-se em Angola um governo de transição, composto por membros dos três grupos guerrilheiros e por oficiais do exército português. A revista *Veja*, em longa matéria sobre a independência e o pronto reconhecimento brasileiro ao novo governo marxista angolano, atentava para o fato de que a decisão nada mais foi que o prosseguimento da política iniciada em fevereiro daquele ano de 1975, quando o governo brasileiro designou uma representação especial junto ao governo de transição instalado em Luanda. Proclamada a República Popular de Angola pelo MPLA, aquela representação transitória deixaria de existir automaticamente. No entender dos repórteres e redatores da revista, caso o governo brasileiro optasse pelo não reconhecimento do governo liderado MPLA, a medida significaria não apenas romper formalmente com este Movimento, como também em suprimir o único vínculo diplomático existente entre os dois países. Essa ruptura seria, no entender de fontes da chancelaria ouvidas por *Veja*, um duro golpe para a política africana traçada pelo presidente Geisel e pelo chanceler Azeredo da Silveira. Afirmava ainda, reproduzindo uma frase eufórica do diretor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos

do Conjunto Universitário Cândido Mendes que: “onde Portugal errou, nós acertaremos”; e que no Itamaraty, não haveria motivos para duvidar dessa previsão. Ademais, tratava os rumos da nova política externa em um tom elogioso, beirando a adulação, sugerindo que a data do reconhecimento brasileiro do novo governo angolano poderia ser comemorada, no futuro, como o “Dia do Pragmatismo Responsável”, desde que a história das relações internacionais, ainda por ser escrita, viesse a dar razão ao patrono da nova política externa brasileira, chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira²¹³.

No noticiário da FSP também é possível perceber que o reconhecimento de Angola foi entendido como uma medida positiva. Para o matutino, o reconhecimento do governo angolano dava-se em observância as normas da convivência internacional, esclarecendo ainda a seus leitores que a nota do Ministério das Relações Exteriores, a qual definia o reconhecimento, era explícita no fato reconhecimento de Angola como nação independente não implicava na identificação do MPLA como o poder final instalado em Luanda. Na elaboração deste noticiário, o matutino reproduziu, inclusive, a nota expedida pelo ministério das relações exteriores, na qual tornavam-se claros os posicionamentos brasileiros. A publicação enaltecia o propósito brasileiro de fortalecer os vínculos naturais que existem entre os dois países e também esclarecia que o posicionamento do governo brasileiro, ao adotar posição de respeitar escrupulosamente o processo político interno daquele país²¹⁴.

No entanto, a positividade da ousada medida diplomática do governo brasileiro se manteve restrita à revista *Veja* e FSP. O matutino carioca JB, em editorial, afirmaria que, em razão dos rumos políticos que se delineavam no novo governo, a independência angolana por si só não autorizaria compromissos brasileiros, sobretudo os firmados de maneira apressada. Salientava ainda que o reconhecimento imediato até pudesse ser entendido como uma forma de compromisso com um dos prováveis governos dentre os três possíveis na multifacetada politicamente angolana, entretanto, a imediata consequência deste ato estaria no fato de vislumbrar-se uma violação ao próprio princípio da não intervenção em assuntos internos ainda a serem esclarecidos, o que contrariava a própria nota de reconhecimento emitida pelo Ministério das Relações

²¹³ *Veja*, 19/11/1975.

²¹⁴ *Folha de S. Paulo*, 11/11/1975.

Exteriores e as últimas medidas adotadas pelo governo Geisel no campo da política externa ²¹⁵.

A mesma linha de raciocínio pode ser notada nas publicações de OG, o qual, apesar do seu constante alinhamento com as políticas do regime militar, não deixara de emitir notas claras e críticas àquela medida diplomática e, até mesmo, ao próprio chanceler Azeredo da Silveira. Dez dias após o reconhecimento de Angola pelo governo brasileiro, o editorial de OG, assinado por seu editor-redator-chefe, Roberto Marinho, criticava os desvios do Itamaraty no reconhecimento ao governo angolano, bem como outros pontos da diplomacia brasileira que “aproximavam o país da esquerda totalitária e nos afastavam de amigos históricos” ²¹⁶.

Porém, muito mais incisivas do que as críticas e comentários produzidos pelo JB e OG foram os emanados pelo OESP. Neste, a independência de Angola foi descrita como um acontecimento melancólico, com o qual o povo português poderia espelhar-se para redobrar seus esforços no sentido de instaurar uma verdadeira democracia, objetivo que se encontrava supostamente “ameaçado pelas ambições desmedidas de dois títeres de Moscou”, Álvaro Cunhal, líder do partido comunista em Portugal, e Agostinho Neto, principal liderança do MPLA em Angola.

Um dia após o reconhecimento brasileiro da independência angolana, OESP, em editorial intitulado “Mexicanização da Diplomacia” – cujo título faz alusão as medidas políticas e diplomáticas do presidente mexicano Luís Echeverria – afirma, em texto carregado de ironia, que a atuação do chanceler Azeredo da Silveira teria sido capaz de aprimorar a política de pragmatismo ecumênico a tal ponto que não mais se poderia “distingui-la da política externa independente que procedeu a Revolução [de 1964] e que foi executada por duas figuras tão expressivas da nacionalidade, como Jânio da Silva Quadros e João Belchior Marques Goulart”. O matutino ainda imprimiria neste mesmo editorial, severas críticas ao chanceler brasileiro e a sua gestão, afirmando que eles aparentavam considerar o pragmatismo responsável como algo histórico, mas que tal orientação diplomática muito pouco ilustrava “os valores e as tradições da nacionalidade”. Valendo-se novamente das comparações com os modelos políticos adotados no passado por Jânio Quadros, João Goulart e o então vigente governo mexicano de Echeverria, o editorial teceu críticas diretas ao modelo político e econômico do Brasil, questionando se a nova prática da diplomacia brasileira não

²¹⁵ *Jornal do Brasil*, 12/11/1975.

²¹⁶ *O Globo*, 18/01/1975.

carregava objetivos políticos escusos e ainda mais amplos, como, por exemplo, “o de seduzir os círculos esquerdistas do País e do mundo por meio de um ‘*progressismo*’ diplomático e, deste modo, desviar-lhes a atenção da política econômica conservadora ou dos rigores de um regime forte, da espécie das democracias dirigidas”.

E o texto do editorial trazia ainda referências comparativas entre o “*progressismo* de Jânio Quadros” e a nova orientação da política externa coordenada por Azeredo, criticando também a política econômica conservadora do presidente Geisel, cujo maior representante talvez fosse a política estatizante daquele governo, contra a qual o matutino já havia efetuado grandes críticas em edições anteriores. Ao citar a ideia de possível aproximação com uma democracia dirigida, o matutino evoca novamente os valores nos quais se apoiava o governo de Luiz Echeverria no México, o qual travestia de democracia seu regime extremamente centralizador. E, por fim, no editorial era ressaltado que a medida da diplomacia brasileira era ainda mais desconcertante quando se analisava a divisão política de Angola entre os três grupos guerrilheiros e o fato de a independência do país ter sido declarada de maneira unilateral, sendo assim, a atitude do governo brasileiro o comprometia com apenas um terço das forças dominantes angolanas²¹⁷.

Ademais, as críticas às medidas diplomáticas do Brasil em relativas à Angola emergiam em outros espaços de OESP que não o dedicado a opinião do matutino ou noticiário internacional. Em matéria publicada na parte destinada à política interna, o jornalista Carlos Conde afirmaria, corretamente, que o Brasil havia ficado durante longos anos fora da África, votando favoravelmente a Portugal em todas as resoluções da ONU, as quais condenavam o colonialismo português, mas que, naquele momento, demonstrava impaciência, almejando chegar entre os primeiros em Angola. Expediente que, para Conde, revelava que a diplomacia brasileira jogava todas as cartas na mesa de um jogo que, segundo os melhores analistas, realmente entraria em sua etapa decisiva. E o jornalista concluía que, com o reconhecimento do governo implantando em Luanda, o Brasil abandonara o princípio de equidistância que vinha mantendo em relação aos três movimentos que disputam o poder em Angola²¹⁸.

Assim, pode-se perceber que o noticiário a respeito da independência de Angola seria, mais do que a abordagem a qualquer outro tema, o que a grande imprensa permitira aliar diretamente o noticiário internacional ao nacional, sempre emitindo,

²¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 12/11/1975.

²¹⁸ *Idem*.

inclusive de forma direta, críticas à política brasileira. Há de se destacar que a extinção da censura prévia aos órgãos de imprensa – com a exceção de *Veja*, cuja incomoda presença do censor em suas redações seria extinta somente em 1976 –, as possibilidades de se efetuarem críticas ao regime militar se tornavam maiores. No entanto, mesmo no ano de 1976, quando já encontravam-se todos os órgãos pesquisados livres de censura prévia, a intensidade das críticas é menor do que a verificada no período do reconhecimento angolano.

3.2. Primeiras tensões políticas – apreensões e avaliações da imprensa brasileira durante o Segundo e o Terceiro Governo Provisório.

Em julho de 1974, Portugal assistiria a passagem do Primeiro Governo Provisório para o Segundo. Ao se analisar o noticiário ocupado com as transições portuguesas do momento posterior à Revolução dos Cravos pode-se afirmar, comparativamente, que aquela transição não representou um acontecimento traumático para o povo português.

Nos dias que antecederam a queda do primeiro-ministro, a imprensa brasileira já repercutiria possíveis crises em solo lusitano. O JB reproduziria entrevista do secretário-geral do Partido Comunista português, Álvaro Cunhal, concedida à revista alemã *Der Spiegel*. Nela, Cunhal afirmaria que considerava muito improvável uma contrarrevolução em Portugal, sobretudo “no estilo chileno”, mas reconhecia o constante perigo representado pela direita. Não sem esclarecer que para ele as comparações entre a rebelião militar chilena, de 1973, e a portuguesa nada tinham em comum, a não ser o fato de terem sido levadas a cabo pelo Exército. E concluía que, apesar de breves momentos de crise, nada tiraria Portugal dos trilhos da democracia ²¹⁹. A FSP noticiava que, em princípios de julho de 1974, os jornais portugueses *República* e *A Capital* teriam sido multados pela Junta sob alegação de violação deles da então recém-criada Lei de Imprensa. Segundo o noticiário, a Comissão de Imprensa, encarregada de zelar pela aplicação da lei, afirmara que ambos os jornais publicaram com “inexatidões” uma notícia sobre a detenção de dois jovens oficiais, fato que

²¹⁹ *Jornal do Brasil*, 02/07/1974.

provocou protesto de grupos esquerdistas, gerando possíveis momentos de instabilidade no país ²²⁰.

A primeira crise realmente sentida pelo governo provisório português seria precipitada quando da nomeação de um ex-ministro de Marcello Caetano para o cargo de representante lusitano nas Nações Unidas. A indicação do professor José Veiga Simão, provocou a ira de alunos de Medicina da Universidade de Coimbra, os quais repudiaram a indicação em nota e protestos. A indicação de Veiga Simão foi também criticada pelo Partido Comunista, “por considerá-lo como fator de descrédito internacional”. O Partido Socialista emitiria nota, sem citar o nome do professor Simão, através da qual solicitava ao Governo Provisório que proibisse, ainda que temporariamente, a nomeação para cargos oficiais de “personalidades comprometidas com o regime fascista”, noticiaria o JB ²²¹.

A este incidente, somavam-se os primeiros boatos segundo os quais era iminente a renúncia, por motivos de saúde, do primeiro-ministro Adelino Palma Carlos. Ainda que a notícia houvesse sido desmentida oficialmente, os rumores da demissão de Palma Carlos já circulavam entre as fontes informativas da imprensa internacional situada em Lisboa desde o dia 25 de abril. Segundo estas fontes, consultadas pelo JB, o primeiro-ministro já teria afirmado ao presidente Spínola que lhe era impossível governar efetivamente com um Gabinete integrado por ministros de linhas políticas tão divergentes umas das outras. No mesmo dia em que os órgãos de imprensa brasileiros noticiavam a possibilidade de queda do primeiro-ministro, por motivo de saúde ou de incompatibilidade política, o mesmo tomaria a dianteira e apresentaria sua renúncia ao presidente Spínola ²²².

No dia seguinte, os jornais brasileiros anunciavam a renúncia em suas manchetes, fato tido pelos periódicos como um grande agravante para a crise que, na análise deles, se instalara em Portugal. Assim, a edição da FSP, destacava em sua primeira página, em letras garrafais, a instalação da crise no governo de Portugal, além de destacar o fato de que Palma Carlos e mais quatro ministros apresentaram suas renúncias, aceitas pelo presidente Spínola. Salientava a matéria do matutino paulista que todos os ministros renunciantes pertenciam aos partidos do centro ou eram políticos independentes, como era o caso do primeiro-ministro. OG anunciava que, segundo observadores, a renúncia

²²⁰ *Folha de S. Paulo*, 05/07/1974.

²²¹ *Jornal do Brasil*, 09/07/1974.

²²² *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, 11/07/1974.

de Palma Carlos podia ser considerada a mais séria ameaça à estabilidade do Governo, desde o golpe militar de 25 de abril. E informava que circulavam em Portugal versões ventilando a hipótese de que os representantes socialistas no Gabinete, entre eles o chanceler Mário Soares, poderiam também renunciar a seus cargos ²²³.

Aos jornalistas estrangeiros presentes em Lisboa, Palma Carlos limitar-se-ia a dizer que os motivos de sua decisão estavam expostos em carta enviada ao presidente Spínola. O JB afirmava que a renúncia fora solicitada por causa de divergências de Palmas Carlos com o Conselho de Estado, órgão que deteria o poder de veto sobre decisões do Executivo. O matutino carioca anunciava que tal informação procedera do Ministério da Informação, sendo, desta forma, informação oficial. Para mais, noticiava que boatos sobre a iminente renúncia circulavam em Lisboa há cerca de uma semana, mas haviam sido sistematicamente desmentidas pelos círculos oficiais de informações dos militares portugueses ²²⁴.

No dia subsequente ao da renúncia do primeiro-ministro e dos quatro outros membros do governo provisório, o general Spínola, em reunião com o ministro demissionário, solicitaria a este que formasse imediatamente um novo gabinete. Segundo apurou o noticiário de OESP, Palma Carlos, entretanto, apresentaria diversas exigências, entre as quais “a realização de eleições nacionais o mais cedo possível, para legitimar o processo de democratização do país.” Além disso, exigiu ainda a promulgação de uma Constituição provisória e mais poderes para seu Gabinete, “a fim de desvinculá-lo da tutela dos militares que derrubaram o regime salazarista”. Segundo a análise presente no noticiário do matutino, as imposições de Palma Carlos dificilmente seriam aceitas pelos jovens oficiais do Movimento das Forças Armadas, os quais haviam conduzido Spínola ao poder ²²⁵. No noticiário do JB seria denotado que já existiriam rumores de que a crise seria mais profunda de que aparentava, já que, segundo o matutino carioca, Spínola estaria de acordo com a concessão de mais liberdade de ação ao premiê, ainda que oficialmente sua posição não fosse conhecida ²²⁶.

Transcorrido mais um dia, a realidade política portuguesa sofreria, mais uma vez, uma notável alteração. Após convidar o primeiro-ministro renunciante para a formação de um novo gabinete para a condução do país e, assim, formalizar seu desejo de mantê-lo no governo – e notar que este cogitava um golpe contrarrevolucionário de caráter

²²³ *O Globo*, 10/07/1974.

²²⁴ *Jornal do Brasil*, 10/07/1974.

²²⁵ *O Estado de S. Paulo*, 11/07/1974.

²²⁶ *Jornal do Brasil*, 11/07/1974.

palaciano (AUGUSTO, 2011, p. 89) – o general Spínola surpreenderia a opinião pública ao anunciar a dissolução completa do gabinete, demitindo os dez ministros que ainda ocupavam seus postos, assim como também seriam excluídos de seus cargos todos os secretários e subsecretários de Estado do Governo Provisório. Segundo noticiaram os periódicos nacionais, Spínola prometera anunciar, no prazo de um dia, a formação de um novo governo de coligação, o qual poderia ser chefiado por um militar e aproveitara o ensejo para rebater rumores de que o novo governo poderia “inclinarse para a direita”²²⁷.

No entanto, em discurso proferido a marinheiros, em uma cerimônia promovida em uma base naval de Lisboa, Spínola anunciaria a gravidade da situação portuguesa, declarando aos soldados que “a pátria está enferma e em perigo (...) neste momento difícil de nossa historia, Portugal deverá uma vez mais sua sobrevivência e sua liberdade às Forças Armadas”²²⁸. Assim, neste contexto de incertezas, seria criado por meio de decreto, o Comando Operacional do Continente (COPCON), estrutura de comando militar responsável pela Região Militar de Lisboa e que seria bastante importante nos acontecimentos posteriores, no chamado “Verão Quente”.

Neste momento de incertezas em Portugal, o JB publicaria um editorial em que efetuava um balanço dos primeiros meses da Revolução Portuguesa, esclarecendo aos seus leitores que a queda do primeiro governo provisório não constituiria grave crise. Afirmava-se, ao contrário que, “extraordinário seria se, após sacudir um jugo de quase meio século e de dar uma amplitude ideológica total ao primeiro Gabinete, não surgissem situações como esta”. Colocando-se como um entre os muitos “amigos de Portugal”, o matutino carioca ressalta, em seu editorial, que depositava esperança de que “o espírito de coragem e de generosidade que presidiu ao golpe militar de 25 de abril” não perdesse suas virtudes fundamentais. Assim, esperava o matutino que o novo gabinete português “mantivesse o funcionamento da democracia em Portugal”²²⁹.

O anúncio oficial da constituição do novo governo português se daria de maneira fracionada, em dois dias. Assim, no dia 13 de julho, a Junta de Salvação Nacional portuguesa anunciara, por intermédio do presidente Spínola, que o Coronel Vasco Gonçalves seria o novo primeiro-ministro do país. O enviado especial do JB, Araújo Netto, caracterizaria a escolha de Gonçalves como uma surpresa, até mesmo para o mais

²²⁷ *O Estado de S. Paulo*, 12/07/1974.

²²⁸ *Idem*.

²²⁹ *Jornal do Brasil*, 13/07/1975.

bem informado dos analistas. Ainda assim, noticiava que este formaria um novo governo de coalizão, contando com a participação de democratas, socialistas e comunistas. E finaliza informando que o coronel, em uma de suas poucas aparições públicas, indicara ainda que “alguns camaradas militares serão incluídos no Ministério”²³⁰.

Ao mesmo tempo em que se anunciava a escolha do premiê lusitano, a imprensa brasileira divulgava que o ex-primeiro-ministro, Adelino de Palma Carlos, havia formado o primeiro partido de oposição em Portugal desde a deposição do regime salazarista. O Partido Social-Democrata, de centro-esquerda, buscava, segundo a análise de observadores consultados pelos órgãos, atrair milhares de eleitores situados politicamente um pouco à direita do centro e, talvez, alguns conservadores constitucionais²³¹. Em todos os acontecimentos em solo lusitano após o 25 de abril, a velocidade com que se tomavam decisões impressionava os observadores da imprensa estrangeira. Assim, no anúncio da possível constituição do novo governo português, liderado pelo Coronel Vasco Gonçalves, já se noticiava que não se incluiriam representantes do partido que mal havia se formado em Lisboa. No entanto, em entrevista a agências noticiosas internacionais, o novo primeiro-ministro anunciava que, provavelmente, admitiria em seu gabinete representantes da democracia popular, bastante próximo ideologicamente do novo partido de Palma Carlos. E, embora o novo partido não houvesse definido totalmente qual seria sua linha de atuação, também se noticiava que, em sua condição de membros da oposição, Palma Carlos e seus seguidores, teriam liberdade para censurar o governo.

Poucos dias após o anúncio do coronel Vasco Gonçalves como primeiro-ministro português, seria anunciada a constituição efetiva do novo ministério. Para o jornal OG, o gabinete aparentava ser de coalizão, com tendências de centro-esquerda. Ressaltando que, através de pronunciamento divulgado em rede nacional de rádio e televisão, o presidente Spínola havia afirmado que o segundo gabinete teria naturalmente sua autoridade reforçada, já que era dirigido “pelo homem que foi o cérebro do Movimento das Forças Armadas e o principal responsável pela elaboração de seu programa de Governo”²³².

²³⁰ *Jornal do Brasil*, 14/07/1974.

²³¹ *O Globo e Jornal do Brasil*, 13/07/1974.

²³² *O Globo*, 18/07/1974.

Ao contrário, OESP definia que o novo governo português seria, notadamente, de orientação esquerdista, destacando que o próprio Gonçalves afirmara estar esperançoso em “refletir a crescente influência esquerdista dos jovens oficiais que promoveram o golpe militar do dia 25 de abril”. Esta declaração do coronel Gonçalves, proclamada dias antes do anúncio do novo gabinete, além de ser utilizada pelo matutino para corroborar sua análise, fora propositadamente colocada em destaque na primeira página. Ademais, o noticiário de OESP caracterizou o novo primeiro ministro como uma figura austera, enfatizando últimas declarações dele em que dirigira duras críticas ao rádio e à televisão de Portugal – controlados pelo governo – por noticiarem divergências dentro das Forças Armadas. Pouco depois, segundo OESP, um “locutor de televisão”, em nome daqueles meios de comunicação, pedia desculpas públicas ao primeiro-ministro, salientando que: “Não podemos apresentar sempre a objetividade que desejamos. Sentimos que, provavelmente, fomos muito longe”²³³.

No noticiário do JB, em concordância com os votos de esperança no novo governo que haviam sido demonstrados em editorial poucos dias antes, o que se viu impresso a respeito do novo governo foi um noticiário pontual, com poucas análises sobre os posicionamentos políticos dos novos membros do governo português. O destaque principal do diário carioca em relação aquele fato centrava-se na composição do novo gabinete, integrado por sete militares ligados ao Movimento das Forças Armadas. Assim, anunciava-se que o Gabinete constituía-se, a partir de então, por três socialistas, três independentes, dois membros do SEDES – uma associação cívica que congregava, principalmente, tecnocratas –, um comunista e um representante do Partido Popular Democrático (PPD), além dos sete militares. E salientava-se que os comunistas, apesar de terem perdido um cargo no novo Gabinete, passava a contar com a simpatia de um maior número de ministros militares²³⁴.

Com a escolha do novo gabinete, ao menos por um curto período, as disputas políticas e ideológicas em Portugal seriam reduzidas. Talvez o principal problema para o governo lusitano, no período, tenham sido as greves decretadas em diversas empresas estatais e privadas, como a TAP, *Jornal do Comércio* e pequena fábrica de confecções SOGANTAL, cuja ocorrência a mídia brasileira, ainda que sem grande destaque, publicaria em suas páginas. Além das manifestações dos trabalhadores, o que talvez possa ser definido como o momento de maior confronto durante o novo governo

²³³ *O Estado de S. Paulo*, 18/07/1974.

²³⁴ *Jornal do Brasil*, 18/07/1974.

ocorreria somente nas primeiras semanas de agosto de 1974. No dia oito deste, agentes da DGS, a antiga PIDE, encarcerados na Penitenciária de Lisboa, iniciam um motim, perdurando por dois dias. O noticiário da grande imprensa brasileira, no entanto, não chegaria a tocar no assunto da rebelião dos ex-policiais portugueses. Na mesma data do principiar da rebelião, outro fato da ordem internacional chamaria a atenção da imprensa mundial e brasileira, a qual dedicaria amplíssimo espaço em páginas: a renúncia do presidente norte-americano Richard Nixon, como já mencionado na parte final do primeiro capítulo desta dissertação.

Entre o final do mês de agosto e princípio de setembro de 1974, novos episódios conturbariam o ainda fragilizado campo político português, o que resultaria no seu retorno à pauta dos principais órgãos de imprensa nacionais. Ao fim de agosto, a FSP, assim como os outros órgãos analisados, anunciaria com grande evidência que o general Spínola havia ameaçado renunciar ao cargo, mas que fora dissuadido de “dar o passo decisivo que romperia o precário equilíbrio de forças em Portugal”. Na análise do matutino paulista, a efetivação daquele ato por Spínola, “que já tinha pronto seu discurso de renúncia”, deflagraria uma crise da qual, no complexo quadro político português, somente ele mesmo sairia vencedor. O matutino, em uma bem executada analogia, asseverava que era quase certo que, ainda nos primeiros dias de setembro, o general Spínola “atravessaria o Rubicão”²³⁵, “num gesto decisivo e destinado a levar de volta às suas mãos o poder real, que ele é obrigado a dividir, em ritmo crescente, com os jovens capitães do Movimento das Forças Armadas”. Segundo o noticiado pelo matutino, Spínola, em uma previsão otimista, buscaria conquistar plenos poderes no prazo máximo de uma semana, quando, então, o comandante português regressaria de sua temporada de férias²³⁶.

Na sequência das disputas pela primazia do poder político, já no dia 10 de setembro, o general Spínola, visando convocar o apoio dos setores mais conservadores da sociedade portuguesa que se viam excluídos do processo político, convoca o apoio da “maioria silenciosa”. Em resposta ao apelo do general presidente, surgem, na imprensa lusitana, notícias prevendo uma manifestação de apoio a Spínola, convocadas para o dia 28 de setembro. No período imediatamente anterior a esta manifestação, são

²³⁵ Referindo-se analogamente ao gesto do general e estadista Romano Caio Julio César, o qual atravessara o rio Rubicão e transgredir as leis do Senado. Decorre daí a expressão que pode significar “pensar grande”.

²³⁶ *Folha de S. Paulo*, 24/08/1974.

acirradas em Portugal as tensões entre facções de esquerda e direita. (SECCO, 2004, p. 264; CARVALHO, 1975, p. 76).

No noticiário dos órgãos de imprensa nacionais, a repercussão desta movimentação encetou grande noticiário e diversas análises, as quais refletiam o clima de crescente tensão do território português. OESP noticiava que o primeiro conflito entre manifestantes ocorrera ainda no dia 26 de setembro. Esta contenda fora levada a cabo durante uma corrida de touros, na qual estavam presente o general Spínola e o primeiro-ministro Vasco Gonçalves. Detalhava a matéria que: após um toureiro percorrer a arena empunhando um cartaz de apoio a Spínola, este e Vasco Gonçalves, “ignorando a presença de jornalistas”, iniciaram uma acalorada discussão; em seguida, uma banda executaria um hino comunista e, assim, aos gritos de “Morra Cunhal” e “Morra Spínola”, conservadores e esquerdistas entrariam em choque, deixando dezenas de pessoas feridas, enquanto outras eram presas²³⁷.

A FSP ao noticiar o acontecido definia ser aquele o primeiro choque violento de rua entre grupos de esquerda e direita em Portugal, mas que, apesar dos insultos terem se “degenerado em murros e pontapés”, a polícia da capital não detivera ninguém. Tal como a FSP, o diário carioca JB informaria que, apesar das crescentes tensões, o governo português havia autorizado a manifestação dos grupos de direita, contudo, os advertindo para não saírem “dos padrões da ordem e do civismo”, embora, pautando-se em analistas internacionais, previsse que, ainda assim, não se excluía a possibilidade de haver distúrbios durante o ato²³⁸.

Anunciado como furo de reportagem, o JB estamparia em manchete, com grande destaque, utilizando-se de seus maiores tipos, a notícia de que o general Spínola havia assumido a plenitude de poderes em Portugal, após uma reunião do Conselho de Ministros. E esclarecia aos leitores que a informação fora apurada ainda naquela madrugada pela agência noticiosa *France Presse*. Na matéria, noticiava-se que, já passados da meia-noite em Portugal, as instalações da Rádio Nacional haviam sido ocupadas por forças do Exército Lusitano, que interromperam as transmissões radiofônicas. Informava-se ainda que os jornais da capital haviam sido proibidos de circularem no dia seguinte, embora não fosse explicitado qual fora o motivador das medidas, aventava-se a possibilidade de choques decorrentes da manifestação de apoio

²³⁷ *O Estado de S. Paulo*, 28/09/1974.

²³⁸ *Folha de S. Paulo*, 28/09/1974 e *Jornal do Brasil*, 28/09/1974.

ao General Spínola ²³⁹. Além de o JB, OESP também publicaria matéria relativa ao assunto, corroborando que a informação procedera de “uma fonte segura” da agência francesa e que, “fontes fidedignas” afirmavam que nas últimas horas da noite do dia anterior, os pontos estratégicos de Lisboa já estavam sendo ocupados pelas Forças Armadas e ainda por grupos civis ligados à esquerda e que, armados, montavam barricadas nas ruas de Lisboa ²⁴⁰.

No dia seguinte, OG e a FSP traziam novos dados sobre aquele ocorrido em Portugal, assim como as edições do JB e de OESP voltavam ao assunto. Em OG era informado que, no dia anterior, as Forças Armadas Portuguesas haviam proibido a manifestação da “maioria silenciosa”, assinalando que a marcha seria um pretexto de forças reacionárias ligadas ao regime deposto para um possível golpe de Estado. Noticiava-se também que cerca de trezentas pessoas, possivelmente ligadas à ditadura salazarista, teriam sido presas na madrugada sob a acusação de liderar a tentativa de golpe ²⁴¹. A FSP corroboraria a notícia das prisões, inflacionando o número final de detidos para cerca de quatrocentas pessoas, sendo os presos classificados de “direitistas e conservadores”, entre os quais se encontravam personalidades de destaque, como o general Kaulza de Arriaga – fiel colaborador de Salazar e que havia sido passado para a reserva após a Revolução de Abril –, dois ex-ministros e um chefe de polícia do regime anterior e até mesmo um filho do ex-primeiro-ministro Marcello Caetano. Além de enfatizar que a operação que havia frustrado, “com rapidez e discrição”, o que podia ser considerado “um golpe direitista em Portugal”, concluía-se com a informação de que o presidente Spínola havia, por determinação da Junta de Salvação Nacional, cancelado a manifestação da “maioria silenciosa” ²⁴².

Assim, a imprensa noticiava a vitória do Movimento das Forças Armadas contra as forças reacionárias do país, sendo que as informações noticiadas com antecedência pelo JB e por OESP no dia anterior não se confirmariam somente em um ponto: a plenitude de poderes dada à Spínola naquela madrugada. Em análise publicada no JB, elaborada por seu enviado especial a Portugal, Walder de Góis, era confirmado que o “fortalecimento do MFA afetou a influência do presidente Antônio de Spínola e todo o sistema civil representado pelos partidos políticos que se organizaram na coalizão

²³⁹ *Jornal do Brasil*, 28/09/1974.

²⁴⁰ *O Estado de S. Paulo*, 28/09/1974.

²⁴¹ *O Globo*, 29/09/1974.

²⁴² *Folha de S. Paulo*, 29/09/1974.

governamental”²⁴³. Em OESP, a informação divulgada anteriormente seria retificada, salientando que o noticiário do dia anterior, fora, na verdade, uma tentativa por parte de Spínola de assumir plenos poderes. Baseando-se em “versões oficiais” do MFA, OESP afirmaria que o presidente da República portuguesa, após reunir-se Palácio de Belém com o primeiro-ministro Vasco Gonçalves e o general de brigada Otelo de Carvalho, subchefe do Comando Operacional do Continente, insistira para que se autorizasse a manifestação em seu apoio. E detalhava: como os dois se recusassem a concordar com a reunião popular, Spínola precipitou a crise, retendo-os no palácio; por intervenção do general Francisco da Costa Gomes, Spínola teria sido obrigado a libertá-los e a anunciar o cancelamento da manifestação da “maioria silenciosa”. E concluía que, com a detenção dos direitistas e o cancelamento oficial da manifestação por eles organizada, o panorama político português havia sido sensivelmente alterado, implicando no fortalecimento dos jovens oficiais do Movimento das Forças Armadas, sobretudo os ligados ao Partido Comunista e ao Socialista²⁴⁴.

Com o enfraquecimento do poder de Spínola, analistas da imprensa brasileira davam como certa sua queda ou renúncia. Em OG, anunciava-se que, após a grave derrota política que sofrera, Spínola estaria inclinado a pedir sua renúncia. Com base em “fontes oficiosas”, informava-se aos leitores do matutino que era então iminente a renúncia do presidente e que esta seria proclamada ainda naquele dia, tendo sido programado um discurso para as 10h daquele dia. Com base em fontes diplomáticas, o matutino da família Marinho divulgaria que haveria, inclusive, a possibilidade de a Junta de Salvação Nacional ser extinta e que três de seus membros já haviam renunciado em apoio à Spínola²⁴⁵. O noticiário de OESP demonstraria a existência de um clima advertidamente instável em Portugal e que os ares de guerra civil criados na capital portuguesa – dada a apreensão de diversas armas em veículos retidos nos arredores da cidade, inclusive num carro funerário, e a notícia de que seis veículos blindados e cinquenta soldados armados de metralhadoras protegiam a sede do governo – esperava-se a renúncia de Spínola em pouco tempo²⁴⁶.

A revista *Veja*, em matéria analisando o contexto político de Portugal com movimentação política de grupos de direita e de esquerda, afirmava que, na verdade, o clima de pré-golpe era vivenciado naquele país desde os primeiros dias de setembro

²⁴³ *Jornal do Brasil*, 30/09/1974.

²⁴⁴ *O Estado de S. Paulo*, 29/09/1974.

²⁴⁵ *O Globo*, 30/09/1974.

²⁴⁶ *O Estado de S. Paulo*, 30/09/1974.

quando, com a alusão de Spínola à necessidade de manifestação da maioria silenciada, “grupos de jovens de boa aparência” cobriram em poucas horas os muros de Lisboa com cartazes de apoio ao presidente, ao mesmo tempo em que “chuvas de panfletos eram lançadas sobre as cidades por pequenos aviões particulares.” Quanto ao recuo de Spínola no que tangia ao apoio à manifestação – solicitando em nota lida nas rádios portuguesas que esta manifestação não se realizasse – a matéria da revista interpretava como a prova mais segura de que o MFA retomava o controle da situação, bem como “a praticamente invisível tentativa golpista” havia sido sobrepujada com sucesso²⁴⁷.

Assim, no primeiro dia de outubro de 1974, os matutinos nacionais estampariam suas páginas com a notícia já esperada e aventada no dia anterior: Spínola havia renunciado. Para além da renúncia, seria destacado o pronunciamento do general, carregado de denúncias sobre o modelo político português.

Nesta direção, OG noticiava que o renunciado Spínola havia feito severas críticas ao governo do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, denunciando desvios no programa do Movimento das Forças Armadas e alegando que, “sob a bandeira de uma falsa liberdade”, se preparavam novas formas de escravidão em Portugal, numa clara alusão ao avanço das esquerdas²⁴⁸. A mesma denúncia seria reproduzida nas páginas de OESP, informando que, através de discurso em cadeia de rádio e televisão, Spínola havia criticado severamente o ambiente político, econômico e social português. Ademais, o matutino reproduziria um trecho do discurso do general demissionário, no qual, ao analisar a posição política do MFA, Spínola afirmaria que haveria “no espírito do MFA a ideia de promover a harmonia entre todos os credos políticos”, contudo, tal harmonia jamais seria alcançada enquanto, de um lado, os líderes de alguns partidos políticos fizessem “apelos ao senso comum” e, de outro, os grupos ativistas escolhessem “o caminho da guerra psicológica através dos principais órgãos de difusão e ainda por meio da violência”.²⁴⁹

OESP noticiaria ainda a substituição de Spínola pelo general Francisco Costa Gomes, chefe do Estado Maior das Forças Armadas, bem como, juntamente à Spínola, mais dois militares com cargos no governo haviam renunciado: o ministro da Defesa, tenente-coronel Mário Firmino Miguel, e o da Informação, major Sanches Osório. No noticiário da FSP, anunciava-se que a renúncia de Spínola marcaria o fim de um

²⁴⁷Veja, 02/10/1974.

²⁴⁸O Globo, 01/10/1974.

²⁴⁹O Estado de S. Paulo, 01/10/1974.

incontornável confronto entre os setores conservadores e liberalizantes do regime. Ao noticiar a designação do general Francisco da Costa Gomes, para o cargo, a FSP esclareceria que o discurso proferido pelo militar que assumia o cargo traria, já em suas primeiras palavras, homenagens ao ex-presidente, porém, não sem divergir da análise do discurso de renúncia de Spínola, posto afirmar que não existiriam quaisquer desvios no programa das Forças Armadas ²⁵⁰.

O JB, ao divulgar o discurso do segundo presidente do pós-salazarismo, destacaria que fora por meio dele que Costa Gomes reiterava a fidelidade ao programa do MFA e a manutenção do respeito aos acordos internacionais, além de prometer desenvolver os laços da comunidade luso-brasileira. Sobre o planejamento político da Junta, o JB destacou que o presidente recém-empossado enfatizara em seu discurso que o governo não devesse se “sujeitar a planos rígidos e preconcebidos” e, concluía o jornal, que ele havia anunciando um programa político não ortodoxo e passível de modificações ²⁵¹.

Ao contrário da interpretação do JB, a revista *Veja* entendia que o plano político do novo governo não aparentava dar sinais de flexibilidade. Assim, em longa matéria, intitulada “Portugal – um passo à esquerda”, a revista informava aos seus leitores que transcorridos apenas cinco meses da Revolução, Portugal já passava por seu primeiro sobressalto. Com detalhes, narrava que: nos 153 dias que perduraram o primeiro governo português – no sentido presidencialista, já que havia ocorrido uma alteração no gabinete – “ofuscado pela luz crua da agitada liberdade que se seguiu à derrubada de Marcello Caetano e do salazarismo”, o regime português havia caminhado à procura de sua identidade; porém, com a saída de Spínola, Portugal, acreditava o seminário, sofreria uma inevitável e dura guinada à esquerda, fazendo com que as esperanças em um promissor futuro para o país novamente recomeçassem do zero. Atestava esta impressão o enviado especial da revista, Pedro Cavalcanti, cujas considerações indicavam que, na última semana, havia em Portugal uma sensação generalizada entre os movimentos políticos – da “triumfante e ainda preocupada” esquerda à extrema direita, “acuada e já clandestina” – de que, cada vez mais, só seria possível governar em Portugal com o aval das dos jovens oficiais de orientação esquerdistas que compunham o grosso do MFA. O poder destes capitães e soldados de patente inferior seria ilustrado aos leitores da revista através do conteúdo de um *box*, com informações sobre as

²⁵⁰ *Folha de S. Paulo*, 01/10/1974.

²⁵¹ *Jornal do Brasil*, 01/10/1974.

principais lideranças e as principais vertentes políticas nas quais se congregavam aqueles militares²⁵².

A maior crítica em relação à queda de Spínola e, principalmente, à provável aproximação do país com as esquerdas viria de OG. No editorial “Maioria Silenciada”, o matutino expõe aos seus leitores que os partidários de Spínola representariam, naquele momento, uma voz proibida, complementando que a liberdade de expressão política havia se tornado um monopólio das tendências de esquerda “incrustadas no Movimento das Forças Armadas e, por extensão, na estrutura do poder nacional”.

E o editorial de OG seguia explicando que Spínola, ao diagnosticar que se preparavam novas formas de escravidão em Portugal, estaria mais do que avisando, posto que, em forma de advertência e apelo, ele esperava que sua mensagem fosse apoiada, em praça pública, pela maioria até, então, “apenas silenciosa” e, dali por diante, “também silenciada”. Caracteriza a renúncia de Spínola como um sacrifício em nome da nação, já que ele não conseguira cumprir o que lhe era mais caro: a distribuição igualitária da “liberdade conquistada para os portugueses, depois de meio século de autoritarismo”. Definindo o general como um dos poucos contrários a manipulação das liberdades por parte de um grupo ideológico minoritário, o editorial enfatizava que Spínola, após aceitar a participação de esquerdistas em seu governo e dar-lhes pleno direito de expressão, buscava ouvir, “como não poderia deixar de ser”, a voz dos centristas, moderados e conservadores “ou que outro nome se prefira atribuir a essas parcelas não radicalizadas, mas do mesmo modo sem nenhum compromisso com o regime deposto”.

Assim, mais uma vez, o matutino de Roberto Marinho não deixava de explicitar a inclinação anticomunista de seu proprietário. Tal assertiva justifica-se, ainda, por um trecho deste mesmo editorial, onde, ao dissertar sobre as esquerdas portuguesas, europeias e as de “países subdesenvolvidos”, expressava descrença quanto às intenções democráticas da esquerda, de maneira geral, e a portuguesa, em particular:

“não se distinguem de suas congêneres do mundo subdesenvolvido. As teses democráticas que funcionam para a tomada do poder logo caducam ao alcançar-se o objetivo. E em lugar de uma reconciliação nacional (...) adotou-se a receita unilateral que compõe hoje o clima de anarquia generalizada e de caos econômico denunciado por Spínola, a refletir-se necessariamente no programa de autodeterminação do Ultramar. Uma nova ditadura em Portugal repetiria, em grau ainda maior, o isolamento europeu e

²⁵²Veja, 09/10/1974.

internacional do país. O presidente Costa Gomes, o Premier Vasco Gonçalves e o MFA certamente negam de boa-fé a possibilidade desse melancólico e desastroso desfecho. Mas estarão deslizando para o abismo indesejado se insistirem em calar a representatividade de vastas parcelas nacionais”²⁵³.

Contraopondo-se a estas apreciações negativas vislumbradas em *Veja* e em OG a respeito da queda de Spínola e do possível domínio esquerdista no país, o noticiário da FSP traria as impressões do jornalista português Mário Paes, na condição de convidado especial do matutino. Paes afirmaria que a renúncia de Spínola não fora vista com surpresa e a rapidez com que se deu o anúncio da escolha de Costa Gomes para substituí-lo, apenas 90 minutos depois daquela renúncia, demonstrava que o MFA também já estaria preparado para o pedido de renúncia do presidente. Paes afirmaria que nos círculos políticos lusitanos era visão corrente que a manutenção de um sistema político pluripartidário em Portugal ainda seria assegurada pelos jovens capitães. Estes, segundo o jornalista, seriam os mais favorecidos na conjuntura política portuguesa, já que, em toda Lisboa, comentava-se entusiasmadamente a silenciosa e ágil ação com a qual estes, auxiliados por grupos civis, “liquidaram a conspiração de direita disfarçada sob a chancela da "maioria silenciosa", que deveria reunir-se atendendo ao apelo do general Spínola”.²⁵⁴

Por sua vez, OG recorreria à impressão de jornais estrangeiros acerca da movimentação política em Lisboa que corroborassem com a visão antidemocrática das ações da esquerda portuguesa. Neste sentido, publicava que o jornal espanhol de tendência monarquista *ABC* havia afirmado que “a democracia estava ameaçada pela extrema esquerda e levantava dúvida sobre a pluralidade política”. Reproduziria trechos de jornal espanhol ligado ao governo franquista, o *Arriba*, no qual as pessoas eram convidadas a lerem a história portuguesa até 1926 para, assim, concluírem que “o trágico ciclo se reinicia”. Para repudiar o possível domínio esquerdista em Portugal, o jornal de Roberto Marinho não titubeara até de se utilizar de interpretação de um trecho do *Pravda*, jornal oficial da antiga URSS, no qual o periódico soviético entendia que a “maioria silenciosa” portuguesa havia sido utilizada como uma “manobra fascista”. Informação que servia, mais uma vez, para OG demonstrar como os órgãos noticiosos dos países comunistas eram notadamente propagandistas, posto que alegar, para aquele

²⁵³ *O Globo*, 02/10/1974.

²⁵⁴ *Folha de S. Paulo*, 02/10/1974.

caso, não terem emitidos comentários a respeito da renúncia de Spínola, tampouco de seu discurso²⁵⁵.

Com a escolha e nomeação do general Costa Gomes para a presidência da República e a manutenção de figuras chave do regime, como Vasco Gonçalves e Mário Soares, tomaria posse, ainda no dia primeiro de outubro de 1974, o Terceiro Governo Provisório português. A renúncia de Spínola confirmava que o MFA passaria a deter, de fato, o poder político do país (SECCO, 2004a, p. 130).

Diversos acontecimentos ocorridos no período posterior à constituição do Terceiro Governo Provisório seriam noticiados pela grande imprensa brasileira, mas não com a mesma intensidade com que haviam sido noticiadas as bruscas alterações no seio da política portuguesa processadas em setembro de 1974. Desta forma, quando ainda no princípio de outubro de 1974, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves propôs, dentro do programa de dinamização econômica²⁵⁶, a transformação de um domingo em dia útil de trabalho, oferecido gratuitamente pelos trabalhadores ao país – e recebeu massiva adesão da classe trabalhadora – pouco se noticiou na imprensa brasileira sobre o fato, principalmente sem dar destaque nas suas primeiras páginas²⁵⁷.

Embora pouco se noticiasse na mídia brasileira a respeito do início do processo de dinamização econômica levada a cabo por Vasco Gonçalves, fatos por vezes incomuns e de menor relevância foram por estes órgãos noticiados. OG, por exemplo, noticiaria detalhe da ação do novo governo português, ou seja, a proposta de alterar o nome da gigantesca ponte localizada sobre o rio Tejo, cuja denominação era Oliveira Salazar e deveria passar a se chamar 25 de Abril. E o matutino complementava a nota informando que a propositura “era já antiga”, inclusive sendo rejeitada por Spínola, quando na Presidência, em razão de alegar que não seria correto “ofender a memória dos mortos”²⁵⁸.

Ao longo dos últimos meses do ano de 1974 e os primeiros de 1975, diversas medidas tomadas pelos governantes portugueses não seriam, como acontecera durante grande parte dos primeiros meses da Revolução, destacadas nas primeiras páginas dos matutinos nacionais. Elas não deixariam de constar na editoria internacional dos grandes periódicos brasileiros, mas espaço muito reduzido quando comparado ao dedicado para

²⁵⁵ *O Globo*, 02/10/1974.

²⁵⁶ Processo onde, paulatinamente, decretaram-se nacionalizações de diversos setores da economia portuguesa, como os bancos e indústrias de base e surgem os primeiros projetos de reforma agrária. Para mais detalhes, ver VARELA (2011) e CUNHAL (1995).

²⁵⁷ Segundo consulta às edições dos cinco órgãos analisados, publicadas entre 30/09/1974 e 15/10/1974.

²⁵⁸ *O Globo*, 06/10/1974.

noticiar os primeiros acontecimentos a partir da eclosão da Revolução dos Cravos e os acordos de independências das ex-colônias portuguesas selados em 1974²⁵⁹.

Contudo, o noticiário internacional da grande imprensa brasileira voltaria a conceder grande destaque – tanto em suas primeiras páginas como em quantidade de material publicado, de forma consecutiva – a partir de fevereiro de 1975, quando do anúncio das eleições constituintes a ocorrer no mês seguinte. Este anúncio, de certa forma, aplacaria as apreensões de parte da grande imprensa brasileira, notadamente da FSP, JB e OG, órgãos que já haviam demonstrado claramente suas apreensões com relação aos rumos políticos da esquerda portuguesa no poder²⁶⁰.

Mais ainda, transcorrido um mês do anúncio daquela eleição, outro brusco acontecimento interposto ao rumo da política em Portugal ganharia considerável espaço nas primeiras páginas e grande parte do noticiário internacional da imprensa brasileira. Tratava-se da tentativa de golpe encetada pela oficialidade spinolista, no dia 11 de março de 1975. Um batalhão de paraquedistas, mais oficiais da Guarda Republicana e alguns pilotos sublevaram-se contra o governo português, porém detidos no mesmo dia (SECCO, 2004, p. 134-35). Enfim, era uma ação de um grupo militar insensata, imprudente e mal deflagrada, posto ter sido deflagrada a partir da malversação informativa no seio de algumas unidades militares (AUGUSTO, 2011, p. 91).

Os quatro grandes jornais focalizados nesta dissertação seriam unânimes na sua apreciação quanto ao levante: tratava-se de uma rebelião malograda e Spínola era considerado culpado, tanto que fugira para a Espanha. O JB anunciaria que a tentativa de golpe teria partido de setores conservadores das Forças Armadas, os quais se identificariam com o general Spínola. Em OESP, através das impressões do correspondente Hermano Alves, seria noticiado que o levante militar não haveria sido inspirado por Spínola, mas coordenado diretamente por ele. E detalhava que o levante durou menos de três horas, começando ao meio-dia, com o bombardeio de um regimento de artilharia em Sacavem, deixando 14 soldados feridos, e terminou antes das 15h00, com a rendição sem luta das tropas de paraquedistas, aquela altura as únicas ainda sublevadas. No noticiário da FSP era acrescentado que alguns oficiais da Guarda Nacional Republicana haviam aderido à rebelião, sequestrando o seu comandante, o general Pinto Ferreira, o qual ficara detido até o meio da tarde no quartel do Carmo, onde, curiosamente, Marcello Caetano e Américo Tomás haveriam se refugiado após o

²⁵⁹ Segundo leitura comparativa dos cinco órgãos analisados, entre outubro de 1974 e fevereiro de 1975.

²⁶⁰ Segundo consulta às edições dos cinco órgãos analisados, entre fevereiro e março de 1975.

25 de abril. E completava informando que outro comandante daquela unidade, o general Damião Pinto, seria acusado de responsabilidade pela conspiração e, junto a muitos outros oficiais, teria sido preso pelas Forças Armadas. Já OG noticiava que o governo português responsabilizaria pela tentativa de golpe, além de Spínola, mais outros 25 oficiais, das três Armas. E pormenorizava que, além de Spínola, mais dezoito oficiais se refugiaram na Espanha, enquanto que o general Galvão de Melo – um ex-membro da Junta de Salvação Nacional – e outros altos oficiais tinham sido presos em vários pontos do país ²⁶¹.

Divulgando os comunicados oficiais do governo português, emitidos logo após o sufocamento da rebelião, o JB informaria aos seus leitores que o presidente Costa Gomes, ao informar que o país estaria já sob o total controle das Forças Armadas, afirmara que o levante fora “mais uma aventura reacionária posta em marcha” – qual, também era chamada pejorativamente de “intentona golpista” – e que procurava mais uma vez “criar um clima de indisciplina social”. OESP noticiava que o presidente português havia definido, por meio de pronunciamento à rede nacional de rádio e televisão, a tentativa de golpe como uma “aventura da reação”. ²⁶²

Quanto à Spínola, os órgãos de imprensa brasileira informavam que o ex-presidente teria chegado à base aérea espanhola de *Talavera La Real*, acompanhado de uma pequena delegação dividida em três helicópteros militares portugueses. A FSP noticiaria que o governo espanhol havia anunciado oficialmente que o general Spínola, “acompanhado de sua esposa e de alguns auxiliares”, se encontrava em sua base militar. Ademais, informava que o governo de Madri ainda não havia decidido o destino que daria ao ex-presidente de Portugal, mas que, extraoficialmente, “comentava-se que o general solicitara asilo ao governo brasileiro”. Ao noticiário do matutino, no entanto, fontes extraoficiais do governo em Brasília informavam que, até então, ainda não haviam recebido nenhum pedido de asilo.

O noticiário de OESP traria mais detalhes, informando que: o alto comando das Forças Armadas tinha pleno conhecimento do golpe e por este motivo conseguiu reagir rapidamente quando tiveram início os motins; segundo informações fornecidas pelas agências noticiosas internacionais, o governo português reunira-se rapidamente com os chefes do COPCON “em um edifício, possivelmente um quartel, na margem esquerda do Tejo”, servindo o rio como barreira natural contra eventuais tropas rebeladas em

²⁶¹ *Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo, 12/03/1975.*

²⁶² *Jornal do Brasil e O Estado de S. Paulo, 12/03/1975.*

Lisboa; todas as emissoras de rádio e televisão portuguesa haviam sido tiradas fora do ar e que apenas a Rádio Nacional do governo continuaria efetuando suas transmissões. O jornal interpretava que o fato de a reunião realizar-se em um lugar estratégico e secreto e a medida do governo controlar completamente os meios de comunicação no país, constituía-se em dados que permitiam vislumbrar que os comandantes lusitanos já se preparavam para o motim. Por fim, conluía OESP que o grande vencedor naquele momento fora o secretário-geral do Partido Comunista, Álvaro Cunhal, pois “o golpe malogrado reconstituiu pelo menos transitoriamente a unidade das forças políticas de esquerda, que perdiam terreno”²⁶³.

Além da análise do periódico paulista, outro órgão que faria uma análise semelhante foi a revista *Veja*. Para os editores do semanário, a obscura tentativa de golpe, “encenada para refrear a crescente predominância esquerdista imprimida ao país”, teria se desfeito em um fulminante fracasso, levando o país a dar um largo passo para a esquerda, como afirmava o título da matéria. Tratando a tentativa de contrarrevolução como um golpe às avessas, a matéria da revista enfatizava que a esquerda portuguesa e o Movimento das Forças Armadas, já então também bastante alinhado à esquerda, haviam capitalizado solidamente o insucesso dos golpistas²⁶⁴.

Assim, divulgando os principais acontecimentos circunscritos entre a ascensão do Segundo Governo Provisório, passando pelo Terceiro Governo Provisório até a tentativa de golpe encetada em 11 de março de 1975 em Portugal, os principais órgãos da grande imprensa brasileira demonstrariam como as diversas forças existentes naquele país ainda buscavam sua afirmação política. Com a deflagração da tentativa de golpe por parte dos movimentos alinhados à direita e ao general Spínola, uma viragem à esquerda em Portugal seria notada, bem como destacada pela imprensa brasileira. Encetando representações também neste período, esta imprensa divulgaria o processo final do movimento revolucionário português – justamente o mais intenso.

3.3 – Quando queimam-se os Cravos: radicalização política e consecução final da Revolução Portuguesa em foco na imprensa

No período imediatamente posterior à tentativa de golpe frustrado por parte dos setores spinolistas do Exército português, a radicalização política parecia aflorar em

²⁶³ *O Estado de S. Paulo*, 12/03/1975.

²⁶⁴ *Veja*, Edição 341, 19/03/1975.

Portugal, então já distante um ano da eclosão da Revolução que o livrara dos laços do fascismo. A busca por um novo rumo, vista inicialmente pelos observadores externos como um novo caminho para a democracia, aparentou, sobretudo na análise dos periódicos não portugueses, estar sujeita a uma guinada à esquerda, aproximando o país ibérico do bloco soviético.

Na análise efetuada pela grande imprensa brasileira, o primeiro sinal de radicalização estaria presente no fato de, após a tentativa frustrada de golpe, o Movimento das Forças Armadas assumir plenos poderes em Portugal, institucionalizando-se e transformando-se em um órgão político com poderes ilimitados. Assim, dois dias após o levante militar, OESP noticiaria em sua primeira página, com letras garrafais, que o MFA havia se apropriado do poder político português, determinando a criação de um Conselho Supremo da Revolução, órgão que, na prática, teria poderes legislativos e seria responsável perante uma assembleia geral militar, formando, assim, uma “espécie de parlamento das Forças Armadas”. Além disso, destacava-se que partidos políticos poderiam ser proscritos e que não fora estipulado prazo para a transferência dos poderes políticos aos civis, embora, inicialmente, tivesse sido mantida a data das eleições para a formação de uma Assembleia Constituinte, prevista para o dia 12 de abril de 1975. Ainda naquela edição, o jornal publicaria análise de seus enviados especiais, os quais afirmariam que o golpe fracassado teria sido motivador de uma grande mobilização popular por parte das esquerdas, “que em alguns casos adquiriu as características de verdadeira caçada aos ‘fascistas’ e ‘reacionários’ envolvidos na conspiração”; o noticiário composto pelo relato destes correspondentes concluiria que o clima gerado fora semelhante ao da mobilização de 28 de setembro do ano anterior, quando da renúncia do general Spínola ²⁶⁵.

O JB afirmaria que o MFA, a partir da criação do Conselho Supremo da Revolução – organismo que se colocava acima dos partidos políticos – e em face da ameaça de novos levantes, haveriam sido concedidos plenos poderes ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves, de modo que este reestruturasse seu gabinete “sob as novas circunstâncias revolucionárias”. Em concordância com o que fora publicado em OESP, afirmaria que a possibilidade de extinção de partidos políticos era clara, adiantando que setores civis e militares ligados ao Partido Comunista pressionavam o governo para que, entre os proscritos, constassem o Centro Democrático Social (CDS) e o Partido da

²⁶⁵ *O Estado de S. Paulo*, 13/03/1975.

Democracia Cristã (PDC), identificados com a tentativa de golpe e com setores da extrema direita ²⁶⁶.

Ao explicar o funcionamento do Conselho para seus leitores, a FSP afirmaria que a ação do novo órgão político português não implicaria no fim de outras instituições políticas, como a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado, ambos vigentes desde 25 de abril. Salientava ainda que esta informação fora confidenciada por representantes do próprio MFA. Apenas um dia após a publicação desta assertiva, o matutino teria que retificá-la, já que, enquanto suas edições chegavam às bancas do país, o governo português decretava a dissolução da Junta de Salvação Nacional e do Conselho de Estado, com a consequente transferência de seus poderes para o recém-criado Conselho Superior da Revolução. A primeira medida do órgão agora oficialmente detentor do poder político português, seria impressa com grande destaque na primeira página da FSP: o governo português havia decretado a nacionalização de todos os bancos comerciais portugueses ²⁶⁷.

Na análise da grande imprensa brasileira, a medida econômica aproximava Portugal de uma economia planificada aos moldes socialistas, tendo sido esta visão endossada pela declaração do presidente português, general Francisco da Costa Gomes, ao povo português – noticiada pela FSP e pelos demais órgãos analisados – prevendo que poderiam ocorrer violentos ataques a “alguns grupos capitalistas e privilegiados, incapazes de adaptar-se às novas condições políticas e sociais”, acusando-os de constituírem “o coração da força inimiga” e de serem responsáveis pelo malogrado golpe de Estado ²⁶⁸.

Os órgãos de imprensa brasileiros passariam, a partir de então, a tecer e emitir críticas mais enfáticas à atuação política do MFA, lançando apreciações, sobretudo, em relação à aproximação com o discurso socialista. O comentarista do noticiário internacional da FSP, Newton Carlos, afirmaria que a radicalização para a esquerda era uma hipótese que surgiria naturalmente, “diante do colapso militar do spínolismo”, mas atentava para a possibilidade de este radicalismo não avançar, dadas as realidades política e econômica de Portugal, país dependente economicamente da parte ocidental da Europa ²⁶⁹.

²⁶⁶ *Jornal do Brasil*, 13/03/1975.

²⁶⁷ *Folha de S. Paulo*, 13/03/1975 e 14/03/1975.

²⁶⁸ *Folha de S. Paulo*, 14/03/1975.

²⁶⁹ *Folha de S. Paulo*, 13/03/1975.

Em editorial, o JB afirmaria que os custos políticos do erro cometido por Spínola e seus apoiadores deveriam ser resgatados para que fosse possível vislumbrar-se “a possibilidade de correção do processo revolucionário, fortemente desviado para a esquerda”. Apesar de salientar a aproximação dos militares para com o Partido Comunista, o editorial enfatizava que o reforço obtido pela esquerda militar portuguesa não significaria, necessariamente, que as Forças Armadas do país estivessem inutilizadas enquanto “poder moderador de possíveis, e quase prováveis, investidas mais audácias dos grupos radicais e minoritários”, mesmo que contassem naquele momento com maior influência no movimento revolucionário. Ademais, antecipando um possível avanço dos partidos da extrema esquerda nas disputas por vagas na Assembleia Constituinte e, ao mesmo tempo, tecendo críticas aos movimentos comunistas internacionais, o editorial afirmaria que os comunistas e radicais de esquerda seriam mestres no “jogo do medo” e que este, então, poderia ser exercido com maior eficiência sobre o eleitorado português. Desta forma, o matutino reiterava sua postura anticomunista, e fazia saber à seus leitores que, caso houvesse uma vitória eleitoral dos comunistas portugueses, que esta seria fruto de uma campanha eleitoral pautada na coerção.²⁷⁰

A crítica mais incisiva ao processo desencadeado após a tentativa de golpe seria publicado pelo OESP. Em editorial, o jornal afirmava que o golpe de 11 de março havia proporcionado “à aliança comuno-militar” todo o poder que ela supostamente almejava, portanto, poder ditatorial e totalitário, por meio do qual Álvaro Cunhal, “útere de Moscou”, em conjunto com os generais Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho, “converterão, sua pátria numa ‘democracia popular’”. Além das críticas dirigidas ao líder do Partido Comunista lusitano e aos generais que mais demonstravam simpatia pelo PC, o editorial aventa a possibilidade de a própria tentativa de golpe ter sido orquestrado por forças representantes desta esquerda portuguesa, atestando que “as grandes agências noticiosas admitem e até sustentam a tese, bem mais verossímil, de haver a esquerda militar e comunista armado uma cilada para o general Spínola”. Desta forma, concluiria que, confirmando-se o cenário aludido, Portugal estaria vivenciando um golpe comunista “mais maquiavélico e sinistro do que o de Praga, em 1948”, e que assim, o país ibérico entraria de vez na órbita soviética²⁷¹.

²⁷⁰ *Jornal do Brasil*, 13/03/1975.

²⁷¹ *O Estado de S. Paulo*, 14/03/1975.

Além das críticas emitidas de maneira direta em editoriais, OESP produziria uma apreciação dos fatos portugueses através do noticiário de sua editoria internacional, elaborando matéria com a utilização exaustiva de termos que associassem o desenrolar político lusitano a um clima de “comunização”. Desta forma, ao noticiar as primeiras nacionalizações em solo lusitano, o jornal aludiria, já na chamada da matéria, que o poder militar em Portugal era uma realidade denotada por expurgos e pela repressão; esta, para o jornal, bastante clara, uma vez que se via um clima de “caça às bruxas” por parte de grupos extremistas contra banqueiros, industriais e agricultores em Portugal, sendo que autoridades responsáveis não pareciam demonstrar apreensão quanto àquelas perseguições e aparentemente estimulavam “a caçada”²⁷².

Nas primeiras declarações após a tentativa do golpe frustrado de 11 de março, analistas internacionais consultados pela imprensa brasileira aventavam a possibilidade de se declararem ilegais todos os partidos políticos que se opunham ou não se alinhavam ao MFA. Dentro deste quadro de suposições, os órgãos de imprensa nacionais também se aproveitariam para lançarem mais críticas a uma possível inclinação à esquerda em Portugal, noticiando e comentando que o processo de perseguição política poderia atingir os partidos de centro-direita portuguesa²⁷³.

Em partes, as apreensões da imprensa brasileira se esvaíam quando, poucos dias após os primeiros sinais do que fora descrito como radicalização, o governo militar português decretava que três partidos políticos estariam proibidos de participar das eleições da Assembleia Constituinte. Proibição realizada por decreto-lei, emitido pelo Conselho Superior da Revolução, impedia de concorrer aquela eleição dois partidos da extrema-esquerda – o Movimento de Reorganização do Partido do Proletariado, de orientação maoísta, e a Aliança Operária e Camponesa, bastante próximo do PC português – e um partido considerado de direita – o Democrata Cristão.

No noticiário da FSP, ao mesmo tempo em que se noticiava o afastamento dos partidos da primeira disputa política livre em Portugal após o fim do salazarismo – e, curiosamente, não se efetuavam críticas por tal medida autoritária –, o espaço editorial era empregado para alertar aos leitores que o primeiro-ministro Vasco Gonçalves continuava as suas consultas com dirigentes políticos sobre a formação de um novo gabinete, sendo que, neste novo governo, os oficiais militares considerados moderados provavelmente seriam excluídos. Ademais, noticiava que a antiga União Soviética, por

²⁷² *O Estado de S. Paulo*, 14/03/1975.

²⁷³ Segundo leitura comparativa dos órgãos pesquisados, publicadas entre 11/03/1975 e 18/03/1975.

meio de seu órgão oficial, o *Pravda*, felicitara oficialmente o governo português pela “vitória de suas forças democráticas que, no dia 11 [de março de 1975], sufocaram uma tentativa de golpe fascista e armado”²⁷⁴.

Em OESP, por meio de matéria do enviado especial Hermano Alves, admitia-se, em um tom bastante pessimista, a hipótese de que o expurgo não se resumiria aos três partidos, podendo incluir ao menos mais quatro agremiações políticas. E, ademais, o enviado continuava conjecturando que para que houvesse mais tempo para os expurgos, além de se ganhar tempo para preparar a máquina eleitoral, já era admitido um possível adiamento das eleições para a Assembleia Constituinte, do dia 12 para o de 25 de abril. No noticiário da FSP, tal possibilidade de adiamento do pleito seria negada, com base na declaração do ministro da Informação de Portugal, Jorge Jesuino, com o qual havia desmentido tal hipótese, segundo o noticiário, proveniente de um vespertino lisboeta. Novamente, apenas um dia após publicar a informação, o matutino da família Frias teria que corrigir o que fora anteriormente publicado, já que o governo português transferiria, como afirmara anteriormente o noticiário de OESP, para o dia 25 de abril a eleição da Assembleia marcada anteriormente para o dia 12, sob alegação que a similaridade entre emblemas de quatro partidos poderia causar confusões ao eleitorado²⁷⁵.

A suposta radicalização política em Portugal repercutiria também no campo político brasileiro e, ainda que raras vezes, receberia tratamento da imprensa brasileira. Assim, OESP publicaria críticas e considerações do deputado federal João Cunha, do MDB paulista, nas quais o parlamentar dirige-se ao ex-governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Segundo o que se apreende do noticiário de OESP, o deputado teria dirigido críticas à Lacerda em decorrência de artigos publicados por este, nos quais se criticavam os rumos do governo português. Para criticar a postura de Lacerda, João Cunha valeu-se do exemplo da condenação do ex-deputado Francisco Pinto, também do MDB, que fora punido com seis meses de reclusão por, às vésperas da posse de Ernesto Geisel, conceder entrevista a uma rádio de Salvador, na qual emitira acusações diretas ao regime militar chileno. Segundo o discurso de Cunha, reproduzido em partes por OESP, era incomum que, não obstante as diversas críticas efetuadas por Lacerda ao governo português, que a Justiça brasileira não tomasse as mesmas atitudes que resultaram na condenação do ex-deputado Francisco Pinto. Para Cunha, os artigos de Lacerda constituiriam “verdadeira difamação e injúria ao governo português”, e

²⁷⁴ *Folha de S. Paulo*, 19/03/1975.

²⁷⁵ *O Estado de S. Paulo*, 19/03/1975 e *Folha de S. Paulo*, 19/03/1975 e 20/03/1975.

assim, solicitara na tribuna da câmara dos deputados maior respeito à política externa e interna de Lisboa, “em relação à qual não podemos interferir senão na nossa posição individual, estabelecidos nossos critérios de análise e censura pessoal, se os tivermos”. Observava ainda o parlamentar que os artigos de Lacerda – sem especificar o teor destes ou onde eram publicados – não contariam, provavelmente, com o aval do governo brasileiro, mas alertava para o fato de suas declarações repercutirem no cenário internacional.²⁷⁶

No conturbado cenário político português, onde a simples mudança de data em relação a um pleito poderia representar uma possível ameaça de suspensão do mesmo, os militares portugueses, principalmente através da figura do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, buscavam os arranjos políticos necessários para a composição daquele que seria o quarto governo provisório português. Com a formação e divulgação deste novo gabinete, no final de março de 1975, a imprensa brasileira mais uma vez noticiaria os novos rumos do governo lusitano, sem deixar de expressar suas críticas. No entanto, não obstante o interesse por parte desta imprensa na divulgação do panorama político português, o assassinato do Rei Saudita Faiçal Bin Abdul naquela mesma data, faria com que a divulgação da formação do quarto governo provisório não ocupasse as primeiras páginas dos periódicos nacionais.

No seu segundo caderno, a FSP divulgaria que o novo gabinete português seria composto, majoritariamente, por civis, bem como: o líder do Partido Comunista, Álvaro Cunhal, e o chefe do Partido Socialista, Mario Soares, continuariam a compor o Ministério, ainda que sem pastas específicas; disporiam de vagas, sem ser específicas, também o Partido Popular Democrático, identificado como centrista; em igual situação se encontrava o Movimento Democrático Português, tido como satélite do PC. Além disso, o enviado especial do jornal Jéferson Del Rios entendia, impressionadamente, que a tendência política portuguesa pendia para a radicalização²⁷⁷.

A revista *Veja*, em sua primeira edição do mês de abril de 1975, noticiaria que, pela quarta vez após o 25 de abril, no mesmo Salão Luís XV, no Palácio Presidencial de Belém, repetia-se o ritual político em Portugal, divulgando-se o novo ministério. Apesar de divulgar declarações do presidente da República, general Francisco da Costa Gomes, pautadas em anseios pela instalação de um regime mais democrático em Portugal, afirmava-se que, por sua vez, as declarações do primeiro-ministro Vasco Gonçalves,

²⁷⁶ *O Estado de S. Paulo*, 19/03/1975.

²⁷⁷ *Folha de S. Paulo*, 26/03/1975.

anunciando novas nacionalizações de setores básicos da atividade econômica lusitana, é que dariam “o tom preciso aos prováveis rumos futuros de Portugal”. Além disso, noticiava-se que o novo governo português estaria amplamente mais à esquerda do que os anteriores, já que “acompanhando a nítida inclinação esquerdista do centro do poder depois do último 11 de março”, o novo governo haveria privilegiado aos comunistas e seus aliados de esquerda com quatro posições-chave no gabinete de vinte ministérios. Ademais, na análise da revista, dos oito ministros militares deste gabinete, ao menos cinco representariam a tendência mais à esquerda do MFA.²⁷⁸

A par da divulgação de novas estatizações na economia lusitana e da formalização do novo governo, tido em como “de forte tendência marxista”, a edição de OESP noticiava que fontes diplomáticas asseguravam que a mais recente inclinação à esquerda do governo português preocupava as Nações Unidas e que “os Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental e Bélgica decidiram manifestar ao governo de Portugal suas preocupações quanto ao futuro da democracia nesse país”²⁷⁹. No mesmo sentido, afirmaria o JB que o secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger advertiria contra os perigos da interrupção do processo de democratização de Portugal, assegurando, no entanto, que os EUA não se proporiam a tomar iniciativas no sentido de “reduzir o nível de suas boas relações com Lisboa”²⁸⁰.

Já em abril de 1975, o JB anunciaria que, no panorama de rígido controle estatal na economia lusitana e em consequência de grave crise econômica enfrentada no país, que os meios de comunicação poderiam ser diretamente afetados, com a possível redução dos jornais lisboetas. Assim, noticiava que dentre os dois matutinos e os quatro vespertinos com circulação diária na capital, apenas o *Diário de Notícias* e o *República* não teriam sua sobrevivência ameaçada: “O primeiro, em virtude de sua tradicional posição de jornal oficioso, apoiado, como sempre foi, pela Caixa Geral de Depósitos”, além de publicar uma farta programação de anúncios classificados; já o *República*, estaria aparentemente livre da intervenção estatal em consequência de uma recente reformulação estrutural, a qual havia aberto seu capital a milhares de acionistas. O JB explicaria aos seus leitores que, a possibilidade de diminuição dos periódicos portugueses dava-se em função das nacionalizações dos bancos em Portugal que, automaticamente, “em consequência das estreitas relações que sempre existiram entre a

²⁷⁸Veja, 02/04/1975.

²⁷⁹ *O Estado de S. Paulo*, 27/03/1975.

²⁸⁰ *Jornal do Brasil*, 27/03/1975.

rede bancária e as empresas jornalísticas, estatizou a maior parte da grande imprensa” da capital portuguesa.

Outra preocupação demonstrada pelo governo lusitano no campo da comunicação social que mereceu destaque no noticiário do JB foi à reestruturação da Agência Nacional de Informações (ANI), agência noticiosa oficial portuguesa. Divulgava que a ANI, apesar de ser um órgão estatal, estaria sem recursos “para enfrentar a chamada guerra da propaganda feita em torno da revolução portuguesa”. Explicava o noticiário do matutino que a proposta do ministro da Comunicação Social, pautada em dotar imediatamente a ANI de verbas e estrutura, tinha o sentido de lhe permitir o funcionamento “em nível nacional e internacional de autêntica e dinâmica agência de notícias”. Em vista da provável reestruturação proposta pelo governo português, o noticiário do matutino denotaria que a agência noticiosa lusitana estaria, se confirmado o financiamento estatal, no mesmo patamar das agências dos países soviéticos, na qualidade de um órgão propagandista.²⁸¹

As nacionalizações dos bancos portugueses também repercutiriam negativamente nas páginas de *Veja*. Ao explicitar quais seriam as alterações processadas nos organismos financeiros lusitanos, a revista esclareceria que a única alteração real nas empresas havia sido uma troca de administrações, já que o primeiro-ministro Vasco Gonçalves nomeara uma comissão de gestão para todas as firmas estatizadas e que o poder destas era limitado. Constituídas por três a quatro empregados especializados das próprias empresas, com prazo de funcionamento de três meses, as comissões deveriam manter as empresas em funcionamento até que se o governo lusitano decidisse o que fazer com elas²⁸².

Neste mesmo mês de abril de 1975, ao lado das apreensões quanto a uma possível instauração de um governo comunista em Portugal, os matutinos nacionais noticiariam, com notável apreensão, as eleições que se realizariam na data em que a Revolução dos Cravos completaria seu primeiro aniversário. Assim, na primeira página de OG era anunciada que seis milhões de eleitores poderiam definir a sorte de Portugal naquele pleito que entraria para a história como “o primeiro dia de eleições livre no país após quase cinquenta anos” e que, dependendo do sentido dado a esta votação, esta poderia ser a última de um Portugal livre. Corroborava o aparente clima de inquietação por parte da mídia nacional, as declarações do presidente português, publicadas por OG e pela

²⁸¹ *Jornal do Brasil*, 12/04/1975.

²⁸² *Veja*, Edição 342. 26/03/1975.

FSP, em que exortara os portugueses a votarem nos partidos que “não se opõem ao socialismo”²⁸³.

Estas apreensões seriam rapidamente dissipadas, com a divulgação, já no dia 26 de abril, dos primeiros resultados do processo eleitoral. Assim, posicionado como o terceiro partido mais votado para a Assembleia Constituinte, o PC era tomado pelos grandes periódicos brasileiros como o maior derrotado naquele pleito. A FSP, noticiando em sua primeira página que o PC havia sofrido uma grande derrota, anunciaria que, apurados 800 mil votos, de um total de seis milhões, os resultados revelavam que esta agremiação política teria aproximadamente 12% dos votos. No momento em que o PC representava a esquerda mais radical dentro do processo político lusitano, sendo conseqüentemente execrado pelos órgãos noticiosos brasileiros, nem a vitória maciça de um partido de esquerda, o Socialista – seguido de perto pelo Partido Popular Democrático, também de tendência socialista – aparentava ofuscar, para a imprensa brasileira, a derrota do comunismo em Portugal. Desta forma, afirmando que as eleições portuguesas haviam sido uma lição de civismo, a FSP divulgava que, além da baixa votação recebida no pleito, o baixo número de abstenções, cerca de 8% do eleitorado, representava também uma derrota do PC, posto que ele pregara a abstenção para os eleitores que “não pudessem discernir o partido de seu interesse”²⁸⁴.

Em seus noticiários o JB e OG destacavam a vitória de “uma esquerda moderada” em Portugal, “capaz de livrar o país irmão da ameaça comunista”. Mesmo sentido forjado pelo noticiário de OESP ao publicar ainda as primeiras repercussões da eleição lusitana no cenário político brasileiro. Assim, o diário paulista transcrevia trechos do discurso do Senador Danton Jobim, do MDB carioca, em que destacaria que o episódio português interessaria diretamente ao governo brasileiro, em franca alusão ao processo de Abertura em desenvolvimento. Na análise do parlamentar, se tivesse sido possível ao então primeiro-ministro Marcelo Caetano empreender “a distensão, a descompressão, ou a gradativa abertura” que parecia ter em vista ao assumir o governo, a situação portuguesa certamente seria outra. Sobre a tentativa de avanço da esquerda mais radical no panorama português, Jobim, valendo-se de um depoimento do líder socialista Mario Soares, denunciaria no plenário do Senado que “o monopólio da comunicação social pelos comunistas, com a televisão e rádios estatais a serviço de um partido” era uma situação incompatível com uma sociedade verdadeiramente democrática. Avaliou

²⁸³ *O Globo*, 25/04/1975 e *Folha de S. Paulo*, 25/04/1975

²⁸⁴ *Folha de S. Paulo*, 26/04/1975.

também que os fracos resultados eleitorais previstos para o Partido Comunista, não deixariam de sensibilizar o MFA. Em aparte, o senador da ARENA, Jarbas Passarinho, afirmaria que o monopólio das comunicações pelos comunistas portugueses descaracterizaria as eleições livres daquele país e lembrava, ainda, que o PDC fora colocado fora da lei por ser considerado de extrema-direita, o que, em sua visão, era um “erro crasso”²⁸⁵.

Quando confirmados os resultados eleitorais portugueses que consagravam a vitória dos socialistas, OESP publicaria editorial afirmando que aquele pleito representaria fato do mais alto significado histórico, posto evidenciar “os verdadeiros sentimentos do povo lusitano”. Os portugueses, para o jornal, teriam assim ratificado sua vocação histórica, reafirmado com a votação maciça aos partidos vistos como democráticos as “suas tradições nacionais, europeias e atlânticas, as quais o separam do universo cultural que moldou a evolução política das estepes euroasiáticas”. Salientava que a vitória no pleito era do povo português e dos democratas autênticos do mundo todo, o editorial representaria a eleição portuguesa, apenas dois dias após a sua realização, enquanto um acontecimento já histórico, e aproveitando para ilustrar aos seus leitores o que considerava como o verdadeiro perigo às democracias, afirmaria que:

“Os dois “25 de abril” entrarão nos anais da História como datas magnas da história contemporânea portuguesa: neste último 25 de abril, o povo português, libertado há um ano, pela revolução dos cravos vermelhos, da sinistra ditadura que durara meio século, derrotou fragorosamente aqueles que, a serviço de desígnios e interesses estrangeiros e imperialistas, se empenham em instalar em Portugal uma ditadura ainda mais nefasta e sinistra do que a salazarista”²⁸⁶.

Também em editorial, o JB assinalaria que o povo português dava exemplos de que assumira sua responsabilidade e dera a resposta a supostos desmandos dos comunistas no país. Recordando aos seus leitores o que vinha sendo noticiado pelo matutino nos últimos meses, o editorial asseverava que naquela fase de transição para a escolha de seu modelo político, o país vinha sendo ameaçado, como o fora no tempo do salazarismo, “por outra corvéia: o regime comunista que infiltrou seus tentáculos no Governo provisório”. Alertava que, não obstante os resultados eleitorais, o perigo comunista ainda rondaria Portugal, donde, enfatizava que a população portuguesa,

²⁸⁵ *O Estado de S. Paulo*, 26/04/1975.

²⁸⁶ *O Estado de S. Paulo*, 27/04/1975.

“contrária ao comunismo e que declarou nas urnas que não desejava de forma alguma assumir suas consequências”, deveria agregar-se em torno do projeto de uma sociedade livre aberta, pluralista, de modelo europeu ocidental ²⁸⁷.

Em matérias do seu correspondente Paulo Sotero e do enviado especial Sérgio de Oliveira, *Veja* demonstraria os antecedentes da eleição, fornecendo aos seus leitores um amplo panorama de como transcorreram as eleições desde aldeias, como Baçal e Beleirão, redutos de conservadores e comunistas, respectivamente, até a multicultural Lisboa. Assim, noticiava-se que o resultado do pleito, realizado após “três semanas de febril, às vezes tensa, campanha eleitoral”, teria sido representado uma decepção para os comunistas enquanto que, inversamente, poderia ter sido encorajadora para os socialistas e socialdemocratas. Elogiando o transcurso do processo eleitoral e a organização demonstrada pelos portugueses, o semanário denotaria diversas práticas jornalísticas empregadas na cobertura da eleição, como, por exemplo, quando tratou, de forma elogiosa, do edifício destinado para os órgãos de imprensa, o qual havia sido equipado com “mais de oitenta aparelhos de telex, uma cabina de rádio, circuitos internos de televisão”. Estrutura a disposição de mais de mil correspondentes estrangeiros, para acompanhar e esperar, devido o interesse internacional, o pleito e o seu resultado, além de buscar material que pudesse explicar o que pensava e sentia a população de um “país ocidental engatado numa revolução esquerdista”. E, segundo análise da revista, os resultados corroborariam para evidenciar que o povo português, embora não tivesse denotado em seus votos um repúdio pelas teses esquerdistas, de modo geral, mostrava-se marcadamente propenso à cautela, expressa na votação massiva para os partidos menos radicais do espectro político português, como o Socialista, o PPD e o CDS ²⁸⁸.

Antes de completar um mês das eleições da Assembleia Constituinte, o Partido Comunista Português era mais uma vez colocado na berlinda pelos órgãos da grande imprensa brasileira. Talvez o caso mais emblemático deste período tenha sido o chamado “Caso República”, quando gráficos do vespertino lusitano homônimo, ligados ao PC, ocuparam o jornal, expulsando seu diretor, Raul Rego, ligado ao Partido Socialista.

O JB noticiaria que o fechamento forçado do órgão evidenciava a crise política em Lisboa. Noticiava que a ocupação acirraria os ânimos entre militantes do PC, apoiador

²⁸⁷ *Jornal do Brasil*, 26/04/1974.

²⁸⁸ *Veja*, 30/04/1975.

da ocupação, e os do Socialista, o qual convocara cerca de 10 mil pessoas para concentração popular em frente ao prédio do jornal. Definia a ocupação como um novo ataque aos órgãos de informação, representando uma nova forma de censura por parte dos comunistas, grupo que controlava a maior parte dos meios de comunicação portugueses. E detalhava que, apesar do domínio comunista nos órgãos de comunicação, o fechamento do *República* fora justificada pelos militares com o sentido de se acabar com o jornalismo partidário, já que a direção do órgão noticioso, “embora nitidamente antifascista”, seria de notadamente ligada ao Partido Socialista.²⁸⁹

OESP informou que entre cinco e seis mil pessoas manifestavam sua insatisfação com a ocupação do prédio e mantinham o mesmo cercado, exigindo a devolução do periódico à sua comissão de redação. Salientava, ao mesmo tempo, que os principais líderes do PS, como Mário Soares, e o secretário-geral do partido, Salgado Zenha, ministro da Justiça, além de diversos deputados eleitos à Constituinte, participavam da manifestação pacífica. Acrescentava que o vespertino português era “praticamente o único diário de Lisboa que escapa ao controle comunista”, tendo deixado de circular e seu prédio fora fechado por forças policiais. Detalhava que caberia a um tribunal especial a decisão sobre quem teria o direito de dirigir o jornal para que este então pudesse voltar a circular: os gráficos, ligados ao PC, que haviam tomado o prédio e tentaram demitir o diretor do vespertino, Raul Rego, ou o Conselho de Redação, no qual 18 dos 22 membros são do PS. As impressões do matutino atestavam que entre os militantes socialistas, manifestava-se a confiança de que o tribunal decidiria a favor do Conselho de Redação, que naturalmente apoiava Rego, veterano militante do PS. E fazia constar que militantes socialistas que provisoriamente o PS estaria sem um órgão noticioso para rebater as constantes críticas lançadas pelos comunistas nos outros diários sob o comando deles²⁹⁰.

Em editorial, OESP defenderia o vespertino português sob a direção socialista, atestando que após 63 anos de independência e por força da ocupação de uma minoria comunista de seus funcionários que contestavam à sua orientação independente, teve suas instalações lacradas pelas autoridades militares, sob o pretexto de diminuir o contencioso entre as facções políticas. E seguia enfatizando que: “A decisão da cúpula militar dirigente foi tomada não obstante a enérgica resistência do diretor do diário, o jornalista Raul Rego, que nele representava cinco mil acionistas privados”; e que apesar

²⁸⁹ *Jornal do Brasil*, 20/05/1975.

²⁹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 21/05/1975.

do protesto encabeçado pelo líder socialista Mário Soares “contra esse ofício de trevas da liberdade de imprensa” que fora a lacração das instalações do jornal pelas tropas do Comando Operacional do Continente, a situação adquiriam ares fascistas semelhantes aos vivenciados durante o período salazarista. Incisivamente reiterava que a liberdade de imprensa sofrera mais um duro golpe, do qual já estaria, “com a saudável exceção dos Estados Unidos da América”, o mundo todo se acostumando.

Atendo-se ainda na questão da relação entre liberdade de expressão e democracia, o editorial seguia afirmando que em regimes onde houvesse atentados à democracia, tal qual ocorria “no Peru, na Argentina, em Cuba, na Europa do Leste, na Espanha, ou onde quer que as concepções totalitárias do homem e da sociedade hajam triunfado sobre as concepções democráticas”, o primeiro passo dado pelos grupos que tivessem chegado ao poder seria o de assegurar primeiro a neutralidade e depois a adesão publicitária dos órgãos de imprensa escrita, sonora e visual, procurando “matar no ovo” a opinião pública. Era certo, para o editorial, que Portugal não escapara daquela regra nítida em regimes de partido único ou totalitários de outros modelos. Embora ressaltasse que não se poderia definir Portugal enquanto um regime de totalitarismo estatal, o editorial afirmava que este se demonstrava como o caminho possivelmente adotado pelos dirigentes portugueses. Justificava esta afirmação por conta da “uniformidade monocórdica na propaganda do socialismo totalitário” da qual, para o matutino, só uma voz destoava: a do jornal *República*; então silenciado pelo governo português²⁹¹.

Em 18 de junho, o jornal *República* fora reaberto por ordem do COPCON, sendo permitida a entrada em suas dependências somente de gráficos comunistas, medida que provocaria uma ameaça por parte do PS de retirar-se do governo, fazendo com que a sede do jornal fosse novamente fechada. Na sequência desta disputa, outra manifestação de funcionários de órgãos da mídia agitaria o ambiente político português: funcionários comunistas da Rádio Renascença, pertencente ao episcopado português, ocuparam as instalações da emissora. O JB, órgão que sempre demonstrara apreço pelos ideais católicos, noticiaria a ocupação e os conflitos decorrentes desta ocupação com uma clara inclinação para a defesa da rádio cristã. Assim, comporia seu noticiário com trechos de nota divulgada pelo Episcopado de Portugal que denunciavam o “clima de insegurança pessoal e de intimidação” que se vivenciava em Portugal, consequência, para a instituição, do processo revolucionário que poderia “levar a um totalitarismo

²⁹¹ *Idem.*

indesejável”. Ademais, destacava daquela nota, afirmações do Episcopado de que a situação conturbada tornava possível o surgimento de grupos que “atribuem a si mesmos uma autoridade que muitas vezes substitui ou se opõe à do Estado”.As divergências entre a Igreja e o partido comunista português acentuar-se-iam quando um grupo de manifestantes liderados por comunistas entrou em choque com outro formado de católicos, sendo necessária a intervenção policial. No noticiário do matutino destacava-se que manifestantes socialistas encampavam luta dos militantes católicos, sobretudo por também oporem-se ao domínio comunista nos meios de comunicação social de Portugal, recebendo assim, apoio nas páginas do JB.²⁹²

Neste contexto de disputas políticas e ideológicas, OG sustentaria em suas páginas que Portugal estaria bastante próximo de um golpe comunista. Assim, em matéria contando com categórica chamada – “Expectativa de golpe comunista em Portugal” –, noticiaria que Lisboa estaria sob rigorosas medidas de segurança, na expectativa de uma decisão do Conselho Superior da Revolução que poderia representar uma radicalização do processo político no país e uma tomada definitiva do poder pelos setores esquerdistas das Forças Armadas. A correspondente do jornal Christina Gurjão afirmaria que Portugal nunca havia estado “tão perto de uma ditadura militar de esquerda ou do proletariado como agora”. Para ela, a aproximação de Portugal com um regime de partido único seria noticiada em poucos dias, como resultado da reunião do Conselho Superior da Revolução, a qual já durava cinco dias e teria como resultados imediatos a demissão dos ministros vinculados a partidos políticos, a marginalização progressiva desses partidos e a implantação de uma política de maior aproximação entre a população e o MFA²⁹³.

Por sua vez, o noticiário da FSP publicaria nota do Conselho da Revolução, a qual rejeitava qualquer possibilidade de implantação de uma ditadura do proletariado em Portugal. Mensagem pela qual, além de classificar de alarmistas os rumores sobre uma breve radicalização do regime, o Conselho reafirmava a via pluripartidária da revolução portuguesa. Mas a FSP, no entanto, acrescentava que a divulgação do documento coincidia com a realização de uma manifestação em Lisboa, durante a qual se pediu a aceleração da marcha do país rumo ao socialismo e a criação de grupos políticos de apoio ao governo, desvinculados dos partidos políticos²⁹⁴.

²⁹² *Jornal do Brasil*. 19/06/1975.

²⁹³ *O Globo*. 17/06/1975.

²⁹⁴ *Folha de S. Paulo*. 20/06/1975.

As apreensões de parte dos órgãos midiáticos nacionais no sentido do avanço comunista em Portugal seriam levemente aplacadas com a divulgação do Plano de Ação Política do MFA, concluído após 10 dias de reunião do Conselho da Revolução. OESP noticiaria que o Plano vazado em extenso documento, com “mais de cinco mil palavras”, parecia demonstrar um esforço de conciliação, visando uma solução de compromisso entre moderados e radicais; contudo, sendo ele bem recebido pelas mais diversas tendências políticas portuguesas. A FSP ressaltaria que o Plano proclamava que Portugal seria um país socialista, já que expressaria claramente a necessidade de “abolição das classes sociais, coletivização dos meios de produção e eliminação de todas as formas de exploração do homem pelo homem”. No entanto, ressaltaria que dentre as principais definições do comunicado, estaria claro que a transição da sociedade atual à socialista se faria por uma via pluripartidária, excluindo as possibilidades da implantação de uma ditadura.

Em OG, as declarações do governo português, já tido pelo matutino como declaradamente inclinado à esquerda, só repercutiriam em suas páginas quando fossem de encontro aos anseios anticomunistas deste órgão. Assim, neste contexto de efervescência política em Lisboa, as declarações do Conselho da Revolução foram reproduzidas nas páginas do matutino, destacando desta, categoricamente, o fato do plano de Ação Política do MFA rejeitar a ditadura do proletariado, que a aquela altura, segundo a nota do governo português, parecia ser apoiada por “minorias armadas” e por grupos “que exploram a situação do país”, sem deixar claro quais seriam estes grupos. Para o leitor de OG, no entanto, não seria difícil denotar que o matutino buscava elaborar clara referência ao PCP²⁹⁵

Ainda assim, as contendas entre comunistas e socialistas, sobretudo no tocante ao “Caso República”, durariam ao menos até julho de 1975, quando, sob a tutela de militares mais próximos do PC, o vespertino voltaria a circular. Em decorrência de mais esta derrota, o PS se afastaria do governo português, sendo acompanhado por outros partidos de tendência moderada. No noticiário da FSP, no entanto, seria publicado que o afastamento dava-se mais em função da divulgação, no dia anterior, da decisão do MFA de criar “comitês populares” que assumiriam o controle gradativo do país, substituindo, paulatinamente, os partidos políticos e as classes sociais. Pormenorizava que a decisão dos militares de entregarem o controle do jornal aos operários comunistas fora apenas o

²⁹⁵ *O Globo*, 20/06/1974

estopim da insatisfação socialista com o governo militar português, sendo que o abandono do governo deveria ser imitado pelo Partido Popular Democrático, de centro-esquerda²⁹⁶; fato que se concretizaria poucos dias depois. Em matéria de OESP era noticiado que a Secretaria Geral do PS entregara à imprensa cópias de um documento que enviara a todas as suas representações regionais, no qual o partido condenava a decisão da assembleia do MFA de promover a criação de organismos de poder populares e que conclamaria os socialistas a lutar contra a tentativa de se implantar em Portugal um “regime ditatorial e burocrático semelhante aos existentes na Europa Oriental”²⁹⁷.

Na sequência do abandono do PS, tanto quanto os níveis do termômetro subiriam em decorrência do verão, a temperatura do panorama político português se elevaria com manifestações e exaltações de lado a lado. Para o OESP, a Revolução portuguesa havia perdido a direção, justificando sua assertiva através da série de crises que então atingiam o país, posto que, por exemplo, o PS, depois de se retirar do Gabinete, prometera realizar várias manifestações de força, numa tentativa de demonstrar que a grande maioria dos portugueses estaria ao seu favor e seria contrária a linha ultraradical de setores do MFA. E também noticiava a manifestação realizada por mais de 10 mil católicos que, liderados pelo bispo Manuel Almeida Trindade, solicitavam que o governo devolvesse a Rádio Renascença ao Episcopado. Em segundo plano, não deixara de noticiar que as sedes do Partido Comunista e da Frente Socialista Popular, na cidade de Rio Maior, haviam sido destruídas por manifestantes²⁹⁸.

Ao noticiar o candente clima político português, o JB, sempre em consonância com sua orientação católica, valera-se de declaração do Arcebispo de Braga, Dom Francisco Maria da Silva, que então empreendia visita ao Brasil. Questionado pelos repórteres do matutino no momento em que desembarcara no país, o prelado português afirmaria que Portugal estaria, naquele momento, passando de uma ditadura à outra, denotando referência aos avanços do Partido Comunista Português²⁹⁹.

Em OG, declarações da Igreja Católica portuguesa seriam utilizadas com o mesmo viés denunciativo e crítico para com o PCP: seriam impressas nas páginas do matutino uma declaração emitida pelo clero lusitano, criticando “o desmantelamento anárquico de estruturas e instituições” em Portugal, e em qual eram ainda expressos os

²⁹⁶ *Folha de S. Paulo*, 11/05/1975.

²⁹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 11/05/1975.

²⁹⁸ *O Estado de S. Paulo*, 15/07/1975.

²⁹⁹ *Jornal do Brasil*, 16/07/1975.

temores – por parte da Igreja portuguesa, mas com ampla ressonância no posicionamento expresso nas páginas de OG – de que o processo revolucionário se encaminhasse para o totalitarismo de esquerda³⁰⁰.

Ao denotar e tecer críticas aos avanços comunistas em Portugal, chama à atenção a utilização nas páginas de OG, além das declarações da Igreja Católica de Lisboa, de notas de protestos do Partido Socialista português, emitidos diretamente por este e também por algumas de suas lideranças em Lisboa. Desta forma, seria noticiado nas páginas do matutino que, em entrevista a uma rádio francesa, o líder socialista Mário Soares declarara que Portugal vivenciava “uma intolerável escalada de terror, desencadeada por forças minoritárias repudiadas pelo povo”³⁰¹.

Em *Veja*, noticiava-se que, menos de quinze meses após o desmoronamento do regime salazarista e do aparecimento do MFA no cenário político português, o país estaria novamente próximo de uma ruptura com a democracia, já que “a Revolução do 25 de abril de 1974, com seus cravos vermelhos, alegria, alívio e espontaneidade, afundava brutalmente na luta de sobrevivência política das forças que a compuseram”³⁰². Os conflitos entre militantes comunistas e opositores ligados aos partidos de centro-esquerda se intensificariam em solo lusitano ao longo dos meses de julho e agosto, culminando numa série de fatores amplamente abordados pela imprensa brasileira, e que tornariam aquele verão português verdadeiramente quente. *Veja*, em edição da semana posterior, descreveria alguns dos principais episódios daquele conturbado momento em que, na maior parte dos casos, as ofensivas anticomunistas ficariam restritas a agressões e depredações. Porém, sem deixar de registrar que houve casos em que o desfecho não se limitou a desentendimentos generalizados, como, por exemplo, em Aveiro, onde um soldado destacado para proteger a sede local do PC fora morto a tiros³⁰³.

Com a intensificação dos protestos anticomunistas e dos conflitos entre diversos grupos políticos, seria criado pelo Conselho da Revolução, nos últimos dias de julho, um triunvirato militar, cuja função seria a de coordenação do próprio Conselho e posterior pacificação do país. A FSP, ao noticiar a criação do organismo, afirmaria que este não teria meras funções consultivas, detendo o poder em Portugal de fato, bem como informava que o triunvirato seria composto pelos generais Costa Gomes, presidente português, Vasco Gonçalves, o primeiro-ministro, e Otelo Saraiva de

³⁰⁰ *O Globo*, 19/07/1975.

³⁰¹ *O Globo*, 19/07/1975.

³⁰² *Veja*, 23/07/1975.

³⁰³ *Veja*, 30/07/1975.

Carvalho, então chefe do Comando Operacional do Continente. Além disso, denotava o noticiário da FSP que uma das primeiras medidas tomadas por este novo comando militar português havia sido a decisão de deslocar unidades de fuzileiros navais para o Norte de Portugal, com a finalidade de reprimir as crescentes manifestações anticomunistas na região onde ocorriam os maiores embates³⁰⁴.

Não obstante a criação deste novo órgão, os protestos por parte de organismos anticomunistas não cessariam em Portugal. Pelo contrário, ganhariam força quando, no princípio de agosto, um grupo de oficiais de tendência moderada, denominado Grupo dos Nove, elaborara um documento solicitando a clarificação das posições políticas do MFA e se opondo, abertamente, a diversos pontos das teses políticas apresentadas por aquele, ganhando, rapidamente, centenas de adeptos no setor militar. Em OESP noticiava-se que, com a divulgação do documento, crescia a resistência à “comunização” de Portugal, e que esta tendência era manifestada, naquele momento e abertamente, por parte de centenas de oficiais das Forças Armadas, os quais exigiam “o imediato afastamento do primeiro-ministro Vasco Gonçalves e demais integrantes do governo”. No noticiário do matutino, além do destaque dado à declaração dos militares moderados – inclusive com a publicação na íntegra do documento ‘Mello Antunes’ –, informava que o assassinato de um manifestante anticomunista - “que realizava uma manifestação pacífica de protesto contra a comunização do país” - por militantes do PC contribuía para exacerbar a crise³⁰⁵.

Assim, em meio a um dos mais conturbados momentos do processo revolucionário lusitano, o presidente Francisco da Costa Gomes empossaria aquele que seria o Quinto Governo Provisório em solo lusitano, com o intuito de aplacar a crise política. Em OG seria destacado que os membros do novo Gabinete – sete militares e doze civis – seriam todos simpatizantes do PC e que, assim, representariam um gabinete ultraminoritário e isento de credibilidade. Ademais, o matutino transcreveria trechos de um editorial publicado no *The New York Times*, segundo o qual, o caráter não-representativo do Governo provisório recém-empossado não teria outro sentido que não o de reafirmar a gravidade da crise portuguesa, salientando ainda que, no panorama político lusitano, existiria uma “flagrante contradição entre a concentração do poder em

³⁰⁴ *Folha de S. Paulo*, 07/08/1975.

³⁰⁵ *O Estado de S. Paulo*, 08/08/1975.

mãos de um grupo de militares extremistas de esquerda e o desejo evidente da grande maioria de portugueses de ter um governo moderado”³⁰⁶.

Em OESP seria destacado que o novo Gabinete, “formado por militares pró-comunistas e tecnocratas marxistas”, seria frágil e transitório. Para o noticiário da FSP a escolha de um gabinete notadamente comunista agravaria ainda mais a divisão em Portugal, denotando também que este “passo à esquerda” seria corroborado pela declaração do primeiro-ministro Vasco Gonçalves que afirmara que o governo recorreria “à severidade e à repressão contra o fenômeno neofascista que se vem multiplicando ultimamente em nosso país”³⁰⁷.

As apreensões dos órgãos midiáticos brasileiros a respeito de um possível agravamento dos conflitos em Portugal viriam a se confirmar com os diversos conflitos envolvendo militares, militantes comunistas, extremistas de direita, socialistas e mesmo moderados, ocorridos logo após a posse do Quinto Governo Provisório. Assim, os leitores de OG puderam ser informados que: um grupo de militantes comunistas havia aberto fogo contra um grupo católico, durante protesto contra o triunvirato português e que ao menos dez pessoas saíram feridas; na cidade de Braga, milhares de manifestantes católicos, em contrapartida, repudiariam a atitude e incendiariam a sede do PC, deixando um saldo de 43 feridos em dezoito horas de choque com os militantes esquerdistas e até com fuzileiros navais³⁰⁸.

Esta série de conflitos em que os militantes comunistas foram o alvo principal seria aplacada somente quando, já no final de agosto e cedendo às pressões de setores militares e da sociedade civil, o presidente Costa Gomes decidira substituir o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, identificado com os setores comunistas do Exército e um dos principais pivôs de toda a agitação política no país naquele período. Para o noticiário de OESP, no entanto, a decisão que visaria atender, ao mesmo tempo, às pressões de forças civis e militares teria outro sentido. Explicava que o afastamento de Vasco Gonçalves do cargo de premiê, o presidente Costa Gomes designaria o mesmo para a chefia do Estado Maior das Forças Armadas, cargo que daria ao ex-primeiro-ministro condições de participar e tomar conhecimento das mais importantes decisões do governo, além de colocá-lo em papel de destaque na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) – aliança militar intergovernamental da qual Portugal é

³⁰⁶ *O Globo*, 09/08/1975.

³⁰⁷ *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, 09/08/1975.

³⁰⁸ *O Globo*, 11/08/1975.

membro-fundador. E concluía que a nomeação do vice-almirante Pinheiro de Azevedo para o cargo de primeiro ministro, portanto, não significaria a superação da crise militar e política em Portugal, já que as mudanças aparentavam representar um simples arranjo político ³⁰⁹.

Para a FSP a queda de Vasco Gonçalves colocaria Portugal mais ao centro, porém, ressaltando que a saída do general do cargo de primeiro ministro pudesse vir representar uma solução para a crise que quase levara o país a uma guerra civil, posto não se saber ainda se tal medida poderia acalmar os oficiais moderados, os quais buscavam, mais que uma mudança de cargos, uma modificação na linha política do país. No noticiário do JB era publicada uma informação que não encontrou paralelo nos demais órgãos diários da grande imprensa brasileira. Noticiava o diário carioca que a queda do premiê Vasco Gonçalves fora motivada por uma pressão vinda dos quartéis, sobretudo do general Franco Charrais, membro fundador do MFA e alinhado aos oficiais moderados, o qual ameaçara invadir Lisboa se Vasco Gonçalves não fosse destituído ³¹⁰.

A revista *Veja* corroboraria a informação da pressão dos quartéis na queda de Vasco Gonçalves, afirmando, no entanto, que oficiais moderados e o general Otelo Saraiva de Carvalho tomariam a atitude de destituir o primeiro ministro, fazendo uso da força. Sobre a fonte da informação, comunicava que eram as “melhores fontes políticas e militares de Lisboa”. E concluía que em decorrência de todos os momentos de tensão vividos ao longo da semana que antecederia à queda do premiê, o desfecho poderia ser considerado surpreendentemente tranquilo, sendo, assim, era a primeira vez que, em quase cinquenta dias, “os portugueses viam a atmosfera de crise se desanuviar” ³¹¹. Todavia, Portugal estaria longe de encontrar momentos de paz interna.

No período compreendido entre o afastamento de Vasco Gonçalves ao anúncio do Sexto Governo Provisório, decorrido entre 19 e 25 de agosto e de 1975, diversas disputas políticas, sobretudo entre os partidos que ansiavam compor o novo governo, continuariam a movimentar o campo político português, sendo divulgadas pelos órgãos midiáticos brasileiros sobremaneira as disputas que envolvessem o PCP, visto, de maneira geral, como a principal ameaça de radicalização do processo político lusitano

³⁰⁹ *O Estado de S. Paulo*, 30/08/1975.

³¹⁰ *Jornal do Brasil*, 30/08/1975.

³¹¹ *Veja*, 03/09/1975.

³¹². Desta forma, quando da divulgação do novo governo lusitano, este seria tomado pelos órgãos midiáticos brasileiros como sinalizador de mais uma grande derrota das forças comunistas portuguesas. A FSP noticiaria que a composição das forças políticas presentes no Gabinete, chefiado pelo almirante Pinheiro de Azevedo, representaria um sério revés para o PC, já que o novo gabinete compunha-se por cinco militares, identificados com a linha "moderada" das Forças Armadas, quatro civis socialistas, dois ligados a grupos popular-democráticos, dois simpatizantes, apenas, do PS, um independente e só um representante comunista. No jornal OESP era noticiado que o governo, sob o comando de Pinheiro de Azevedo, assumira com a promessa de instaurar um regime de austeridade, mas defendeu a necessidade das Forças Armadas “reencontrarem rapidamente o necessário equilíbrio” ³¹³.

No noticiário de *Veja* o ministro demissionário seria denotado como crescentemente impopular em Lisboa, em razão de, principalmente, tolerar e alinhar-se aos radicalismos da esquerda portuguesa. Além de caracterizar Gonçalves, o semanário afirmaria que a queda do ministério representado por este simbolizava mais que uma simples derrota para o comunismo português: “[representou] um golpe final após o vendaval comunista que vem varrendo Portugal” ³¹⁴.

As tensões de ordem política que agitavam o território português, desde abril de 1974, teriam talvez seus maiores momentos de maior tensão em novembro de 1975. No dia 20 deste mês, dois acontecimentos decorrentes das tensões políticas vivenciadas no país colocariam Portugal ainda mais à beira do caos. Nesta data, o Conselho da Revolução, cedendo à pressão de setores da sociedade civil e de grupos de oficiais moderados, decidira substituir Otelo Saraiva de Carvalho por Vasco Lourenço no comando da Região Militar de Lisboa. Ao mesmo tempo, após apenas dois meses de trabalho, o Sexto Gabinete declararia, por prazo indeterminado, a suspensão de suas atividades. Ainda que estas duas medidas tivessem causado interesse na imprensa nacional, outro acontecimento relacionado ao território ibérico faria com que estes dois importantes acontecimentos do espectro político português ficassem em segundo plano: o falecimento do General Franco. E, como não poderia ser diferente, a morte do “Generalíssimo”, acompanhado do iminente fim do discricionário regime por ele

³¹² Com base na análise comparativa dos órgãos desta pesquisa, publicados em agosto de 1975.

³¹³ *Folha de S. Paulo*, 26/08/1975, *O Estado de S. Paulo*, 26/08/1975.

³¹⁴ *Veja*, 27/08/1975 e 03/09/1975.

implantado na Espanha, ocuparia lugar de destaque na editoria internacional dos órgãos de imprensa nacionais.

Mesmo sem considerável destaque, o afastamento compulsório do chefe militar e o cessar dos trabalhos do Sexto Governo seriam noticiados pelos órgãos midiáticos nacionais. Assim, na FSP, dividindo espaço com o noticiário da morte de Franco, um pequeno *box*, publicado na primeira página do matutino, anunciaria o fato da suspensão do Sexto Governo, acrescentando que tal situação daquele gabinete deveria perdurar até que se obtivesse do presidente Costa Gomes garantias e condições necessárias para exercer as funções governamentais sem ameaças de perturbações golpistas. Seria noticiado ainda que, horas depois do anúncio da suspensão dos trabalhos, eclodiriam protestos de setores trabalhistas da esquerda em todo o país e que as unidades militares de Lisboa haviam sido, por este motivo, colocadas em estado de alerta.³¹⁵ OESP, por sua vez, noticiava que a suspensão dos trabalhos anunciada pelo primeiro-ministro dava-se em função de protesto “contra a anarquia reinante no país”, e que os manifestantes, supostamente ligados ao partido comunista, praticamente tomavam de assalto o palácio de Belém para reivindicar a queda do sexto governo provisório.³¹⁶

Iniciava-se assim, mais uma crise político-militar no país. Desta vez, no entanto, a crise não se restringiria ao ambiente político gerido pelos militares, chegando às formas mais claras de confrontação militar. Tal qual quando, em março daquele ano, oficiais ligados à movimentos direitistas se sublevariam, na manhã de 25 de novembro de 1975, tropas ligadas à esquerda mais radical sairiam de seus postos militares para intentar um golpe. A rebelião, um dos momentos mais violentos do processo revolucionário em curso, fora rapidamente controlado pelo governo militar, que sairia fortalecido do episódio.

Nas manhãs que se seguiram à tentativa de golpe esquerdista, os quatro grandes periódicos brasileiros alardeariam o fato com bastante ênfase, divulgando aos seus leitores os pormenores do levante militar. Assim, o JB informaria que o presidente Costa Gomes havia dominado a rebelião de paraquedistas da região militar de Lisboa, os quais haviam se sublevado em razão da decisão do Conselho da Revolução de substituir o general Otelo Saraiva de Carvalho, mais próximo da oficialidade comunista, no Comando Militar da Capital, pelo Capitão Vasco Lourenço, considerado mais próximo dos moderados. Detalhava que, apesar do aparente controle da situação, o

³¹⁵ *Folha de S. Paulo*, 21/11/1975.

³¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 21/11/1975.

presidente havia decretado estado de sítio e toque de recolher em Lisboa, suspendendo ainda as atividades dos bancos e as transmissões radiofônicas e televisivas³¹⁷.

No noticiário da FSP constava a informação detalhada sobre a rebelião: teria sido iniciada por cerca de 1500 paraquedistas da base de Tancos, distante somente 56 quilômetros da capital; tendo eles ocupados inicialmente as bases aéreas de Tancos, Monte Real e Campo Montijo, além das instalações de Monsanto, onde funcionaria o quartel-general e o centro de comunicações da Força Aérea Portuguesa; alguns membros do Regimento de Artilharia Leve de Lisboa, já anteriormente identificados como mais próximos aos ideais comunistas, haviam aderido à rebelião e ocupado o edifício da Emissora Nacional de Televisão; que apesar de rumores acerca da detenção do general Otelo Saraiva, chefe do COPCON e apontado como o pivô do levante militar, ele, entretanto, havia aparecido ao lado de Costa Gomes, ainda noite do dia 25, quando o presidente ocupara rede de televisão para fazer um pronunciamento, porém, aparecendo na tela da TV em segundo plano e atrás dos comandantes das Forças Armadas³¹⁸.

Em editoriais, os jornais brasileiros analisariam o levante dos oficiais fiéis a Otelo Saraiva, caracterizando-o como uma tentativa de golpe comunista. O JB asseverava que era evidente que “a exacerbação de ultraesquerda” acabaria por levar o PC à aventura golpista para empolgar o poder. Sem rodeios afirmaria ainda existir uma inclinação das forças comunistas para o golpismo, verificadas, sobretudo, em Portugal quando os partidos comunistas perderam posição nas eleições e “à medida que se descreditavam diante da nação portuguesa” deixavam claro que buscariam o poder a qualquer custo³¹⁹. OESP afirmaria acreditar que os comunistas portugueses, representados por “Álvaro Cunhal e seus sequazes, os comunistas ortodoxos e os radicais da extrema esquerda”, haviam demonstrado que poderiam tentar buscar o poder político seguindo o modelo da Revolução Bolchevista de 1917. Travar um decisivo embate com as forças comunistas parecia ser, segundo o matutino paulista, a única solução possível para os portugueses, o que era reiterado ao prescrever de forma dura e apelando à repressão: “em relação aos comunistas, a melhor política é a de definição e a de ação enérgica”; não sem deixar de salientar que se o governo Costa Gomes quisesse salvar Portugal, ele teria de “perseguir

³¹⁷ *Jornal do Brasil*, 26/11/1975.

³¹⁸ *Folha de S. Paulo*, 26/11/1975.

³¹⁹ *Jornal do Brasil*, 26/11/1975.

implacavelmente os comunistas, a qualquer custo, já que em certas circunstâncias, dramáticas e trágicas, é o sangue a fonte da purificação”³²⁰.

As consequências imediatas da tentativa de golpe foram noticiadas pela imprensa nacional buscando sobremaneira relacioná-las a uma evidente derrota comunista. Para o noticiário da FSP, ao dominar totalmente a sublevação militar, o Sexto Governo Provisório se não havia neutralizado por completo as tendências de extrema-esquerda nos quartéis, ao menos obtivera um triunfo significativo no confronto com as forças de oposição políticas e militares. Para os observadores políticos consultados pelo matutino, o presidente Costa Gomes ascenderia da condição de mero mediador da crise institucional que se instaurara em Lisboa para a condição de principal liderança política portuguesa. Ademais, aqueles entendiam que mesmo tendo o presidente ordenado medidas drásticas para restabelecer a ordem na capital – as quais culminariam com o violento choque dos comandos da Amadora contra o regimento da Polícia Militar –, a figura dele e a dos partidos moderados seriam fortalecidas perante a opinião pública portuguesa³²¹.

Em relação aos conflitos que ocasionariam as mortes de cinco militares, matéria de OG noticiaria que aquelas ocorreram em face de uma tentativa de policiais do COPCON e do Regimento de Artilharia de Lisboa (Ralis) de infiltrarem-se no prédio do governo luso; intento rapidamente repellido. *Veja* salientava que o até então considerado imbatível Ralis havia perdido seus poderes, mas que não fora o único a desmoronar com o fracasso do levante dos paraquedistas. Para a revista, o COPCON, controlador de todas as forças terrestres de Portugal, “evaporou de um momento para outro”, deixando o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, com suas “ambições de tornar-se o Fidel Castro da Europa”, destituído de poderes³²².

Desta maneira, após a sequência de embates com ares cinematográficos que sucederam a tentativa de golpe esquerdista, se procederia a um maior fortalecimento do governo português, abrindo oportunidade para o paulatino retorno à sua normalidade institucional. Dois dias após o controle total das ações golpistas em Portugal, a FSP noticiaria, com bastante destaque em sua primeira página, que o gabinete português, que havia suspenso suas atividades em consequência da crise político-militar que se instaurara no país no período imediatamente anterior ao da tentativa de golpe, havia

³²⁰ *O Estado de S. Paulo*, 26/11/1975.

³²¹ *Folha de S. Paulo*, 27/11/1975.

³²² *Veja*, 03/12/1975.

retomado suas funções normais, corroborando com o clima de reordenamento político-institucional. Na mesma data desta publicação, OESP noticiaria a intervenção do governo português na imprensa daquele país. Desta vez, no entanto, o matutino que sempre demonstrara-se contrário à qualquer intervenção estatal nos organismos de imprensa, noticiaria a intervenção elaborando representações positivas do fato. Explica-se pelo fato de que, naquele momento, a intervenção do Conselho da Revolução tinha vistas para o expurgo de todos os comunistas e extremistas de esquerda das administrações e demais órgãos diretivos dos jornais estatizados, levando a cabo a primeira ação direta contra os civis que apoiaram a malograda rebelião militar desencadeada pelos paraquedistas de Tancos³²³.

Entre os últimos dias de 1975 e o princípio do ano de 1976, ocorreria, ainda que de maneira gradual, a recuperação da normalidade no ambiente político português, o que culminaria com a volta dos militares portugueses aos seus quartéis e a institucionalização democrática do país, dado a ocorrência das eleições legislativas e presidenciais que seriam realizadas, respectivamente, em abril e junho de 1976. Antes desse passo definitivo para a via democrática em Portugal, outra medida que ajudaria a institucionalizar-se o poder político distanciando a necessidade de novas intervenções militares seria noticiada com bastante ênfase nos órgãos da imprensa brasileira.

Quase dois anos após a irrupção de um movimento militar que colocara os soldados portugueses na rua e expulsara o totalitarismo de seu território, bem como dez meses após ter seus trabalhos iniciados, a Assembleia Constituinte anunciava a promulgação da carta constitucional portuguesa.

Impressões de diferentes grupos portugueses foram colhidas pela revista *Veja*, permitindo-lhe noticiar que: alguns representantes de partidos da esquerda moderada anunciavam que Portugal passa a possuir uma das mais completas e avançadas constituições da Europa; para representantes dos partidos conservadores e das diversas confederações de industriários e comerciantes, a Constituição era classificada como francamente marxista.

Em todo caso, esclareceria o noticiário de *Veja que* ambos os grupos não deixavam de ter razão. A Constituição, na prática, tornaria ilegal qualquer espécie de desenvolvimento capitalista no país, estabelecendo já no seu primeiro artigo que Portugal seria uma República soberana, empenhada na transformação em uma

³²³ *O Estado de S. Paulo*, 29/11/1975.

sociedade sem classes e que buscava desenvolver condições para que as classes trabalhadoras exercessem o poder democrático. Por outro lado, a Carta Magna garantiria a todos o direito de divulgar livremente seu pensamento, não podendo o exercício desse direito ser “impedido ou limitado por qualquer tipo de censura, pública ou privada”. Por fim, salientava a revista que o Estado português, por meio da carta constitucional, se comprometeria a garantir a liberdade de imprensa e a impedir toda forma de pressão contra os jornais, mesmo que por parte de órgãos administrativos ou fiscais. É salientava estar neste ponto um dos notáveis avanços democráticos da nova Constituição portuguesa, a qual “poderia inspirar cartas semelhantes ao redor do mundo”³²⁴.

Com a promulgação da Constituição portuguesa se vislumbraria no território português, com maior intensidade, a possibilidade de reordenamento institucional, já que estavam garantidas as realizações das eleições marcadas para aquele ano. Com a realização das eleições legislativas, ocorridas no aniversário de dois anos da Revolução e na qual o PS obteria uma expressiva votação, e a posterior eleição presidencial, vencida pelo general Ramalho Eanes, encerrava-se um ciclo de lutas, tentativas de domínio forçado do poder, disputas militares e, sobretudo, tentativas de extermínio dos vestígios do salazarismo. Assim, os cravos outrora distribuídos aos soldados e que, paulatinamente, deixaram de ser vistos nas ruas lusitanas, e que talvez imprimiriam na memória do povo português diversas representações, encetariam representações nos órgãos noticiosos nacionais.

A análise dos noticiários da grande imprensa sobre os desdobramentos políticos da Revolução dos Cravos permite inferir que os órgãos desta imprensa, ao divulgar o longo e complexo período de transições vivenciadas entre 1974 a 1976, encetaram representações neste noticiário, almejando que seus leitores se apropriassem de maneira singular sobre estes eventos, relacionando-os com o campo político nacional. Se quando da eclosão da Revolução estas representações encetavam visões que corroborassem o plano recém anunciado por Geisel/Golbery no sentido da possível abertura política, ao longo dos dois anos marcados por transições no campo político português, estas representações apresentariam sentido de validar o que ia tornando-se claro acerca deste propósito de liberalização política. Neste sentido, ainda que estivesse claro que a possível abertura política do regime brasileiro seria controlada – o que se comprovava

³²⁴ *Veja*, 07/04/1976.

com os seguidos retrocessos ao longo desta –, era perceptível que a ideia de abertura demonstrasse sinais de avanços, como o fim paulatino da censura prévia, por exemplo.

E estes órgãos, de uma maneira geral, utilizavam-se do que se pode apreender dos acontecimentos em solo lusitano para, direta ou indiretamente, demonstrar que o retorno dos militares brasileiros aos quartéis seria possível e necessário, desde que distantes dos radicalismos por vezes denotados no cenário político luso. Assim, almejavam e representavam um processo de transição do regime brasileiro que se apresentasse pacífico e distante dos radicalismos, fossem estes oriundos da esquerda – sobretudo a comunista, por vezes criticada veementemente pelos órgãos noticiosos brasileiros ao longo do processo revolucionário português –, fossem os da direita, representadas em Portugal pelos setores ainda ligados ao salazarismo e que, analogamente, encontravam pares no Brasil, representados nos militares alinhados à “linha dura” do regime.

Estas representações seriam expressas através de expedientes textuais e visuais utilizados por esta imprensa na composição do noticiário dos desdobramentos políticos da Revolução, destacando este material em umas primeiras páginas e ainda, em muitos momentos, com destaque no espaço gráfico delimitado para a atuação de suas editorias internacionais. A utilização das imagens na composição destes espaços impressos nos noticiários, ainda que existentes, foram em número consideravelmente menor do que no eclodir da Revolução. Ainda assim, destacando os conturbados desdobramentos políticos lusitanos em suas manchetes, noticiários e editoriais, a imprensa denotaria que os radicalismos supracitados não convinham à Portugal, e, por conseguinte, esperavam que seus leitores se apropriassem desta interpretação e compreendessem que também não seriam válidos em solo nacional.

Neste ponto, parte desta imprensa analisou positivamente até mesmo os posicionamentos e atitudes do Partido Socialista Português, denotando que, ainda que as movimentações políticas no sentido da abertura democrática portuguesa viessem a eleger a via socialista, que esta seria a que respeitaria a via democrática, afastando-se dos radicalismos da esquerda comunista e da direita fascistóide. O anticomunismo, cultivado há muito por estes órgãos noticiosos, transpareceria enfaticamente nestes noticiários, sobremaneira em OG e OESP, órgãos liberais e que, apesar de muito distantes em suas relações para com o regime militar brasileiro, demonstrariam elementos de proximidade nestas publicações. O JB igualmente imprimiria em suas páginas o teor anticomunista que lhe era peculiar, mas sobremaneira por sua identificação católica. Desta forma, independente do fator que motivaria as

representações anticomunistas nos órgãos desta imprensa, é notável que, ainda que com distinções em relação ao conteúdo e a forma com que se produziu este noticiário, buscou-se com este, muitas vezes, criar um sentido de leitura bastante claro: Democracia e comunismo eram termos antípodas, e cabia a estes órgãos destacar e tratar esta temática em seu noticiário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os maiores e mais representativos periódicos da grande imprensa brasileira ao noticiar e comentar os acontecimentos relativos à eclosão da Revolução dos Cravos e aos primeiros desdobramentos daquele movimento político, compreendidos no período de 25 de abril de 1974 a julho de 1976, o fizeram tendo em vista a dinâmica do quadro político do Brasil, ainda sob a vigência de uma ditadura militar e com o início de um processo oficial de distensão política. Em meio à ação da censura, aqueles periódicos, notadamente via suas editorias internacionais, encetaram representações acerca do rumo político tomado por Portugal e, por meio de expedientes editoriais e visuais, as investiram de sentidos singulares para a população brasileira, então ainda às voltas, de um lado, com a ditadura, e, de outro, com crescente descontentamento de vários segmentos da sociedade com o regime militar e algumas conjecturas ou alguns poucos passos no sentido de uma abertura política promovida pelo governo do presidente Ernesto Geisel.

Dessa forma, os grandes órgãos da imprensa brasileira, ainda que pesem diferenças de uma empresa jornalística para outra, dotaram o noticiário referente aos acontecimentos portugueses com dispositivos de leitura que pudessem servir para que os seus leitores se apropriassem das representações lançadas sobre o rumo político português, as quais se prestavam, ao mesmo tempo, para colocar em pauta ou reforçar a necessidade da redemocratização da política brasileira e para a emissão de opiniões sobre o processo oficial de abertura no Brasil. Prática que indicava a tentativa da grande imprensa em influir, apesar da censura e com vista à burla dela, no debate político contra a ditadura vigente e ações do governo que, naquele momento, eram denotadas como sendo próprias da distensão em curso. Processo que, de resto, era amplamente centralizado e conduzido pelo presidente Geisel e o general Golbery do Couto e Silva, bem como tocado sem muita difusão de informações sobre a sua possível consecução.

Assim, quando da eclosão da Revolução dos Cravos a grande imprensa dotou o noticiário com uma representação preñe de sentido singular para leitor brasileiro, porém, expressa de forma implícita, dada a ação da censura. A grande imprensa denotaria, no seu noticiário, o movimento em Portugal como legítimo e moderno, dado que ele colocara fim a uma ditadura – forma de governo apresentada, de forma direta ou indireta, como ligada ao passado e condenável por suprimir direitos civis e individuais como vitais para o desenvolvimento político e social de um povo – e, assim, projetando a política portuguesa rumo à democracia, regime condizente com a modernidade. De forma implícita, mas embasado em fartas manchetes, imagens e recursos jornalísticos

específicos, a grande imprensa brasileira investia, para os seus leitores, o seguinte sentido singular à eclosão da Revolução dos Cravos: a sociedade portuguesa, de longa convivência com a ditadura, colocava-se rumo à democracia, destino que, há certo tempo, era almejado pela sociedade brasileira, dado a crescente oposição de vários de seus segmentos à ditadura militar. Enfim, Portugal havia se levantado na defesa concreta de princípios democráticos – dando provas disto com a extinção do dia para a noite, literalmente, de pilares do autoritarismo político, como instituições repressivas e da censura –, o Brasil, ainda sob a égide da ditadura militar, via-se envolto por incertezas de quando, como e se seria possível que aqueles princípios vicejariam novamente na sua vida política.

Em um segundo momento, mais longo em relação ao primeiro, ao divulgar regularmente os muitos e intricados fatos do chamado processo revolucionário em curso que ocorria em Portugal, os grandes periódicos da grande imprensa brasileira aproveitaram o noticiário dos agitados acontecimentos portugueses para investir, de maneira geral, em representações que, embora escudadas na defesa da democracia, cuidavam de, ao mesmo tempo, especificar elementos ideológicos que eles queriam ver garantidos na restituição do regime democrático no Brasil e da forma como deveria ser feita a distensão/abertura política brasileira rumo aquele. Se o radicalismo da direita portuguesa e as suas poucas ações contra o movimento revolucionário em curso eram, de forma geral, refutadas no noticiário da imprensa brasileira, o mesmo procedimento fora adotado em relação à esquerda comunista portuguesa. Esta era definida pela grande imprensa brasileira como radical e ressonante ao autoritarismo emanado da antiga URSS. Ao tratar das ações desdobradas naquele processo político lusitano, os periódicos abonariam as ações de uma força de esquerda: o Partido Socialista; mas tido, pela lente ideológica dos jornais brasileiros, como comprometido com a defesa da verdadeira democracia parlamentar representativa.

Sem perder de vista os acontecimentos políticos brasileiros derivados do processo oficial de distensão – notadamente o avanço eleitoral do MDB no legislativo federal, flexibilização ao expediente de censura prévia, reações ao processo de abertura por parte da linha-dura militar e segmentos da repressão –, a grande imprensa brasileira ao tratar dos episódios da política portuguesa não deixaria de investi-los, por meio de dispositivos de leituras empregados em seu material jornalístico, de representações singulares para o seu público leitor. Nesta direção, tratou de conectar, de forma direta ou indireta, as marchas e contramarchas do processo revolucionário em curso lusitano

às da abertura/distensão política desenrolada no Brasil. Assim, as representações encetadas diziam respeito ao rumo, a forma e aos atores que deveriam conduzir a redemocratização portuguesa e, por conectividade, a abertura/distensão política brasileira: tal como em Portugal, o caminho político brasileiro deveria ser o da democracia parlamentar representativa e sua promoção seria mais fértil e sabiamente desenrolada longe de qualquer radicalismo, fosse de direita, fosse de esquerda. Representação que, sem dúvida, levava água ao moinho do processo de abertura oficial, a qual seus condutores mores pretendiam lenta, gradual e segura. Não por acaso, o *Jornal do Brasil* destacou que a Revolução dos Cravos irrompera, em parte, devido ao fato de Marcelo Caetano não ter podido, dado o impedimento de grupos civis e militares salazaristas, colocar em prática um processo de abertura política que se prendida gradual e segura.

Enfim, a grande imprensa brasileira não deixaria de reativar representações peculiares urdidas à luz de seu longo e peculiar anticomunismo, o qual naquele momento era empregado no seu noticiar das ações comunistas em Portugal, ainda que com poucos elementos de conectividade com força política congênere no Brasil, aliás, a qual se encontrava na ilegalidade e, naquele momento, visada sobremaneira pela repressão. Anticomunismo da grande imprensa que serviu também de esteira para a crítica constante ao reconhecimento da independência de Angola do jugo colonial português, mas governado, em tese, por grupo político comunista. Posicionamento que, é lícito afirmar, parecia não arrefecer-se nem mesmo diante de interesse comerciais, pois a política externa do governo Geisel, pautada pelo pragmatismo responsável, tinha os interesses mercantis como tônica e não questões de ordem político-ideológica.

É possível pensar que o noticiar do cotidiano do processo revolucionário em curso e as representações investidas a eles pela grande imprensa brasileira talvez fossem apreciadas pelo governo de Geisel. Afinal de contas, além de promoverem e formarem opiniões positivas com relação à abertura política junto aos leitores, aqueles expedientes serviam para alertar e, de certa forma, arrefecer resistências da linha-dura e de setores da repressão ao processo de distensão em ocorrência.

Ao focar a história e as práticas de produção dos periódicos abordados nesta dissertação, é possível perceber que eles denotaram ao longo de sua trajetória funções para o noticiário internacional para além da função de divulgar notícias, pois, acabavam por utilizá-lo para estabelecer relações, positivas ou não, com os acontecimentos do campo político brasileiro. Justifica-se esta afirmação ao notar-se que, ao longo do século

XX, boa parte dos órgãos midiáticos nacionais, participando ativamente do campo político brasileiro, por vezes sofreria a intervenção direta do Estado, sob a insígnia da censura. Desta forma, ao menos desde os anos de 1930, durante a vigência do Estado Novo, a imprensa brasileira buscaria alternativas para cerceamentos e perseguições políticas. E neste intento, o noticiário internacional fora utilizado enquanto uma alternativa possível para os órgãos noticiosos nacionais tratarem, ainda que indiretamente, de acontecimentos e agentes ligados à esfera da política nacional, cujo noticiário ocupado com ela costuma ser vítima da ação do censor.

Para além da necessidade, o noticiário internacional da grande imprensa brasileira teria maior alento e se consolidaria em meados do século XX, quando reformas técnicas, gráficas e estruturais nos maiores órgãos jornalísticos possibilitariam um maior desenvolvimento do jornalismo internacional. As reformas pelas quais passaram os periódicos nacionais ao longo das décadas de 1940 e 1950, somadas ao complexo cenário internacional do período – que compreende o maior conflito armado vivenciado em escala mundial e, conseqüentemente, fortalece os afazeres deste setor da imprensa nacional – teriam significância ao fazer com que as editorias internacionais de órgãos desta imprensa estivessem fortalecidas e preparadas para, na segunda metade do século, voltarem a exercer o viés denunciativo que outrora praticaram.

Ainda que a grande imprensa nacional tivesse dispensado apoio à consecução do golpe civil-militar de 1964, a ascensão dos militares ao poder traria como consequência a reintrodução paulatina no campo jornalístico brasileiro da prática arbitrária da censura prévia. Assim, ainda que com maior ou menor amplitude, cada um dos órgãos noticiosos abordados nesta dissertação teve que conviver com a censura e a autocensura e, conseqüentemente, adaptar-se aos desmandos decorrentes desta prática coercitiva aplicada pelo regime militar. Neste sentido, o jornalismo internacional ganharia novo ímpeto ao ser empregado sob um duplo sentido: tanto no intento substitutivo, quando a divulgação de noticiário relativo ao campo político nacional não fora possível, como sob o viés comparativo, criando representações sobre fatos estrangeiros que, expressadas por meio de dispositivos editoriais e imagéticos, pudessem servir para incitar por parte dos leitores reflexão sobre o quadro político da ditadura militar; o que, como dito acima, servia para a imprensa tentava manter, por meio da burla à censura, a formulação de opiniões e, de certa forma, o seu poder de influir no debate político. Foi dentro deste expediente que a eclosão da Revolução dos Cravos e os fatos relativos ao processo revolucionário em curso lusitano ganharam às primeiras páginas, capas e

amplitude no espaço dedicado ao noticiário internacional dos jornais OESP, FSP, JB e OG, além da revista *Veja*. Expediente que possibilitou a grande imprensa brasileira dotar os fatos portugueses de representações singulares que pudessem ser apropriadas pelo público leitor, e de certa forma aos setores contrários à abertura política oficial, passos a serem seguidos e elementos a serem evitados no caminho para a possível redemocratização, como destacado e analisado acima.

Cabe destacar também que alguns elementos em termos da busca de informações sobre os fatos portugueses e ao tratamento destes pela grande imprensa brasileira denotam práticas singulares empregadas, pelas suas editorias internacionais, ao noticiário ocupado com os acontecimentos políticos lusitanos.

Em primeiro lugar, a surpresa ocasionada pela rápida e incruenta queda do regime salazarista, atingindo inclusive as agências noticiosas internacionais, geraria uma notável confusão informativa. Neste sentido, os órgãos da grande mídia imprensa brasileira, sobretudo a diária, passariam a valer-se de uma pluralidade de fontes *sui generis* para a composição de seus noticiários, como informes do meio diplomático, material noticioso de agências noticiosas de menor expressão e notas emitidas pelos militares portugueses rebelados e que assumiam o poder.

Em consequência tanto do desencontro de informações quanto do provável desconhecimento do público leitor, talvez também de boa parte dos jornalistas, para com a realidade política lusitana, os periódicos enfocados neste trabalho recorreram, com considerável intensidade, ao conhecimento histórico sobre o Portugal e à biografia das principais lideranças revolucionárias e de esquerda para comporem o seu material informativo.

O desencontro de informações também fez com que, de maneira ampla, os periódicos nacionais se valessem da transcrição, integral ou parcial, de documentos e discursos emitidos pelos revolucionários portugueses recém-chegados ao poder. Tal prática corroborava, de maneira direta, mas também indiretamente, com as representações encetadas por esta imprensa, no sentido do reforço das liberdades democráticas, ou seja: o que as lideranças lusitanas proclamavam naquele momento, anunciando a retomada do caminho democrático naquele país, era o que os órgãos de imprensa brasileira idealizavam ver realizado também em solo brasileiro.

Ao deslocarem para o território português alguns de seus mais experientes repórteres – e por vezes mais de um correspondente seria enviado ao mesmo tempo a Portugal durante a Revolução dos Cravos, caso de *Veja* e OESP – os órgãos de

imprensa brasileiros marcam um sentido próprio neste noticiar, destacando-o e imbuindo-o de um significado ainda maior, já que o produziram através do trabalho das mais destacadas “testemunhas oculares” de seus quadros profissionais. E, além de reportarem os fatos presenciados *in loco* e assim imbuírem a este noticiário maior significação e relevância para o público leitor, muitos destes profissionais expressariam seus pontos de vista, contribuindo com a representação de sentidos que o periódico ao qual serviram exprimia em suas páginas.

Os dispositivos editoriais e visuais utilizados por órgãos da grande imprensa brasileira para noticiar a Revolução dos Cravos e seus desdobramentos não apresentaram grandes diferenças: todos se valeram, de forma mais ou menos intensa, dos informes das grandes agências noticiosas internacionais, das radiofotos emitidas por estas agências e de análises e comentários encetados em suas páginas, tanto os oriundos do material remetido por seus correspondentes e enviados especiais, como o destacado em editoriais. O que diferencia a cobertura destes periódicos é, sobretudo, o que se buscou representar com este noticiário. Assim, ainda que o caráter anti-comunista fosse notável em todos estes órgãos, no JB, católico, e em OG, declaradamente liberal e anticomunista, este sentido ganha maior ímpeto. O mesmo pode ser notado nos afazeres destes órgãos para noticiar o retorno das liberdades civis em Portugal: não obstante o fim da censura em Portugal ser noticiado por todos, em OESP e *Veja* o fim da medida arbitrária galgaria maior espaço, sobretudo em razão de a incômoda presença do censor nas redações ainda ser parte da realidade destes órgãos.

Enfim, a grande imprensa brasileira não deixou naqueles dois anos de falar do desabrochar da flor símbolo do fim da ditadura portuguesa e dos cuidados dos lusitanos para mantê-la vistosa no jardim da democracia. Mais ainda, aproveitara aquele noticiar para verter, sob o risco de serem retalhadas pela tesoura censória, sementes da democracia que pudessem prosperar no terreno que ia sendo preparado pelos jardineiros mores da abertura brasileira. Embora ela parecesse estar, até aquele momento, em consonância com a lenta, gradual e segura jardinagem ocupada com a floração da democracia no Brasil, sem, contudo, deixar de expressar sua opção por uma flor pouco ou nada vermelha.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Folha de S. Paulo (Abr. 1974 até Jun. 1976)

Jornal do Brasil (Abr. 1974 até Jun. 1976)

O Estado de S. Paulo (Abr. 1974 até Jun. 1976)

O Globo (Abr. 1974 até Jun. 1976)

Veja (Abr. 1974 até Jun. 1976)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de (org.). *A Democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. (org.) *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. *A mídia na transição democrática brasileira*. In: *Sociologia*, maio de 2005, nº48, p. 53-65.

AGUIAR, Flávio. *Imprensa Alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo*. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de. (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

AGUIAR, Pedro. *Notas para uma História do Jornalismo de Agências*. In: VII Encontro Nacional de História da Mídia - Rede AlCar, 2009, Fortaleza: Anais do VII Encontro Nacional de História da Mídia, 2009.

_____. *Por uma História do Jornalismo Internacional no Brasil*. In: VI Congresso Nacional de História da Mídia, 2008, Niterói: VI Congresso Nacional de História da Mídia: 200 anos de mídia no Brasil, Historiografia e Tendências, 2008.

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob Censura: 1968-1976*. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

APOLINÁRIO, J. *25 de Abril: Portugal, Revolução modelo*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1974.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.

ARBEX JÚNIOR, José. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História E Técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Editora Ática. 1990.

_____. *Jornalismo, Informação, comunicação*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1971.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007

BENEVIDES, M. V. M. A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro. 1945-1965. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BIROLI, Flávia. Jornalismo, democracia e golpe: a crise de 1955 nas páginas do Correio da Manhã e de O Estado de S. Paulo. Revista de Sociologia e Política, Volume 22. n.º. 0. ISSN: 1678-9873.

BRITTO, D. F.. O papel do correspondente internacional na editoria exterior. In: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2004, Porto Alegre. CD Anais INTERCOM 2004 - Comunicação, acontecimento e memória, 2004. V. 1

BUSETTO, Áureo. A mídia brasileira como objeto da história política: perspectivas teóricas e fontes. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti (ORG.) Dimensões da Política na Historiografia. Campinas: Pontes Editores, 2008.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Alexandre Andrade da. Caleidoscópio Político: As representações do cenário internacional nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo (1938-1945). 270f. Dissertação (mestrado). Assis: Faculdade de Ciências e Letras, 2009.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Pós 1930. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CARVALHO, Otelo Saraiva. Cinco meses que abalaram Portugal. Lisboa: Portugalíia, 1975.

CINTRA, Marcelo. A imprensa imigrante: trajetória da imprensa das comunidades imigrantes em São Paulo. São Paulo: Memorial do Imigrante : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

CRUZ, Manuel Braga da. O partido e o estado no salazarismo. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

CUNHAL, Álvaro. A revolução dos Cravos: Abril de 1974 – Novembro de 1975. In: COGGIOLA, Osvaldo (ORG.). Espanha e Portugal: O fim das ditaduras. São Paulo: Editora Xamã, 1995.

DÁVILA, Jerry. Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FAUTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2003.

- GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GOBBI, Márcia V. Zamboni; FERNANDES, Maria Lúcia Outeiro; JUNQUEIRA, Renata Soares; (ORGS.). *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira: depoimentos e estudos*. São Paulo: Editora UNESP; Bauru: EDUSC, 2002.
- HOHENBERG, John. *Os Atacadistas de Notícias (Agências Internacionais de Notícias)*. In: ELHAJJI, Mohamed. *Jornalismo Internacional*. Apostila. PET-ECO, UFRJ, 2005.
- JEANNENEY, Jean-Nöel. *A Mídia*. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados.”* In: ABREU, Alzira Alves de. *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- LOFF, Manuel; PEREIRA, M. Da Conceição Meireles (orgs). *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*. Porto: Editora da Universidade do Porto, 2006.
- LOSMONTEROS, Guillermo García Espinosa de. *Jornalismo Internacional, Correspondentes e Testemunhos sobre o Exterior*. In: ELHAJJI, Mohamed. *Jornalismo Internacional*. Apostila. PET-ECO, UFRJ, 2005.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia: Jornalismo como Produção Social da Segunda Natureza*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAXWELL, Kenneth. *A Construção da Democracia em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.
- MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- MIRA, Maria Celeste. *O Leitor e a banca de revistas: A segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho D’água: FAPESP, 2001.

MESQUITA, Mário; REBELO, José; (ORGS.). O 25 de Abril nos *Media Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

MORAES, João e VIOLANTE, Luís. Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais – Portugal 1926 -1985. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. História da Folha de S. Paulo: 1921-1981. São Paulo: IMPRES, 1981.

MOTTA E ALBUQUERQUE, Sérgio da. O Jornalista que o Brasil esqueceu. Observatório da Imprensa, edição 597. ISSN 1519-7670. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-jornalista-que-o-brasil-esqueceu>. Acesso em 08/2012.

NATALI, João Batista. Jornalismo Internacional. São Paulo: Contexto, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone; (ORGS.). História e Imprensa: Representações Culturais e Práticas de Poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

NUNES, Leticia. Memórias de um repórter em Portugal. Entrevista com Ewaldo Dantas Ferreira. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=274MCH002>. Acesso em 10/2010.

PIMPÃO, Altair Carlos. A Alemanha que eu vivi. Blumenau: Casa de Blumenau, 1982.

PINTO, Ana Estela de Souza. Folha. São Paulo: Publifolha, 2012.

REALI JÚNIOR, Elpídio. Às margens do Sena - depoimento a Gianni Carta. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950 e 1970. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone; (ORGS.). História e Imprensa: Representações Culturais e Práticas de Poder. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.

RIBEIRO, José Hamilton. Jornalistas: 1937 – 1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalharam laudas (terminais), câmeras e microfones. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

_____. O Gosto da Guerra. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005.

ROSAS, Fernando. A Revolução Portuguesa de 1974/75 e a institucionalização da Democracia. In: LOFF, Manuel; PEREIRA, M. Da Conceição Meireles (ORGS.). Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004). Porto: Editora da Universidade do Porto, 2006.

ROSSI, Clóvis. A Batalha no Mundo (Fluxo de Informação e Pauta de Internacional). In: ELHAJJI, Mohamed. Jornalismo Internacional. Apostila. PET-ECO, UFRJ, 2005.

_____. Militarismo na América Latina. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

SECCO, Lincoln. A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economias, espaços e tomadas de consciência. São Paulo: Alameda, 2004(a).

_____. Trinta anos da Revolução dos Cravos. In: Revista ADUSP, São Paulo, nº33, p. 6-12. Outubro. 2004(b). ISSN: 1807-3506.

SILVA, Heber Ricardo da. A Democracia Impressa. Transição do Campo Jornalístico e do Político e a Cassação do PCB nas Páginas da Grande Imprensa, 1945-1948. 211 fls. Dissertação (Mestrado) Assis: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. 4ª ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOMAVÍA, Juan. A estrutura transnacional de poder e a informação internacional. In: WERTHEIN, Jorge. Meios de Comunicação: Realidade e Mito. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

SOTANA, Edvaldo Correa. A paz sob suspeita – Representações Jornalísticas sobre a manutenção da paz mundial, 1945-1953. 255 fls. Tese (doutorado) Assis: Faculdade de Ciências e Letras, 2010.

TASCHNER, Gisela. Folhas ao Vento: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UTZERI, Fritz. Do Outro Lado do Mundo (Trabalho do Correspondente Internacional). In: ELHAJJI, Mohamed. Jornalismo Internacional. Apostila. PET-ECO, UFRJ, 2005.

VARELA, Raquel Carneira. História do PCP na Revolução dos Cravos. Lisboa: Bertrand, 2011.

ZANCHETTA JÚNIOR, Juvenal. Imprensa escrita e telejornal. São Paulo: UNESP, 2004.

ZICMAN, Renée B. História através da imprensa - algumas considerações metodológicas. In: Projeto História, n.º. 4. São Paulo: PUC, 1981.